

PPGDH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITOS HUMANOS

NIPEE-DH
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA,
ENSINO E EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO EM DIREITOS
HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS

CAMILA LIMA PONTES DE MELLO

O ECO DAS VOZES NEGRAS:

Uma análise netnográfica de comunidades virtuais de mulheres negras no YouTube

Goiânia
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
GERÊNCIA DE CURSOS E PROGRAMAS INTERDISCIPLINARES
**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES**

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Camila Lima Pontes de Mello

3. Título do trabalho

O eco das vozes negras: uma análise netnográfica de comunidades virtuais de mulheres negras no YouTube

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Magno Luiz Medeiros Da Silva**, Professor do Magistério Superior, em 18/02/2025, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lima Pontes De Mello**, Discente, em 26/02/2025, às 00:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5171441** e o código CRC **977A67CC**.

CAMILA LIMA PONTES DE MELLO

O ECO DAS VOZES NEGRAS:

Uma análise netnográfica de comunidades virtuais de mulheres negras no YouTube

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Doutora em Direitos Humanos.

Área de concentração: Direitos Humanos.
Linha de pesquisa: Práticas e Representações Sociais de Promoção e Defesa de Direitos Humanos.

Orientador: Prof. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva.

Goiânia

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Mello, Camila Lima Pontes de
[manuscrito] / Camila Lima Pontes de Mello. - 2025.
224 f.

Orientador: Prof. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Pró-reitoria de Pós-graduação (PRPG), Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Goiânia, 2025.
Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Comunidades Virtuais. 2. Direitos Humanos. 3. Identidade. 4. Mulheres Negras. 5. YouTube. I. Silva, Magno Luiz Medeiros da, orient. II. Título.

CDU 342.7



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO EM DIREITOS HUMANOS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº 03, de 2025, da sessão de defesa de tese de **Camila Lima Pontes de Mello**, que confere o título de Doutora em **Direitos Humanos**, na área de concentração em **Direitos Humanos**.

Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, a partir das 08:00 horas, por webconferência, realizou-se a sessão pública de defesa da tese intitulada “**O eco das vozes negras: uma análise netnográfica de comunidades virtuais de mulheres negras no YouTube**”. Os trabalhos foram instalados pelo orientador, Professor Doutor **Magno Luiz Medeiros da Silva** (PPGIDH/UFG), com a participação dos demais membros da banca examinadora: Professor Doutor **Daniel Rodrigo Meirinho de Souza** (PPGEM/UFRN), membro titular externo; Professora Doutora **Vanessa Oliveira Batista Berner** (PPGD/UFRJ), membro titular externo; Professora Doutora **Margareth Pereira Arbués** (PPGIDH/UFG), membro titular interno; Professora Doutora **Maurides Batista de Macedo Filha** (PPGIDH/UFG), membro titular interno. Durante a arguição, os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A banca reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da tese, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Magno Luiz Medeiros da Silva, presidente, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata, que é assinada pelos membros da banca examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Magno Luiz Medeiros Da Silva**, Professor do Magistério Superior, em 10/02/2025, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Margareth Pereira Arbues**, Professor do Magistério Superior, em 10/02/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Meirinho**, Usuário Externo, em 12/02/2025, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maurides Batista De Macedo Filha**, Usuário Externo, em 14/03/2025, às 23:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor De Carvalho Pagliaro**, Coordenador(a), em 02/04/2025, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5153130** e o código CRC **9875C7F5**.

Referência: Processo nº 23070.002353/2025-82

SEI nº 5153130

Com todo o meu carinho, dedico este trabalho ao meu pai, Wilson Mello, cuja confiança em mim foi minha força e inspiração.

AGRADECIMENTOS

- Agradeço aos meus pais, Solange e Wilson, e à minha irmã, Luísa, pelo apoio incondicional nessa trajetória.
- A realização deste trabalho também não seria possível sem a colaboração de amigos, colegas e professores.
- A todos os docentes do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, em especial: Profa. Dra. Maurides Batista de Macêdo Filha, Profa. Dra. Helena Esser dos Reis e Prof. Dr. Heitor Pagliaro.
- Aos amigos e familiares Lira Mello, Leonardo Rezio, Havana Marinho, Lucas Mendes, Mariana Gondim, Laíssa Nascimento, Viviane Garbelini, Rafaella Ribeiro, Cannon, Lillian e Phillip Lee.
- Ao meu orientador, Prof. Dr. Magno Luiz Medeiros da Silva, obrigada pelos ensinamentos.
- À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de estudo, que permitiu o desenvolvimento pleno da pesquisa.

“É necessário preservar o avesso. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito, a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo”

Jeferson Tenório

LISTA DE SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
API	<i>Application Programming Interface</i>
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EULA	<i>End User License Agreement</i>
FNB	Frente Negra Brasileira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MNU	Movimento Negro Unificado
NP	Nuvem de palavras
ONU	Organização das Nações Unidas
PFNB	Partido da Frente Negra Brasileira
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
STF	Supremo Tribunal Federal
TEN	Teatro Experimental Negro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ficha de vídeos	114
Tabela 2 – Vídeo 1 do canal Gabi Oliveira: Vamos falar sobre Livia Zaruty.....	115
Tabela 3 – Vídeo 2 do canal Gabi Oliveira: Por que pessoas negras estão clareando a pele?119	
Tabela 4 – Vídeo 3 do canal Gabi Oliveira: Conversas que importam	122
Tabela 5 – Vídeo 4 do canal Gabi Oliveira: Adoção 1 ano depois – Passo a passo.....	129
Tabela 6 – Vídeo 5 do canal Gabi Oliveira: Cozinha e Fala: empadão de grão-de-bico, acolhimento dos sentimentos, vegetarianismo	131
Tabela 7 – Vídeo 1 do canal Papo de Preta: Precisamos falar sobre Rayza Nicácio???	134
Tabela 8 – Vídeo 2 do canal Papo de Preta: Filmes e novelas mais RACISTAS	137
Tabela 9 – Vídeo 3 do canal Papo de Preta: Quem é Ludmilla?.....	140
Tabela 10 – Vídeo 4 do canal Papo de Preta: Quem é Babu Santana?.....	142
Tabela 11 – Vídeo 5 do canal Papo de Preta: Beyoncé ERROU em BLACK IS KING???	145
Tabela 12 – Maiores frequências de palavras “Gabi Oliveira”	148
Tabela 13 – Maiores frequências de palavras “Papo de Preta”	150
Tabela 14 – Etapas da Análise de Conteúdo dos comentários de vídeos dos canais “Gabi Oliveira e “Papo de Preta”	159
Tabela 15 – Distribuição de categorias entre os vídeos de “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta”	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Linha do tempo dos principais marcos do movimento negro no Brasil.....	99
Gráfico 2 – Nuvem de palavras “Gabi Oliveira”	147
Gráfico 3 – Nuvem de palavras “Papo de Preta”	150
Gráfico 4 – Categorias de análise	162
Gráfico 5 – Número absoluto de comentários por categoria	164
Gráfico 6 – “Fortalecimento de laços comunitários” por vídeo	165
Gráfico 7 – “Relatos identitários” por vídeo	168
Gráfico 8 – “Autoafirmação” por vídeo	169
Gráfico 9 – “Baixa autoestima” por vídeo.....	172
Gráfico 10 – “Colorismo” por vídeo	174
Gráfico 11 – “Identificação” por vídeo	177

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Slogan original do YouTube	67
Figura 2 – “Transmita-se”	68
Figura 3 – Logomarca atual do YouTube.....	68
Figura 4 – Aba “comunidade” do canal “Gabi Oliveira”	70
Figura 5 – Aba “comunidade” do canal “Papo de Preta”	71
Figura 6 – YouTube <i>shorts</i>	72
Figura 7 – Evento “YouTube Black”	76
Figura 8 – Percurso metodológico.....	108
Figura 9 – Apresentação do canal “Gabi Oliveira”	110
Figura 10 – Apresentação do canal “Papo de Preta”	111
Figura 11 – Frame do vídeo “Vamos falar sobre Livia Zaruty” do canal Gabi Oliveira	118
Figura 12 – Frame do vídeo “Por que pessoas negras estão clareando a pele?” do canal Gabi Oliveira	122
Figura 13 – Frame do vídeo “Conversas que importam” do canal Gabi Oliveira.....	129
Figura 14 – Frame do vídeo “Adoção 1 ano depois – Passo a passo” do canal Gabi Oliveira	131
Figura 15 – Frame do vídeo “Cozinha e Fala: empadão de grão-de-bico, acolhimento dos sentimentos, vegetarianismo” do canal Gabi Oliveira.....	134
Figura 16 – Frame do vídeo “Precisamos falar sobre Rayza Nicácio???” do canal Papo de Preta	136
Figura 17 – Frame do vídeo “Filmes e novelas mais RACISTAS” do canal Papo de Preta..	139
Figura 18 – Frame do vídeo: “Quem é Ludmilla?”	142
Figura 19 – Frame do vídeo: “Quem é Babu Santana?”	144
Figura 20 – Frame do vídeo: “Beyoncé ERROU em BLACK IS KING???”	147

RESUMO

Com o avanço das novas tecnologias, surgiram também novas formas de interações sociais. O YouTube é um exemplo importante de como a interação social é mediada pelo ecossistema digital e pela cultura da participação, permitindo aos usuários criar, compartilhar e comentar vídeos, o que fomenta redes de colaboração e interação social. O compartilhamento de conteúdo em vídeo na plataforma tornou-se um modelo de negócio, um espaço de luta contra-hegemônica, um agregador de indivíduos em comunidades e um construtor de identidades. Este estudo apresenta uma análise dos laços comunitários e das questões raciais e identitárias presentes no conteúdo produzido por dois canais de cultura negra no YouTube: “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta”, durante o ano de 2020, marcado pela expressividade dos movimentos sociais negros. Para isso, foram aplicadas a Netnografia, segundo Kozinets (2010, 2015) e a Análise de Conteúdo dos comentários, de acordo com Bardin (2011), como abordagens metodológicas. A investigação abrangeu conceitos de direitos humanos, racismo, subjetividade negra, identidade, alteridade, web 3.0, redes sociais, movimentos sociais e comunidades virtuais, visando integrar diferentes campos do conhecimento científico em uma análise interdisciplinar. A análise revelou que os vídeos proporcionam representações positivas da negritude, desafiando estereótipos e criando espaços de apoio e mobilização que funcionam como catalisadores de mudança social, fortalecendo a identidade e os laços comunitários entre seus internautas negros, promovendo reflexões sobre autoestima, estigmatização, colorismo, resistência, identificação e autoafirmação.

Palavras-chave: Comunidades Virtuais; Direitos Humanos; Identidade; Mulheres Negras; YouTube.

ABSTRACT

With the advancement of new technologies, new forms of social interactions have also emerged. YouTube is an important example of how social interaction is mediated by the digital ecosystem and the culture of participation, allowing users to create, share, and comment on videos, which fosters networks of collaboration and social interaction. Video content sharing on the platform has become a business model, a space for counter-hegemonic struggle, an aggregator of individuals into communities, and an identity builder. This study presents an analysis of community ties and racial and identity issues present in the content produced by two black culture channels on YouTube: “Gabi Oliveira” and “Papo de Preta” in 2020, marked by the expressiveness of black social movements. For this purpose, Netnography according to Kozinets (2010, 2015) and Content Analysis of comments according to Bardin (2011) were applied as methodological approaches. The investigation covered concepts of human rights, racism, black subjectivity, identity, otherness, web 3.0, social networks, social movements, and virtual communities, aiming to integrate different fields of scientific knowledge in an interdisciplinary analysis. The analysis revealed that the videos provide positive representations of blackness, challenging stereotypes and creating support and mobilization spaces that act as catalysts for social change, strengthening identity and community ties among their black viewers, promoting reflections on self-esteem, stigmatization, colorism, resistance, identification, and self-affirmation.

Key words: Black Women; Virtual Communities; Human Rights; Identity; YouTube.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 01	26
OS DIREITOS HUMANOS E A PERCEPÇÃO DO OUTRO	26
1.1 Por uma concepção crítica de direitos humanos	26
1.2 A percepção do Outro	29
1.3 Estigma: a distância entre atributo e estereótipo	32
1.4 Racismo segundo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães	36
1.5 Perspectivas sobre o racismo estrutural: as considerações de Silvio de Almeida e Muniz Sodré	40
1.6 A população negra brasileira como minoria social, a luta contra-hegemônica e o direito à comunicação	45
CAPÍTULO 02	53
O ECOSISTEMA DIGITAL	53
2.1 Conexão: o ecossistema digital	53
2.1.1 Cultura da participação	58
2.1.1.1 A problemática da participação: amadorismo e desinformação	60
2.1.2 Redes sociais	65
2.1.2.1 O YouTube como sistema cultural	67
2.1.2.1.1 Comunidades virtuais	74
CAPÍTULO 03	78
IDENTIDADES NEGRAS E RESISTÊNCIA	78
3.1 Identidade em foco: perspectivas teóricas de Hall, Dubar e Taylor	79
3.2 Negritude e identidades negras	86
3.3 O pensamento feminista negro, interseccionalidade e autodefinição	88
3.4 A trajetória histórica do movimento negro no Brasil: um breve panorama	94
3.5 Vidas negras importam: net-ativismo e laços comunitários	100
CAPÍTULO 04	107
METODOLOGIA E ANÁLISE DOS CANAIS “GABI OLIVEIRA” E “PAPO DE PRETA”	107

4.1	A escolha dos canais analisados e o percurso metodológico	107
4.1.1	O canal “Gabi Oliveira”	109
4.1.2	O canal “Papo de Preta”	110
4.2	Netnografia	111
4.2.1	Diário de campo: “Gabi Oliveira” em 2020	115
4.2.2	Diário de campo: “Papo de Preta” em 2020	134
4.3	Gráficos nuvem de palavras “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta”	147
4.4	Análise dos vídeos: aportes metodológicos e teóricos	152
4.5	Análise de conteúdo	156
4.5.1	Etapas de análise.....	159
4.5.2	Análise do <i>corpus</i>	162
4.5.2.1	Categorização: fortalecimento de laços comunitários.....	164
4.5.2.2	Categorização: relatos identitários	168
4.5.2.2.1	Autoafirmação	169
4.5.2.2.2	Baixa autoestima	172
4.5.2.2.3	Colorismo	174
4.5.2.2.4	Identificação	176
4.5.3	Inferências e interpretações	178
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193
	APÊNDICE A – Tabela dos vídeos de 2020 do canal “Gabi Oliveira”	208
	APÊNDICE B – Tabela dos vídeos de 2020 do canal “Papo de Preta”	213

INTRODUÇÃO

Ancorados num sentimento de alteridade, os direitos humanos avançaram no sentido de compreender as diversas peculiaridades, características e identidades que irromperam desde o século XX. Nesse sentido, refletindo sobre a relação entre direitos, reconhecimento e desigualdade, Axel Honneth (2003) ensina que:

[...] podemos conceber como “direitos”, grosso modo, aquelas pretensões individuais com cuja satisfação social uma pessoa pode contar de maneira legítima, já que ela, como membro de igual valor em uma coletividade, participa em pé de igualdade de sua forma constitucional; se agora lhe são denegados certos direitos dessa espécie, então está implicitamente associada a isso a afirmação de que não lhe é concedida imputabilidade moral na mesma medida que aos outros membros da sociedade (Honneth, 2003, p. 216).

Nesse contexto, os direitos humanos atuam para garantir que essas pretensões legítimas sejam reconhecidas, implementadas e reforçadas, especialmente em um cenário marcado pelo crescimento de estigmas, racismo, sexismo e preconceito em uma sociedade cada vez mais desigual. Honneth (2003) defende que a superação das desigualdades depende da construção de relações sociais baseadas no reconhecimento recíproco, em que todos os indivíduos, especialmente os grupos marginalizados, possam participar ativamente na redefinição das normas sociais e na afirmação de sua dignidade como membros de igual valor.

O advento das redes sociais se insere no contexto da web 2.0, caracterizada por plataformas digitais que possibilitam a participação ativa dos usuários, em contraste com a web 1.0, que limitava grande parte do público a um papel de internauta passivo. A web 2.0, conforme aponta Tim O’Reilly (2005), priorizou a criação de espaços colaborativos, interativos e dinâmicos, nos quais o conteúdo passou a ser produzido e compartilhado pelos próprios usuários. Redes sociais como Facebook, Twitter, Instagram e, especialmente, o YouTube, tornaram-se representações concretas desse modelo, funcionando como locais de troca cultural, expressão subjetiva e criação de identidades.

Mais recentemente, o conceito de web 3.0, ou web semântica, começou a ganhar força, trazendo mudanças significativas. Essa nova fase é marcada por tecnologias como *blockchain*, inteligência artificial e a descentralização, permitindo que os dados sejam organizados e interpretados de maneira mais inteligente. Além disso, a web 3.0 oferece maior controle aos

usuários sobre suas informações e identidades digitais, criando experiências mais seguras, personalizadas e transparentes. Assim, enquanto a web 2.0 transformou os usuários em participantes ativos, a web 3.0 os coloca no centro da experiência digital, como verdadeiros donos e coautores do que produzem e compartilham.

Nesse cenário, as redes sociais não apenas ampliaram as possibilidades de comunicação, mas também se transformaram em “instâncias de produção de subjetividade” (Elhajji, 2004, p. 42), permitindo que sujeitos antes marginalizados pela mídia tradicional encontrassem meios para projetar suas vozes e narrativas. Essa dinâmica tornou visíveis as complexidades identitárias, ao mesmo tempo em que facilitou a articulação de interesses, desejos e lutas compartilhadas. De acordo com Elhajji (2004), a web 2.0 surge como um espaço de elaboração de novas subjetividades, permitindo a enunciação de singularidades que desafiam a homogeneização cultural imposta pelas estruturas hegemônicas.

[...] vemos hoje florescer em todo o mundo, o desejo de elaboração de novas instâncias de produção da subjetividade e de enunciação das singularidades. Os métodos variam e se diversificam, mas o objetivo é o mesmo: resistir à força devassadora do “todo lugar” que de tanto usar de “lugares comuns” se revela nada mais do que “lugar nenhum” (Elhajji, 2004, p. 42).

A noção de um “todo lugar”, conforme discutido por Elhajji (2004), remete à forma como a hegemonia cultural suprime a pluralidade de expressões em favor de uma uniformidade que resulta em um “lugar nenhum”, onde as identidades se diluem em discursos padronizados. A resistência a essa força homogeneizadora passa pela utilização das redes sociais como plataformas para resgatar as diferenças, valorizar as particularidades e celebrar a diversidade cultural e individual. Nesse sentido, as redes sociais possibilitam a reconstrução de narrativas e a produção de discursos contra-hegemônicos que, além de desafiar os “lugares comuns” do discurso dominante, criam espaços de pertencimento e autenticidade.

Por meio de ferramentas interativas, como comentários, compartilhamentos e transmissões ao vivo, a web 2.0 estabelece novas formas de conexão e interação que transcendem os limites geográficos e sociais. O que antes era exclusivo das elites comunicativas agora pertence a todos que têm acesso à internet, promovendo uma descentralização do poder de comunicação e a democratização do espaço midiático. Isso não apenas conecta indivíduos e grupos em torno de causas comuns, mas também fomenta redes de solidariedade, proporcionando a articulação de lutas sociais e a reafirmação de identidades.

Contudo, conforme veremos ao decorrer desta tese, o impacto das redes sociais no contexto da web 3.0 é ambíguo. Se, por um lado, elas funcionam como catalisadores para a expressão da diversidade e da resistência, por outro, também possibilitam a amplificação de discursos de ódio, desinformação e dinâmicas de exclusão, evidenciando as contradições do ecossistema digital. Nesse contexto, o papel das redes sociais como instâncias de produção de subjetividade destaca a importância de refletir criticamente sobre suas limitações e potencialidades para promover a transformação social.

No contexto das redes sociais, essa conexão entre indivíduos resulta nas comunidades virtuais (Lévy, 1999), que são agrupamentos de indivíduos que partilham os mesmos ideais e interesses e juntos se empregam no fortalecimento de suas identidades coletivas, conforme preconizou Lévy “as comunidades virtuais parecem ser um excelente meio, entre centenas de outros, para socializar, quer suas finalidades sejam lúdicas, econômicas ou intelectuais, quer seus centros de interesse sejam sérios, frívolos ou escandalosos” (Lévy, p. 132).

O avanço tecnológico, a democratização do acesso à internet e evolução das plataformas e redes sociais fizeram com que os indivíduos marginalizados pela mídia hegemônica pudessem encontrar voz: “a comunicação mediada por computador agrega conceitos de solidariedade e democracia ao impedir a concentração de poder associado com a informação” (Pimienta & Liendo, 1993, apud Pinheiro, 2003, p. 64). De tal modo, as redes sociais, além de conectar pessoas, também estabelecem verdadeiras comunidades de interesses coletivos, que ampliam os horizontes de acolhimento social entre os grupos minoritários, como é o caso da comunidade negra brasileira.

Contudo, é necessário reconhecer que as redes também possuem aspectos lesivos. A disseminação de notícias falsas e o amadorismo na produção de conteúdo podem distorcer informações e propagar desinformação, prejudicando o debate público e a formação de opiniões informadas. As redes sociais, ao mesmo tempo que conectam indivíduos e possibilitam a formação de comunidades, também podem ser usadas para espalhar preconceitos e discursos de ódio, amplificando tensões sociais. Essa dualidade exige uma abordagem crítica e consciente do uso dessas plataformas.

O assassinato¹ de George Floyd, em 25 de maio de 2020, nos Estados Unidos, desencadeou uma série de manifestações em todo o mundo em defesa da igualdade e contra o

¹ Cf. <https://www.mprnews.org/story/2020/05/29/the-killing-of-george-floyd-what-we-know>. Acesso em 05 de jan. 2022.

racismo. Este evento catalisador reverberou no Brasil, onde a sociedade também se mobilizou diante do caso João Alberto Silveira Freitas, que foi brutalmente espancado até a morte por seguranças de um supermercado em Porto Alegre, em novembro de 2020. Sua morte gerou manifestações² em várias cidades brasileiras, denunciando a violência racial e exigindo justiça. O caso também destacou o racismo institucional e provocou discussões sobre a responsabilidade das empresas em prevenir e combater atos de violência racista.

A morte de João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos, em maio de 2020, durante uma operação policial no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo (RJ), gerou uma ampla comoção e mobilizou protestos³ em diversas cidades brasileiras. As manifestações destacaram a violência policial e o racismo estrutural no Brasil, ocorrendo em cidades como o Rio de Janeiro e Recife, em solidariedade ao jovem e em repúdio à brutalidade policial.

Outro caso que provocou uma onda de protestos⁴ foi a morte de Miguel Otávio, um menino de cinco anos, que caiu do nono andar de um prédio em Recife em junho de 2020. Sob os cuidados de Sarí Corte Real, que foi negligente ao deixá-lo sozinho no elevador. A tragédia ressaltou a desigualdade racial e a vulnerabilidade das crianças negras nas periferias, levando a debates intensos sobre racismo.

Esses protestos foram amplificados pela intensa atividade nas redes sociais, que serviram como plataforma para a disseminação de vídeos, *hashtags* e análises críticas sobre o tema.

Além disso, o contexto de 2020 foi marcado pelo surgimento da pandemia de coronavírus, que transformou profundamente as relações sociais. Com as restrições de mobilidade e o distanciamento físico, as interações sociais migraram em grande parte para o ambiente virtual. Nesse cenário, as redes sociais se tornaram espaços essenciais para o debate público, a conscientização e a organização de movimentos sociais, ampliando o alcance e a influência das manifestações antirracistas.

O antirracismo, que se intensificou com os movimentos sociais, notoriamente em 2020⁵, advém de uma tendência de “reaproximação epocal entre sociedade política e sociedade civil

² Cf. <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/morte-de-negro-em-supermercado-no-rs-veja-repercussao.ghtml>. Acesso em 05 de jan. 2022.

³ Cf. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/31/rio-tem-manifestacao-contra-violencia-policial-apos-morte-de-joao-pedro.htm>. Acesso em 05 de jan. 2022.

⁴ Cf. <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/10/movimentos-e-especialistas-apontam-racismo-na-conducao-do-caso-miguel>. Acesso em 05 de jan. 2022.

⁵ *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam).

(historicamente separadas) ou então como reação indireta à degradação das instituições democráticas” (Sodré, 2023, p. 8).

Agora, em pleno no século XXI, torna-se urgente que todos tomem consciência dos mecanismos racistas latentes existentes nas interações sociais. Esses mecanismos pertencem a um pensamento herdado da época colonial, quando parecia natural inferiorizar certos indivíduos para o bom funcionamento de um sistema posto em prática para o enriquecimento de impérios colonizadores. Hoje, esses mesmos mecanismos encontram sua razão de ser na manutenção dos privilégios de uns em detrimento de outros. Reconhecer a violência do passado é uma coisa, reconhecer que ela ainda age, de forma diferente e insidiosa, é outra.

O que se nega diariamente é a existência de processos sociais de produção de discriminação, legalmente, pelas próprias instituições do Estado, mascarados por um suposto princípio de não discriminação, oficialmente proclamado, mas incessantemente desrespeitado. Esta natureza sistêmica e institucional da discriminação é, no entanto, óbvia, e constitui a primeira motivação deste estudo.

Esta pesquisa procurou, então, consagrar a interconexão instantânea entre o ambiente digital e o momento crucial de discussão social sobre lutas e identidades raciais em que o mundo se encontra, numa observação da identidade negra que, desde os movimentos negros da segunda metade do século XX, passa por um processo histórico de ressignificação, como afirmam Martha Abreu e Hebe Mattos:

Assumir naturalmente a existência de identidades negras ou de uma cultura afro-brasileira é perder a dimensão das lutas travadas em torno da construção de identidades - mestiça, indígena, popular, brasileira ou regional - ao longo da história do Brasil. Sendo assim, é preciso chamar a atenção para a importância de pensar a história dos conceitos da cultura negra (e/ou afro-brasileira) e das identidades negras (Abreu & Mattos, 2012).

Partindo-se da noção de que as interações no ambiente digital fazem parte de um ecossistema complexo que impacta todas as relações sociais (mesmo as analógicas), é de ser considerar que as produções midiáticas de grupos minoritários podem atingir públicos diversos e promover reconhecimento, num exercício de alteridade. Tal exercício pode ser o elemento-chave para que as relações humanas atinjam patamares aceitáveis de solidariedade e respeito.

O esforço coletivo da comunidade negra pelo reconhecimento histórico de suas identidades e cultura, marcado por lutas, movimentos sociais e resistência remonta à época dos

quilombos e ainda persiste. Desde o período da escravidão, como bem lembra Achille Mbembe, “[...] os escravos continuam a ser humanos. Através do gesto e da palavra, tecem relações e um mundo de significações, inventam línguas, religiões, danças e rituais, e criam uma comunidade” (Mbembe, 2014, p. 91).

As comunidades virtuais em redes sociais constituem uma nova fronteira onde essas vozes podem ser ouvidas de forma mais contundente, podem discutir as questões raciais e identitárias com autenticidade e autodefinição, sem a interferência das *mass media*.

A partir da observação desses fenômenos midiáticos, da relevância atual do conteúdo produzido em vídeo e do crescente número de internautas no Brasil, é importante destacar que o YouTube, fundado em 2005, transformou-se de uma plataforma de compartilhamento de vídeos amadores para o segundo site mais acessado do mundo, após o Google, que o adquiriu em 2006. Com sua estrutura baseada em algoritmos sofisticados, a plataforma é capaz de recomendar conteúdos personalizados aos usuários, formando o que Heffernan (2009) chama de “micro-gêneros” de conteúdo. Esses algoritmos não apenas potencializam o engajamento, mas também atuam como agentes de agregação social e cultural, permitindo que grupos historicamente marginalizados encontrem espaços de identificação e expressão. Além disso, o YouTube combina elementos de rede social e mídia tradicional, oferecendo interatividade por meio de comentários, curtidas e transmissões ao vivo, ao mesmo tempo em que funciona como um grande repositório de arquivos audiovisuais, consolidando-se como um dos principais meios de produção e consumo cultural no ambiente digital.

Desta feita, com o intuito de compreender as questões raciais estabelecidas pela comunidade negra na rede social do YouTube, no emblemático ano de 2020, a investigação procurou selecionar comunidades virtuais que retratassem a temática negra com periodicidade e engajamento com o público e, após pesquisa exploratória e busca por *hashtag* (conforme veremos detalhadamente no capítulo 4), os canais Gabi Oliveira⁶ e Papo de Preta⁷ foram selecionados para esta análise, que visou responder o seguinte problema de pesquisa: de que modo os vídeos produzidos por criadoras negras no YouTube impactam no fortalecimento da identidade e dos laços comunitários de seus internautas negros?

As metodologias utilizadas englobam a observação netnográfica de vídeos dos canais publicados no ano de 2020, com minha participação como *lurker* (Braga, 2006, p. 5) dentro das

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/c/GabiDePretas>. Acesso em 09 abril 2020.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/c/PapodePreta>. Acesso em 09 abril 2020.

comunidades, diário de campo com anotações sobre as temáticas investigadas, aliada ao uso de *softwares*⁸ de captação e análise de dados textuais para formar gráficos de nuvens de palavras (Vasconcellos-Silva & Araujo-Jorge, 2019) e recolher dados e estatísticas do canal, além da Análise de Conteúdo (AC) dos comentários postados. A hipótese aqui conjecturada é que as discussões sobre questões identitárias raciais no microcosmo do chamado “YouTube Negro”, impulsionadas pelos movimentos sociais, promovem a conscientização racial, incentivam ações coletivas e a preservação cultural, atuando como um meio eficaz de resistência contra a discriminação e a hegemonia cultural, fortalecendo a identidade e a coesão comunitária dos internautas negros.

A pesquisa em direitos humanos é um exercício que depreende coordenação de diferentes áreas acadêmicas, pois significa compreender que “direitos humanos” abrangem, direta ou indiretamente, diversas esferas do conhecimento, sendo tão logo, de natureza interdisciplinar. Leff (2011, p. 309) acredita que “a interdisciplinaridade implica assim um processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere estritamente às disciplinas científicas e a suas possíveis articulações”.

Destaca-se que a sociedade em rede, discutida na forma da plataforma digital do YouTube, a cultura participativa, direitos humanos, identidade, racismo e negritude constituem eixos bem delineados de interdisciplinaridade que serão examinados de forma contígua.

Para se apurar como a web pode ser um meio facilitador e propagador de movimentos e atividades sociais, as obras de Di Felice (2012, 2021) e de Muniz Sodré (2005) tornam-se indispensáveis; os conceitos de estigma e estereótipos serão discutidos de acordo com Goffman (2004) e Lippmann (2008), respectivamente; já as noções de ciberespaço, cultura da participação, que também são essenciais para este estudo, contarão com os *insights* de Lévy (1999) e Jenkins (2008); as considerações de Muniz Sodré (2005) sobre minorias e contemporaneidade e as de Barbalho (2005) sobre minorias e política são pertinentes ao estudo.

As observações sobre web 2.0 sob a ótica de O’Reilly (2005) e de Jenkins, Ito e Boyd (2015) e Burgess e Green (2009, 2018) sobre o YouTube, além dos conceitos sobre redes sociais, conforme Recuero (2009) e comunidades virtuais, segundo Rheingold (1996) fazem-se imprescindíveis; para se contextualizar a alteridade, os conceitos filosóficos de Lévinas (1983,

⁸ “Atlas.ti” e “YouTube Data Tools”.

1990, 1999) e as interpretações de Castor Ruiz (2006, 2008) e Carbonari (2007) serão empregados.

Os conceitos identitários de Hall (2005), Dubar (2006) e Taylor (1994, 2000), o racismo segundo Antonio Sergio Alfredo Guimarães (2012), as reflexões sobre racismo estrutural a partir de Almeida (2018) e Sodré (2023), a negritude segundo Fanon (2008), Gomes (2005) e Souza (2021). As concepções acerca de direitos humanos, de acordo com Douzinas (2009), Sánchez Rubio (2018) e Benevides (2007) serão amplamente utilizadas; para entender o feminismo negro no contexto desta lançar-se-á mão dos conceitos de Patricia Hill Collins (2016, 2019a, 2019b), Lélia Gonzalez (2020), bell hooks (1995), Beatriz Nascimento (2018), Kimberlé Crenshaw (2002) e Audre Lorde (2019).

Os aportes metodológicos seguem a perspectiva quanti-qualitativa e ficarão a cargo da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) e da Netnografia de Kozinets (2010, 2015) com o suporte do *software* de análise lexical, “Atlas.ti”. As interações sociais virtuais retratam a maneira como as pessoas se comunicam, compartilham informações e formam relações uns com os outros por meio da internet. A netnografia descrita por Kozinets (2010, 2015) se concentra em compreender as normas sociais, os valores e as crenças que orientam as interações sociais na internet, bem como as dinâmicas de poder, as hierarquias sociais e os projetos de identidade que podem surgir em comunidades virtuais:

As concepções de cultura e comunidade com limites bem definíveis são substituídas agora por noções mais líquidas de experiência e interação sociais online, mas os preceitos e focos básicos permanecem completamente intactos. Há ainda, afinal, muito trabalho a ser feito para investigar e compreender as várias maneiras pelas quais os grupos de identidade e projetos de identidade se projetam em interações e experiências sociais online⁹¹⁰ (Kozinets, 2015, p. 246).

A netnografia descrita por Kozinets (2010, 2015) busca compreender as complexas dinâmicas que moldam as interações sociais na internet, explorando normas sociais, valores, crenças, hierarquias de poder e projetos identitários que se desenvolvem em comunidades

⁹ Tradução nossa para: “*Conceptions of culture and community with hard definable boundaries are now replaced with more liquid notions of online social experience and interaction, but the basic precepts and foci remain completely intact. There is still, after all, much work to be done to investigate and understand the various ways in which identity groups and identity projects play out in online social interactions and experiences*” (Kozinets, 2015, p. 246).

¹⁰ Todas as traduções dos textos de línguas inglesa, francesa e espanhola contidas neste trabalho são livres e de nossa autoria.

virtuais. Segundo o autor, a noção tradicional de cultura e comunidade, antes delimitada por fronteiras fixas e bem definidas, deu lugar a formas mais fluidas de experiência e interação online. Essa “liquidez” característica das relações digitais não significa a completa ruptura com as bases que tradicionalmente sustentam as interações humanas. Para Kozinets (2015), as plataformas digitais mantêm os princípios essenciais que moldam os projetos de identidade, ao mesmo tempo que criam novas formas de pertencimento e articulação cultural.

Essa observação é particularmente relevante para compreender a dinâmica das comunidades virtuais, que, embora rompam com limites físicos e hierarquias sociais convencionais, frequentemente refletem padrões de poder e exclusão já existentes. As plataformas digitais permitem que grupos marginalizados expressem suas vozes, promovendo redes de apoio, identificação coletiva e resistência cultural. No entanto, como Kozinets (2015) sugere, essas mesmas comunidades virtuais podem reproduzir e, em alguns casos, intensificar desigualdades estruturais. Isso ocorre, por exemplo, nos algoritmos que priorizam determinados conteúdos ou no papel de influenciadores digitais, exercendo influência sobre os projetos identitários que se desenrolam nesses espaços.

A perspectiva netnográfica de Kozinets, portanto, revela como as interações online funcionam como um espelho dinâmico das relações sociais. A internet não apenas amplia as possibilidades de conexão e experimentação identitária, mas também carrega as contradições inerentes às relações humanas. Essa dualidade exige que o pesquisador investigue criticamente como o digital não apenas molda novas subjetividades, mas também reflete e reproduz práticas sociais já estabelecidas. A análise netnográfica, nesse contexto, se torna um instrumento valioso para decifrar as camadas de significado que se sobrepõem nas comunidades virtuais e para compreender como estas se tornam espaços de produção de subjetividades e transformação cultural.

Outrossim, a tese será dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo trará uma discussão crítica acerca dos direitos humanos, em seguida serão discutidos: os conceitos de alteridade, estigma, racismo, perspectivas sobre racismo estrutural estereótipo e subjetividades negras. Já o segundo capítulo mergulhará na cultura da conexão e discutirá o ecossistema digital, a web 3.0, a cultura da participação, redes sociais (com destaque para o YouTube) e as comunidades virtuais.

O terceiro capítulo definirá com profundidade as noções de identidade, negritude, feminismo negro, identidades negras, movimentos sociais, laços comunitários e net-ativismo.

O quarto capítulo descreverá a metodologia empregada para a coleta e análise dos dados dos canais, bem como apresentará cada canal escolhido e seus dados, para então discorrer sobre o conceito de netnografia, segundo Kozinets (2010, 2015), expor as notas de campo, apresentar a metodologia de Análise de Conteúdo, de acordo com Bardin (2011), os comentários e suas categorizações, os gráficos de nuvens de palavras e suas respectivas análises à luz dos aportes teóricos apresentados.

Pretende-se com esta tese que as temáticas abordadas pela comunidade negra no universo virtual do YouTube sejam disseminadas e que suas identidades sejam reconhecidas e validadas por suas lutas e vozes, num esforço declaradamente antirracista.

Este estudo parte da premissa de que o conteúdo publicado no YouTube por comunidades virtuais negras não pode ser analisado por si só, mas também amparado em subsídios teóricos e aportes metodológicos aqui apresentados, contando com o momento de inquietude e preocupação global atual com questões étnico-raciais como pano de fundo.

CAPÍTULO 01

OS DIREITOS HUMANOS E A PERCEPÇÃO DO OUTRO

Este capítulo tem o escopo de apresentar os conceitos e discussões teóricas basilares que sustentam esta tese. Para tanto, analisa o conceito de direitos humanos por meio das perspectivas críticas de Costas Douzinas (2009) e Sánchez Rubio (2018) e apresenta a seguinte interpretação: os direitos humanos constituem um conceito adaptativo, percebido pela magnitude de suas violações e ocupam o lugar de guardião de violações passadas, presentes e futuras.

Em seguida, fomenta uma discussão sobre a percepção do Outro e alteridade em Lévinas (1999), Ruiz (2008) e Carbonari (2007). Logo após, aborda o estigma de acordo com Goffman (2004) e Elias e Scotson (2000) e estereótipos segundo Lippmann (2008), conceitua o racismo segundo a inteligência de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2012), a seguir, discute as considerações de Almeida (2018) e Muniz Sodré (2023) acerca do racismo estrutural e, por fim, expõe a noção de negros como minoria e a luta contra-hegemônica sob os preceitos de Muniz Sodré (2005).

1.1 Por uma concepção crítica de direitos humanos

Os direitos humanos, tal como hoje os concebemos, se destacaram a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, quando foram incorporados pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em resposta aos horrores cometidos durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo o primeiro artigo da declaração, “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (ONU, 1948).

A DUDH significa um marco nos estudos de direitos humanos e um avanço social e político quanto à positivação de leis que protejam os mais vulneráveis e garantam os direitos humanos. No entanto, não se pode dizer que os direitos humanos ali surgiram ou que seu conceito pertence a um rol taxativo de proteção, vez que:

Esses direitos são concebidos de forma a incluir aquelas reivindicações morais e políticas que no consenso contemporâneo, todo ser humano tem o dever de ter perante sua sociedade ou governo, reivindicações essas reconhecidas como de direito e não apenas por amor, graça ou caridade (Henkin, 1998, p. 1-3).

Bobbio (2004) corrobora a visão de Henkin (1998) e descreve a DUDH como um marco, em que, idealmente, todos tornaram-se sujeitos de direito internacional, possuidores de uma chamada cidadania mundial, e, portanto, titulares do direito de exigir o respeito aos direitos fundamentais contra o seu próprio Estado. Ainda segundo o autor, esses direitos, por mais fundamentais que sejam, são históricos, e desenvolvem-se gradativamente, conforme lutas sociais são travadas e liberdades conquistadas. Assim, “direitos humanos” devem sempre estar em estado de constante transformação, jamais apresentados como conceito pronto.

No entanto, há diferentes definições e também concepções críticas do vocábulo. Num esforço de conjecturar criticamente o significado de direitos humanos e o que eles representam no contexto desta pesquisa, examinaremos o que dizem Costas Douzinas (2009) e Sánchez Rubio (2018) em suas respectivas análises.

Para efeitos argumentativos preliminares, adotaremos a noção de que os direitos humanos:

[...] são aqueles comuns a todos, a partir da matriz de direito à vida, sem distinção alguma decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços do rosto e cabelo), da etnia, nacionalidade, sexo, faixa etária, presença de incapacidade física ou mental, nível socioeconômico ou classe social, nível de instrução, religião, opinião política, orientação sexual ou de qualquer tipo de julgamento moral. São aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano (Benevides, 2007, p. 337).

Assim, é possível entender por que os direitos humanos se pautam na ideia de que quando suas violações são sistemáticas, obrigatoriamente devem existir direitos coletivos que dialogam com noções de direito internacional, filosofia, saúde pública, sociologia, psicologia, entre outros. Buscar entender e analisar os aspectos sociais que impedem um convívio humano digno é o desafio (interdisciplinar) dos pesquisadores de direitos humanos.

As sistêmicas violações de direitos humanos atingem, notadamente, as minorias sociais e não provocam indignação ou contundentes protestos locais, a força utópica dos direitos humanos perdeu *momentum*, como aponta Costas Douzinas (2009):

Os direitos humanos representam o elemento utópico por trás dos direitos legais. Os direitos humanos constituem o alicerce de um sistema jurídico liberal. Os direitos humanos constituem sua reivindicação de justiça e, como tal, são impossíveis e prospectivos. Os direitos humanos são parasitas no corpo dos direitos, que julgam seu hospedeiro. Existe uma poética nos direitos humanos que desafia o racionalismo da lei (Douzinas, 2009, p. 252).

A poética evocada por Douzinas refere-se à natureza abstrata dos direitos humanos, que existe numa relação mutualística com a lei, mas que precisa ampliar horizontes para proteger os vulneráveis ignorados pelo sistema legal.

Já Sánchez Rubio (2018) observa que o aumento global de processos antidemocráticos contribui diretamente para que a cultura dos direitos humanos seja sistemicamente esvaziada. O autor destaca três tendências principais que afligem os direitos humanos, os sistemas democráticos e suas respectivas normas constitucionais. A primeira diz respeito à “desdemocratização” da democracia (esta entendida como poder do povo, para o povo), reduzida à espetacularização das eleições, além da repressão policial aos movimentos de luta social; a segunda tendência revela processos de “desconstitucionalização” e descaracterização do constitucionalismo social e dos direitos fundamentais que basearam constituições de direito, para dar lugar ao “constitucionalismo empresarial” e de mercado.

Assim, segundo Sánchez Rubio, a lógica cultivada pelo mercado sobrepõe-se aos direitos fundamentais conquistados:

Os direitos que permitem as condições materiais e viáveis de uma vida a ser vivida por cada ser humano são enfraquecidos, em nome da racionalidade instrumental econômica do cálculo meio-fim, vendendo a ideia de que somente mercado livre pode ser alcançado no futuro, para satisfazer necessidades, muitas delas suntuárias e baseadas nos desejos de consumo, de toda a humanidade, permitindo que milhões de pessoas caiam pelo caminho. Os sistemas financeiro e de crédito bancário tornam-se a base de nossas identidades e subjetividades cidadãs¹¹ (Sánchez Rubio, 2018, p. 110).

A terceira e última tendência apontada por Sánchez Rubio engloba a mercantilização de todas as etapas da vida, que faz com o foco na dignidade humana se descole da noção de direitos

¹¹ Tradução nossa para: “*Se debilitan los derechos que permiten las condiciones materiales y factibles de una vida de ser vivida por cada ser humano, en nombre de la racionalidad instrumental económica del cálculo medio-fim, vendiendo la idea de que solo a través del libre mercado se puede llegar en un futuro, a satisfacer las necesidades, muchas de ellas, suntuarias y basadas en deseos consumistas, de toda la humanidad, valiendo la pena que millones de personas vayan cayendo en el camino. Los sistemas financieros y bancario-crediticios se convierten en la base de nuestras identidades y subjetividades ciudadanas*” (Sánchez Rubio, 2018, p. 110).

humanos, vez que os espaços de reconhecimento social efetivo e de contato com o outro e com o meio ambiente foram completamente esvaziados:

Os direitos humanos são desfeitos nas esferas econômicas tanto real quanto virtual, do trabalho e da produção à medida que se tornam descartáveis ou moeda de troca a favor da competitividade, da subjetividade empresarial predatória e egoísta e da propriedade privada ambiciosa de gananciosos e destruidores da natureza¹² (Sánchez Rubio, 2018, p. 111).

O autor acredita que essas três tendências globais têm o poder de limitar a atuação e esvaziar de significado o conceito de direitos humanos, tudo em prol de uma minoria poderosa e desprovida de alteridade.

Nesse sentido, para os fins desta tese, consideraremos direitos humanos como um conceito adaptativo, percebido pela magnitude de suas violações. Os indivíduos, identidades e discursos a serem protegidos aumentam à medida em que a violência (simbólica ou não) que lhes atinge, se alastra. Assim, os direitos humanos ocupam o lugar de guardião de violações passadas, presentes e futuras.

1.2 A percepção do Outro

Na perspectiva cartesiana, a consciência individual do sujeito é o critério fundamental da formação da identidade, enquanto o “outro” é visto como uma questão epistemológica, uma forma reduzida do “mesmo”. Para Descartes (1996), o “outro” existe como representação e circunscreve-se fora do “*self*”.

O termo “alteridade” representa uma mudança desse enfoque filosófico anterior – o “outro epistêmico” ou o outro dialético – para um outro mais concreto e moral. A alteridade parte do pressuposto de que a construção do sujeito é inseparável da construção do outro.

Nesse contexto, o filósofo Emmanuel Lévinas (1983), ao tratar de alteridade, fala em transcendência pela percepção do rosto do Outro, pela relação com o que é radical e

¹² Tradução nossa para: “*Derechos humanos se deshacen en las esferas económica financiera tanto real como virtual, del trabajo y la producción al pasar a ser o descartes o valores serviciales de cambio a favor de la competitividad, la subjetividad depredadora y egoísta empresarial y la propiedad privada codiciosa de avariciosos y destructora de la naturaleza*” (Sánchez Rubio, 2018, p. 111).

irremediavelmente estranho ao “*soi*”: “A relação com o outro não é uma relação idílica e harmoniosa de comunhão, nem é uma simpatia pela qual a colocamos em seu lugar, nós a reconhecemos como semelhante a nós, mas externas a nós; a relação com o outro é uma relação com um Mistério¹³” (Lévinas, 1946/47, p. 63).

Ruiz (2008), ao interpretar as proposições de Lévinas, destaca o caráter enigmático e inatingível do Outro, afirmando que ele sempre se manterá um mistério, ainda que seja possível conhecer certos aspectos que o compõem, como sua personalidade, hábitos e modos de ser.

Mas o outro se nega a ser reduzido a conhecimento, não podemos exaurir o ser do outro num saber. Conhecemos o outro sempre de forma parcial e fragmentária porque o outro sempre tem a potencialidade de ser diferente. Nunca se consegue conhecer plenamente o outro. O outro, por exigência da sua alteridade, é irreduzível a qualquer forma de conhecimento. Isso não significa que não possamos conhecer aspectos do outro: sua personalidade, caráter, hábitos, modo de ser etc., porém todos os conhecimentos que possamos ter sobre o outro sempre serão insuficientes para reduzi-lo a uma categoria ou a um sistema de pensamento (Ruiz, 2008, p. 137).

Tal concepção de Ruiz (2008) enfatiza que a alteridade é uma dimensão que escapa ao domínio total do conhecimento. Por mais que tentemos compreender o Outro, a sua singularidade permanece irreduzível a categorias fixas ou sistemas de pensamento. Esse entendimento reflete uma tensão central na ética levinasiana: a possibilidade de relação sem apropriação, ou seja, de reconhecer o Outro sem reduzi-lo a algo plenamente assimilável.

Essa visão rompe com o paradigma tradicional da filosofia ocidental, que tende a subordinar o conhecimento do Outro ao mesmo, convertendo-o em objeto de entendimento. Ruiz (2008), ao reafirmar a impossibilidade de um conhecimento absoluto do Outro, convida a uma postura de humildade epistêmica e ética, pois, em vez de tentar esgotar o ser do Outro em definições, se deve considerar sua diferença e singularidade.

Num mundo onde as diferenças culturais, sociais e políticas frequentemente se tornam fontes de conflito, a proposição de que o Outro é “irreduzível” desafia as narrativas universalizantes que ignoram ou desvalorizam o particular. É precisamente na aceitação do mistério do Outro que reside a possibilidade de um diálogo genuíno, em que o encontro não é uma tentativa de assimilação, mas uma abertura para a coexistência e o reconhecimento mútuo.

¹³ Tradução nossa para: “*La relation avec l'autre n'est pas une idyllique et harmonieuse relation de communion, ni une sympathie par laquelle nous mettant à sa place, nous le reconnaissons comme semblable à nous, mais extérieur à nous; la relation avec l'autre est une relation avec un Mystère*” (Lévinas, 1946/47, p. 63).

Além disso, Ruiz (2008) sublinha que a potencialidade do Outro para ser sempre “diferente” é uma condição que enriquece as interações humanas. Essa diferença constante implica que o Outro não está fixado em um estado permanente, mas é dinâmico e em transformação. Tal perspectiva pode ser associada à ideia de que o encontro com o Outro não apenas é um desafio a reconhecê-lo, mas também implica na desconstrução contínua de si.

Para Lévinas (1999), a partir do reconhecimento do Outro pelo seu rosto, surge uma responsabilidade:

Na relação com o outro este aparece para mim como alguém a quem eu devo algo, em relação a quem eu sou responsável. Daqui a assimetria da relação Eu/Você, uma relação de completa diferença entre mim e você, porque toda a relação com o outro é uma relação de responsabilidade (Lévinas, 1999. p. 101).

Essa responsabilidade evocada por Lévinas (1999) nos leva a reconhecer a primazia de algo que permanece fora do domínio do *self*. O *self*, na compreensão do autor da ética da alteridade, alude à tendência do pensamento de transcender os limites de suas próprias particularidades e buscar o Outro, desejar o Outro.

Sobre a necessidade de uma ética da alteridade, Ruiz admite que “o sujeito nunca existiu nem existirá numa independência absoluta ou autonomia total. Pelo contrário o sujeito, por ser social e histórico, nasce sempre em relação a uma alteridade. É a alteridade que possibilita a constituição do sujeito” (Ruiz, 2006, p. 100).

Similarmente, mas numa perspectiva material da alteridade, ao abordar o sujeito de direitos, entende Paulo César Carbonari (2007) que:

A alteridade tem na diferença, na pluralidade, na participação, no reconhecimento seu conteúdo e sua forma. O compromisso com o mundo como contexto de relações é, portanto, marca fundamental da subjetividade que se faz, fazendo-se, com os outros, no mundo, com o mundo. Diferente das coisas, com as quais se pode ser indiferente, a relação entre sujeitos tem a diferença como marca constitutiva e que se traduz em diversidade e pluralidade, elementos que não adjetivam a relação, mas que se constituem em substantividade mobilizadora e formatadora do ser sujeito, do ser sujeito de direitos (Carbonari, 2007, p. 177).

Carbonari (2007) preconiza que a alteridade é relacional e formadora do sujeito (de direitos) à medida em que o “mesmo” dá lugar ao “outro” e a “diferença” é reconhecida como

diversidade. No entanto, na falta de interação, essa “diversidade” interpretativa pode esbarrar na problemática dos estigmas, dos estereótipos e do racismo propriamente dito.

Nesse sentido, Memmi adota uma posição mais cautelosa em relação à alteridade:

Talvez esse componente do racismo não tenha sido enfatizado o suficiente: o problema, *o pavor diante da alteridade*. Sempre, até certo ponto, o estrangeiro é estranho e assustador. Até mesmo o homem de outra classe social. E, do pavor à hostilidade, da hostilidade à agressão, as distâncias não são grandes. Para amar, é preciso relaxar, entregar-se, esquecer-se de si mesmo no outro, ou seja, mais ou menos, identificar-se com ele. O estrangeiro só é perdoado quando somos capazes de adotá-lo. Caso contrário, sua opacidade, sua resistência, inquietam, irritam (Memmi, 1968, p. 203, grifo do autor)¹⁴

O pavor descrito por Memmi (1968) justifica-se pelo absoluto estranhamento à diferença ou, como descreve Achille Mbembe (2014), o alterocídio: a construção ameaçadora do Outro. Para o negro, nesse sentido, entregar-se ao diálogo com o Outro pode ser desafiador, e até perigoso, contudo, a interação deve ocorrer para que o *self* seja exposto ao Outro, e vice-versa. A interação é elemento fundamental para a efetivação da alteridade.

1.3 Estigma: a distância entre atributo e estereótipo

De acordo com Irving Goffman, o termo “estigma” é utilizado para designar um “atributo profundamente depreciativo” (Goffman, 2004, p. 6) que desvaloriza um indivíduo. O autor afirma que o estigma surge das relações e interações sociais, quando a identidade de uma pessoa é “deteriorada” por atributos que a marcam como “desviantes” (do padrão social) e incapaz de cumprir seu papel na sociedade, ele se torna desqualificado para obter total aceitação social, nesse contexto, estigma nada mais é do que “um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (Goffman, 2004, p. 7).

Lippmann (2008) afirma que o estereótipo não deriva de experiências pessoais, mas de preconceções apreendidas culturalmente e que produzem imagens distorcidas da realidade em

¹⁴ Tradução nossa para: “*On n'a peut-être pas assez insisté sur cette composante du racisme: le trouble, l'effroi devant l'altérité. Toujours, en quelque mesure, l'étranger est étrange et effrayant. Même simplement l'homme d'une autre classe sociale. Et, de l'effroi à l'hostilité, de l'hostilité à l'agression, les distances ne sont pas grandes. Pour aimer, il faut se détendre, s'abandonner, s'oublier dans l'autre, c'est-à-dire, plus ou moins, s'identifier à lui. On ne pardonne à l'étranger que lorsqu'on arrive à l'adopter. Sinon, son opacité, sa résistance, inquiètent, irritent*” (Memmi, 1968, p. 203, grifo do autor).

prol de uma economia de interpretação do mundo: “os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados, e dos hábitos de nossos olhos. Na maior parte dos casos, nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos” (Lippmann, 2008, p. 66). Nesse sentido, os sujeitos, ao realizarem a generalização dos fatos, atributos e valores sociais coletam “aspectos do real já recortados e confeccionados pela cultura” (Bosi, 1977, p. 98).

A reprodução sistemática dos estereótipos se dá em diferentes conjunturas que estão “relacionadas às características particulares de sua emergência, tais como responder aos fatores ambientais, como nas situações de conflitos grupais e nas diferenças no poder e nos papéis sociais, justificar o *status quo* e, por fim, atender às necessidades da identidade social” (Pereira, 2002, p. 50).

Nesse sentido, a experiência de indivíduos negros com seus corpos, cor da pele e características físicas é eivada de estereótipos, expectativas sexuais e marcas que:

[...] foram carregadas ao longo de todo o processo histórico brasileiro, criando relações de poder e discursos que tem potencial para transformar o corpo negro em um espaço violável, explorável e dominável. As potências dominadoras e exploradoras que o corpo da mulher negra colonizada carrega são capazes de criar estratégias para se adaptar ao desejo do colonizador (Oliveira, 2016, p. 5).

Gomes (2019) afirma que a desvalorização das características físicas dos indivíduos negros impacta diretamente na construção de suas identidades:

Quanto mais preta é a cor da pele e mais crespo é o cabelo, mais as pessoas que possuem tais características são desvalorizadas e ensinadas a desvalorizar, não só esteticamente, mas também enquanto seres humanos. O racismo e a branquitude, ao operarem em conjunto, lançam dardos venenosos sobre a construção da identidade negra e tentam limitar os indivíduos negros, sobretudo as crianças e as mulheres que, ao se mirarem no espelho, veem aquilo que ele — o racismo — coloca à sua frente (Gomes, 2019, p. 19).

A sociedade cria imagens estereotipadas de um indivíduo ou grupo de indivíduos que não podem corresponder à realidade, o que Goffman (2004) denomina de identidade social virtual. No entanto, é a identidade social real que informa os atributos que de fato possuem as pessoas, assim, quanto maior for a desarmonia entre identidade virtual e real, mais acentuado será o estigma. O estigma, então, pode ser conceituado como signos que denotam inferioridade

(social, cultural, física, moral), os indivíduos estigmatizados são considerados insignificantes, subordinados e sujeitos à imediata reprovação (Goffman, 2004, p. 30).

O estigma pode ser entendido, de acordo com os critérios de Pierre Bourdieu (2004), como forma de violência simbólica, pois surge de um conjunto de experiências culturais, perceptivas e cognitivas que se cristalizam no desenvolvimento social das pessoas e passam a fazer parte das relações e interações em sociedade.

A violência simbólica, então, transforma-se em ferramenta de dominação e muitas vezes passa despercebida por suas vítimas, que tendem a incorporar e aceitar inconscientemente a violência que lhes é imposta, conforme explica Silvio Almeida:

Um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações. E a escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes (Almeida, 2018, p. 65).

Almeida (2018) denuncia que estereótipos sociais são reforçados por diferentes instituições e meios de comunicação, afetando a forma como as pessoas se enxergam e se relacionam com outros grupos sociais. São essas percepções que perpetuam a desigualdade.

Nobert Elias e John L. Scotson (2000) acreditam que essa incorporação do estigma pelo estigmatizado faz parte do cenário de dominação traçado pelo grupo tido como superior (estabelecidos) em face do grupo classificado como inferior (*outsiders*):

[...] os grupos mais poderosos, na totalidade desses casos, vêem-se como pessoas “melhores”, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros. Mais ainda, em todos esses casos, os indivíduos “superiores” podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores. (Elias & Scotson, 2000, p. 20).

Goffman (2004) faz uma importante consideração sobre a percepção dos estigmas, ele a divide em duas categorias: os indivíduos desacreditados e os desacreditáveis. Os

desacreditados são aqueles que carregam o estigma de maneira aparente: cor da pele, marcas, fenótipos, deficiências físicas, etc. Já os desacreditáveis podem se passar por “normais”¹⁵ à primeira vista – quando a diferença não está imediatamente visível e não se tem dela conhecimento prévio, mas ao falar, andar ou interagir em sociedade, ela pode ser revelada.

O autor também classifica o estigma de três formas:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas; em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualidade, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical; finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar todos os membros de uma família (Goffman, 2004, p 7-8).

O estigma associado aos negros, segundo os apontamentos de Goffman (2004), está relacionado aos estigmas “tribais de raça, nação e religião”, contudo, ao falar sobre os grupos minoritários estabelecidos (notadamente judeus e negros) o autor admite que:

Em termos sociológicos, a questão central referente a esses grupos é o seu lugar na estrutura social; as contingências que essas pessoas encontram na interação face-a-face é só uma parte do problema, e algo que não pode, em si mesmo, ser completamente compreendido sem uma referência à história, ao desenvolvimento político e às estratégias correntes do grupo (Goffman, 2004, p. 108).

Para que os estigmatizados possam viver livremente em sociedade e não apenas enclausurados em grupos que os percebem como iguais, é preciso que os ditos “normais” também os enxerguem para além de seus estereótipos¹⁶, que leiam seus atributos reais como meras diferenças (de caráter não pejorativo), num exercício autêntico de alteridade.

A população negra é integralmente desacreditada (completa e visivelmente estigmatizada), não há como esconder da sociedade o estigma que lhe estampa o corpo, sempre haverá lacunas de percepção entre sua identidade social virtual e sua identidade social real,

¹⁵ Goffman (2004) refere-se aos indivíduos não estigmatizados como “normais”.

¹⁶ A despeito de Goffman (2004) adotar o termo “informados” para se referir aos indivíduos que entendem intima ou institucionalmente o caráter depreciativo de determinados estigmas, aqui nós nos referimos a um aspecto amplo de reconhecimento, no sentido de abarcar toda e qualquer pessoa.

mesmo em interações que não demandem o “face a face”, sua imagem estará sujeita a um descrédito posterior.

1.4 Racismo segundo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

Estabelecidos os elementos que estigmatizam a população negra, é importante analisar agora a definição de racismo. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, em sua obra “Racismo e Antirracismo no Brasil”, faz uma importante revisão teórica e histórica sobre os aspectos que culminaram no racismo como parte estrutural da sociedade brasileira.

Para entender as conclusões sobre racismo compiladas por Guimarães, é preciso destacar os esforços dos pesquisadores que, na década de 1950, dedicaram-se a explorar o contexto racial brasileiro.

No pós-Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) patrocinou uma série de pesquisas sobre relações raciais no Brasil. Esse estudo ficou conhecido como “Projeto UNESCO” e, desde suas iniciais análises (que contaram com a participação de Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, Roger Bastide, Luiz de Aguiar Costa Pinto, entre outros), já colocavam em xeque a “fábula das três raças” e o imaginário de “nação brasileira”, tal qual preconizou Gilberto Freyre (2003).

Guimarães acredita que “a ideia de “democracia racial”, tal como reinterpretada pela antropologia de Freyre (2003), pode ser considerada um mito fundador de uma nova nacionalidade” (Guimarães, 2012, p. 54). Tal ideologia tornou-se consenso entre intelectuais brasileiros e ganhou importância internacional como política antirracista (Maio, 1999).

Os ideais de Freyre (2003) foram amplamente disseminados durante o Estado Novo (1937 – 1945) até o fim do período da ditadura militar (1964 – 1985) e pregavam, numa adaptação antropológica da tese do “branqueamento”, a capacidade da nova nação brasileira de absorver e incorporar mestiços e negros e, para tanto, eles deveriam abrir mão de suas ancestralidades. Em nome dessa nova ideologia, aos “incorporados” cabia a obrigação de discrição e, quando possível, a invisibilidade.

Na introdução do livro “Branços e pretos na Bahia”, de Donald Pierson, Robert Park observa que “esta tendência [“do Brasil absorver a gente de cor”], entretanto, não é simplesmente fato histórico e biológico; é antes manifestação de uma ideologia (*policy*)

nacional, na medida em que se pode dizer que o Brasil tem uma ideologia relativa a gente de cor” (Park, 1971, p. 82-3). As três raças fundadoras dessa emergente nacionalidade teriam proporcionado uma convivência pacífica entre os indivíduos, todos advindos de um “caldeirão étnico”. Guimarães (2012) entende que esse ideário de nação brasileira tem origens racistas e serve para encobrir a tese do “branqueamento” a favor de certa “europeidade” mestiça:

O núcleo racista desses conceitos reside na ideia, às vezes totalmente implícita, de que foram três as “raças” fundadoras da nacionalidade, que aportaram diferentes contribuições, segundo as suas qualidades do seu potencial civilizatório. A cor das pessoas assim como seus costumes são, portanto, índices do valor positivo ou negativo dessas “raças”. No cerne deste modo de pensar a nacionalidade, a marca de cor torna-se indelével, não porque sinalize uma ancestralidade inferior, mas porque “explica” a posição inferior atual da pessoa em causa (Guimarães, 2012, p. 56).

A partir das décadas de 1980 e 1990, o Movimento Negro Unificado (MNU) emergiu como uma coalizão de diversas entidades, grupos e associações negros, se consolidando como uma força na luta contra a discriminação racial, o racismo e a opressão policial. O MNU se fundamentava no resgate de uma identidade étnica negra, na valorização de seus símbolos e da cultura africana, ao mesmo tempo em que lutavam contra o racismo, as desigualdades raciais e reafirmavam sua identidade, os movimentos negros também desconstruíam sistematicamente o mito da democracia racial (Costa, 2006).

Da década de 1980 aos dias de hoje, mesmo com todos os avanços decorrentes de vertentes do multiculturalismo, das lutas e movimentos antirracistas e do ideal democrático pautado nos direitos humanos onde os indivíduos são todos “portadores de direitos inalienáveis à vida em sociedade, num certo patamar de dignidade” (Guimarães, 2012, p. 213), o racismo ainda impera explícita e implicitamente na sociedade.

O universalismo herdado dos princípios da Revolução Francesa, que se expressa na máxima de que a “lei deve ser igual para todos”, está gradualmente dando lugar a uma concepção mais exigente de igualdade que não se satisfaz com a igualdade meramente positivada nos regramentos jurídicos.

Guimarães (2012) lembra que, na ausência de discriminações raciais institucionalizadas, o racismo prospera na noção de subalternidade, entre uma cidadania definida, detentora de direitos fundamentais e outra cidadania é que fictícia “cujos direitos são, em geral, ignorados, não cumpridos e estruturalmente limitados pela pobreza e pela violência cotidiana” (Guimarães,

2012, p. 59). O racismo reside nas distâncias sociais que imperam entre brancos e negros, nas desigualdades de educação e renda e nas restrições de cidadania que existem na prática.

No mesmo sentido, Albert Memmi (1982) detecta que o racismo demarca e legitima a dominância de um grupo sobre o outro e vai além, considera o racismo como “uma valorização generalizada e definitiva das diferenças reais ou imaginárias, em benefício do acusador e em detrimento de sua vítima, a fim de legitimar uma agressão ou privilégios”¹⁷ (Memmi, 1982, p. 99). Para o autor, as diferenças concretas entre os indivíduos não precisam existir para que exista racismo, basta que sejam imaginadas.

Guimarães atribui a adoção errônea do termo “raça” sob uma perspectiva biológica a subordinação permanente enfrentada até hoje pelos grupos racializados:

A transformação da desigualdade temporária¹⁸ – cultural, social e política – numa desigualdade permanente, biológica, é um produto da ideologia cientificista do século XIX. No entanto, depois da justificativa racial ter perdido legitimidade científica, a suposta inferioridade cultural – em termos materiais e espirituais – de grupos humanos em situação de subordinação passou a ser a justificativa padrão do tratamento desigual (Guimarães, 2012, p. 214).

O racismo, tal qual existe nos dias de hoje, é, segundo Guimarães (2012), a expansão do pensamento de que os indivíduos conquistados ou escravizados em função da “raça” eram inferiores em aspectos intelectuais, morais e culturais aos conquistadores. Essa doutrina racista que justificava a desigualdade entre senhor e escravo encontrou guarida no direito e na biologia no século XIX, mas foi rechaçada e não possui mais legitimidade, face ao reconhecimento da igualdade de direitos entre os cidadãos. No entanto, se a ideologia racista não mais é respaldada pela ciência¹⁹ ou pela lei, como se justifica o racismo na sociedade brasileira?

Para explicar essa indagação, Guimarães (2012) propõe que se considere que qualquer justificativa para diferenças entre indivíduos pautada na “ideia de raça” pode ser racista, pois

¹⁷ Tradução nossa para: “[...] *la valorisation, généralisée et définitive, de différences réelles ou imaginaires, au profit de l'accusateur et au détriment de sa victime, afin de légitimer une agression ou un privilège*” (Memmi, 1982, p. 99).

¹⁸ Guimarães aponta que a subordinação dos grupos humanos era temporária em razão de armas, cativo, conquistas, destituição material e cultural e em razão da pobreza (2012, p. 213 – 214).

¹⁹ Jean-Frédéric Schaub (2019) e Robert Wald Sussman (2014) argumentam veementemente que nenhum tipo de racismo pode encontrar respaldo científico. No mesmo sentido, Guimarães argumenta que “é impossível definir geneticamente raças humanas que correspondam às fronteiras edificadas pela noção vulgar, nativa, de raça. Dito ainda de outra maneira: a construção baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo, é algo que não temo menor respaldo científico” (Guimarães, 2003, p. 96).

significaria legitimizar diferenças sociais a partir de diferenças biológicas. Ademais, também adentra a problemática racista a noção de superioridade ou inferioridade cultural de povos, etnias ou grupos, noção que veio a substituir o discurso da raça, sendo assim a “cultura” um subterfúgio para discriminações que podem ser retraçadas à ideia de raça.

“Raça” aqui é retratada como uma ideia, uma categoria analítica, como defende Guimarães (2012). No mesmo sentido, Stuart Hall considera “raça” como uma linguagem, “uma construção discursiva, um conceito classificatório importante na produção da diferença, um significante flutuante, deslizando, que significa diferentes coisas em diferentes épocas e lugares” (Hall, 2015, p. 1). Para Hall, o conceito de raça deve ser interpretado de acordo com as lutas sociais e os momentos históricos e culturais, numa perspectiva sempre relacional, como uma linguagem, pode ser readaptado e ressignificado com o passar do tempo.

Neusa Santos Souza também entende raça como noção ideológica, critério para ocupação de lugar na estrutura de classes:

Apesar de estar fundamentada em qualidades biológicas, principalmente a cor e a pele, raça sempre foi definida no Brasil em termos de atributo compartilhado por um determinado grupo social, tendo em comum a mesma graduação social, o mesmo contingente de prestígio e mesma bagagem de valores culturais (Souza, 2021, p. 48).

Assim, o racismo tanto pode ser um conjunto de práticas discriminatórias individuais (relacionadas a atitudes ou preferências), quanto diz respeito a um sistema social que coloca grupos humanos considerados como raça ou racializados em situação desvantajosa nos quesitos econômico, político, social e cultural:

Neste caso, as desigualdades sociais são tidas como raciais na medida em que se encontrem e se comprovem mecanismos causais, que operem no plano individual e social, e que possam ser retraçados ou reduzidos à ideia de raça. Neste sentido, racismo não é mais uma ideologia que justifica desigualdades, mas um sistema que as reproduz. A justificativa, nesse caso, pode ser cultural (inferioridade ou inadequação) ou outra. O importante é que grupos que se definem e são definidos por meio de atributos raciais (como a cor) ocupam, de modo permanente, posições de poder e posição social assimétricas, como resultado da operação de mecanismos de discriminação (Guimarães, 2012, p. 216 – 217).

O racismo, então, segundo o autor, é um sistema que reproduz discriminações por meio de três mecanismos: em primeiro lugar, os psicológicos ou individuais, que criam e mantêm

peessoas com autoestima baixa devido a inferiorização de suas características somáticas ou culturais (tanto pela escolarização formal quanto pela discriminação em pequenas comunidades²⁰), em segundo lugar há os mecanismos que influem no cotidiano desses indivíduos: as exclusões e discriminações diretas, ainda que de forma discreta e aparentemente cortês e em último lugar, os mecanismos de exclusão e discriminação que funcionam nos limites do impessoal e utilizam-se de táticas burocráticas para operar: “preços das mercadorias e dos serviços, as qualificações formais ou tácitas exigidas, qualidades pessoais, diplomas, aparência, etc” (Guimarães, 2012, p. 218).

A análise de Guimarães (2012) sobre o racismo no Brasil revela a complexidade e a profundidade das desigualdades raciais na sociedade. Ele argumenta que o racismo é um sistema estrutural que reproduz discriminações e desigualdades através de múltiplos mecanismos e justificativas ideológicas. Para combater efetivamente o racismo, é necessário um entendimento crítico desses mecanismos e um compromisso contínuo com a promoção de políticas antirracistas que não apenas reconheçam, mas também desafiem e desmantelem as estruturas de poder e privilégio racial que sustentam a desigualdade no Brasil.

1.5 Perspectivas sobre o racismo estrutural: as considerações de Silvio de Almeida e Muniz Sodré

O racismo estrutural é um conceito-chave para a compreensão da desigualdade racial nas sociedades contemporâneas. Vai além das atitudes individuais face ao preconceito ou à discriminação e abrange a forma como as instituições e as estruturas sociais perpetuam e reforçam estas desigualdades.

Essa ideia de que o racismo não se limita a ações individuais ou preconceitos pessoais, mas é uma característica integrada nas estruturas sociais, políticas e econômicas, ganhou força especialmente a partir da segunda metade do século XX. Os sociólogos e cientistas sociais que investigaram o desenvolvimento da desigualdade racial nos Estados Unidos foram precursores do desenvolvimento desse conceito. Entre eles, estão Stokely Carmichael (Kwame Ture) e

²⁰ De acordo com Norbert Elias, conforme citado por Guimarães (2012, p. 217) para destacar o papel discriminatório que as pequenas vizinhanças e comunidades exercem no que diz respeito a esse mecanismo: “[...] uma das muitas armas pelas quais o grupo superior defende suas reivindicações carismáticas e mantém os estranhos e proscritos em seu lugar é o mexerico”.

Charles V. Hamilton, que na obra: “*Black Power: The Politics of Liberation in America*” fazem distinção entre racismo individual e institucional:

O racismo é tanto explícito quanto implícito. Ele assume duas formas estreitamente relacionadas: brancos individuais agindo contra negros individuais, e atos da comunidade branca como um todo contra a comunidade negra. Chamamos isso de racismo individual e racismo institucional. O primeiro consiste em atos explícitos de indivíduos, que causam morte, lesão ou a destruição violenta de propriedade. Esse tipo pode ser registrado por câmeras de televisão; frequentemente pode ser observado no momento em que é cometido. O segundo tipo é menos explícito, muito mais sutil, menos identificável em termos de indivíduos específicos cometendo os atos. Mas não é menos destrutivo para a vida humana. O segundo tipo origina-se na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade, e, portanto, recebe muito menos condenação pública do que o primeiro tipo²¹ (Hamilton & Ture, 1992, p. 4).

Ao diferenciar racismo individual de institucional, os autores (Hamilton & Ture, 1992) ilustram como o racismo institucional perpetua discriminações sistêmicas que resultam em dependência econômica, alta mortalidade, precárias condições de saúde, baixa qualidade educacional, degradação psicológica dentro da comunidade negra, mas aos olhos da sociedade, esse tipo de racismo apresenta contornos menos nocivos do que o racismo individual.

De igual modo, Bonilla-Silva (2013) observa que o racismo moderno permite que as desigualdades raciais sejam mantidas por práticas sistêmicas aparentemente neutras: “a desigualdade racial contemporânea é reproduzida através de práticas de um “novo racismo” que são sutis, institucionais e aparentemente não raciais”²² (Bonilla-Silva, 2003, p. 3).

Na América Latina, Aníbal Quijano desenvolveu o conceito de “colonialidade do poder” para descrever a persistência de estruturas de dominação racial que emergiram do colonialismo europeu. O autor argumenta que:

²¹ Tradução nossa para: “*Racism is both overt and covert. It takes two, closely related forms: individual whites acting against individual blacks, and acts by the total white community against the black community. We call these individual racism and institutional racism. The first consists of overt acts by individuals, which cause death, injury or the violent destruction of property. This type can be recorded by television cameras; it can frequently be observed in the process of commission. The second type is less overt, far more subtle, less identifiable in terms of specific individuals committing the acts. But it is no less destructive of human life. The second type originates in the operation of established and respected forces in the society, and thus receives far less public condemnation than the first type*” (Hamilton & Ture, 1992, p. 4).

²² Tradução nossa para: “*contemporary racial inequality is reproduced through “new racism” practices that are subtle, institutional, and apparently nonracial*” (Bonilla-Silva, 2003, p. 3).

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. (Quijano, 2009, p. 118).

No Brasil, a discussão sobre racismo estrutural ganhou destaque com o trabalho de Silvio de Almeida (2018). Ele articula como o racismo está entranhado na organização econômica, política e social do Brasil, afetando oportunidades de vida, perpetuando e reproduzindo a desigualdade. Almeida (2018) ainda concebe que o racismo no Brasil não é um fenômeno isolado ou esporádico, mas uma característica permanente da sociedade brasileira, refletida nas disparidades em educação, saúde, segurança e mercado de trabalho.

Sodré (2023), também contribui significativamente para esta discussão, ele utiliza a expressão “fascismo da cor”²³ para descrever uma forma de racismo no Brasil que, embora não institucionalizada de maneira formal como o fascismo²⁴, opera de maneira sistemática, de forma “recorrente, mas sem a legitimidade outorgada pela unidade de um sistema ou estrutura” (Sodré, 2023, p. 49). Destacando a persistência das formas sociais²⁵ derivadas da escravidão e sua influência nas interações sociais contemporâneas, ele entende que o efeito estrutural do racismo brasileiro é, na verdade, elemento de uma forma.

²³ Um dos mecanismos centrais do “fascismo da cor” é a negação ou silenciamento das realidades raciais. A ambiguidade é utilizada para excluir a visibilidade pública dos descendentes de escravos e negar a existência do racismo, tratando-o como algo importado de outras realidades que não a brasileira. Esse mecanismo de negação atua para manter a ordem racial estabelecida, afastando a discussão sobre racismo e suas implicações das esferas pública e política (Sodré, 2023).

²⁴ O autor sustenta que forma social escravista é uma derivação do fascismo na medida em que ambos compartilham mecanismos de dominação autoritária, exclusão sistemática e manutenção de uma ordem social hierárquica (Sodré, 2023).

²⁵ Segundo Sodré, as formas sociais são configurações complexas que estruturam a sociedade e suas relações de poder, além de serem expressões concretas da organização social e incluem elementos culturais e simbólicos que sustentam e perpetuam as hierarquias sociais. Ele descreve a forma social escravista como uma “imagem de mundo” que concilia a imutabilidade do passado com a transformação das relações sociais. Isso sugere que, mesmo após mudanças formais, como a abolição da escravidão, as práticas e percepções racistas permanecem enraizadas nas estruturas sociais. Ele argumenta que essas formas sociais são dinâmicas e continuam a perpetuar o racismo, mesmo na ausência direta de negros, destacando a importância das narrativas e da linguagem na construção e manutenção das realidades raciais (Sodré, 2023).

Assim, o autor (Sodré, 2023) emprega o conceito de “paraestrutura” para descrever essa forma de racismo que opera de maneira sistemática, mas não está completamente embutida nas estruturas formais e visíveis da sociedade:

Considere-se, assim, a palavra *paraestrutura*: o prefixo grego para aponta para um processo “ao lado” de um sistema identificável. É possível pensar em “estrutura” como um jogo com suas regras e peças interdependentes. Há situações cruciais em que as peças mudam, mas o jogo continua. No caso do racismo pós-abolicionista, mudou o jogo (estrutura), porém ficaram as peças imersas no imaginário escravista; isto é, nas imagens ambíguas de uma forma social hierárquica. *Paraestrutural* significa estar *fora da estrutura jurídico-política, mas dentro das vontades e das práticas*, na medida em que para isso houver margem institucional ou então oportunidade social (Sodré, 2023, p. 50, grifos do autor).

Sodré (2023) argumenta que o racismo paraestrutural é transmitido socialmente através da dinâmica institucional e se configura como uma “significação imaginária central” que sustenta políticas discriminatórias por meio de formas esquemáticas ou imagens dinâmicas. Ele destaca que a adequação adjetiva, para caracterizar o racismo como paraestrutural, explica a complexidade do que está “arraigado” no sentimento racista (Sodré, 2023, p. 49).

Sodré (2023) ainda defende que a forma social escravista é fundamental para explicar o patrimonialismo que caracteriza o Estado brasileiro desde suas origens. Ele observa que padrões estritos de nascimento, relações de casamento e compadrio garantem a hierarquia social, perpetuando privilégios e exclusões baseados na cor. Essa estrutura social patrimonialista é mantida e reforçada através de redes familiares e sociais que asseguram a continuidade do poder nas mãos de determinados grupos.

Apesar das mudanças formais na estrutura social e política do Brasil, as práticas discriminatórias continuam a ser reproduzidas, perpetuando a lógica de subalternidade imposta aos negros. Sodré (2023) explica que, mesmo sem uma estrutura formalmente escravista, as dinâmicas de exclusão e discriminação permanecem, agora camufladas em práticas cotidianas (simbólicas e culturais) e institucionais que continuam oprimir as populações negras.

Almeida (2018) concebe o racismo como um fenômeno incutido na organização política, econômica e social da sociedade. Ele destaca que o racismo funciona como um processo histórico e político que perpetua a discriminação sistemática de grupos racialmente identificados, fornecendo “o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (Almeida, 2018, p. 16).

Para Almeida (2018), combater o racismo exige mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas, destacando a intersecção entre o racismo e outras estruturas sociais como a economia e a política:

Ainda que essencial, a mera presença de pessoas negras e outras minorias em espaços de poder e decisão não significa que a instituição deixará de atuar de forma racista. A ação dos indivíduos é orientada, e muitas vezes só é possível por meio das instituições, sempre tendo como pano de fundo os princípios estruturais da sociedade, como as questões de ordem política, econômica e jurídica (Almeida, 2018, p. 37-38).

Ambos os autores concordam que o racismo é um fenômeno estrutural e não apenas individual ou institucional. Eles reconhecem que o racismo está arraigado na organização da sociedade e nas suas estruturas políticas, econômicas e sociais. Além disso, identificam o racismo como um processo histórico e político, se adaptando ao longo do tempo e do contexto histórico.

No entanto, há diferenças entre suas abordagens. Almeida (2018) enfatiza como a ideologia molda o inconsciente coletivo e normaliza as desigualdades raciais, enquanto Sodré (2023) foca nas formas sociais derivadas da experiência escravista, destacando as dimensões simbólica e narrativa do racismo, ele também incorpora elementos da semiose social e da midiaticiza o, analisando como as formas escravistas se manifestam nas intera oes cotidianas e nas mentalidades sociais.

Os dois autores também divergem quanto   designa o do vocábulo “estrutural” para caracterizar o racismo brasileiro. Almeida (2018) entende o termo como suficiente para explicar as dimensões econômicas e políticas do racismo. Sodré (2023), por outro lado, admite que existe uma dimensão “estruturante” predominante que rege as práticas discriminatórias dentro da esfera privada, mas argumenta que na esfera pública, embora também haja incidência de práticas discriminatórias, não existe uma estrutura formalizada que justifique o título “racismo estrutural”.

Em conclusão, Silvio de Almeida (2018) e Muniz Sodré (2023) oferecem contribui es significativas para a compreensão do racismo estrutural no Brasil. Suas análises, embora distintas, são complementares e destacam tanto a importância das estruturas sociais quanto das formas simbólicas e narrativas na perpetua o do racismo.

1.6 A população negra brasileira como minoria social, a luta contra-hegemônica e o direito à comunicação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimava, até o ano de 2018, que a população negra brasileira representava 55,8% da população total²⁶, logo, maioria numérica da população, composta por pretos e pardos. Destaca-se que, no Brasil, os pardos vivem numa espécie de limbo, pois não sabem como devem ser lidos pela sociedade e sonham em poder “se passar” por brancos e enfraquecem o orgulho negro, conforme aponta Munanga:

A maior parte das populações afro-brasileiras vive hoje nessa zona vaga e flutuante. O sonho de realizar um dia o “*passing*” que neles habita enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indisfarçáveis. Estes, por sua vez, interiorizaram os preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação dos valores culturais do mundo branco dominante (Munanga, 1999, p. 88)

Isso se deve ao “colorismo”, conceito transposto dos Estados Unidos, o *colorism* surgiu para explicar a preferência por uma pele mais clara e a classificação do valor individual pessoal de acordo com o tom de pele (Glenn, 2009). Sodré (2023), ao analisar a incidência discriminatória fenotípica nos Estados Unidos, considera que a sociedade está tomada por uma “afecção racista”, nos termos em que “a cor pele   o  ndice imediato para o ato discriminatório, mas não se trata apenas de fenótipo e sim de genótipo, portanto, de raça, apesar da prova biológica em contrário. Em termos morfológicos, o *racismo americano   epidérmico e subdérmico* (Sodré, 2023, p. 34-35, grifo do autor).

No Brasil, a intensidade do racismo varia em proporção direta aos traços e características negras (Nogueira, 2006, p. 296). Numa análise crítica do termo, em que situa o colorismo como uma “disputa autofágica” entre negros e negras, Oliveira (2021) explica que no cerne dessa disputa está a dimensão de “quem   mais negro que outro baseado na ideia de que a *experiência* individual de uma pessoa com a pele mais escura   mais dolorosa e, portanto, mais “autêntica” do que quem tem a pele mais clara” (Oliveira, 2021, p. 196, grifo do autor).

²⁶ Dados disponíveis na Pesquisa Desigualdades por Cor e Raça no Brasil: <<https://bit.ly/ibgenegros>> Acesso em 27 de novembro de 2021.

Outrossim, os negros são considerados uma minoria social. Isso porque ocupam uma posição não dominante dentro do Estado e gozam, na prática, de menos direitos, conforme explica a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia Antunes Rocha:

Não se toma minoria no sentido quantitativo, senão no de qualificação jurídica de grupos contemplados ou aceitos com um cabedal menor de direitos, efetivamente assegurados, que outros, que detém o poder (...) a minoria, na prática de direitos, nem sempre significa o menor número de pessoas. Antes, nesse caso, uma minoria pode bem compreender um contingente que supera em número (mas não na prática, no respeito etc.) o que é tido por maioria (Rocha, 1996, p. 285).

As minorias, nesse sentido, são grupos com menor reconhecimento social e jurídico de direitos, por flagrada discriminação de aspectos coletivos identitários (racismo, machismo, homofobia, estigma, etc.). Já Muniz Sodré classifica como minorias os grupos que não possuem voz ativa dentro da sociedade ou poder de influir nas decisões políticas:

A noção contemporânea de minoria – isto que aqui se constitui em questão – refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidas com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social. Por isso, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas, etc. (Sodré, 2005, p. 12)

Para Sodré (2005), a ausência de voz ativa implica numa desvantagem democrática para os grupos minoritários, que devem participar da luta contra-hegemônica em busca de espaço e representação, uma vez que “minorias não é, portanto, uma fusão gregária mobilizadora, como massa ou a multidão ou ainda um grupo, mas principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica” (Sodré, 2005, p.11).

O autor evoca o conceito de “devir minoritário” de Deleuze e Guattari para estabelecer minoria como um “lugar” de mudança constante e passagem. Desse modo, Sodré (2005) acredita que muito mais que um conjunto de indivíduos marginalizados pela sociedade, minoria é uma acepção simbólica, um espaço de luta marcado por “fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder” (Sodré, 2005, p. 12). Schaun (2005), em aceno às proposições teóricas de Sodré, afirma que “o negro no Brasil é mais um lugar do que o indivíduo

definido pura e simplesmente pela cor da pele” (Schaun, 2005, p.177). Essa noção de minoria como “lugar” esbarra no conceito flutuante de raça de Hall (2015).

Segundo Sodré (2005), as minorias possuem as seguintes características: vulnerabilidade jurídico-social; identidade *in statu nascendi*; luta contra-hegemônica e estratégias discursivas.

A vulnerabilidade jurídico-social está atrelada   ausência de relevância do grupo minoritário dentro do ordenamento jurídico-social. Identidade *in statu nascendi* remete ao estado de constante “recomeço” das identidades minoritárias, continuamente em busca de autoafirma o (Sodré, 2005).

Os grupos minoritários, ainda de acordo com o autor, devem estar engajados no sentido de provocar mudanças político-sociais para diminuir a concentra o de poder hegem nico²⁷, para tanto, necessitam tecer estratégias discursivas como recursos de luta, entre essas estratégias estão as passeatas, manifestos, participa es em jornais, revistas e, a estratégia discursiva mais relevante para esta análise: as manifesta es na web (Sodré, 2005).

Os novos movimentos sociais passaram a ocupar espaços significativos e a destacar questões que vão além das demandas puramente político-econômicas. Minorias, abrangendo grupos sexuais, religiosos, étnicos, entre outros, emergiram no cenário social com suas bandeiras político-culturais. Eles não apenas buscam do Estado somente garantias como “seguro-desemprego, assistência social e serviços públicos, mas também o reconhecimento de suas diferenças de suas singularidades, de suas identidades” (Barbalho, 2005, p.30).

A m dia tradicional hegemônica reproduz e reforça os estigmas experimentados pelas minorias e frustra a inser o igualitária de todos no *bios midiático*: a esfera da vida midiaticizada que inclui as rela es sociais regidas pelo digital (Sodré, 2002).

No mesmo sentido, Mainieri (2013) sugere que a média, com seu poder de emissão, silencia as vozes das periferias, impedindo a verdadeira interlocu o e a diversidade de perspectivas:

O processo de comunica o, calcado no diálogo, na possibilidade concreta de interlocu o,   solapado pela fala de uma só voz. A m dia tradicional,

²⁷ Os grupos de minorias devem estar atentos e observar a repercussão midiática dessas manifesta es de luta, para que não sejam esvaziadas e/ou reportadas falsamente e conseqentemente perderem força institucional (Sodré, 2005).

revestida de seu poder de emissora, estabelece um monólogo, onde *as vozes da periferia não encontram eco* (Mainieri, 2013, p. 49, grifo nosso).

Argumenta Elhajji (2004) que o processo de luta contra-hegemônica provoca:

[...] reações abruptas e muitas vezes violentas por parte das culturas e das identidades singulares ou minoritárias ameaçadas pelo trator nivelador do mercado mundial e do molde existencial único. Reações que vão dos mais cruéis e sangrentos enfrentamentos até as mais diversas revoluções moleculares e estratégias micropolíticas de reterritorialização, reformulação e re-apropriação de territórios existenciais e espaços públicos ou comunitários (Elhajji, 2004, p. 42).

O desejo de participar efetivamente da circulação midiática e fugir das reações e violências físicas advindas da “re-apropriação de espaços públicos”, tal qual descreveu Elhajji (2004), impulsionou a comunicação das minorias por meio das aplicações oriundas da web 2.0²⁸: as mídias sociais. Santaella (2004, p. 162) admite que a interatividade “provocou transformações fundamentais no esquema clássico da comunicação, pois muda a natureza da mensagem e muda o papel do emissor”. Nesse contexto, desde seu advento, as mídias sociais tornaram-se o principal recurso discursivo utilizado pelos grupos minoritários.

Em síntese, Sodré (2005) propõe a inversão do *status quo* e quebra do poder hegem nico por meio de luta e cria o de espaços de fala, o autor entende que o conjunto voz ativa/a o das minorias pode democraticamente levar a sociedade a questionar os estamentos sociais, “uma vez que falar   existir absolutamente para o outro” (Fanon, 2008, p. 33).

Barbalho (2005) ratifica as posi es conceituais de Sodré e afirma que ocupa o da m dia daria vazão “  luta das minorias no que ela tem de mais radical (no sentido de raiz): poder falar e ser ouvida” (Ibid, p. 36).

O direito   comunica o   reconhecido como um direito humano fundamental, essencial para a efetiva o de uma cidadania plena e democrática. No Brasil, a Constitui o Federal de 1988 garante a liberdade de expressão e o acesso   informa o em seu artigo 5  e artigos 220 a 224, reafirmando a centralidade da comunica o como um elemento-chave para o exercício dos direitos individuais e coletivos.

²⁸ O conceito de web 2.0 será tratado a seguir, no segundo capítulo. Por ora   importante saber que web 2.0   a evolu o da web como ferramenta de busca para a web interativa.

O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), conhecido como o marco regulatório da internet, foi criado para estabelecer diretrizes que garantam um uso mais justo e democrático da rede. Baseado em princípios como neutralidade da rede, liberdade de expressão, privacidade e proteção de dados, esse marco é essencial para entender como comunidades virtuais, como as de mulheres negras no YouTube, conseguem se organizar, resistir e florescer em um ambiente digital que, muitas vezes, reflete as desigualdades do mundo *offline*.

A neutralidade da rede, um dos pilares do Marco Civil, é um dos aspectos mais importantes para essas comunidades. Ela garante que todos os dados trafeguem com a mesma prioridade, sem que plataformas ou provedores possam privilegiar determinados conteúdos em detrimento de outros. Para as mulheres negras que utilizam o YouTube como espaço de expressão, isso significa que seus vídeos, que abordam temas como racismo, gênero, autoestima e representatividade, têm a mesma chance de alcançar o público que os conteúdos de grandes produtoras. Sem a neutralidade, corre-se o risco de que apenas os grandes *players* tenham visibilidade, silenciando vozes que já são marginalizadas.

A liberdade de expressão, outro princípio fundamental do marco regulatório, também desempenha um papel importante. No entanto, essa liberdade não é ilimitada. Ela coexiste com a responsabilidade pelo que é publicado, o que pode gerar dilemas quando esses espaços são invadidos por discursos de ódio ou violência digital. Infelizmente, grupos minoritários são alvo frequente de ataques online, o que coloca em xeque a proteção efetiva de seus direitos no ambiente digital.

A privacidade e a proteção de dados são outros pontos centrais, especialmente com a aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018). A exposição na internet torna os criadores de conteúdo vulneráveis não apenas a ataques, mas também a violações de privacidade. A garantia de que suas informações sejam tratadas com transparência e cuidado é, portanto, um fator que contribui para a manutenção desses espaços de diálogo e resistência.

No entanto, apesar dos avanços trazidos pelo marco regulatório, ainda há desafios significativos. A falta de fiscalização adequada e a persistência de práticas discriminatórias nas plataformas digitais mostram que a legislação, por si só, não é suficiente. É preciso ir além, criando políticas públicas que promovam a inclusão digital e combatam a violência online de forma efetiva. Para as comunidades de mulheres negras no YouTube especificamente, isso significa não apenas garantir seus direitos no ambiente digital, mas também reconhecer o valor de suas vozes como agentes de transformação social.

Outrossim, a democratização da comunicação no Brasil é uma questão central para a promoção de igualdade e justiça social, uma vez que o direito à comunicação não é apenas individual, mas também coletivo, que depende da criação de condições estruturais que garantam a pluralidade de vozes e narrativas, especialmente de grupos historicamente marginalizados. É nesse contexto que o YouTube emerge como uma ferramenta importante para o empoderamento digital, permitindo a produção e disseminação de conteúdos por pessoas e comunidades que, em outros tempos, tinham pouco ou nenhum acesso aos meios tradicionais de comunicação.

Contudo, o direito à comunicação no Brasil enfrenta desafios significativos, mesmo no contexto digital. Embora o YouTube e outras redes sociais ampliem as possibilidades de acesso à comunicação, a concentração de audiência (Viana & Carrera, 2019) e a falta de regulamentações adequadas para lidar com as dinâmicas dessas mídias podem limitar sua capacidade de promover pluralidade. Além disso, persistem barreiras estruturais, como o racismo e o sexismo, que dificultam a plena realização do direito à comunicação por grupos marginalizados.

A invisibilidade algorítmica enfrentada pelas *youtubers* negras revela as desigualdades persistentes no ambiente digital, mesmo em um espaço considerado mais acessível e democrático, como o YouTube. Segundo Viana & Carrera (2019), embora a internet ofereça a possibilidade de produzir e disseminar conteúdos diversos, essas criadoras enfrentam barreiras estruturais que limitam²⁹ seu alcance e visibilidade em comparação às suas contrapartes não negras.

Um dos fatores apontados pelas autoras é a relação entre a temática racial e a percepção do público. Enquanto as *youtubers* negras frequentemente discutem questões relacionadas à negritude, ao racismo e ao empoderamento feminino sob um viés interseccional, as *youtubers* não negras tendem a adotar um discurso mais universal, como o “ser mulher”, que, por vezes, é percebido como mais acessível ou inclusivo para um público mais amplo. Essa diferenciação no discurso influencia diretamente o alcance dos conteúdos. Como argumentam Viana & Carrera (2019), o algoritmo e o público parecem privilegiar a neutralidade associada à branquitude, enquanto discursos mais críticos ou racializados enfrentam resistência e menor circulação.

²⁹ Essa limitação é evidenciada pelos dados apresentados no estudo de Viana & Carrera (2019), que mostram que *youtubers* negras, mesmo abordando temáticas semelhantes, alcançam números significativamente menores de inscritos, visualizações e engajamento em relação a *youtubers* não negras.

Essa dinâmica é agravada pelo funcionamento das plataformas digitais. O YouTube, como destacam Burgess e Green (2009), opera com base em algoritmos que favorecem conteúdos com maior número de visualizações e interações iniciais, criando um ciclo de exclusão para criadores que já enfrentam desigualdades estruturais. No caso das *youtubers* negras, sua menor visibilidade inicial resulta em menor priorização pelos algoritmos, o que reduz ainda mais seu alcance.

Outro aspecto relevante é a diferença no transbordamento midiático. Viana & Carrera (2019) observam que *youtubers* não negras conseguem expandir sua presença para além do ambiente digital, sendo convidadas para entrevistas, programas de televisão e outras mídias tradicionais, o que contribui para fortalecer sua visibilidade e alcance. Por outro lado, as *youtubers* negras, mesmo quando abordam temas de grande relevância social, raramente conseguem romper essa barreira e ocupar espaços midiáticos tradicionais, perpetuando sua invisibilidade.

Sendo assim, no Brasil, os negros, historicamente marcados pela exploração e discriminação, ocupam um lugar de invisibilidade algorítmica, luta contra-hegemônica e vulnerabilidade jurídico-social. Além disso, enfrentam a constante necessidade de autoafirmação identitária, buscando estratégias discursivas sempre que isso se torna possível. Como apontam Silva & Rosemberg (2008), “a mídia participa da sustentação e produção do racismo estrutural e simbólico da sociedade brasileira, uma vez que produz e veicula um discurso que naturaliza a superioridade branca, acata o mito da democracia racial e discrimina os negros” (p. 74). Nesse contexto, a presença negra na esfera pública e midiática assume não apenas um papel de resistência, mas também de denúncia das desigualdades que permeiam as estruturas comunicacionais e sociais do país.

Portanto, a luta da população negra contra a marginalização e por direitos efetivos e por reconhecimento é também uma manifestação da luta contra-hegemônica. Sodré (2005) propõe que essa luta envolva a criação de espaços de fala e ação política que possam desafiar o *status quo* e promover uma verdadeira democratização da sociedade, já que “a igualdade, enquanto regime de existência coletiva num determinado tempo histórico – a afirmação “somos iguais” – depende de uma política de emancipação para se tornar real” (Idem, 2023, p. 19).

Assim, no contexto brasileiro, a população negra continua a enfrentar e resistir ao racismo estrutural e simbólico, utilizando estratégias discursivas para afirmar sua identidade e direitos (Silva & Rosemberg, 2008) para que suas vozes sejam ouvidas e reconhecidas em um espaço onde tradicionalmente foram silenciadas.

No desenvolvimento inicial desta tese, buscou-se problematizar o conceito de direitos humanos e explorar, de forma aprofundada, conceitos essenciais como alteridade, estigma, invisibilidade algorítmica, racismo, racismo estrutural e as lutas contra-hegemônicas. Esses elementos foram tratados como aparatos teóricos fundamentais, indispensáveis para compreender e enfrentar o problema de pesquisa proposto. A análise concentrou-se em como essas noções, oriundas de diferentes campos do saber, interagem e se manifestam nos contextos sociais contemporâneos, especialmente em um cenário marcado por profundas desigualdades e por estruturas de poder que influenciam a comunicação e a representatividade.

Ao longo dessa análise inicial, destacou-se a importância de uma abordagem interdisciplinar que permita conectar as dimensões sociais, culturais, políticas e tecnológicas desses conceitos. Tais conexões são essenciais para revelar as dinâmicas subjacentes de opressão e exclusão, bem como para abrir caminhos para formas de resistência e transformação social

No capítulo seguinte, o foco será direcionado à análise crítica dos conceitos associados ao ecossistema digital, colocando-os em perspectiva para aprofundar as discussões desta pesquisa.

CAPÍTULO 02

O ECOSISTEMA DIGITAL

Este capítulo aborda os paradigmas que meandram a cultura da participação e o digital. Primeiramente, apresenta-se a noção de ciberespaço idealizada por Gibson (2008), web 2.0, segundo Tim O’Reilly (2005), web 3.0 de acordo com Oliveira, Maziero e Araújo (2018), depois discute-se “ecossistema digital” e “cidadania digital”, tal como propôs Di Felice (2009, 2012, 2021), em seguida, os conceitos de cultura participativa de acordo com Jenkins (2008), redes sociais conforme Recuero (2009), o YouTube na perspectiva de Burgess e Green (2018), bem como *affordances* e mídia propagável, para então contextualizar as comunidades virtuais dentro do YouTube. Este capítulo estabelece que não existem mais limites entre o físico e o ciberespaço, há na verdade um ecossistema de dados, pessoas e entidades, além de posicionar o YouTube como sistema cultural e salientar as problemáticas da cultura da participação.

2.1 Conexão: o ecossistema digital

William Gibson, escritor norte-americano de ficção científica, cunhou o termo “ciberespaço” em sua obra distópica, “Neuromancer”, originalmente publicada em 1984:

Ciberespaço. Uma alucinação consensual vivenciada diariamente por bilhões de operadores autorizados, em todas as nações, por crianças que estão aprendendo conceitos matemáticos... uma representação gráfica de dados de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz alinhadas no ar não espaço da mente, aglomerados e constelações de dados. Como luzes da cidade se afastando... (Gibson, 2008, p. 69).

Os teóricos dos primórdios da web, numa idealização do futuro, adotaram a expressão para designar o universo virtual navegável por meio de dispositivos eletrônicos conectados à internet. Pierre Lévy (1999) o define como “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores” (Lévy, 1999, p. 92). O autor ainda entende o ciberespaço como meio de comunicação:

[...] que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o

universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (Lévy, 1999, p. 17).

À época, o ciberespaço limitava-se aos computadores. Mas Lévy já antevia, com certo enaltecimento, a sina da conexão:

A maioria dos aparelhos de comunicação (telefone, televisão, copiadoras, fax etc.) trarão, de uma forma ou de outra, interfaces com o mundo digital e estarão interconectadas. Poderíamos dizer o mesmo de um número crescente de máquinas, aparelhos de medição, objetos nômades (PDAs – assistentes digitais pessoais -, telefones celulares etc.), de veículos de transporte individual etc. A diversificação e a simplificação das interfaces, combinados com os progressos da digitalização, convergem para uma extensão em uma multiplicação dos pontos de entrada no ciberespaço (Lévy, 1999, p. 38).

A web dos anos 1990, retroativamente denominada web 1.0, caracterizava-se por ser uma mídia estática e linear, em que o papel do usuário era essencialmente passivo, limitado ao consumo de informações. Mesmo representando uma alternativa às mídias de massa tradicionais, a web 1.0 preservava a estrutura comunicacional hierárquica típica dessas mídias, com emissor e receptor ocupando posições bem definidas. Nesse contexto, Manuel Castells (2000) elucida uma importante mudança:

A nova mídia não é mais mídia de massa no sentido tradicional do envio de um número limitado de mensagens a uma audiência homogênea de massa. Devido à multiplicidade de mensagens e fontes, a própria audiência torna-se mais seletiva. A audiência visada tende a escolher suas mensagens, assim aprofundando a sua segmentação, intensificando o relacionamento individual entre o emissor e o receptor (Castells, 2000, p. 424).

A análise de Castells (2000) captura a transição de um modelo de comunicação centralizado para uma dinâmica mais fragmentada e interativa. Na web 1.0, o acesso a informações diversificadas era certamente ampliado em relação à mídia tradicional, mas ainda existia uma dependência do emissor centralizado, como grandes portais e sites institucionais. A audiência, embora segmentada, continuava sendo predominantemente receptora das mensagens, com pouca ou nenhuma possibilidade de interação ou influência nos fluxos comunicacionais.

Com o tempo, contudo, esse modelo começou a evoluir. A emergência da web 2.0, no início dos anos 2000, transformou a internet em uma plataforma interativa, permitindo que os

usuários não apenas consumissem conteúdos, mas também participassem ativamente de sua criação e compartilhamento. Essa transformação, que Tim O’Reilly e Dale Dougherty descreveram em 2004 como “web 2.0”, refletiu uma mudança fundamental: a internet deixou de ser apenas um meio de comunicação estático para se tornar um espaço de colaboração e participação. Os internautas passaram a ocupar simultaneamente os papéis de emissores e receptores, rompendo as barreiras tradicionais que separavam produtores e consumidores de informação.

Nesse novo cenário, as audiências, como previu Castells (2000), passaram a ser protagonistas no processo comunicativo. A segmentação das mensagens, ao invés de reduzir a diversidade de discursos, permitiu a personalização e a criação de redes de nicho, nas quais emissores e receptores se relacionam de maneira mais direta e significativa. Essa lógica colaborativa, possibilitada pelas tecnologias da web 2.0, fomentou não apenas uma maior interatividade, mas também o surgimento de comunidades virtuais, movimentos sociais digitais e práticas culturais que transcendiam os limites da mídia tradicional.

A passagem da web 1.0 para a web 2.0, portanto, não foi apenas uma transformação técnica, mas também um marco cultural que alterou profundamente as relações de poder na comunicação digital. Se antes o poder era concentrado em grandes emissores, com a web 2.0 ele se distribuiu em redes descentralizadas, onde qualquer indivíduo pode se tornar criador de conteúdo e influenciar diretamente outros usuários. Essa dinâmica, no entanto, não elimina totalmente os desequilíbrios de poder, pois as plataformas que sustentam a web 2.0, como redes sociais e grandes empresas de tecnologia, desempenham um papel fundamental na modulação do alcance e da visibilidade dos conteúdos criados.

Assim, a internet que Castells (2000) descreveu em seu estágio inicial como um espaço de segmentação e seletividade evoluiu para um ecossistema mais dinâmico e interativo, que não apenas transformou a forma como nos comunicamos, mas também como produzimos e consumimos cultura. Essa mudança pavimentou o caminho para o surgimento de novos paradigmas de comunicação e participação.

O termo “web 2.0” foi cunhado em 2004 por Tim O’Reilly e Dale Dougherty (da empresa O’Reilly Media) para tentar descrever as tendências empresarias e modelos de negócios que sobreviveram à queda do mercado de tecnologia na década de 1990 e então passaram a usar a internet como plataforma de serviços.

A Web 2.0 pode ser considerada uma nova concepção, pois passa agora a ser descentralizada e na qual o sujeito torna-se um ser ativo e participante sobre a criação, seleção e troca de conteúdo postando em um determinado site por meio de plataformas abertas. Nesses ambientes, os arquivos ficam disponíveis on-line, e podem ser acessados em qualquer lugar e momento, ou seja, não existe a necessidade de gravar em um determinado computador os registros de uma produção ou alteração na estrutura de um texto. As alterações são realizadas automaticamente na própria web (Blattmann & Silva, 2007, p. 198).

A web 2.0, de acordo com os princípios traçados por O'Reilly, refere-se à segunda geração da web, onde aplicativos e serviços web centrados nos usuários estimulam conexões sociais, compartilhamento de informações, criação de conteúdos pelos usuários e colaboração entre indivíduos e organizações. A web 2.0 enfatiza a interação social entre as pessoas e a inteligência coletiva, além de apresentar novas oportunidades de utilização do ciberespaço com ferramentas e aplicações de base preponderantemente social, as quais engajam seus usuários de maneira mais eficaz (O'Reilly, 2005).

As previsões de Lévy (1999) se concretizaram e a ascensão da tecnologia e a consequente disseminação de inúmeros dispositivos eletrônicos móveis com possibilidade de conexão rápida à internet ampliaram o ciberespaço e naturalmente, seu alcance e funções.

Nos dias de hoje pode-se dizer que a web 2.0 deu lugar à web 3.0, que se caracteriza pela personalização e visa organizar e armazenar informações de forma descentralizada, em múltiplos servidores, além de apostar no metaverso, na inteligência artificial e no *machine learning* (Babaci-Victor & Victor, 2017).

A web 3.0 é vista como a web inteligente, onde máquinas realizam tarefas que antes eram realizadas por humanos. A web 3.0 também é chamada de “web semântica”, porque se baseia na utilização da linguagem XML (*eXtensible Markup Language*³⁰) para categorizar dados de forma semântica. Isso permite que as máquinas possam interpretar informações e apontar soluções sem a necessidade de intervenção humana (Oliveira, Maziero & Araújo, 2018).

A web 3.0 também facilita a recuperação de informações e a disponibilização de informações personalizadas para os usuários. Um exemplo do funcionamento da web 3.0 é a

³⁰ Linguagem de marcação de dados utilizada para representar e armazenar informações estruturadas na web. A XML permite aos usuários definir sua própria marcação semântica para identificar e descrever elementos específicos dentro de um documento.

indexação significativa, onde um *software* é usado para identificar termos importantes e recuperar informações de forma rápida e precisa (Oliveira, Maziero & Araújo, 2018).

Considerando toda a evolução da Web, pode-se afirmar que a Web 3.0 traz como princípio a democratização da informação para todos os usuários, entretanto, enfrenta-se neste contexto, problemas culturais e financeiros de acesso à tecnologia da informação e comunicação. Tal democratização da informação também aborda o conceito de conteúdo de livre acesso e a forma de disseminação dos mesmos, os quais devem chegar até o usuário final de forma fácil e funcional (Oliveira, Maziero & Araújo, 2018, p. 63).

Toda a tecnologia empregada na nova web tem como princípio tornar o acesso à informação mais dinâmico e democrático, com o emprego de sociabilidade (proliferação de redes sociais), rapidez, utilização de programas e licenças livres (*creative commons*), ubiquidade, facilidade e ampla distribuição de informações para que múltiplas máquinas possam executar tarefas em conjunto (Oliveira, Maziero & Araújo, 2018).

No âmbito da atualização para a web 3.0, o conceito lúdico de ciberespaço abre lugar para a noção de ecossistema digital. Massimo Di Felice (2009, 2012) defende que os processos comunicacionais devam ser considerados em perspectiva reticular. O autor (2009) apoia-se nos conceitos metodológicos da física (a perspectiva reticular surge da incapacidade de a análise linear explicar os fenômenos da geometria elíptica) e das ciências biológicas para desenvolver o termo: ecossistema reticular.

Desde a difusão da comunicação ubíqua (redes wi-fi) e das redes sociais, ao advento da IoT³¹, até as últimas gerações de redes, como as plataformas de dados e de interação digitais, como as *blockchain*³², assistimos à difusão de ambientes de comunicação e de interação. Para a comunicação acontecer, torna-se necessário ingressar nessas novas ecologias e passar a habitar em seu interior, assim como nos ecossistemas vivos, nos quais passamos, por meio de nossas interações, a modificar esses habitats e, ao mesmo tempo, a ser modificado por eles. Esse é um aspecto importante, pois contraria a ideia de comunicação industrial desenvolvida no âmbito das mídias de massa: o processo comunicativo não pode ser descrito como um repasse de informação de um emissor para um receptor. Nesses ambientes, pessoas, coisas, o ar, os vírus e qualquer tipo de entidades não apenas produzem conteúdos, mas, ao se conectar aos demais, alteram sua forma originária e, ao interagir, passam a modificar também os demais membros. Nesses ambientes, valem as mesmas regras dos ecossistemas: a comunicação não acontece apenas entre os humanos e em nível de conteúdo, mas também em nível interno (Di Felice, 2021).

³¹ *Internet of Things* ou internet das coisas.

³² Blocos de informações criptografadas.

Para Di Felice (2021), as interações entre humanos e não humanos agora perpassam sempre pelo digital, numa associação intrincada de redes sociais, *softwares* e dados. Nesse sentido, propõe o autor a chamada “cidadania digital”, que se presta a presta-se a reconhecer o estado hiperconectado em que a sociedade mundial se encontra, mergulhada em redes transorgânicas e a cidadania “é o produto de um processo de conexão de todas as coisas (*the internet of everything*) e de um processo de alteração da realidade em dados e de processamentos automatizados deles” (Di Felice, 2021).

A cidadania digital se diferencia da cosmopolítica ou dos parlamentos das coisas, ou da ontologia orientada aos objetos, exatamente porque considera o novo tipo de comum um ambiente digitalizado, feito de coisas, plantas, pessoas, superfície e materialidades conectadas. Ou seja, feito de info-coisas, de info-superfície, de info-matéria, de info-ecologias e de info-víduos. Se o processo de digitalização tornou-se uma atividade de extensões de redes que conectou, depois das pessoas e dos computadores (redes sociais), as coisas (IoT), as biodiversidades (sensores) e os territórios (SIG), a datificação, baseada na alteração de todos os tipos de superfícies em dados e na conexão automatizadas desses, apresenta-se como um processo de transfiguração do mundo (Di Felice, 2021).

Partindo-se do princípio de que a realidade é transponível em dados e que tudo encontra-se conectado por redes transorgânicas, e que, portanto, de acordo com Di Felice (2021), é necessária a implementação de um novo tipo de cidadania, se verifica que os contornos que existiam entre o mundo físico e o ciberespaço já não existem mais e que o *bios midiático*, no âmbito da *internet of everything*, abarca tudo e todos, num verdadeiro ecossistema de dados, pessoas e entidades.

2.1.1 Cultura da participação

Dentro do ecossistema digital, a “cultura participativa” (ou cultura da participação) tece as relações sociais por meio do engajamento. O termo, propagado por Henry Jenkins (2008), apresenta uma realidade em que todos participam ativamente da circulação midiática.

A expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos internautas dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados,

podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras (Jenkins, 2008, p.30).

A cultura da participação tal qual descrita por Jenkins (2008) reformula como a produção de conteúdo é percebida na sociedade em rede. O autor concebe as interações na internet como processos ativamente sociais que conectam pessoas com os mesmos interesses ao redor do mundo e promovem engajamento coletivo (Jenkins, 2008). O desenvolvimento de uma cultura participativa envolve produção cultural e intercâmbio social em um ambiente colaborativo, em que pessoas comunicam, produzem e circulam conteúdos e ideias (Jenkins, Ito & Boyd, 2015).

De acordo com Di Felice (2011), a mudança para um modelo de comunicação baseado em rede, onde todos podem ser emissores e receptores ao mesmo tempo, transforma o significado da comunicação:

Uma nova cultura tecnológica e comunicativa marca o cotidiano e a existência das novas gerações que vivem em contextos sociais e midiáticos digitais, e que produzem alterações qualitativas na política, na democracia e na forma de pensar a sociedade. A passagem de um modelo comunicativo baseado na separação identitária entre emissor e receptor e num fluxo comunicativo bidirecional para um modelo de circulação das informações em rede, no qual todos os atores desenvolvem simultaneamente a atividade midiática de emissão e de recepção, altera a prática e o significado do ato de comunicar (Di Felice, 2011, p. 102).

Nesse contexto, é possível perceber que sendo emissores e receptores, os mesmos atores comunicacionais, há uma subversão dos papéis previamente determinados pela sociedade, subversão essa que se tornou aliada na luta contra-hegemônica. Não só pela própria expressão do *self*, mas também pela circulação e visibilidade de conteúdos alternativos, ampliando a base da cultura midiática. As relações entre conhecimento e poder agora são mediadas pela produção participativa.

Essas tecnologias não alteram simplesmente as formas como a mídia produz ou é consumida; elas também ajudam a derrubar barreiras de entrada no mercado da mídia. (...) A web tornou possível para as produções midiáticas alternativas de todos os tipos ganhar maior visibilidade e ir além de públicos localizados, em direção a uma circulação muito mais ampla (Jenkins, 2006, p. 555).

O compartilhamento é a questão central da cultura participativa e representa a força motriz das mídias sociais, porque “nada é mais humano do que o compartilhamento de histórias” (Jenkins *et al*, 2013, p. 2).

As pessoas avaliam o conteúdo que encontram de acordo com seus padrões pessoais e o conteúdo que compartilham com base no valor percebido por seu círculo social. Em outras palavras, algo que seja interessante para os indivíduos pode não ser material que queiram propagar através de suas comunidades, e alguns textos de mídia que eles espalham podem se tornar mais interessantes por causa da percepção do seu valor social (Jenkins, 2014, p. 247).

A recirculação de conteúdo, nos moldes da cultura da participação, também se caracteriza por uma cultura em seus membros acreditam que suas contribuições são importantes e sentem algum grau de conexão social uns com os outros.

2.1.1.1 A problemática da participação: amadorismo e desinformação

A cultura participativa, intensificada pelas aplicações da web 2.0, transformou profundamente as dinâmicas de produção e circulação de conteúdo. Com o advento de plataformas digitais, como blogs, redes sociais e canais de vídeo, qualquer indivíduo com acesso à internet passou a poder criar e disseminar informações, ampliando os horizontes da comunicação. Essa democratização dos meios, embora celebrada por promover a inclusão e o pluralismo, trouxe também críticas, especialmente no que diz respeito à ausência de filtros que garantam a confiabilidade das informações disseminadas nesse modelo de interação.

Embora os meios de comunicação continuem a ser a principal fonte de imagens e sons que moldam a mente dos eleitores, os pontos de acesso ao universo audiovisual multiplicaram-se. Qualquer um pode carregar um vídeo, escrever um blogue ou difundir informação. O impacto potencial das suas mensagens depende da ressonância nas percepções do povo e se os meios de comunicação consideram que é importante para a sua audiência. Por isso, as duas formas de comunicação, a comunicação em massa e a autocomunicação em massa, integram-se cada vez mais com as opiniões da audiência. A diferença chave está no nível de controle da forma como se acede ao do sistema audiovisual. Enquanto que os filtros estabelecidos por proprietários, anunciantes, editores e jornalistas profissionais prevalecem ou bloqueiam informação e imagens, a Internet continua a ser o lugar eleito para as mensagens não supervisionadas que ampliam o alcance das fontes de

informação e desinformação, trocando menos credibilidade por maior credibilidade (Castells, 2013, p. 317).

Castells (2013) analisa esse fenômeno a partir da distinção entre dois paradigmas comunicacionais: a comunicação em massa tradicional e a “autocomunicação de massa” proporcionada pela internet. No primeiro caso, as informações passam por uma rede hierárquica composta por jornalistas, editores e anunciantes que, apesar de limitarem as vozes acessíveis no espaço público, atuam como filtros que conferem maior apuração e credibilidade ao conteúdo divulgado. Já no modelo digital, a lógica da autocomunicação permite que qualquer pessoa publique e compartilhe conteúdos diretamente, sem supervisão editorial. Castells ressalta que, embora a internet amplie o alcance de fontes de informação e desinformação, frequentemente essa multiplicidade ocorre à custa da credibilidade, trocando os controles tradicionais por uma dinâmica mais descentralizada, mas também mais vulnerável à propagação de inverdades.

Essa transformação reflete uma mudança estrutural no modo como as sociedades contemporâneas consomem e produzem informações. Como aponta Castells (2013), “os pontos de acesso ao universo audiovisual multiplicaram-se”, tornando o controle sobre o fluxo de informações mais difuso e fragmentado. Enquanto os meios de comunicação tradicionais ainda moldam as percepções dos eleitores e a agenda pública, as mensagens provenientes da internet têm o poder de ressoar diretamente nas percepções das audiências, influenciando debates e decisões políticas. A integração entre a comunicação em massa e a autocomunicação de massa, destacada pelo autor, evidencia como o consumo de informação tornou-se híbrido: as pessoas acessam fontes tradicionais, mas também se voltam cada vez mais para a comunicação digital, onde mensagens não supervisionadas competem pela atenção e confiança dos indivíduos.

No entanto, essa nova configuração comunicacional apresenta tensões importantes. A ausência de um crivo hierárquico, embora amplie a diversidade de narrativas, também abre espaço para a proliferação de *fake news*, discursos de ódio e manipulação de informações. Segundo Castells (2013), o impacto das mensagens digitais depende diretamente de sua capacidade de gerar ressonância junto às percepções do público e de serem consideradas relevantes pelos meios tradicionais. Em outras palavras, mesmo no ambiente digital, o poder simbólico continua mediado por dinâmicas de recepção e pelo que é legitimado como importante na esfera pública.

Nesse contexto, a autocomunicação de massa, enquanto ferramenta de empoderamento e democratização da informação, carrega contradições. De um lado, ela oferece possibilidades inéditas de expressão e participação, permitindo que vozes antes marginalizadas ocupem o espaço público. De outro, desafia os mecanismos tradicionais de verificação e credibilidade, exigindo que as audiências desenvolvam maior literacia midiática para navegar nesse universo comunicacional. Como observa Castells (2013), a internet se tornou um campo crucial para a disputa por narrativas, ao mesmo tempo em que demanda reflexões éticas e regulatórias sobre os limites e responsabilidades do ambiente digital.

Portanto, enquanto a cultura participativa inaugura novos horizontes para a comunicação, ela também redefine o equilíbrio entre diversidade e credibilidade. A coexistência entre comunicação em massa e autocomunicação de massa configura um cenário complexo, no qual as dinâmicas de controle e acesso são constantemente negociadas. Nesse sentido, as ideias de Castells nos ajudam a compreender tanto o potencial emancipador quanto os riscos associados ao atual ecossistema digital, destacando a necessidade de articulação entre inovação tecnológica, responsabilidade comunicacional e engajamento crítico das audiências.

Andrew Keen (2009), na obra “O culto do amador”, partilha da opinião de Castells quando afirma que “no mundo da Web 2.0, as massas tornaram-se a autoridade que determina o que é e o que não é verdadeiro. Mecanismos de busca como Google, (...), respondem a nossas indagações não com o que é mais verdadeiro ou mais confiável, mas simplesmente com o que é mais popular.” (Keen, 2009, p. 90).

Em consequência, nosso conhecimento – sobre todas as coisas, seja política, acontecimentos atuais, literatura ou ciência – está sendo moldado pura e simplesmente pelo acúmulo de respostas. O mecanismo de busca é um registro histórico quantitativo das solicitações anteriores. Assim, tudo o que o mecanismo de busca oferece é um sistema de classificação que nos devolve a sabedoria das massas. [...] O problema, porém, é que a geração da Web 2.0 está tomando os resultados dos mecanismos de busca como verdades inquestionáveis (Keen, 2009, p. 90-91).

Keen (2009) ainda argumenta que um dos efeitos negativos da web 2.0 é a centralidade no indivíduo quando:

À medida que a mídia convencional tradicional é substituída por uma imprensa personalizada, a internet torna-se um espelho de nós mesmos. Em

vez de usá-la para buscar notícias, informação ou cultura, nós a usamos para sermos de fato a notícia, a informação e a cultura (Keen, 2009, p.30).

Não só o amadorismo, mas também a produção e propagação de desinformação é alarmante. Claire Wardle e Hossein Derakshan (2017) acreditam que há um “distúrbio informacional³³” e que desinformação (*disinformation*), má informação (*malinformation*) e informação errada (*misinformation*) são categorias desse distúrbio, que os autores classificam em dois espectros: inverdade³⁴ e intenção de prejudicar³⁵.

“Informação errada”, segundo os autores, seria classificada como inverdade, pois advém do erro propriamente dito, sem o escopo de prejudicar, já “má informação” estaria no lado oposto do espectro: intenção de prejudicar, uma vez que conteúdo verdadeiro é publicado e compartilhado sem permissão ou fora do contexto com a finalidade específica de ludibriar, manipular, se vingar. Desinformação é categorizada na sobreposição de inverdade e intenção de prejudicar, já que constitui produção/compartilhamento de conteúdo inverídico com intenção de prejudicar (como por exemplo teorias da conspiração e rumores falsos) (Wardle & Derakshan, 2017).

Os autores supra ainda especificam que consideram o termo *fake news* impróprio para capturar o fenômeno da “poluição informacional³⁶”, pois tornou-se um conceito genérico e ambíguo para retratar especialmente notícias falsas com disfarce jornalístico (Gomes & Dourado, 2019) com o fim específico de enganar eleitores e manipular votos, qualificando-se desinformação política em ambientes digitais e um verdadeiro ataque à democracia.

[...] tanto o ataque à credibilidade do jornalismo, quanto a construção de uma ecologia informativa alternativa própria, para uso e consumo da tribo, baseada em desinformação e falsificação, são uma ação da política, com efeitos diretos sobre a qualidade da vida pública nas democracias contemporâneas. Assim, confundir *fake news* com temas como *media bias*, noticiário com baixa qualidade de apuração ou altamente tendencioso, manipulação jornalística, e outros temas tradicionais referentes ao jornalismo de baixa qualidade, pode constituir considerável miopia epistemológica. A contrafação informacional, nesta era de desintermediação política em ambientes digitais, é basicamente a política sabotando a democracia. Com todas as consequências que isto comporta [...] (Gomes & Dourado, 2019, p. 44)

³³ “*Information disorder*”, expressão que dá nome à obra de Claire Wardle e Hossein Derakshan (2017) e também pode ser traduzido como desordem da informação, num jogo de palavras.

³⁴ Tradução nossa para: *falseness*.

³⁵ Tradução nossa para: *intent to harm*.

³⁶ Tradução nossa para: *information pollution*.

Andrew Keen, ao abordar especificamente o YouTube, afirma que sua “natureza viral não editada (...) permite a qualquer pessoa - de neonazistas a publicitários ou membros de staffs de campanha – postar anonimamente vídeos enganosos, fraudulentos, manipuladores ou fora de contexto” (Keen, 2009, p. 67). No entanto, nos últimos anos, no contexto da pandemia do coronavírus e das redes de desinformação³⁷ formadas por diversos canais antidemocráticos, anti-vacina e de promoção a medicamentos ineficazes, o YouTube desenvolveu novas regras de combate à desinformação, as quais incluem políticas contra: desinformação em eleições, informações médicas incorretas relacionadas à COVID-19 e contra desinformação sobre vacinas.

No YouTube, não permitimos certos tipos de conteúdo enganoso que pode causar danos graves. Isso inclui desinformação que possa provocar riscos reais (como a promoção de medicamentos ou tratamentos nocivos), alguns tipos de conteúdo editado ou vídeos que interfiram em processos democráticos³⁸ (YouTube, 2022).

Segundo as diretrizes, caso algum vídeo seja flagrado (por meio de denúncias ou averiguação interna) infringindo essas novas políticas, ele será removido pelo YouTube e o canal responsável receberá um alerta, sem penalidades quando da primeira violação. A partir da segunda violação haverá um aviso de penalidade e se o canal atingir a marca de três penalidades, ele será encerrado³⁹.

O YouTube também alega trabalhar para assegurar que seus sistemas de monetização e descoberta de conteúdo não reflitam vieses não intencionais. Para isso, a plataforma implementou a coleta de dados voluntários sobre identidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia dos criadores, a fim de avaliar e corrigir possíveis lacunas que possam afetar as oportunidades de crescimento de diferentes comunidades de criadores, além de investir em tecnologia para detectar comentários ofensivos/de ódio⁴⁰.

³⁷ Para entender melhor o contexto dessa rede de desinformação, ver o dossiê “Ciência contaminada: analisando o contágio de desinformação sobre coronavírus via YouTube” de Caio Machado, Daniel Dourado, João Guilherme dos Santos e Nina Santos. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc3an24u>. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

³⁸ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/10834785?hl=pt-BR>. Acesso em 13 agosto de 2022.

³⁹ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/10834785?hl=pt-BR>. Acesso em 13 agosto de 2022.

⁴⁰ Disponível em: <https://blog.youtube/news-and-events/make-youtube-more-inclusive-platform/>. Acesso em 08 setembro de 2023.

Ainda é cedo para saber se essas regras conseguirão frear a desinformação e os comentários de ódio, ou se apenas significam uma resposta política frente às críticas que o site recebeu por supostamente incentivar algoritmicamente⁴¹ redes de vídeos de desinformação (em prol de um maior tempo de utilização da rede social).

2.1.2 Redes sociais

O IBGE mensurou que 90% dos domicílios do país acessaram a internet no ano de 2021⁴² e a mais recente pesquisa realizada pelos portais DataReportal, *We Are Social* e Hootsuite (julho de 2022) concluiu que os brasileiros têm a segunda maior média de tempo diária no uso de redes sociais: três horas e quarenta e nove minutos por dia⁴³. Com essas estatísticas e o poder da participação, toda informação propagada nas redes sociais tem o potencial de atingir milhões de pessoas ao redor do mundo e influenciar, agrupar. Agora, mais do que nunca, é essencial entender o conceito de redes sociais e como elas refletem e impactam a sociedade.

Raquel Recuero (2009) define a rede social como a junção de “dois elementos: *atores*⁴⁴ (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas *conexões* (interações ou laços sociais)” (Recuero, 2009, p. 24, grifos da autora). Ela interpreta “rede” como “uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social” (Recuero, 2009, p. 24), sendo que atores e conexões se entranham na rede, não sendo possível isolá-los.

Essa concepção de redes sociais tem no centro de sua lógica as *interações* entre os mais diversos atores, dentro de um “imperativo da visibilidade” (Sibilia, 2016), onde as fronteiras entre o público e o privado não são evidentes e as “construções de si orientadas para o olhar alheio” (Sibilia, 2016, p. 48). Para Sibilia, “a visibilidade e a conexão sem pausa constituem dois vetores fundamentais para os modos de ser e estar no mundo mais sintonizados com os ritmos, os prazeres e as exigências da atualidade, pautando as formas de nos relacionarmos conosco, com os outros e com o mundo” (Sibilia, 2016, p. 21). Nesse contexto, compreender

⁴¹ Ver os achados de Lewis (2018) e Haroon *et al* (2022).

⁴² As estatísticas são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada no quarto trimestre de 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=34949&t=resultados>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

⁴³ Estatística disponível em <https://datareportal.com/reports/digital-2022-july-global-statshot>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

⁴⁴ No sentido da noção de performance desenvolvida por Goffman (2005).

de que forma os atores estabelecem os espaços em que são vistos pelo mundo é essencial para entender como as conexões surgem e são construídas (Recuero, 2009).

Em linhas gerais, para além de atores e conexões, redes sociais são aplicações *online* que hospedam conjuntos de indivíduos conectados para fins de colaboração, entretenimento, compartilhamento de informações e comunicação. No mesmo sentido, esclarece Primo: “uma rede social online não se forma pela simples conexão de terminais. Trata-se de um processo emergente que mantém sua existência através de interações entre os envolvidos” (Primo, 2007, p. 105).

Num esforço para entender as interações mediadas por computador, Primo (2007) percebe que se deve analisar as relações entre os sujeitos (interação mútua) e entre os sujeitos e a máquina (interação reativa). A análise individual dos sujeitos por si só não revela a verdade das interações, é preciso investigar as relações mantidas entre os interagentes⁴⁵.

Recuero (2009) lembra que os laços desenvolvidos nas redes sociais, ainda que importantes e significativos, não são os únicos laços que nutrem os indivíduos.

Entretanto, é preciso compreender que estudar redes sociais na Internet é estudar uma possível rede social que exista na vida concreta de um indivíduo, que apenas utiliza a comunicação mediada por computador para manter ou criar novos laços. Não se pode reduzir a interação unicamente ao ciberespaço, ou ao meio de interação. A comunicação mediada por computador corresponde a uma forma prática e muito utilizada para estabelecer laços sociais, mas isso não quer dizer necessariamente que tais laços sejam unicamente mantidos no ciberespaço. (Recuero, 2009, p.144).

Mesmo esses laços digitais não constituindo todas as interações dos seres humanos, é importante verificar como surgem e se mantém. Rogério da Costa (2005) parte do princípio da confiança mútua e do reconhecimento:

Um dos aspectos essenciais para a consolidação de comunidades pessoais ou redes sociais é, sem dúvida, o sentimento de confiança mútua que precisa existir em maior ou menor escala entre as pessoas. A construção dessa confiança está diretamente relacionada com a capacidade que cada um teria de entrar em relação com os outros, de perceber o outro e incluí-lo em seu

⁴⁵ Primo (2007) acredita que “interação” é o termo mais correto para as pesquisas relacionais em Comunicação, enquanto que, para ele, a palavra “interatividade” remete ao *marketing* e tornou-se, vez que repetida à exaustão, um conceito vazio, um lugar-comum. Assim, em suas pesquisas, o autor faz uso das expressões: “interação mediada por computador” e “interagente” (participante da interação).

universo de referência (...). Esta dinâmica do reconhecimento é com certeza uma das bases para a construção da confiança não apenas individual, mas coletiva. Redes sociais só podem ser construídas com base na confiança mútua disseminada entre os indivíduos. Isso pode se verificar em maior ou menor grau, mas de qualquer forma a confiança deve estar presente da forma a mais ampla possível (Costa, 2005).

As redes sociais, além de um conjunto de atores e nós, são também uma representação da sociabilidade entre indivíduos e conseguem captar as identidades, afinidades e interesses nos laços formados por interações baseadas em confiança mútua, percepção do outro e reconhecimento.

2.1.2.1 O YouTube como sistema cultural

O YouTube originou-se como uma plataforma de produção e transmissão de conteúdo em vídeo. Idealizado por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim⁴⁶, foi lançado em 2005 (e adquirido pelo Google no ano seguinte). No início, o YouTube surgiu com o propósito puramente tecnológico de oferecer uma interface simples para que pessoas sem conhecimento técnico pudessem produzir e compartilhar vídeos (Burgess & Green, 2018).

Logo que foi lançado, o YouTube propunha o seguinte slogan: “seu repositório de vídeos digitais⁴⁷”, que passou a ser: “transmita-se⁴⁸” em 2011.

Figura 1 – Slogan original do YouTube



⁴⁶ Os fundadores foram colegas de trabalho na empresa de pagamentos digitais PayPal.

⁴⁷ Tradução nossa para: “*Your Digital Video Repository*”

⁴⁸ Tradução nossa para: “*Broadcast Yourself*”

Fonte: Wikia, 2021. Disponível em: <http://logos.wikia.com/wiki/YouTube>. Acesso em: 13 jun. 2021.

Figura 2 – “Transmita-se”



Fonte: Wikia, 2021. Disponível em: <http://logos.wikia.com/wiki/YouTube>. Acesso em: 13 jun. 2021.

Figura 3 – Logomarca atual do YouTube



Fonte: Wikia, 2021. Disponível em: <http://logos.wikia.com/wiki/YouTube>. Acesso em: 13 jun. 2021.

Em 2012 o slogan “transmita-se” foi retirado (fig. 2) e em agosto de 2017 uma nova logomarca foi introduzida⁴⁹ (fig. 3). Burgess e Green (2009) entendem que a mudança de direção para incentivar o slogan “transmita-se” colocou o YouTube no contexto da revolução liderada por seus usuários, característica principal das redes sociais.

Com o passar do tempo, a plataforma foi se diversificando, ganhando notoriedade com vídeos virais e implementando novas formas de interação típicas das aplicações da web 2.0. A missão do YouTube, então, passou a evoluir constantemente, resultado do crescimento do site, das lógicas e concorrências de mercado.

De acordo com os achados de Burgess e Green (2018), sempre houve duas mentalidades dentro do YouTube: uma mais voltada para o modelo empresarial (produção de vídeo profissional, direitos autorais, alcance e audiência) e outra que mais preocupada a elevação da plataforma à escala global, criatividade e formação de comunidades.

Do ponto de vista da audiência, é uma plataforma que fornece acesso à cultura ou uma plataforma que permite aos seus consumidores atuar como

⁴⁹ <http://logos.wikia.com/wiki/YouTube>. Acesso em 30 de julho de 2021.

produtores? Essa amplitude é a fonte da diversidade e alcance do YouTube. (Burgess & Green, 2009, p. 32).

Essa coexistência de preocupação com o mercado e o engajamento da audiência é percebida nos “termos de uso” do site:

O Serviço permite que você descubra, assista e compartilhe vídeos e outros materiais, disponibiliza um fórum para que as pessoas interajam, informem-se e inspirem outros usuários no mundo todo, e atua como uma plataforma de distribuição para criadores de conteúdo e anunciantes de pequeno ou grande porte (YouTube, 2022)⁵⁰.

Sendo assim, os valores e a cultura do YouTube não se pautam unicamente em estratégias empresariais e práticas de mercado, mas são construídos conjuntamente com seus usuários. O YouTube é regido pela cultura participativa (Burgess & Green, 2018). Michael Strangelove acredita que o YouTube “é uma intensa experiência emocional. O YouTube é um espaço social. Essa comunidade virtual reflete a política cultural dos tempos atuais e, portanto, está repleta de cooperação e conflito”⁵¹ (Strangelove, 2010, p. 4).

Portanto, a velocidade da circulação de conteúdo encontra, na mesma proporção, a resposta dos usuários do site por meio do recurso do *feedback*, ferramenta útil para que a interação social ocorra, além de servir para a percepção do impacto conteúdos midiáticos instantaneamente. O constante *feedback* dos criadores de conteúdo, da audiência e dos intermediários leva o YouTube a revisar e ajustar suas *affordances* periodicamente.

O termo *affordances* foi cunhado pelo psicólogo James J. Gibson (1979) para se referir às características de um ambiente ou objeto percebidas pelos indivíduos. Don Norman (1988), dentro do contexto do design, apresentou uma nova amplitude para o termo: a de relacionamento entre as propriedades de um objeto e a capacidade do agente/usuário de determinar como o objeto poderá ser utilizado (Norman, 1988). Garver (1991) contribuiu com nuances sociais e tecnológicas para a expressão e sugeriu que fosse utilizada como ferramenta para análises de tecnologias centradas no usuário.

⁵⁰ Termos de uso do YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/static?gl=BR&template=terms&hl=pt>. Acesso em 13 de abril de 2022.

⁵¹ Tradução nossa para: “*It is an intense emotional experience. YouTube is a social space. This virtual community reflects the cultural politics of the present times and thus is rife with both cooperation and conflict*” (Strangelove, 2010, p. 4).

No âmbito dos estudos em mídias sociais, o termo *affordances* vem sendo usado por pesquisadores para referir-se aos elementos de interação e às ferramentas de gestão de conteúdo de uma plataforma ou rede social (O’Riordan *et al*, 2012).

O YouTube permite que os usuários interajam com o site de várias maneiras; por exemplo, usuários registrados⁵² podem se inscrever em canais para se manterem conectados a um determinado criador de conteúdo, oferecer *feedback* por meio de *likes* e *dislikes*⁵³, comentar e compartilhar vídeos.

A interação na forma de comentários é utilizada por muitos usuários, tanto na forma assíncrona, quanto na forma síncrona, no caso específico de transmissão de vídeos ao vivo (*lives*). Ao escrever comentários, um usuário típico pode iniciar ou fazer parte de uma discussão centrada no conteúdo do vídeo ou a uma resposta de comentário. Nas mídias sociais, os comentários sobre determinado conteúdo revelam o envolvimento ou as preocupações de um indivíduo e “comentários inteligentes sobre um vídeo poderiam estimular interações sociais mais próximas” (Lange, 2007, p. 376).

Outra forma de interação assíncrona é a postagem na aba comunidade nos canais dos usuários. Em 2017⁵⁴ o YouTube implementou a opção “comunidade”, onde criadores podem de fato ter conversas com seus inscritos, ou seja, sua audiência, e pedir feedback, comentários ou fazer enquetes. A opção comunidade eleva a plataforma ao status de rede social e permite maior potencial de agregação de usuários em comunidades.

A estrutura “Comunidade” (fig. 4 e fig. 5), embora relativamente nova na rede social, é uma ferramenta essencial para manter os inscritos dos canais engajados e atentos às novidades, sem precisarem acompanhar outras redes sociais dos *youtubers*⁵⁵.

Figura 4 – Aba “comunidade” do canal “Gabi Oliveira”

⁵² É possível utilizar o site sem cadastro prévio do utilizador, mas com limite de interação, para esses usuários as opções de comentário, *like* e *dislike* não existem.

⁵³ Opções que permitem ao usuário avaliar vídeos e significam gostei/não gostei.

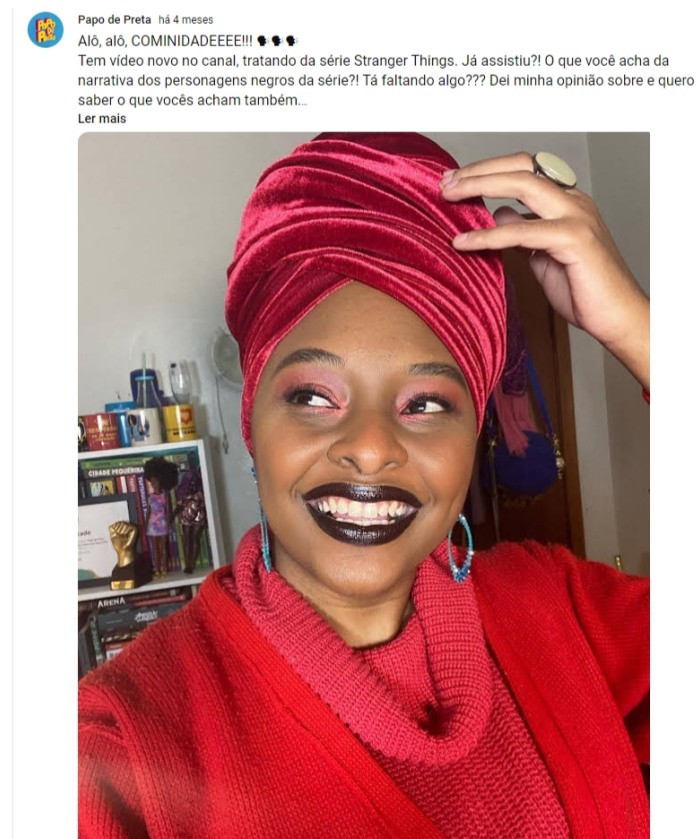
⁵⁴ Disponível em: <https://youtube-creators.googleblog.com/2017/11/expanding-community-on-youtube.html>. Acesso em 19 de março de 2021.

⁵⁵ Qualquer criador do site que dedique tempo substancial ao desenvolvimento de seus vídeos é um *youtuber*.



Fonte: YouTube. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/37d6y33e>. Acesso em: 9 jan. 2022.

Figura 5 – Aba “comunidade” do canal “Papo de Preta”



Fonte: YouTube. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/4pptka6k>. Acesso em: 9 jan. 2022.

Há também os recursos de gerenciamento de perfil. Os canais do YouTube apresentam ícones de perfil e arte do perfil que são gerenciados pelos proprietários da conta.

Em 2018⁵⁶ foram lançadas as opções “seja membro” para canais com mais de cem mil inscritos. O objetivo foi incentivar os inscritos a “patrocinar” canais com pagamentos mensais em troca de benefícios exclusivos, como maior visibilidade na caixa de comentários e maior interação com os próprios *youtubers* e as comunidades.

Já em 2021⁵⁷, o site inaugurou o suporte para vídeos curtos (com até um minuto), os *shorts*. O YouTube *shorts* (fig. 6) incentiva a participação, o engajamento, *upload* e edição vídeos por usuários de *smartphone*. Também em 2021, o YouTube revolveu esconder os números do botão “*dislike*”. Ainda há a possibilidade de “não curtir” um vídeo, mas os usuários não tem mais acesso a quantas pessoas também não curtiram o vídeo, o site publicou em seu blog oficial que o motivo para essa mudança é de que a plataforma quer “criar um ambiente inclusivo e respeitoso, onde os criadores tenham a oportunidade de ter sucesso e se sintam seguros para se expressar”⁵⁸.

Figura 6 – YouTube *shorts*



“Se você é um novo criador, aproveite todas as ferramentas disponíveis. O Shorts, por exemplo, é ótimo para alcançar pessoas fora do seu círculo de assinantes.”

Fonte: YouTube. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/4d4r35vf>. Acesso em: 9 jan. 2022.

⁵⁶ Disponível em: <https://tinyurl.com/nhdawspk>. Acesso 19 de março de 2021.

⁵⁷ Disponível em: <https://blog.youtube/news-and-events/youtube-shorts-united-states/>. Acesso em 19 de março de 2021.

⁵⁸ Disponível em: <https://blog.youtube/news-and-events/update-to-youtube/>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

As *affordances* de conteúdo abarcam a descoberta de conteúdo e o compartilhamento de conteúdo, que desempenham um importante papel de crescimento de visibilidade e alcance dentro da rede social. O sistema de recomendação do YouTube torna simples para os usuários descobrirem conteúdos que os possa interessar. Na página inicial do YouTube, é possível ver imediatamente os vídeos que estão em alta na plataforma e vídeos recomendados com base em vídeos assistidos anteriormente. Quando se trata de agregação de conteúdo, o YouTube possui várias coleções de vídeos na forma de listas de reprodução (*playlists*), recomendações, tendências e tópicos (O’Riordan *et al*, 2012).

As *affordances* do site dão um maior grau de controle aos usuários na criação e gestão de conteúdo, além de criarem um senso de comunidade, onde todos (usuários e criadores) sentem-se parte do site.

O site funciona como uma atraente plataforma tanto para criadores de conteúdo amador e quanto para políticos, organizações jornalísticas, institutos de educação, grandes e pequenas empresas, artistas de música e cinema. E um dos diferenciais do YouTube é a formação de *hubs*⁵⁹, ou seja, nichos temáticos, que agregam diversas comunidades. Os usuários são estimulados a consumir o conteúdo de canais similares, seja pelo algoritmo do site ou pelos próprios canais, o que faz com que a interação com a plataforma seja natural. A conexão dos usuários uns com os outros por meio de lutas e sentimentos comuns revela a cultura do YouTube, conforme apontam Kyncl e Peyvan:

[...] todos temos o desejo de sentir que pertencemos a algum lugar, que vivemos em um mundo no qual nossas opiniões são compartilhadas, nossas experiências são relevantes e nossos sentimentos importam. A verdade é que vivemos nesse mundo; ele está apenas obscurecido pela distância e pelo conflito. Na sua melhor forma, o YouTube pode revelar esse mundo. Pode lhe mostrar muita gente diferente, que você talvez não veja fora da sua janela todos os dias. Ele pode conectá-lo com pessoas que olham, pensam ou amam como você, que enfrentaram os mesmos problemas, ou que estão lutando com as mesmas forças (Kyncl & Peyvan, 2019, p. 66).

É por meio da participação que o YouTube se torna uma rede social. As novas opções de interação entre criadores de conteúdo e seus inscritos consolidam o YouTube como rede social ao invés de mera plataforma de compartilhamento de vídeos.

⁵⁹ Do inglês, que significa núcleos, ou polos.

As estatísticas produzidas pelo site são surpreendentes, atualmente o YouTube é o segundo site mais visitado do mundo, com 27,6 bilhões de visitas mensais registradas em 2022, atrás apenas do Google, com 44,2 bilhões⁶⁰, sendo o Brasil responsável por em média 4.52% do tráfego mundial de informações para o site⁶¹.

A expressividade numérica da plataforma revela um campo rico para entender o futuro das mídias sociais. A concepção de sistemas sociais e técnicos para promover o engajamento em termos de participação máxima do usuário é um desafio teórico e concreto que tanto os pesquisadores, quanto o mercado se esforçam para entender, haja vista a constante atualização de termos de serviço e algoritmos⁶².

A página inicial da plataforma sugere vídeos ao usuário cadastrado, para tanto, os algoritmos do YouTube levam em consideração o histórico de vídeos visualizados, as inscrições e os vídeos mais vistos no país e os organiza em categorias.

As categorias podem variar conforme a experiência do usuário e normalmente incluem vídeos adicionados recentemente, clipes de músicas, trechos de programas de TV e vídeos mais vistos (aqueles que geram mais tráfego de informações, pelo tema e momento abordados).

O site desenvolve cada vez mais *affordances* específicos de interação e identificação social e funciona como fonte de informações, notícias e entretenimento. Com o desenvolvimento dessas novas ferramentas, o site procura aumentar o tempo que os usuários navegam pelos canais e vídeos, de forma a facilitar as interações, promover a comercialização de produtos e de anúncios, ao mesmo tempo que compete com redes sociais de vídeos curtos, como Tik Tok e o Instagram.

Nesse contexto, com a profissionalização do *youtuber*, o desenvolvimento de comunidades virtuais, a modulação de ferramentas de interação, crescimento exponencial de tráfego, anunciantes e visualizações, o YouTube tornou-se um verdadeiro sistema cultural.

2.1.2.1.1 Comunidades virtuais

⁶⁰ Estatística disponível em <https://datareportal.com/reports/digital-2022-july-global-statshot>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

⁶¹ Estatística disponível em: <https://www.similarweb.com/pt/website/youtube.com/#traffic>. Acesso em 22 de agosto de 2022.

⁶² Algoritmos são conjuntos de caminhos matemáticos que seguem um padrão determinado por codificação de computadores.

Sheenagh Pietrobruno (2013) considera o YouTube um arquivo participativo e interativo que permite que seus usuários adicionem conteúdo aos gêneros principais e de certa forma estabelecidos como “referência”, permitindo sempre que vozes populares emergjam entre gêneros de conteúdo controlados centralmente.

Esses gêneros de conteúdo partem dos nichos, formam *hubs* e são, no contexto do YouTube, verdadeiras comunidades virtuais formadas por canais similares, tal como entende Lévy: as comunidades virtuais “são construídas sobre afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos, em um processo mútuo de cooperação e troca” (Lévy, 1999, p.127).

A expressão “comunidade virtual” foi disseminada por Howard Rheingold em sua obra originalmente publicada em 1993, *The Virtual Community*:

As comunidades virtuais são agregados sociais que surgem da Rede [Internet], quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante essas discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações pessoais no espaço cibernético [ciberespaço] (Rheingold, 1996, p. 18).

O autor supra acreditava que esses agregados sociais se formariam em torno de interesses mútuos e gerariam laços profundos e se estenderiam para relações face a face. Castells (2003) afirma que a melhor forma de compreender as comunidades virtuais “é vê-las como redes de sociabilidade, com geometria variável e composição cambiante, segundo a evolução dos interesses dos atores sociais e a forma da própria rede. Em grande medida, o tema em torno do qual a rede é montada define seus participantes” (Castells, 2003, p. 109).

O autor (Castells, 2003) também entende que as comunidades que surgem nas redes sociais tendem a formar-se e dissolver-se conforme a relevância dos temas discutidos e o alcance dos discursos proferidos, o que torna a interação entre seus membros dinâmica e eficaz pelo período que em estão investidos em determinada causa, interesse ou luta pelo fim de determinado estigma, por exemplo. No entanto, o mesmo autor ainda admite que, apesar das relações nas comunidades *online* comumente não se estenderem para as interações físicas, a sociedade em rede é hipersocial, não uma sociedade de isolamento:

As pessoas integraram as tecnologias nas suas vidas, ligando a realidade virtual com a virtualidade real, vivendo em várias formas tecnológicas de

comunicação, articulando-as conforme as suas necessidades. Então, a sociedade em rede é a sociedade de indivíduos em rede (Castells, 2005, p. 23).

Sobre comunidades virtuais existentes nas redes sociais, entende Henrique Antoun que

Esta maneira de se ordenar torna as redes sociais visíveis e duradouras, contribuindo para o seu crescimento e proliferação. Diferentes das instituições ou dos grupos, as redes sociais fazem circular através de seus canais notícias, dicas, interesses no seio de uma comunidade que partilha certas atividades e age coletivamente. O canal de uma rede social é formado pela interação entre seus membros. Em termos do conhecimento, uma grande economia se faz quando os problemas da ação coletiva podem ser resolvidos de modo simples e econômico por alguma tecnologia de comunicação. As redes sociais promovem comunidades de atividade ou interesse, ao invés dos grupos de opinião da imprensa ou das massas de consumo da mídia irradiada (2008, p. 1-2).

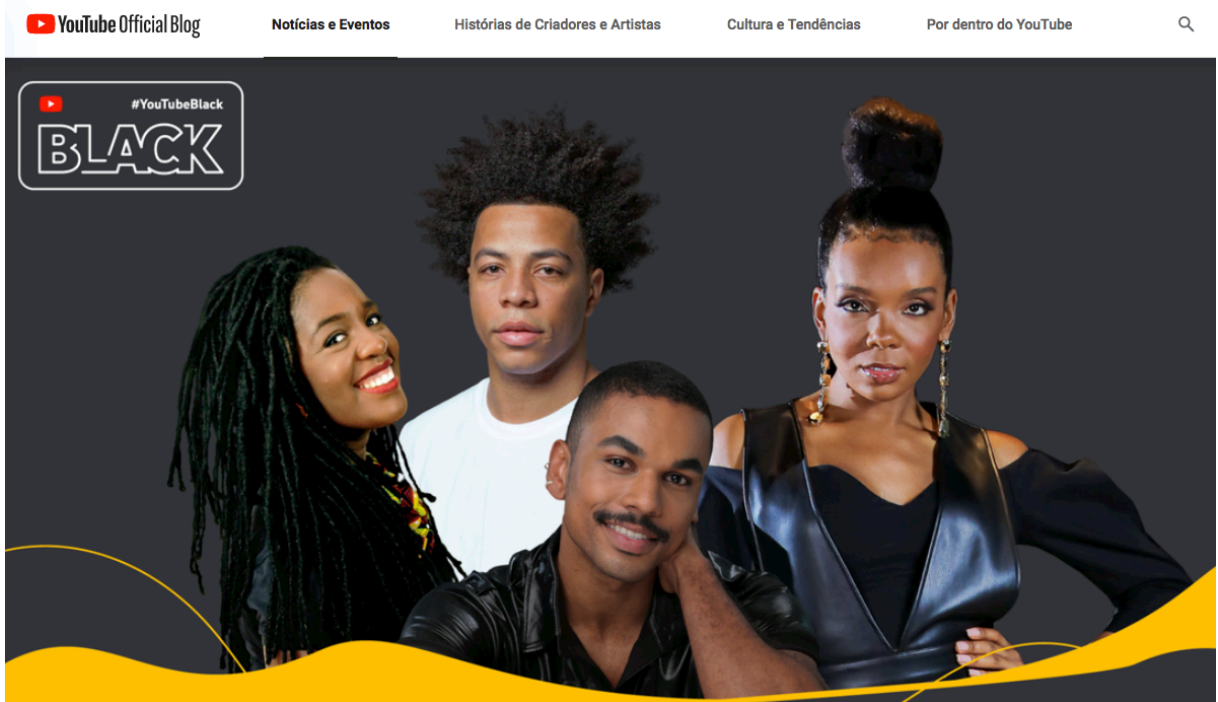
O YouTube, por meio de suas comunidades, oferece inclusão acessível a indivíduos que são frequentemente silenciados, estigmatizados e marginalizados pela mídia hegemônica. Como sistema cultural e conhecedor do potencial das comunidades para o crescimento da plataforma, o YouTube desenvolveu ações para estimular a formação comunidades⁶³, especialmente comunidades de minorias e incentivar o engajamento, como os projetos #YouTubeNegro⁶⁴, #OrgulhoDeSer e o evento online YouTube Black⁶⁵ (fig. 7).

Figura 7 – Evento “YouTube Black”

⁶³ Disponível em: <https://youtube-creators.googleblog.com/2017/11/expanding-community-on-youtube.html>. Acesso em 22 de agosto de 2022.

⁶⁴ Disponível em: https://brasil.googleblog.com/2016/11/fomentando-o-debate-racial-no-youtube_14.html. Acesso em 03 de janeiro de 2022.

⁶⁵ O “*YouTube Black*” é uma iniciativa que visa celebrar e apoiar criadores de conteúdo negros. O evento é realizado anualmente e a sua sexta edição, em 2020, foi transmitida completamente online e incluiu painéis de discussão, workshops e apresentações ao vivo, abordando temas como representatividade, técnicas de produção de conteúdo, estratégias de crescimento de canal e monetização. Disponível em: <https://blog.youtube/intl/pt-br/news-and-events/youtube-transmite-hoje-sexta-edicao-do-youtube-black-100-online/>. Acesso em 03 de janeiro de 2022.



Fonte: YouTube. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/4vmkwsau>. Acesso em 03 jan. 2022.

Desta feita, subjetividades percebidas pela mídia hegemônica (de modo superficial) de acordo com classe, gênero, raça e outras relações desiguais de poder sempre existiram, mas nunca antes foram retratadas em espaços públicos legitimados, como agora, com complexidades próprias, independência para gerir seus próprios contratos publicitários e audiências cativas e engajadas em comunidades.

CAPÍTULO 03

IDENTIDADES NEGRAS E RESISTÊNCIA

Este capítulo discute a complexidade do conceito de identidade, examina as resistências negras evidenciadas pelos movimentos sociais e conceitua “laços comunitários”. A análise abrange as subjetividades negras, a negritude, o feminismo negro e net-ativismo.

O primeiro tópico destaca a ascensão do termo “identidade” segundo Fearon (1999), expõe a argumentação de Dubar (2006) acerca da crise das identidades e a teoria de Taylor (1994, 2000) sobre a política do reconhecimento, enfatizando a importância da dignidade e da autenticidade na construção da identidade para então concluir que as identidades são moldadas tanto por características intrínsecas dos indivíduos quanto pelo hibridismo social e pelas dinâmicas de poder. A construção da identidade é influenciada por elementos sociais, históricos e culturais, e as reivindicações individuais devem ser apresentadas de forma intersubjetiva para obter reconhecimento coletivo (Honneth, 2003).

A seguir, Hall (2003) aborda o conceito de raça, destacando as diferenças históricas e experiências que moldam a identidade negra. Fanon (2008) explora os mecanismos de opressão colonial e a internalização da inferioridade. O conceito de “negritude”, desenvolvido por Césaire, Damas e Senghor na década de 1930, reivindica uma identidade negra em resposta à discriminação colonial. Mbembe (2014) analisa a produção da identidade negra como um vínculo de submissão e exploração. O movimento da negritude é visto como uma etapa necessária para a conscientização da opressão e a reivindicação de reconhecimento.

No terceiro tópico, Collins (2019a) define “imagens de controle” como representações negativas das mulheres negras, Gonzalez (1984) discute os estereótipos das mulheres negras no Brasil, Nascimento (2018) argumenta que as funções das mulheres negras no mercado de trabalho refletem a continuidade das estruturas de dominação racial e de gênero, Crenshaw (2002) desenvolve o conceito de interseccionalidade para entender as interações entre discriminação racial, de gênero e de classe, Audre Lorde (2019) destaca a necessidade de combater as opressões de forma interligada e Collins (2016, 2019b) trabalha a autodefinição e autoavaliação das mulheres negras para concluir que: embora a percepção da identidade negra seja agrupada em conjuntos de estereótipos, as vozes individuais em defesa de um olhar que se aproxime de suas identidades reais (por meio da autodefinição em espaços seguros) constituem um mecanismo de empoderamento das mulheres negras.

A trajetória dos movimentos sociais negros no Brasil é analisada de acordo com a revisão histórica de Domingues (2007) e Gomes (2011) e por fim, o net-ativismo é discutido conforme Di Felice (2013) para então desenvolver o conceito de laços comunitários como conexões emocionais, sociais e ideológicas moldadas por interações em contextos digitais que unem indivíduos comunidades, considerando também o contexto dos movimentos sociais (como o *Black Lives Matter*).

3.1 Identidade em foco: perspectivas teóricas de Hall, Dubar e Taylor

De acordo com James Fearon (1999), a ascensão do termo “identidade” no contexto acadêmico foi impulsionada pela influência da pós-modernidade e pelos debates relacionados ao multiculturalismo. O conceito de identidade se tornou então fundamental entre os pesquisadores, possibilitando a exploração e compreensão dos aspectos culturais e políticos associados à raça, classes sociais, etnicidade, gênero, sexualidade, cidadania e diversas outras categorias sociais.

Claude Dubar (2006) analisa a crise das identidades como um fenômeno intimamente ligado à crise da modernidade, que desestabilizou as formas tradicionais de inserção social sem oferecer estruturas societárias substitutas totalmente consolidadas. Nesse processo, identidades nominais e estatutárias foram desagregadas ou estigmatizadas, enquanto as formas reflexivas e narrativas ainda enfrentam dificuldades para se estabelecer plenamente. O autor (Dubar, 2006.) argumenta que essas mudanças são consequências das transformações sociais, econômicas e culturais do século XX, que redefiniram relações de trabalho, estruturas familiares e instituições políticas, ao mesmo tempo em que introduziram uma sensação de incerteza e fragmentação identitária. A globalização, a emancipação feminina e a evolução do mercado de trabalho, por exemplo, contribuíram para essa complexidade.

Podemos também tomar as duas crises (económica e social) por um outro prisma e fazer delas manifestações dum processo mais global- que provocaria, em determinados momentos do seu desenvolvimento, quer «rupturas» nos grandes equilíbrios económicos, quer «fracturas» dum tipo de vínculo social antes largamente dominante. Pode-se também chamar «antropológica» a este tipo de crise que afecta, ao mesmo tempo, os comportamentos económicos, as relações sociais e as subjectividades individuais. É aqui que se põe a questão das identidades como modalidades de identificação das pessoas entre elas e de cada uma relativamente a si mesma (Dubar, 2006, p. 15).

Dubar (2006) observa que essas mudanças podem ser compreendidas como parte de um processo global que gera “rupturas” nos grandes equilíbrios econômicos e “fraturas” nos vínculos sociais anteriormente dominantes. Ele descreve essa crise como “antropológica”, pois afeta simultaneamente os comportamentos econômicos, as relações sociais e as subjetividades individuais. Nesse contexto, a questão das identidades emerge como uma forma de identificação que conecta as pessoas entre si e consigo mesmas, constituindo uma base para suas interações e narrativas biográficas.

Dubar (2006) identifica quatro formas principais de identidade: nominais, estatutárias, reflexivas e narrativas. As formas nominais referem-se à identidade cultural, frequentemente associada à etnia, religião ou nacionalidade. As formas estatutárias são ligadas às identidades profissionais e ocupacionais. As formas reflexivas são ideológicas e envolvem a maneira como os indivíduos refletem sobre si mesmos e suas posições no mundo. Finalmente, as formas narrativas são singulares e pessoais, centradas nas histórias de vida individuais que cada pessoa constrói, assim “estas quatro formas de identificação são tipos de designação que cada um gere, combina, planeia na vida quotidiana. O seu uso depende do contexto das interações, mas também dos «recursos de identidade» das pessoas visadas” (Ibid. p. 50).

Dubar (2006) também distingue identidade para si de identidade para os outros. A identidade para si é biográfica e resulta das trajetórias individuais e das experiências de vida, é a forma como o indivíduo se percebe e se narra. Por outro lado, a identidade para os outros é atribuída pelos outros dentro de um contexto social e histórico e é frequentemente herdada e pode ser associada a grupos como tribos, nações ou classes sociais. Essas duas dimensões da identidade interagem constantemente, podendo coincidir ou entrar em conflito, conforme o indivíduo navega por diferentes contextos e relações sociais.

Um dos aspectos centrais da obra de Dubar (2006) é a ênfase na reflexividade da construção identitária na modernidade. Ele explica que, enquanto as identidades no passado eram frequentemente transmitidas ou herdadas, na contemporaneidade elas se tornaram objeto de construção ativa pelos próprios indivíduos. Essa construção ocorre por meio dos relatos de vida, nos quais o sujeito articula e organiza eventos de forma a criar uma narrativa coerente e significativa. Assim, a identidade pessoal assume um caráter biográfico, em que o “eu narrativo” emerge como uma história que o indivíduo conta a si mesmo e, em alguns casos, aos outros.

A identidade pessoal não se pode reduzir à reflexividade porque o sujeito que aprende durante toda a vida tornou-se uma história. O Eu narrativo é esta história que cada um é levado a contar a si próprio e, às vezes, a contar a outros. É por isso que a dimensão biográfica se tornou uma componente essencial da identidade pessoal. Contar a sua vida é encontrar uma intriga susceptível de guiar a selecção dos episódios e o seu encadeamento de personagens e da sua influência. É construir uma intriga que articula estes dois níveis e permite «dar um sentido» à sua vida, ao mesmo tempo que uma direcção e um significado compreensíveis para o outro. Esta biografia é atravessada por crises porque a Identidade nunca está adquirida, está sempre em busca dela própria, sempre exposta às mudanças e aos questionamentos (Dubar, 2006, p. 192).

Sobre “relatos de vida”, o Dubar (2006) elucida que falar sobre a própria vida é uma operação de alto risco, pois envolve justificar que a história pessoal tem significado, introduzindo uma trama que conecta eventos sucessivos e diversos aspectos da vida (profissional, familiar, religioso, etc.). A construção de um relato de vida implica encontrar uma trama que articule os episódios e fios diferentes da vida, fornecendo um sentido compreensível tanto para o indivíduo quanto para os outros.

Já Stuart Hall (2005) propõe três entendimentos distintos do conceito de identidade: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. Na perspectiva do sujeito iluminista, a identidade era concebida como algo singular, fixo e ancorado nas capacidades racionais e conscientes do indivíduo. Essa visão colocava o homem como autônomo, autossuficiente e imutável, refletindo um ideal estável e universalista. Contudo, com o advento da modernidade e as mudanças sociais que ela trouxe, essa concepção tornou-se insuficiente para abarcar as complexidades do mundo em transformação. É nesse contexto que emerge o sujeito sociológico, cuja identidade se constrói nas interações sociais e é moldada pelos contextos em que o indivíduo se insere. Aqui, a identidade já não é estática, mas fruto de um processo relacional e dinâmico.

Hall (2005) explica que as rápidas mudanças estruturais provocadas pela globalização intensificaram ainda mais essa dinâmica. Ele observa que o sujeito, antes percebido como portador de uma identidade unificada e estável, passou a vivenciar um processo de fragmentação, composto por múltiplas identidades que frequentemente se contradizem ou permanecem em estado de irresolução. Essa fragmentação reflete o colapso das identidades sociais tradicionais, que antes serviam para estabilizar as conformidades culturais e subjetivas dos indivíduos. Nesse novo cenário, o processo de identificação torna-se provisório, variável e

problemático, revelando a fluidez característica da pós-modernidade. Como Hall pontua, “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente” (Hall, 2005, p. 13).

Essa visão dialoga com a análise de Fearon (1999), que ressalta a natureza dual da identidade, compreendendo tanto uma base social, vinculada às normas e categorias de pertencimento, quanto uma dimensão subjetiva, associada a valores como honra, dignidade e autorrespeito. Para Fearon (1999), é inadequado reduzir a identidade às categorias sociais, ignorando os elementos individuais que contribuem para a constituição do ser humano. Esse ponto complementa a ideia de Hall (2005) de que as identidades, além de historicamente situadas, são continuamente transformadas em resposta às formas de representação nos sistemas culturais, o que enfatiza a intersecção entre a esfera social e a subjetiva.

Já o filósofo canadense Charles Taylor parte da noção de que identidade “designa algo como uma compreensão de quem somos, de nossas características definitórias fundamentais como seres humanos” (Taylor, 2000, p. 241).

Rousseau (1754) aponta que a mudança de um estado de autossuficiência para um estado de competição e dominação (características da modernidade) fez com que os homens almejassem o reconhecimento. Nesse contexto se tornaram dependentes da opinião e da estima dos outros, desejosos do que Rousseau chama de “*amour propre*”, colocando a moralidade em segundo plano. Taylor (1994, p. 49-50) diz que a salvação moral está na recuperação do contato moral autêntico do indivíduo consigo mesmo.

Taylor (1994) acredita que a modernidade forneceu subsídios para que os seres humanos pudessem traçar por si próprios o caminho para sua autorrealização, seguindo um ideal de autenticidade que apenas foi implementado quando da substituição da noção de honra por dignidade. Para entender como Taylor chegou a essa conclusão é preciso considerar as duas mudanças que ele pontua como fundamentais para que o pensamento filosófico moderno se concentrasse nas ideias da identidade e do reconhecimento:

A primeira refere-se ao desaparecimento das hierarquias sociais, que constituíam o fundamento da noção de honra. Refiro-me a honra com o mesmo sentido que existia no tempo do antigo regime, e que estava intrinsecamente relacionado com desigualdades. Para que alguns desfrutem da honra, neste sentido, é essencial que nem todos o façam. É esta aceção que

Montesquieu aplica ao descrever a monarquia. A honra é uma questão intrínseca de «*préférences*» (Taylor, 1994, p. 47).

Nesse sentido, o autor afirma que a ética da honra, a qual imperava antes do século XVIII, no antigo regime, deu lugar à noção de dignidade, com o advento da democracia:

Opõe-se a essa noção de honra a noção moderna de dignidade, agora usada num sentido universalista e igualitário que nos permite falar da "dignidade [inerente] dos seres humanos" ou de dignidade do cidadão. A premissa de base aqui é de que todos partilham dela. É óbvio que esse conceito de dignidade é o único compatível com uma sociedade democrática, sendo inevitável que o antigo conceito de honra fosse sobrepujado. Mas isso também significou que as formas de reconhecimento igual têm sido essenciais à cultura democrática (Taylor, 2000, p. 241-242).

Assim, a ética da dignidade acabou por celebrar os movimentos ideológicos e políticos que culminaram na Revolução Francesa e então “a democracia introduziu a política de reconhecimento igualitário, que tem assumido várias formas ao longo dos anos, e que regressou agora sob a forma de exigências de um estatuto igual para as diversas culturas e para os sexos” (Taylor, 1994, p. 48). A partir do ideal de autenticidade os indivíduos passaram a contar com o que o autor chama de política do reconhecimento igualitário, onde o reconhecimento da humanidade de cada um é base fundamental numa democracia liberal.

Sobre dignidade é importante trazer à baila o entendimento de Rosas (2013), em consonância com as ideias de Kant:

Ao estabelecer que cada um deve tratar-se a si próprio e aos outros como fins em si mesmos, Kant não diz que não é admissível tratar alguém como um meio em certas circunstâncias – o que seria estranho –, mas antes que não é aceitável tratá-lo simplesmente como um meio. Assim, o homem tem dignidade porque, sendo um fim em si mesmo, não tem um valor relativo e susceptível de simples uso ou de troca por outros valores (Rosas, 2013, p. 181).

Amparado pelas ideias de Lionel Trilling, Taylor (1994, 2000) analisa a política de igual dignidade e conclui que seus elementos envolvem a vontade dos indivíduos e o sentimento de respeito pelas identidades individuais, a esse conjunto de elementos o autor deu o nome de “autenticidade”, onde as pessoas deixam de se apresentar apenas em função de suas posições na sociedade para ganharem autonomia e se definirem com elementos que verdadeiramente expressem o “*self*”.

No entanto, não pareceu razoável ao autor canadense que uma pessoa pudesse construir sua identidade se pautando somente por suas próprias volições; para Taylor, a identidade em plano individual deve levar em consideração as interações com os chamados “outros-importantes”⁶⁶, que são integrantes do círculo social próximo de cada um. A noção de que a identidade é determinada pela interação com outros inicia uma mudança do modelo monológico de formação do *self* para o dialógico. De igual forma, Dubar (2006) enfatiza a importância do reconhecimento na construção da identidade, observando que a identidade para os outros, atribuída socialmente, é essencial para a formação da identidade pessoal.

Nesse sentido, Thompson (1998) acredita que o cenário de mudanças e interações sociais é uma “arena livre” em que o processo de autoformação de cada um muda de acordo com o intercâmbio social:

Apoderando-se de mensagens e rotineiramente incorporando-as à própria vida, o indivíduo está implicitamente construindo uma compreensão de si mesmo, uma consciência daquilo que ele é e de onde ele está situado no tempo e no espaço (Thompson, 1998, p.45-46).

Não obstante, ainda é necessário que essa identidade construída intimamente seja reconhecida em plano social, ou seja, posta à prova perante a sociedade. A identidade não é definida tão-somente em termos de nossas propriedades individuais. Ela também situa os indivíduos em algum espaço social (Taylor, 2000).

Nesses termos, o reconhecimento é o responsável por fornecer perspectivas validadoras ou desabonadoras à identidade construída intimamente. Para Taylor (2000), se o reconhecimento em plano social não acontece ou acontece de forma errada ou imprecisa, a identidade de um indivíduo ou grupo social pode sofrer prejuízos⁶⁷:

Nossa identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, frequentemente pelo reconhecimento errôneo por parte dos outros, de modo que uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos, uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes devolverem um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível. O não-reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, podem ser

⁶⁶ Cf. Mead, 1967.

⁶⁷ De forma semelhante, Dubar (2006) argumenta que as identidades pessoais e sociais são construídas através de um processo contínuo de reflexividade e interação com os outros, o que pode levar a crises de identidade quando essas interações são interrompidas ou desestabilizadas.

uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora (Taylor, 2000, p. 241).

Taylor (1994, 2000) acredita que existem duas formas em que o conceito de igual reconhecimento pode ser entendido. A primeira é a “política da dignidade universal”, a qual objetiva a igualdade de direitos e condições em que todos os indivíduos, sem distinção, são iguais e recebem o mesmo tratamento por meio do reconhecimento de sua humanidade. A segunda, que deriva da primeira, é a “política da diferença”, onde as singularidades de cada indivíduo ou grupo social são notadamente reconhecidas. Enquanto a primeira informa a segunda sobre o tratamento igualitário de todos, sem categorias discriminatórias, a segunda informa a primeira sobre a homogeneização dos indivíduos, uma vez que a igualdade sem distinções cria uma massa homogênea de indivíduos sem identidades individuais, que os força a assumirem características globais que não lhes são próprias.

Outrossim, o autor defende a política da diferença; argumenta que a igual dignidade pode englobar uma política injusta, que decide quais direitos e privilégios são pertinentes numa cultura hegemônica e força grupos minoritários a se adaptarem às posturas da cultura dominante, a abdicarem suas particularidades e a integrarem a categoria de cidadãos de “segunda classe”, ou seja, nesse contexto, a não assimilação das características majoritárias resultaria na marginalização das minorias e de suas identidades.

Honneth (2003), ao tratar do reconhecimento, identifica que formas de desrespeito e degradação são elementos que, paradoxalmente, não apenas dificultam a autorrealização dos indivíduos, mas também desencadeiam lutas por reconhecimento em variados contextos sociais. Para o autor, uma luta por reconhecimento só se torna autenticamente significativa quando “as vivências pessoais de desrespeito podem ser reveladas e interpretadas como algo que potencialmente afeta outros indivíduos também” (Honneth, 2003, p. 256).

Dubar (2006) complementa essa perspectiva ao observar que as formas identitárias são inseparáveis das relações de poder e dominação presentes na sociedade. As diferentes configurações de identidade podem ser fontes de conflito e dominação, definindo modos legítimos de identificação e reconhecimento social (Ibid.). Assim, a busca pelo reconhecimento está intimamente ligada à sociedade em que as minorias estão inseridas, assim como ao nível de consciência política que possuem para reivindicar sua própria identidade.

Desta feita, as identidades são moldadas não apenas por características intrínsecas dos seres humanos, mas também pelo hibridismo social e pelas dinâmicas de poder. A construção

da identidade, então, tem substrato a partir de elementos sociais, históricos e culturais. Não obstante, os indivíduos devem estabelecer suas reivindicações num quadro interpretativo intersubjetivo para que suas exigências tomem caráter coletivo e sejam reconhecidas.

3.2 Negritude e identidades negras

Stuart Hall (2003), em aceno a sua perspectiva com relação ao conceito de raça, ensina que “negro não é uma categoria de essência numa direção à homogeneidade, existe um conjunto de diferenças históricas e experiências que devem ser consideradas e que localizam, situam e posicionam o povo negro” (Hall, 2003, p. 345).

A construção das subjetividades negras passa por um processo de percepção, tanto por parte do opressor, quanto por parte do oprimido, dos mecanismos de opressão impostos pela sociedade (Fanon, 2008). Ao mostrar que a internalização de uma suposta inferioridade é o produto do fenômeno da colonização e não o fruto apenas da experiência individual, Frantz Fanon (2008) enfatiza o mecanismo da colonização e seus nefastos erros.

Na década de 1930, Aimé Césaire, Léon-Gontran Damas e Léopold Sédar Senghor desenvolveram o conceito de “negritude” para designar tanto uma corrente poética quanto uma ideologia: tratava-se de reivindicar uma identidade negra e para contrabalançar a discriminação sofrida no sistema colonial, tratava-se de retomar a identidade que foi confiscada pela colonização (Depestre, 1980).

O movimento em favor de consolidar a identidade negra por meio da negritude é importante porque o afastamento do negro de seus elos culturais em prol de uma incorporação, de uma chamada “nação brasileira”, incita a afirmação de suas identidades e a resistência ao pensamento de subjugação da maioria dominante, pois “apesar de ter fracassado o processo de branqueamento físico da sociedade, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo” (Munanga, 1999, p. 8).

No contexto da escravidão, lembra Mbembe (2014), que o negro que era uma não-pessoa no sentido jurídico, e era produzido, imaginado:

[...] o negro não existe enquanto tal. Ele é constantemente produzido. Produzir o Negro é produzir um vínculo social de submissão e um *corpo de exploração*, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor, e do qual nos

esforçamos para obter o máximo de rendimento. Mercê de trabalhar à corveia, o Negro é também o nome de uma injúria, o símbolo do homem que enfrenta o chicote e o sofrimento num campo de batalha em que se opõem grupos e facções sociorracialmente segmentadas (Mbembe, 2014, p. 40, grifo do autor)

A produção do que significa ser negro é uma tentativa de atrelá-lo a uma alteridade inautêntica que ainda lhe atribui características de desacreditado, o que impede que ele possa ser percebido por seus atributos individuais (Goffman, 2004).

Fanon (2008) compreende que a negritude é uma etapa necessária para tomar consciência da opressão colonial, mas ao mesmo tempo, ela não pode ser um fim em si mesma. Reivindicar a própria identidade para ser reconhecida é mais importante, é um primeiro passo para a emancipação: “[...] decidi me afirmar como Negro. Uma vez que o outro hesitava em me reconhecer, só havia uma solução: fazer-me conhecer” (Fanon, 2008, p. 108).

Gomes (2005) entende que a identidade negra, assim como qualquer outra identidade, se constrói dialogicamente, na relação, contato e negociação com o Outro.

Assim, como em outros processos identitários, a identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente este processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece (Gomes, 2005, p. 43)

Já Souza preconiza que para a construção de uma identidade negra engendrada pelo ideal antirracista e pela afirmação das origens africanas é preciso romper com o círculo vicioso das “máscaras brancas”, da noção da branquitude como ideal identitário.

A possibilidade de construir uma identidade negra —tarefa eminentemente política— exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras —pais ou substitutos— que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio (Souza, 2021, p.115-116).

E continua:

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de descobrimento

que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori, é um vir a ser. **Ser negro é tornar-se negro** (Souza, 2021, p. 115, grifo nosso).

Lélia Gonzalez (2020) introduz o conceito de “amefricanidade” como uma categoria político-cultural que redefine a visão da América, particularmente da América Latina e do Caribe, a partir da experiência histórica e cultural dos povos africanos e indígenas que formam a base dessas sociedades. Ela argumenta que essa categoria ultrapassa “as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas (...) no sentido da construção de toda uma identidade étnica” (Gonzalez, 2020, p. 135).

Segundo Edith Piza (2002), a identidade individual do negro não se desvincula da identidade coletiva de ser negro. Assim, os contornos da subjetividade negra são assimilados pela universalidade de ser do “grupo”, pois “o lugar do negro é o lugar de seu grupo como um todo e do branco é o de sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo” (Piza, 2002, p. 72).

Em conclusão, a construção das identidades negras é um processo complexo e contínuo que envolve a superação das narrativas coloniais e a reafirmação de uma identidade que valorize as especificidades e resistências históricas do povo negro. Esse processo é fundamental para a afirmação de uma identidade autêntica, consciente e politicamente engajada e para também a promoção de uma sociedade antirracista que respeite e celebre a diversidade cultural e identitária.

3.3 O pensamento feminista negro, interseccionalidade e autodefinição

O feminismo negro oferece uma visão crítica das estruturas de poder que operam sobre as mulheres negras, destacando como racismo, sexismo e outras formas de opressão se entrelaçam de maneira complexa e única. Para entender essas dinâmicas, é essencial abordar o conceito de “imagens de controle”, proposto por Collins (2019a), que define essas representações como estereótipos que a sociedade impõe às mulheres negras, moldando suas identidades de maneira negativa e redutora. Collins (2019a) argumenta que essas imagens não

são meros estereótipos, mas mecanismos que controlam as mulheres negras ao estigmatizá-las, tornando-as alvos de desumanização e violência simbólica.

No Brasil, Lélia Gonzalez (2020) analisa como a sociedade brasileira impõe três figuras centrais para as mulheres negras: a “mulata”, a “doméstica” e a “mãe preta”. A “mulata”, uma imagem sexualizada e exótica da mulher negra, é rapidamente transformada em “doméstica” ao ser retirada do espaço público, onde sua sensualidade é celebrada no carnaval, para o espaço privado, onde se torna símbolo da subordinação. Gonzalez (2020) também aponta que o carnaval, ao enaltecer o corpo da mulher negra como objeto de desejo, perpetua o mito da democracia racial, uma ilusão de harmonia entre brancos e negros que esconde as profundas desigualdades raciais no Brasil.

A objetificação do corpo da mulher negra também é discutida por bell hooks (1995), que explica como o racismo e o sexismo se combinam para reduzir as mulheres negras a corpos sexualizados, desprovidos de subjetividade e intelecto. Segundo hooks:

Essas representações incutiram na cabeça de todos que as negras eram só corpo, sem mente. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas. Vistos como “símbolo sexual”, os corpos femininos negros são postos numa categoria, em termos culturais, tida como bastante distante da vida mental (hooks, 1995, p. 468).

Esta desumanização do corpo negro feminino também é explorada por Gilberto Freyre (2003), que descreve a “mãe preta” como uma figura que, embora desempenhasse um papel fundamental na dinâmica familiar da casa grande, era essencialmente uma figura subalterna:

Quanto às mães pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a quem se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhe a benção; os escravos tratavam-nas de senhoras; os boleiros andavam com elas de carro. Em dia de festa, quem as visse anchas e engajentas entre os brancos da casa, havia de supô-las senhoras bem-nascidas; nunca ex-escravas vindas da senzala (Freyre, 2003, p. 435).

Freyre (2003) idealiza a relação entre as mulheres negras escravizadas e as famílias brancas, refletindo uma visão paternalista que obscurece a exploração e a violência que permeavam essas relações. Como analisa Cardoso (2014), a figura da “mãe preta” constrói a

imagem de uma mulher submissa, passiva e resignada, que se torna um modelo da mulher negra esperado pela sociedade branca.

Beatriz Nascimento (2018) complementa essa discussão ao destacar que as mulheres negras, até hoje, ocupam os mesmos espaços de trabalho e funções que lhes foram atribuídos durante o período colonial. Essas ocupações, que se relacionam diretamente ao trabalho doméstico e a outras funções subalternas, revelam a continuidade das estruturas de dominação racial e de gênero na sociedade brasileira. Nascimento (2018) observa que a “herança escravocrata” ainda está presente, especialmente nas funções de cuidado e trabalho, com a mulher negra sendo forçada a permanecer em papéis definidos pela herança colonial. Para Nascimento:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais as estruturas de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau nas indústrias de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao que expusemos acima que estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo, se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. Mecanismo que são essencialmente ideológicos e que ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade tem efeitos discriminatórios. Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupavam na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra, como por terem sido escravos seus antepassados (Nascimento, 2018, p. 82).

Para entender como a opressão se entrelaça, é preciso entender o conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2002). Ela destaca que os eixos de opressão – como raça, gênero, classe social e sexualidade – não são independentes, mas interagem de forma complexa, criando experiências únicas de subordinação para as mulheres negras. Ela argumenta que, para compreender a experiência de mulheres negras, é necessário observar não apenas o racismo ou o sexismo de forma isolada, mas sim como esses sistemas de opressão se sobrepõem e se cruzam, afetando profundamente suas vidas:

Os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por

vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram (Crenshaw, 2002, p. 177).

Essa perspectiva é amplificada por Carla Akotirene (2019), que utiliza a interseccionalidade para examinar as desigualdades estruturais no Brasil, ressaltando como o racismo e o sexismo se articulam para consolidar a exclusão social. Akotirene (2019) observa que a interseccionalidade não é apenas uma teoria, mas uma chave para entender as desigualdades sociais e construir alternativas de resistência. Angela Davis (2016) reforça essa análise ao demonstrar como o capitalismo racial posiciona as mulheres negras no centro da exploração econômica, destacando que suas lutas não são apenas uma busca por igualdade, mas uma resistência direta ao sistema que as marginaliza e as explora.

No entanto, o feminismo negro vai além da denúncia. Sueli Carneiro (2011) argumenta que o feminismo negro não pode se limitar a uma visão reducionista das opressões enfrentadas pelas mulheres negras. Carneiro (2011) enfatiza a importância de uma ressignificação da subjetividade negra, o que envolve a superação das imagens de submissão e passividade atribuídas à mulher negra ao longo da história.

Collins (2016, 2019b) propõe que a autodefinição e a autoavaliação são fundamentais para a resistência das mulheres negras contra as imagens de controle impostas pela sociedade. A autodefinição envolve um processo ativo de rejeição das narrativas estereotipadas e a criação de representações autênticas de si mesmas.

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras (Collins, 2016, p. 102).

No mesmo sentido, Lorde (2019) destaca a importância de combater as várias formas de opressão de forma interligada. Ela reconhece que a busca por justiça social não deve se limitar a um único tipo de opressão, como racismo ou sexismo, mas deve levar em conta as intersecções entre diferentes sistemas de opressão que afetam as pessoas de maneira complexa.

A autora propõe um “modelo flexível de posicionamento subjetivo” que reconhece a diversidade de identidades e vivências de cada indivíduo. Esse modelo permite que as pessoas se identifiquem com diversos grupos sociais e enfrentem as opressões que as impactam de maneira específica.

Para enfrentar a generalização da identidade negra e os estereótipos, Collins (2016, 2019b) propõe o empoderamento por meio dos processos de “autodefinição” e “autoavaliação” e da criação de espaços seguros⁶⁸, que ajudam as mulheres negras a resistir à ideologia dominante.

Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres negras (Collins, 2016, p. 102).

Sendo assim, o desejo de subverter os estereótipos com a autodefinição e a autoavaliação mudam a perspectiva da identidade da mulher negra, uma vez que “[...] as vidas das mulheres negras são uma série de negociações que almejam à reconciliação das contradições que separam nossas próprias imagens do eu, definidas internamente, como mulheres afro-americanas, de nossa objetificação como o outro” (Collins, 2019b, p. 274-275).

A insistência quanto à autodefinição das mulheres negras remodela o diálogo inteiro. Saímos de um diálogo que tenta determinar a precisão técnica de uma imagem para outro que ressalta a dinâmica do poder que fundamenta o próprio processo de definição em si. Feministas negras têm questionado não apenas o que tem sido dito sobre mulheres negras, mas também a credibilidade e as intenções daqueles que detêm o poder de definir. Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos (Collins, 2016, p. 103-104).

⁶⁸ Collins (2019b) entende lugares seguros como famílias estendidas, igrejas e organizações da comunidade afro-americana.

A autodefinição das mulheres negras põe fim ao questionamento sobre a credibilidade daqueles que detêm o poder de definir. Quando mulheres negras se definem, elas rejeitam a suposição de que outras pessoas tenham legitimidade para descrever e analisar sua realidade. Ao questionarem essa legitimidade, as mulheres negras lutam por uma representação mais autêntica e verdadeira de si mesmas, vez que “a identidade não é só objetivo, mas antes o ponto de partida no processo de autodefinição. Nesse processo, a jornada das mulheres negras passa à compreensão de como nossas vidas pessoais têm sido fundamentalmente moldadas por opressões de raça, gênero, sexualidade e classe que se interseccionam” (Collins, 2019b, p. 294).

Collins (2019b) acredita que a mulher negra, ao usar a própria voz para se autodefinir e avaliar, precisa de um ouvinte, precisa estabelecer uma conexão dentro dos limites de um espaço seguro e assim, se nutrir de elementos que a levem a cultivar autovalorização, respeito, autoconfiança e independência.

As lutas individuais para desenvolver uma consciência transformada ou a persistência de grupo necessária para transformar instituições sociais – ambas são ações que realizam mudanças que empoderam as mulheres afro-americanas. Ao persistir na jornada rumo à autodefinição, somos modificadas como indivíduos. Quando conectados à ação de grupo, nossos esforços individuais ganham novo significado. Como nossas ações individuais mudam o mundo em que nós apenas existimos para outro no qual temos algum controle, elas nos permitem enxergar a vida cotidiana como um processo e, portanto, passível de mudança (Collins, 2019b, p. 312).

Embora a percepção da identidade negra seja agrupada em conjuntos de “imagens de controle”, que reproduzem o imaginário social coletivo de objetificação sexual do corpo da mulher negra, da indolência, malandragem e da incapacidade intelectual, as vozes individuais em defesa de um olhar que se aproxime de suas identidades reais (por meio da autodefinição em espaços seguros) constituem um mecanismo de reconhecimento, empoderamento e principalmente de resistência das mulheres negras.

Nesse contexto, Joice Berth (2019) insere o conceito de empoderamento como uma prática central no feminismo negro. Para a autora, o empoderamento não se limita a uma experiência individual, mas é um processo coletivo e político de transformação que visa dismantelar as estruturas que perpetuam as opressões. Em sua essência, o empoderamento é um movimento que resgata a capacidade das mulheres negras de se autodefinirem e de agirem politicamente para romper com as condições de subalternidade.

O feminismo negro é uma resposta poderosa às estruturas de opressão que definem as experiências das mulheres negras. Ao propor ferramentas como a interseccionalidade, a ressignificação da subjetividade e a autodefinição, ele desafia as narrativas históricas e promove um projeto político que visa não apenas resistir, mas transformar as condições sociais, culturais e econômicas que perpetuam as desigualdades. Essa luta é, antes de tudo, uma afirmação do direito à humanidade plena das mulheres negras e à construção de um futuro onde suas vozes e experiências sejam centrais.

3.4 A trajetória histórica do movimento negro no Brasil: um breve panorama

A trajetória do movimento negro no Brasil é marcada pela intersecção de eventos históricos, figuras proeminentes e instituições que desempenharam papéis críticos na luta pelos direitos civis, políticos e sociais da população negra. Desde suas origens até os dias de hoje, essas iniciativas têm sido fundamentais para promover mudanças na estrutura social brasileira. Joel Rufino dos Santos define o movimento negro como:

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo, fundadas e promovidas por pretos e negros [...]. Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e 'folclóricos' – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (Santos, 1994, p. 157).

A resistência da população negra no Brasil tem suas raízes na própria experiência da escravidão, se estendendo até os movimentos sociais contemporâneos. Os quilombos foram os primeiros e mais poderosos símbolos de resistência à escravidão no Brasil. Formados por escravos fugitivos, os quilombos eram comunidades autônomas que desafiavam o sistema escravocrata. À práxis afrocentrada pautada na experiência de resistência dos quilombos, Abdias Nascimento deu o nome de quilombismo:

[...] essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade; dominante; do outro lado da lei se erguem os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos

quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica e cultural, a um tempo integrando uma prática de libertação e assumindo o comando da própria história. A este complexo de significações, a esta práxis afro-brasileira, eu denomino de quilombismo (Nascimento, 2019, p. 9).

Com base na obra de Antônio Bispo dos Santos (2015), conhecido como Nego Bispo, é possível destacar o quilombismo como uma prática de resistência, construção de autonomia e uma alternativa ao modelo colonial-capitalista. O conceito de quilombismo em Bispo (2015) é apresentado como um sistema complexo de resistência e criação. Ele afirma que os quilombos são mais do que espaços físicos: são comunidades que praticam formas de vida organizadas em oposição às estruturas coloniais, priorizando a coletividade e a sustentabilidade. Bispo explica que, nas comunidades quilombolas, “a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um, só sendo permitida a acumulação em prol da coletividade” (Bispo, 2015, p. 48). Essa organização comunitária confronta diretamente o individualismo e o extrativismo impostos pela colonização.

A noção de biointeração é central no pensamento de Bispo (2015). Ele a descreve como uma relação equilibrada entre os seres humanos e a natureza, que valoriza a coexistência ao invés da exploração. Essa prática desafia a lógica da colonização, que transforma os recursos naturais e humanos em mercadorias a serem exploradas.

Bispo (2015) também propõe o conceito de contra-colonização, que engloba “todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (Bispo, 2015, p. 48). Ele enfatiza que os quilombos representaram — e continuam a representar — essa resistência organizada. Desde Palmares até os dias atuais, as comunidades quilombolas têm enfrentado ataques diretos, mas também têm sido espaços de criação cultural e afirmação identitária.

Bispo (2015) também critica o modelo de desenvolvimento sustentável que reduz os problemas ambientais à reciclagem, sem questionar o sistema que gera o desperdício. Ele propõe, em contrapartida, a “reedição da natureza”, um processo regenerativo que permite o equilíbrio ecológico: “na lógica da biointeração, a tríade ‘extrair, utilizar e reeditar’ promove a regeneração natural e orgânica dos recursos” (Bispo, 2015, p.98). Assim, o quilombismo não apenas resiste ao modelo capitalista, mas propõe alternativas baseadas na justiça social e na sustentabilidade. Essa perspectiva de resistência, que vincula práticas ambientais e sociais,

dialoga com a longa tradição de movimentos e iniciativas negras que, mesmo em contextos adversos, buscaram questionar e reformular as estruturas opressivas da sociedade.

Antes mesmo da abolição da escravidão, Francisco de Paula Brito fundou “O Homem de Cor” (1833), o primeiro jornal brasileiro a combater o racismo, inaugurando um importante movimento de resistência intelectual e organizacional da população negra no Brasil. A criação desse jornal representou um marco na luta por cidadania e igualdade, servindo de base para outras iniciativas ao longo do século XIX e início do século XX. Publicações como “O Exemplo” (1892), “A Pátria” (1899) e “O Alvorada” (1907) desempenharam um papel crucial não apenas na denúncia do racismo estrutural, mas também na articulação política e na formação de redes de apoio dentro das comunidades negras. Paralelamente, clubes e sociedades como o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos (1902) e a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906) surgiram como espaços de organização, promovendo debates, ações educativas e culturais que visavam o fortalecimento da identidade negra e a luta por direitos.

Essa trajetória ganha ainda mais relevância com a intensa movimentação da chamada Imprensa Negra Paulista na década de 1920, exemplificada por jornais como “O Getulino” (1923) e “O Clarim da Alvorada” (1924). Essas publicações se destacaram não apenas por seu conteúdo combativo, mas também pela forma como eram mantidas:

Mantidos pelos próprios negros que os editavam, com a colaboração dos membros da comunidade que se cotizavam para ajudá-los, estes jornais constituem um fato único no Brasil: revelam a determinação em manter um espaço ideológico e informativo independente e de servir como veículo organizacional da comunidade negra (Cardoso, 2002, p. 30).

Essa independência evidenciava a força da organização comunitária, pois, em um contexto de exclusão social e racial, a própria comunidade negra se mobilizava para garantir um espaço onde pudesse expressar suas demandas e construir suas narrativas.

Com o passar das décadas, a mobilização política e intelectual negra se intensificou. A formalização de organizações voltadas para a conquista de direitos civis e sociais ganhou força a partir dos anos 1930, com a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931. A FNB foi a primeira organização afro-brasileira a demandar, de maneira organizada e sistemática, a participação plena da população negra na sociedade brasileira. Além de promover ações culturais e educacionais, a FNB foi responsável por articular reivindicações por direitos como o combate à discriminação racial, o acesso ao mercado de trabalho e a igualdade jurídica. Em

1936, a FNB transformou-se no Partido da Frente Negra Brasileira, consolidando-se como um instrumento político de grande relevância, embora tenha sido extinto pelo regime de Getúlio Vargas com a promulgação do Estado Novo em 1937 (Domingues, 2007).

A mobilização negra também se manifestou no campo cultural, especialmente com a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN) por Abdias Nascimento em 1944. O TEN surgiu como uma resposta direta à exclusão da população negra dos espaços culturais e artísticos tradicionais. Mais do que um espaço de expressão artística, o Teatro Experimental do Negro tornou-se um centro de debates sobre a negritude, os direitos civis e a cidadania. Abdias Nascimento, inspirado por movimentos como o Harlem Renaissance nos Estados Unidos, utilizou o teatro como uma ferramenta de empoderamento cultural, buscando reverter a marginalização da população negra (Dardashti, 2022). Segundo Domingues (2007), o TEN foi um marco na produção intelectual negra brasileira, promovendo atividades como a publicação do jornal Quilombo, cursos de alfabetização e artes, e a organização do I Congresso do Negro Brasileiro:

A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país (Domingues, 2007, p. 109).

Esses movimentos, embora marcados por períodos e estratégias diferentes, compartilham um elemento comum: a busca por autonomia e a construção de espaços próprios para resistir às estruturas de opressão e exclusão. Assim como os jornais da Imprensa Negra Paulista representaram uma iniciativa independente e autossustentada para articular as demandas da população negra, organizações como a FNB e o TEN reafirmaram a necessidade de construir uma base política e cultural sólida para enfrentar o racismo estrutural e reivindicar uma sociedade mais igualitária.

No período pós-guerra, o movimento negro passou por uma reorganização significativa. A Constituição de 1946 trouxe esperanças de uma sociedade mais democrática, e o movimento aproveitou para se reestruturar. Diversas associações e comitês, como o Comitê Democrático

Afro-Brasileiro (1945) e a Frente Negra Trabalhista (1948), emergiram para combater o racismo de forma mais sistemática. A década de 1950 foi marcada por avanços importantes, incluindo a aprovação da primeira lei antirracismo (Lei nº 1.390 de 1951) e a fundação do Centro de Estudos Afro-Orientais (1959), que contribuiu para a pesquisa e valorização das culturas afro-brasileiras (Gomes, 2011).

A ditadura militar que se instalou no Brasil em 1964 representou um grande desafio para o movimento negro, com a repressão e a censura dificultando a organização e a mobilização. No entanto, mesmo sob um regime opressor, surgiram importantes grupos como o Grupo Palmares (1971) e o Movimento Teatral Cultural Negro (1975). A volta da imprensa negra, com publicações como “Jornegro” (1978) e “Ébano” (1980), manteve viva a luta contra o racismo, mesmo em tempos de adversidade.

A partir de 1978, o movimento negro brasileiro se reorganizou de forma significativa. Houve a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU)⁶⁹ e a declaração do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, em homenagem a Zumbi dos Palmares. A década de 1980 trouxe vitórias importantes, como a representação na elaboração da Constituição de 1988, que abriu espaço para leis antirracismo, e a criação da Fundação Palmares em 1988, com o objetivo de promover a integração das pessoas negras na sociedade brasileira. Outros marcos relevantes desse período foram a promulgação da Lei Caó (Lei nº 7.716), em 1989, que criminalizou práticas de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional e a fundação do Movimento das Mulheres Negras (Gomes, 2011).

Segundo Gomes (2011), as mulheres negras fundaram o Movimento das Mulheres Negras nos anos 80 em resposta às desigualdades de gênero. Esse movimento se desenvolveu para dar voz e espaço às mulheres negras, reconhecendo a intersecção entre racismo e sexismo:

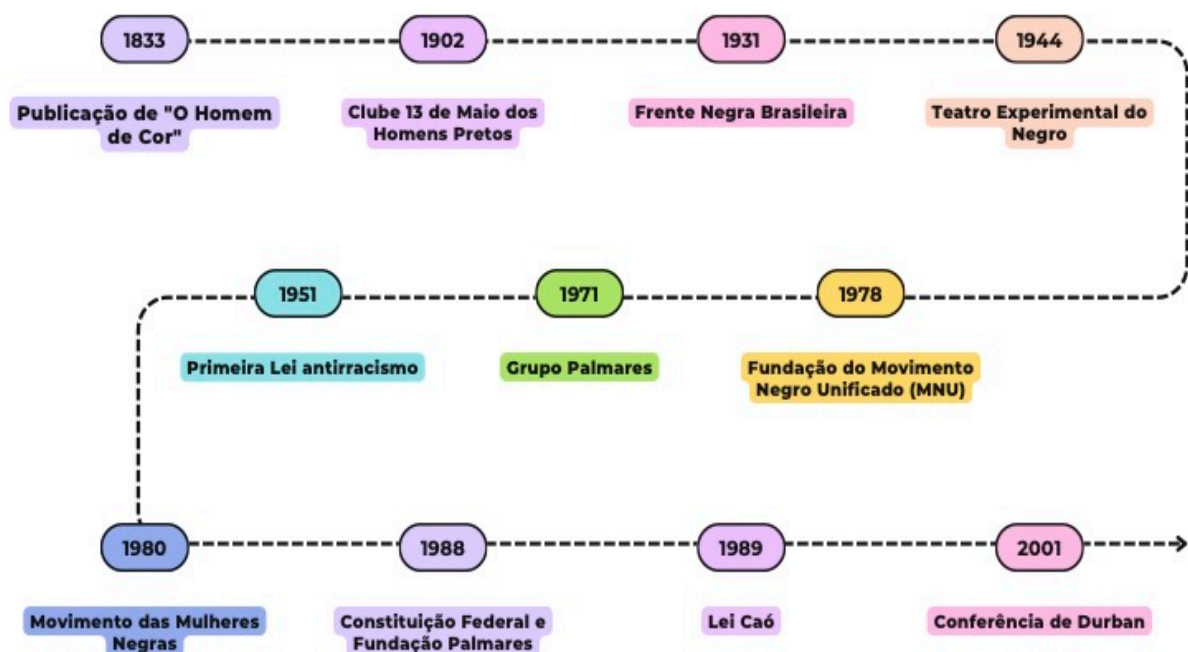
[...] a questão de gênero só passou a ser pautada como uma forte preocupação da prática e das questões do movimento negro devido à pressão das mulheres negras. Estas têm exercido uma luta contínua não só no interior da comunidade negra, mas no debate com o Estado para a implementação de políticas públicas de saúde, emprego e educação que contemplem a articulação entre raça e gênero (Gomes, 2011, p. 142).

⁶⁹ Surgiu primeiramente como Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial, mas foi rebatizado em dezembro de 1979 (Gomes, 2012).

A partir de 2000, o movimento negro no Brasil pressionou o Estado a reconhecer e enfrentar o racismo de forma mais contundente, especialmente à época da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância da ONU, em Durban em 2001, considerada um marco (Gomes, 2011). Houve então um significativo avanço nas políticas de ações afirmativas, com a implementação de cotas raciais nas universidades e no serviço público. Essa fase é marcada pela construção de uma agenda política antirracista e a participação ativa em fóruns internacionais de direitos humanos.

O gráfico abaixo ilustra no tempo os principais acontecimentos que marcaram o movimento negro no Brasil:

Gráfico 1 – Linha do tempo dos principais marcos do movimento negro no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora

A trajetória do movimento negro no Brasil é uma narrativa de resistência e resiliência que atravessa séculos, desde os tempos da escravidão até os dias atuais. Marcada por momentos cruciais e figuras históricas, essa trajetória reflete a luta contínua por direitos civis, políticos e sociais da população negra.

Desde a formação dos quilombos, que representaram os primeiros símbolos de resistência à escravidão, até a criação de organizações estruturadas como a Frente Negra

Brasileira e o Teatro Experimental do Negro, o movimento negro tem buscado incessantemente a igualdade e a justiça. A atuação de intelectuais e ativistas, como Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento (para citar alguns), foi fundamental para a luta em prol da consolidação de uma identidade afro-brasileira e a promoção de uma agenda antirracista.

A resistência se manifestou também através da imprensa negra, com jornais que desafiaram a opressão e promoveram a conscientização e organização da comunidade negra. A fundação do Movimento Negro Unificado e a celebração do Dia Nacional da Consciência Negra simbolizam a unificação dos esforços e a reafirmação do legado de líderes como Zumbi dos Palmares.

Nos últimos anos, a implementação de políticas de ações afirmativas e a participação em fóruns internacionais de direitos humanos evidenciam os avanços e os desafios que ainda persistem. O reconhecimento e a valorização da cultura e da história afro-brasileira, aliados à luta por justiça social e contra o racismo estrutural, continuam a ser a espinha dorsal do movimento negro no Brasil.

3.5 Vidas negras importam: net-ativismo e laços comunitários

As redes sociais exercem um papel fundamental na mobilização⁷⁰ de comunidades, proporcionando espaços para a expressão e discussão de questões sociais pertinentes. Essas formas de organização transformam as dinâmicas sociais e os laços comunitários, pois “a mudança de ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de produção de significado e, portanto, a produção de relações de poder” (Castells, 2012, p. 9).

Nesse contexto, as ideias de Bauman (2005) sobre comunidades de vida e de destino se fazem relevantes. O autor (Bauman, 2005) argumenta que comunidades são percebidas pelas identidades como entidades que as definem e podem ser de dois tipos: “comunidades de vida e de destino, cujos membros (segundo a fórmula de Siegfried Kracauer) ‘vivem juntos numa

⁷⁰ Raquel Paiva (2001) introduziu o termo “flutuantes” para descrever as minorias emergentes no despertar de um novo ativismo social, marcado pela ocupação do ciberespaço através da formação de comunidades transitórias. A autora categoriza como efêmeros os agrupamentos virtuais que surgem com objetivos específicos, como uma passeata, uma manifestação ou uma mobilização. Essas comunidades perdem sua razão de existir assim que as atividades do evento proposto cessam, o termo “flutuante” carrega consigo o significado da “transitoriedade da ação de um grupo específico no âmbito da luta contra-hegemônica” (Paiva, 2001, p. 4).

ligação absoluta’, e outras que são ‘fundidas unicamente por ideias ou por uma variedade de princípios’” (Bauman, 2005, p. 17).

Nesse sentido, Bauman (2005) acredita que a questão da identidade apenas aparece quando o indivíduo, despido ou certo de uma identidade absoluta, se depara com comunidades formadas por ideias. Aos indivíduos cabe a tarefa de analisar as ideias e os princípios que circundam as “comunidades de destino” a que são expostos e comparar, considerar contradições e reconsiderar escolhas para, então, determinar quais grupos representam sua identidade em determinado momento, vez que “identidade” e “pertencimento” são negociáveis e revogáveis.

As decisões que o indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa (Bauman, 2005, p. 17 -18).

A teoria de Bauman (2005) sobre comunidades de vida e de destino, e a natureza negociável da identidade e do pertencimento, fornece uma base sólida para compreender os laços comunitários que contornam o ativismo digital, onde a identidade ativista é continuamente moldada e redefinida através de uma participação dinâmica em múltiplos contextos sociais.

Já Cortina (1997) aborda o vínculo coletivo como um elemento essencial para a convivência em sociedades plurais e interconectadas. Ela entende o vínculo coletivo como a base para a coesão social, destacando que ele não pode ser sustentado apenas por normas legais ou estruturas formais de cidadania. Para Cortina (1997), é necessário criar uma rede de relações interpessoais e institucionais baseada no reconhecimento mútuo, na empatia e na corresponsabilidade entre os membros da comunidade.

Cortina (1997) afirma que o vínculo coletivo é fortalecido quando os indivíduos compartilham valores comuns e trabalham juntos em prol de objetivos coletivos, independentemente das suas diferenças culturais, sociais ou geográficas. Esse vínculo não anula a individualidade, mas é construído a partir dela, respeitando as especificidades de cada pessoa.

Além disso, Cortina (1997) conecta o vínculo coletivo à ideia de cidadania global, argumentando que, em um contexto de diversidades, ele precisa ser constantemente alimentado pelo diálogo e pela construção de um horizonte comum que integre diferentes perspectivas. Ela sugere que a formação desse vínculo não se dá automaticamente, mas requer esforços

conscientes para superar preconceitos, construir confiança e estabelecer espaços de participação inclusivos.

No âmbito das comunidades virtuais, essa concepção de vínculo coletivo pode ser associada à capacidade de formar redes de apoio e identidade compartilhada. Cortina (1997) vê potencial nos espaços globais para gerar laços de solidariedade, mas alerta que a fragmentação e a falta de diálogo genuíno podem enfraquecer esses vínculos. Assim, o vínculo coletivo, segundo ela, é tanto um ideal quanto uma prática que exige o envolvimento ativo dos cidadãos.

No contexto de interação e ativismo emergem duas formas distintas de engajamento digital: o ciberativismo e o net-ativismo. O ciberativismo se refere a um conjunto de estratégias ativistas realizadas predominantemente no âmbito digital, enquanto o net-ativismo, uma evolução conceitual, transcende a dicotomia online/offline, estabelecendo uma abordagem mais integrada e contínua.

A distinção reside na natureza das ações em cada esfera: enquanto o ciberativismo tende a manter uma separação entre o mundo online e o offline, o net-ativismo busca uma sinergia entre ambos, promovendo interações que se estendem para além das fronteiras do ciberespaço e se conectam com diversas geografias físicas. Essa concepção de ativismo digital, delineada por Di Felice (2013), enfatiza a importância de uma abordagem holística e dinâmica para o engajamento social dentro do ecossistema digital.

Segundo Tufekci (2017), a ação política online é muitas vezes menosprezada como “slacktivismo”⁷¹, sugerindo pouco esforço ou compromisso. A autora salienta também que há críticas que apontam que movimentos sociais impulsionados por mídias sociais dependem de “laços fracos” entre pessoas que se conhecem superficialmente. No entanto, essa visão ignora que conexões online também envolvem “laços fortes” com familiares e amigos próximos.

A autora (Tufekci, 2017) argumenta que a ação simbólica online depende do contexto e pode ser poderosa, influenciando a cultura e promovendo mudanças sociais ao longo do tempo: “Quando amigos do Facebook mudam seu avatar para protestar contra a discriminação de pessoas gays, eles também enviam um sinal cultural para suas redes sociais e, ao longo do tempo, esses sinais fazem parte do que torna a mudança social possível ao mudar a cultura” (Tufekci, 2017, p. 26).

⁷¹ Neologismo da língua inglesa formado pelas palavras: “*slacker*”, preguiçoso e “*activism*”, ativismo (Morozov, 2009). No Brasil a expressão ficou conhecida como “ativismo de sofá”.

Castells (2012) analisa movimentos sociais como a Primavera Árabe, o Movimento dos Indignados na Espanha e o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, mostrando como essas redes facilitam a disseminação de ideias e a coordenação de ações coletivas. Ele destaca que esses movimentos surgem a partir de crises estruturais e da falta de legitimidade das instituições políticas, refletindo uma degradação das condições materiais de vida e um descrédito nas instituições de poder. Ele argumenta que os movimentos sociais são distintos dos protestos, pois representam essencialmente movimentos culturais que conectam demandas presentes a projetos futuros, buscando autonomia:

Os movimentos sociais, embora surjam do sofrimento das pessoas, são distintos dos movimentos de protestos. Eles são essencialmente movimentos culturais, que conectam as demandas de hoje com os projetos de amanhã. Os movimentos que observamos encarnam o projeto fundamental de transformar pessoas em sujeitos de suas próprias vidas, ao afirmar sua autonomia em relação às instituições da sociedade. É por isso que, embora ainda exigindo medidas terapêuticas para atuais misérias de um amplo segmento da população, os movimentos, como atores coletivos, não confiam nas instituições atuais e se envolvem no caminho incerto de criar novas formas de convivência, na busca de um novo contrato social (Castells, 2012, p. 135).

Para o autor (Castells, 2012), na era digital, as redes sociais e a comunicação horizontal desempenham um papel central, oferecendo uma plataforma autônoma e reprogramável que permite a organização e a mobilização de forma descentralizada e participativa. Os movimentos sociais em rede representam uma nova espécie de movimento, caracterizada pela interatividade e pela ausência de hierarquias rígidas.

No mesmo sentido da visão de Castells, Shirky (2008) discute o poder transformador das tecnologias digitais na habilitação da organização de grupos sem a necessidade de estruturas formais. Ele destaca como a internet facilita a formação de grupos *ad hoc*, capazes de coordenar ações de maneira eficiente e rápida. Essa perspectiva enfatiza o potencial descentralizador das plataformas digitais na mobilização de ações coletivas.

Complementando essa visão, Weeks (2000) explora o papel dos movimentos sociais na construção de identidades e comunidades de pertencimento. Segundo Weeks, identidades e pertencimentos são forjados no próprio processo de organização. A eficácia desses movimentos reside na capacidade de se comunicar em uma linguagem que engaje os indivíduos em atividades, alinhamentos e subjetividades em evolução. Essa “linguagem da comunidade” é fundamental para fomentar a participação e moldar identidades coletivas (Weeks, 2000, p. 185).

Nesse contexto, Honneth (2003) explora como as situações que ele chama de “experiências de desrespeito” podem atuar como catalisadores para a resistência política. A análise de Honneth (2003) adiciona uma camada de compreensão às forças motivacionais por trás das ações coletivas, sugerindo que experiências de desrespeito (como vergonha social e vexação) podem levar indivíduos a buscar reconhecimento através de movimentos coletivos.

Wellman & Rainie (2012) contribuem ainda mais para esse discurso, argumentando que as redes digitais fornecem formas flexíveis e personalizadas de sociabilidade. Eles afirmam que os indivíduos podem manter tanto laços sociais fortes quanto fracos conforme suas necessidades e interesses. Essa adaptabilidade das redes digitais apoia formas diversificadas de interação social e organização, complementando as visões de Castells (2012) e Shirky (2008) sobre os efeitos descentralizadores das plataformas digitais.

Já na visão de Tufekci (2017), apesar de reconhecer o poder das redes sociais para mobilizar grandes números de pessoas e chamar a atenção para causas importantes, ela também aponta para os desafios em termos de sustentabilidade e coerência estratégica. Segundo a autora (Tufekci, 2017), contrariando o otimismo de Castells (2012), embora as redes digitais sejam eficazes para iniciar movimentos, a falta de estruturas organizacionais sólidas pode dificultar a manutenção do *momentum* e a implementação de mudanças duradouras.

O net-ativismo tem se mostrado uma ferramenta poderosa para os movimentos sociais negros, permitindo articulação e mobilização em escala global. Campanhas, protestos virtuais e denúncias em tempo real têm exposto a brutalidade policial, desigualdades raciais e a violência sistêmica. O movimento *Black Lives Matter*⁷², que ganhou força nos Estados Unidos e se espalhou mundialmente, incluindo o Brasil, exemplifica como a internet pode amplificar demandas por justiça racial. O movimento se insere em uma longa tradição de lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que utiliza novas estratégias para mobilizar e conscientizar a sociedade (Garza, 2020).

O homicídio do cidadão negro George Floyd, em 2020, por um policial branco, foi um evento catalizador de manifestações antirracistas, tanto que Sodré acredita que “talvez seja possível pautar o movimento cívico pelo advento de uma ‘Era pós-George Floyd’” (Sodré, 2023, p. 35).

⁷² O movimento *Black Lives Matter* foi fundado em 2013 por Patrisse Khan-Cullors, Alicia Garza e Opal Tometi, em resposta   absolvi o de George Zimmerman pelo assassinato de Trayvon Martin (Khan-Cullors & Bandele, 2018).

Ao tratar do racismo nos Estados Unidos, Sodré (2023) vislumbra ser impossível (até agora pelo menos) a implementa o de uma política emancipatória capaz de abranger brancos e negros, principalmente porque naquele país, “a segrega o racial construiu-se como uma ideologia nacional pós-Guerra Civil (e não como mera continuidade discriminatória do escravismo) para amortecer o choque dos temores de classe social” (Sodré, 2023, p. 19). Nesse sentido, Sodré conclui que a democracia e as liberdades estadunidenses não podem ser presumidas enquanto existirem cidad es mais livres do que outros:

Na falta de uma política emancipatória, o jogo civil das afirma es desiguais de liberdade acaba deixando a descoberto que alguns cidad es são mais livres iguais do que outros – inexistente democracia moderna se existem cidad es de segunda classe. Ou seja, na guerra que trava eventualmente com a sua própria cidadania, escudado na miragem de apenas uma declara o de igualdade, o Estado tira a máscara de protetor das liberdades democráticas (Sodré, 2023, p. 20).

O assassinato da vereadora Marielle Franco⁷³, em março de 2018, também desencadeou uma série de protestos no Brasil e no mundo. Marielle, defensora dos direitos humanos e crítica da violência policial e do racismo, teve sua morte como um marco na luta contra o racismo estrutural, mobilizando milhares de pessoas em busca de justiça e pelo fim da violência contra ativistas negros. Outros casos recentes no Brasil, como a morte de João Pedro Mattos Pinto, de João Alberto Freitas, Miguel Otávio, geraram ampla como o e protestos contra o racismo e a violência policial.

Khan-Cullors & Bandele (2018), discutem como não apenas a violência sist mica e a brutalidade policial, mas também a luta contra um sistema mais amplo de opressão que inclui pobreza, desemprego, falta de acesso   saúde e educa o de qualidade, e outras formas de discrimina o institucional são catalisadores para a mobiliza o e resistência da comunidade negra.

A resistência da popula o negra no Brasil exemplifica a dinâmica dos movimentos sociais conforme descrita por Castells (2012). Ao longo da história, desde os quilombos até os movimentos contemporâneos, a indigna o e a organiza o comunitária foram críticas para persistência da luta antirracista. Esses movimentos, fundamentados em redes de comunica o e intera o, demonstram a busca por transforma o social por meio da mobiliza o coletiva.

⁷³ Cf. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/politica/1521099073_371994.html. Acesso em: 26 out 2023.

A importância das conexões emocionais e comunicacionais entre os indivíduos impulsiona essas lutas e possibilita a criação de novas formas de convivência e de um contrato social mais justo (Castells, 2012).

Laços comunitários, no contexto desta pesquisa, se referem às conexões emocionais, sociais e ideológicas que unem indivíduos dentro de uma comunidade, moldadas e fortalecidas pela interação dinâmica em contextos digitais. Essas conexões podem ser baseadas em experiências compartilhadas ou em ideias e princípios comuns.

Dentro do ecossistema digital os laços comunitários são constantemente negociados e redefinidos através da participação em comunidades virtuais, que facilitam a mobilização, a expressão de identidade e a criação de mudanças sociais significativas em espaços seguros.

Assim, as redes sociais apresentam novas possibilidades de mobilização e engajamento, mas também enfrentam desafios relacionados à sustentabilidade e à profundidade dos laços comunitários que formam. A compreensão dessas dinâmicas é necessária para avaliar o impacto e a influência das comunidades virtuais nas mobilizações (e relações) sociais.

CAPÍTULO 04

METODOLOGIA E ANÁLISE DOS CANAIS “GABI OLIVEIRA” E “PAPO DE PRETA”

Existem inúmeros canais no YouTube que retratam as questões raciais e lutas da comunidade negra e compõem o *hub* do YouTube Negro. No entanto, esta pesquisa se ateve a dois canais para representá-lo: Gabi Oliveira e Papo de Preta.

Neste capítulo as escolhas dos canais para esta análise serão justificadas, bem como eles serão apresentados e será descrita a Netnografia de acordo com Kozinets (2010, 2015), serão expostos: os diários de campo com nossas observações dos vídeos e os gráficos de nuvens de palavras gerados pelo *software* “Atlas.ti”. Ao final das observações netnográficas, haverá uma análise pormenorizada dos vídeos, levando-se em consideração as anotações de pesquisa e conclusões atingidas por meio dos aportes teóricos previamente discutidos. A análise detalhada dos vídeos permitirá uma compreensão mais profunda dos temas abordados, das estratégias de comunicação utilizadas pelas criadoras e do impacto dessas mensagens.

Por fim, será apresentado o aporte metodológico da Análise de Conteúdo segundo Bardin (2011). A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que envolve a codificação sistemática e objetiva do conteúdo das comunicações, permitindo a identificação de padrões, temas e significados. Esta metodologia será aplicada aos comentários dos vídeos de ambos os canais, permitindo uma análise em conjunto dos relatos dos internautas.

4.1 A escolha dos canais analisados e o percurso metodológico

Destaca-se que a perspectiva desta pesquisa é quanti-qualitativa e, portanto, selecionamos comunidades tendo como base as características importantes para a observação, conforme apontam Fragoso, Recuero e Amaral:

[...] visa uma compreensão aprofundada e holística dos fenômenos em estudo e, para tanto, os contextualiza e reconhece seu caráter dinâmico, notadamente na pesquisa social. Nesse contexto, o número de componentes da amostra é menos importante que sua relevância para o problema de pesquisa, de modo que os elementos da amostra passam a ser selecionados deliberadamente, conforme apresentem as características necessárias para a observação,

percepção e análise das motivações centrais da pesquisa (Fragoso, Recuero & Amaral, 2011, p. 67).

A pesquisa inicial se deu por meio da busca através da *Application Programming Interface* (API) da plataforma⁷⁴ dos termos “cultura+negra”, mas os vídeos encontrados tinham um conteúdo predominantemente histórico e não pertenciam a uma comunidade previamente estabelecida.

Depois de uma extensa pesquisa exploratória e navegação por diversos conteúdos, optou-se pela busca pela *hashtag* “#YouTubeNegro”, nome da campanha do próprio YouTube para chamar atenção (e público) para vídeos de conteúdo negro. A *hashtag* revelou alguns *youtubers* que seriam compatíveis com objeto da pesquisa: Ana Paula Xongani⁷⁵, Gabi Oliveira⁷⁶, Muro Pequeno⁷⁷, PH Côrtes⁷⁸ e Papo de Preta⁷⁹.

Após observação desses canais, decidi analisar os canais “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta”, já que procurei selecionar comunidades virtuais que retratassem questões raciais negras com periodicidade, alcance em visualizações e engajamento. Os dois canais selecionados são os únicos que cumprem com os três requisitos. Um último critério de análise diz respeito à delimitação do *corpus* da observação, já que a internet é um universo de investigação particularmente difícil de recortar, em função de sua escala, heterogeneidade e dinamismo (Fragoso, Recuero & Amaral, 2011, p. 55).

Sendo assim, optei por determinar o lapso temporal de um ano, o ano de 2020, para observar especificamente os vídeos produzidos pelo canal. A escolha se deu em função dos movimentos negros que se intensificaram naquele ano, bem como as discussões online sobre temática negra, conforme discutido na introdução da tese e no capítulo anterior. Para esta análise, foram escolhidos cinco vídeos de cada canal no ano de 2020, seguindo o critério de popularidade: número de visualizações. A figura a seguir esquematiza o percurso metodológico:

Figura 8 – Percurso metodológico

⁷⁴ Disponível em: <<https://developers.google.com/youtube/v3/>>. Acesso em: 13 de setembro de 2022.

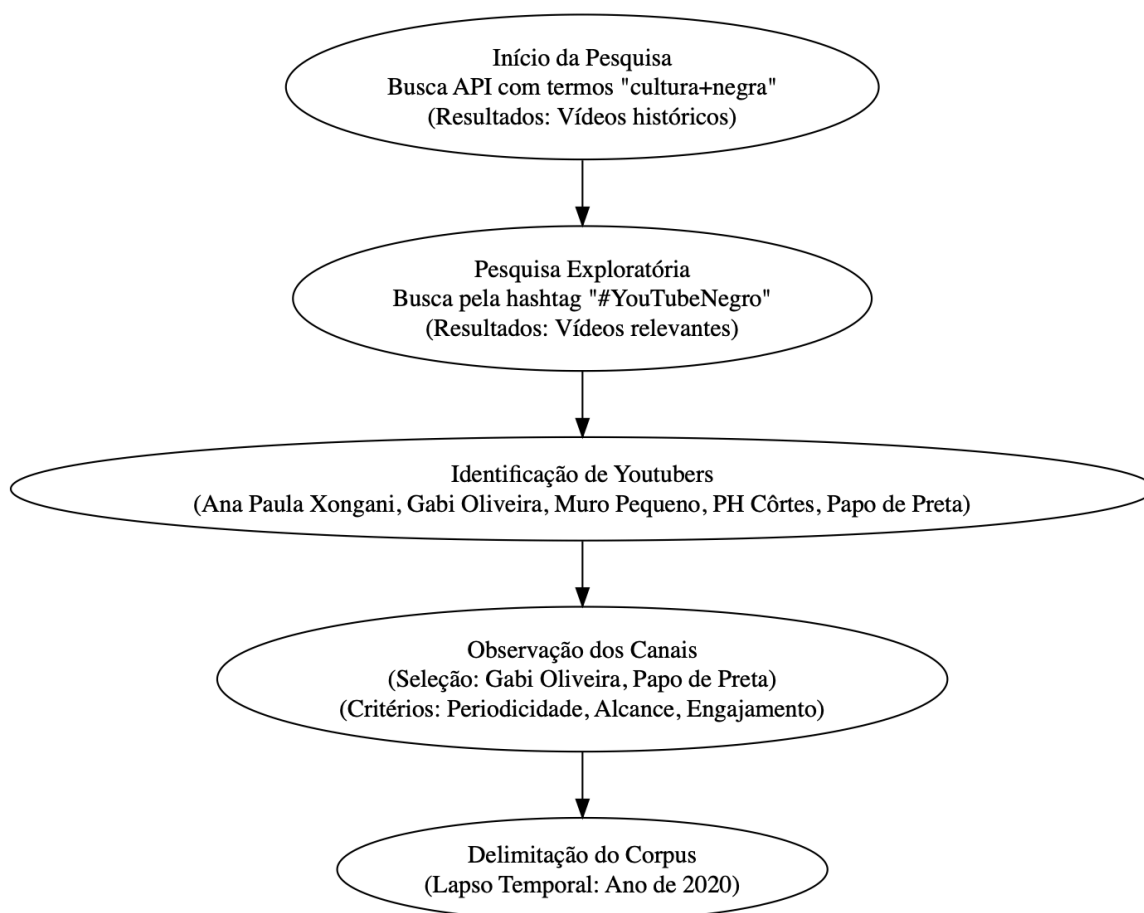
⁷⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCy1qQtNZ2xxv6YE24jLZRFA>. Acesso em: 06 set. 2020.

⁷⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/c/GabiDePretas>. Acesso em: 06 set. 2020.

⁷⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/c/MuroPequeno>. Acesso em: 06 set. 2020.

⁷⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/c/Phcortesmotta1>. Acesso em: 06 set. 2020.

⁷⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/c/PapodePreta>. Acesso em: 06 set. 2020.



Fonte: Elaborado pela autora

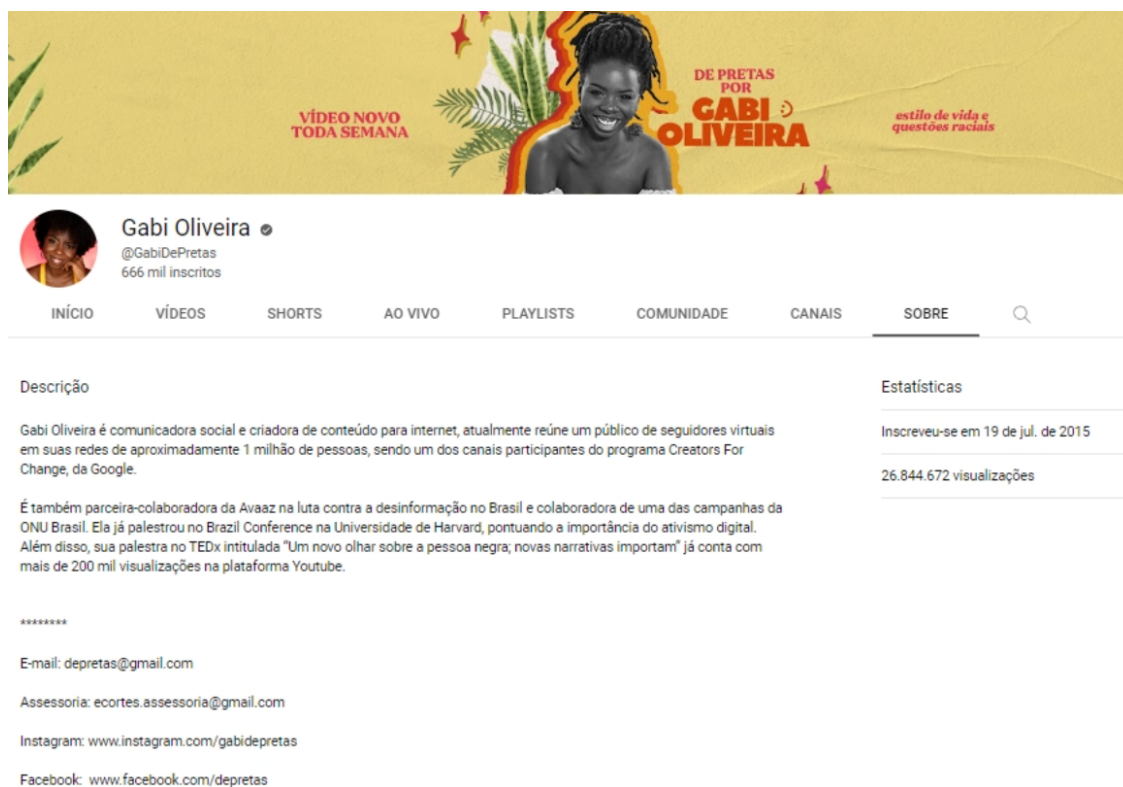
Superadas as motivações, o lapso temporal a ser considerado, bem como justificadas as escolhas dos canais a serem analisados, passa-se à apresentação dos canais, os recursos metodológicos empregados e suas respectivas análises.

4.1.1 O canal “Gabi Oliveira”

Gabriela Oliveira, natural de Niterói, fundou o canal em 2015, após perder o emprego. Acadêmica de Relações Públicas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Gabriela começou a pesquisar sobre como a estética da mulher negra era representada nas redes sociais e não encontrou um canal de vídeos apresentados por mulheres negras retintas como ela, por isso resolveu ela mesma gravar os vídeos, segundo uma entrevista que forneceu ao portal

UOL⁸⁰. Hoje o canal conta com 666 mil inscritos e acumula 26.844.672 visualizações e 314 vídeos conforme a figura a seguir (fig. 9)⁸¹.

Figura 9 – Apresentação do canal “Gabi Oliveira”



Fonte: YouTube. 2022. Disponível: <https://www.youtube.com/@GabiDePretas>. Acesso em 15 dez. 2022.

4.1.2 O canal “Papo de Preta”

O canal “Papo de Preta” foi idealizado em 2015 pelas jornalistas de Juiz de Fora, Natália Romualdo e Maristela Rosa, para discutir preconceito, racismo, negritude e empoderamento⁸². Hoje a comunidade virtual conta com 181 mil inscritos (fig. 10), acumula 8.750.253 visualizações em 702 vídeos⁸³.

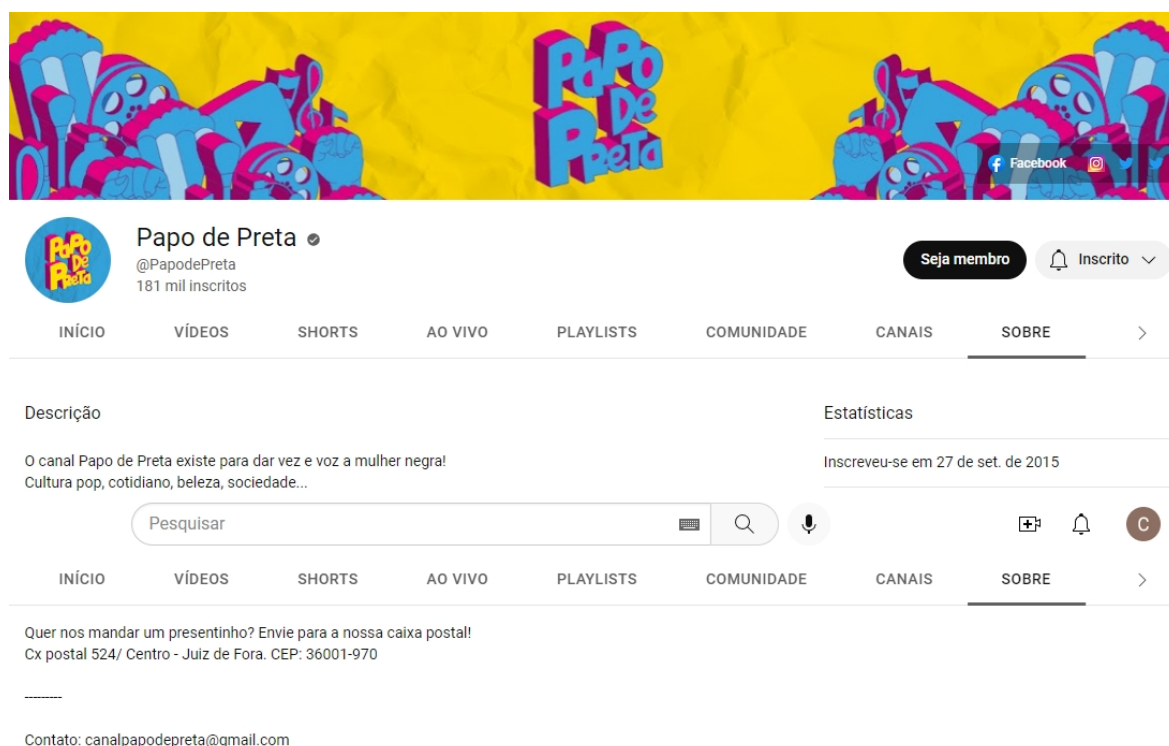
⁸⁰ JORNALISTAS DISCUTEM EMPODERAMENTO E RACISMO NO CANAL ‘PAPO DE PRETA’. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/gabi-de-pretas-faz-conteudo-para-humanizar-mulheres-negras-na-internet/#page1>. Acesso em 8 de agosto de 2022.

⁸¹ Números finais para o desenvolvimento da pesquisa, coletados em 15 de dezembro de 2022.

⁸² Disponível em: https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2016/11/jornalistas-discutem-empoderamento-e-racismo-no-canal-papo-de-preta.html?utm_source=pocket_reader. Acesso em 8 de agosto de 2022.

⁸³ Números finais para o desenvolvimento da pesquisa, coletados em 15 de dezembro de 2022.

Figura 10 – Apresentação do canal “Papo de Preta”



Fonte: YouTube. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/@PapodePreta>. Acesso em 15 dez. 2022.

4.2 Netnografia

Para responder ao problema de pesquisa proposto, foi preciso analisar os canais sob à luz da netnografia, que é uma metodologia de pesquisa qualitativa adaptada para estudar comunidades e culturas que emergem nas interações online. Ela combina técnicas de etnografia tradicional com a análise de dados digitais, permitindo uma compreensão aprofundada das práticas e significados culturais na internet. A etnografia, como método, tem suas raízes na Antropologia e surgiu do método traçado por Bronislaw Malinowski⁸⁴ (1978). Goldman argumenta que etnografia é “o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal” (Goldman, 2006, p. 167). A etnografia clássica ampara-se em três fases/momentos: formação, trabalho de campo e escrita. Geertz aduz que “fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos...” (Geertz, 1989, p.20). Fazer

⁸⁴ Ver a primeira descrição do método na obra de 1922 de Malinowski “Argonautas do Pacífico Ocidental”.

etnografia, portanto, é perceber os meandros de uma cultura com olhos treinados de pesquisador.

A netnografia, inspirada na etnografia, surgiu de uma teoria desenvolvida por Robert Kozinets em 1998, para identificar formas de reinventar produtos/identificar suas falhas por meio da observação de grupos/nichos de consumidores em comunidades/fóruns virtuais dedicados à discussão desses produtos.

Kozinets, em 2015, ao notar que a netnografia havia encontrado aplicações acadêmicas em pesquisas sobre educação, geografia, enfermagem, psicologia, sociologia, sexualidade, gênero, linguística, comunicação, entre outros, o autor revisitou sua própria teoria e resolveu estabelecer diretrizes para pesquisas fora do escopo do *marketing*, com foco nas mídias sociais.

O autor (Kozinets, 2015) ressalta que a experiência qualquer site é capaz de proporcionar experiências sociais diferentes e é papel do pesquisador identificar quais experiências sociais procura observar, sendo que os aspectos estruturais dos sites são menos importantes do que as interações que geram. O autor elenca quatro tipos de interações ideais em ambientes virtuais: convivência, união, compartilhamento e organização⁸⁵. Para o autor, o YouTube integra o terceiro conjunto de interações e possui o propósito expresso de compartilhamento de informações para grupos específicos sobre atividades ou interesses particulares.

A netnografia descrita por Kozinets (2015) é um método qualitativo-interpretativo e pressupõe quatro etapas: 1) definição de perguntas de pesquisa e campo virtual a ser estudado; 2) identificação de comunidades e seleção; 3) análise de dados e interpretação iterativa; 4) apresentação dos resultados e implicações teóricas ou impactos em políticas.

Uma preocupação da netnografia esbarra na problemática da publicidade dos dados coletados. No caso do YouTube, há, entre usuário e aplicação, um contrato baseado em termos de serviço, o *End User License Agreement* (EULA)⁸⁶, que desonera o site das informações e

⁸⁵ Tradução nossa para “*mingling, bonding, sharing and organizing*” (Kozinets, 2015, p. 30).

⁸⁶ Upload de conteúdo: Se você tiver um canal no YouTube, poderá fazer upload de Conteúdo para o Serviço e usar esse Conteúdo para promover sua empresa ou empreendimentos artísticos. Você não poderá enviar ao Serviço qualquer Conteúdo que não esteja em conformidade com a legislação e este Contrato, incluindo as diretrizes da comunidade do YouTube. Por exemplo, o material que você enviar não pode incluir propriedade intelectual de terceiros, como recursos protegidos por direitos autorais, a menos que tenha permissão dessa parte ou uma autorização legal para fazê-lo. Você é legalmente responsável pelo Conteúdo que envia ao Serviço. Podemos usar sistemas automatizados que analisam o Conteúdo para detectar violações e abusos, como spam, malware e conteúdo ilegal. Direitos concedidos por você: Você mantém os direitos de propriedade do seu conteúdo. No entanto, é necessário que você conceda alguns direitos ao YouTube e a outros usuários do Serviço, conforme descrito abaixo. Licença para o YouTube: Ao enviar Conteúdo ao Serviço, você concede ao YouTube uma licença

opiniões veiculadas por seus usuários, bem como determina que tais dados podem ser isentos de confidencialidade uma vez disponíveis publicamente. Depreende-se então que os dados utilizados e observados para os fins desta pesquisa são públicos e livres.

Sendo assim, a netnografia conta com o olhar do pesquisador e, a partir da descrição das notas de campo esta pesquisa assumirá a perspectiva de escrita em primeira pessoa, como descreve o método. Tive a oportunidade de observar e fazer parte, como inscrita⁸⁷, das duas comunidades e pude assistir os vídeos produzidos por elas e acompanhar o engajamento que geraram.

Kozinets (2015) recomenda que o pesquisador procure triangular os dados obtidos por meio de suas observações. Para tanto, fizemos a seleção e categorização dos comentários postados nos vídeos selecionados de acordo com o método descrito por Bardin (2011) e utilizamos o *software* de análise de dados qualitativos, o “Atlas.ti” para transcrever os áudios de cada vídeo e então gerar “nuvens de palavras” (NP), levando em consideração as palavras recorrentes em seus discursos e para gerar gráficos que representassem os tópicos discutidos.

A análise de nuvem de palavras é uma técnica de visualização de dados usada para representar a frequência de palavras em um conjunto de textos. Na nuvem de palavras, as palavras mais frequentes são exibidas com maior tamanho e as menos frequentes com tamanho menor. Isso permite que as palavras-chave e as tendências em dados de texto sejam facilmente percebidas. A análise de nuvem de palavras pode ser usada em várias aplicações, incluindo análise de sentimentos, análise de tópicos e extração de características (Vasconcellos-Silva & Araujo-Jorge, 2019).

Nuvens de palavras são recursos gráficos que representam frequências de termos em hipertextos. São imagens compostas de palavras utilizadas em um texto nas quais o tamanho de cada palavra indica sua frequência ou importância. Mais recentemente, e transcendendo ao seu mero apelo ilustrativo, as NP tem sido consideradas uma opção à análise de textos e na

mundial, não exclusiva, isenta de royalties, sublicenciável e transferível para usar esse Conteúdo (incluindo para reproduzir, distribuir, preparar obras derivadas, exibir e executar) em relação ao Serviço e aos negócios do YouTube e de suas sucessoras e afiliadas, incluindo para fins de promoção e redistribuição de parte ou de todo o Serviço. Licença para outros usuários: Você também concede aos outros usuários do Serviço uma licença mundial, não exclusiva e isenta de royalties para acessar seu Conteúdo por meio do Serviço e usar esse Conteúdo, inclusive para reproduzir, distribuir, preparar obras derivadas, exibir e executar, conforme seja possível por um recurso do Serviço (como reprodução ou incorporação de vídeo). Para maior clareza, esta licença não concede nenhum direito nem permissão para que um usuário utilize seu Conteúdo de forma independente do Serviço. Disponível em: <<https://www.youtube.com/static?template=terms>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2022.

⁸⁷ Atuei como *lurker* (do inglês, observador), vez que não interagi com as comunidades, apenas observei suas estruturas, enquanto integrei o contingente de inscritos dos dois canais (Braga, 2006).

disseminação de resultados de pesquisas de abordagem qualitativa (Vasconcellos-Silva & Araujo-Jorge, 2019, p. 43).

Não obstante, toda pesquisa deve obedecer aos limites e metodologias preestabelecidos pelo próprio objeto de pesquisa e pelos problemas por ela suscitados. Assim possibilita-se encontrar resultados coerentes.

Nesse sentido, já determinadas as comunidades virtuais a serem analisadas e com o intuito de descobrir como as questões raciais foram retratadas por essas comunidades no ano de 2020, observei os vídeos, comentários e estatísticas que foram automatizados pela ferramenta online *YouTube Data Tools*, desenvolvida pelo *Digital Methods Initiative*⁸⁸, da Universidade de Amsterdã.

Como já dito anteriormente, foram selecionados os cinco vídeos mais visualizados de cada canal em 2020. Esse processo resultou em um *corpus* de dez vídeos que, juntos, somam 4 horas e 23 minutos de vídeo, 3.003.805 visualizações, 365.177 curtidas e 32.718 comentários⁸⁹. Os números finais de todas as métricas detalhadas nas tabelas a seguir foram coletados em 15 de dezembro de 2022.

Nos próximos tópicos apresentarei cada um dos vídeos desse *corpus*, de acordo com a interpretação metodológica revisitada de Kozinets (2015). Assisti aos vídeos, observei os dados estatísticos e elaborei anotações de pesquisa e sinopses dos vídeos de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 1 – Ficha de vídeos

Título do vídeo
Link para o vídeo
Duração do vídeo
Data do vídeo
Número de visualizações
Número de curtidas (<i>likes</i>)

⁸⁸ DIGITAL METHODS INITIATIVE. 2021. Disponível em: <https://tools.digitalmethods.net>. Acesso em 05 de jan. de 2021.

⁸⁹ Números finais para o desenvolvimento da pesquisa, coletados em 15 de dezembro de 2022.

Número de comentários
Descrição do vídeo no YouTube
Sinopse
Questões raciais encontradas

Fonte: Elaborado pela autora

4.2.1 Diário de campo: “Gabi Oliveira” em 2020

Em 2020, o canal publicou 32 vídeos, que foram tabulados, em ordem crescente de número de visualizações: a tabela do apêndice A mostra os *links* para todos os vídeos de 2020 do canal, suas datas de publicação, seus títulos, bem como seus números⁹⁰ de: visualizações, *likes* e comentários. A seguir serão expostos fichas, frames, impressões e diário de campo dos 5 vídeos mais assistidos do canal em 2020, conforme o recorte selecionado na parte metodológica.

Tabela 2 – Vídeo 1 do canal Gabi Oliveira: Vamos falar sobre Livia Zaruty

Título do vídeo	Vamos falar sobre Livia Zaruty
Link para o vídeo	https://www.youtube.com/watch?v=qhIUmpnBXPU
Duração do vídeo	47 minutos e 44 segundos
Data do vídeo	20/01/2020
Número de visualizações	984.910
Número de curtidas (<i>likes</i>)	131.540
Número de comentários	15.038
Descrição do vídeo no YouTube	Oi, gente! Eu sou Gabi Oliveira e no primeiro vídeo de 2020 eu vim falar do tema Livia Zaruty, e não porque ela quase implorou, mas sim porque vi a necessidade de trazer uma contra narrativa para as abordagens que ela faz sobre colorismo, ibge, negros,

⁹⁰ Números finais para o desenvolvimento da pesquisa, coletados em 15 de dezembro de 2022.

	pretos e pardos. Esse é um vídeo para abrir o debate. Deixo abaixo a tese que mencionei: Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça - Ronaldo Laurentino - https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9747 . Eu espero que gostem do vídeo.
Sinopse	Gabi Oliveira tece críticas a outra <i>youtuber</i> negra acerca de sua visão sobre pretos e pardos no Brasil.
Questões raciais encontradas	Colorismo, racismo, valorização e identificação com a negritude, cotas raciais.

Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro vídeo de 2020 do canal Gabi Oliveira é uma crítica extensa sobre o canal de outra *youtuber* negra, Livia Zaruty e tem um tom didático. Gabi é uma mulher preta retinta com *dreadlocks* no cabelo e encontra-se no centro do vídeo, ao fundo, plantas e livros. Gabi relata que Livia chama atenção para o seu canal ao mencionar negativamente outros *youtubers* (Gabi inclusive) para provocar visibilidade.

Gabi faz uma análise de vídeos de Livia desde 2011, mostra trechos onde Livia maldiz as mulheres de pele negra retinta e defende o mito da democracia racial. A partir daí Gabi parte para uma discussão sobre “colorismo” e como é possível importar tal conceito dos Estados Unidos porque no Brasil há uma escala de padrão de beleza e nível de racismo conforme o tom de pele da pessoa, quanto mais escura a pele, maior o racismo sofrido, sendo o indivíduo branco sempre aceito. Ela também discute a “política de uma gota de sangue negro” oriunda também dos Estados Unidos, que prega que qualquer pessoa descendente de uma pessoa negra, também é negra e que no Brasil não se adota esse conceito, vez que as pessoas negras são percebidas por suas características físicas (ela então mostra imagens de mulheres brancas famosas e sabidamente descendentes de negros e como são tratadas pela sociedade brasileira).

Ela continua analisando como essas mulheres, mesmo afrodescendentes diretas, podem sentir orgulho de sua descendência, mas que nunca serão vistas ou tratadas como negras ou sofrer as exclusões que mulheres negras sofrem. Se uma pessoa tiver que provar que seus avôs ou bisavôs são negros então ela não é vista pela sociedade como negra, pois não possui as características necessárias que ser lida como negra pela sociedade brasileira.

Gabi então dá exemplos dentro da própria família: uma prima negra de pele mais clara casou-se com um homem branco e tiveram filhos brancos, a prima insistia que os filhos eram negros, mas Gabi interveio para fomentar a discussão de que os filhos dela eram vistos como pessoas brancas. Outro exemplo também envolve uma prima que também não é retinta e ela desejava afastar-se da negritude, mas quando resolveu relacionar-se amorosamente com um homem branco foi confrontada com sua própria identidade negra. Gabi conclui o segmento sobre colorismo resumindo que no Brasil, se o indivíduo tem uma ou várias marcas, fenótipos da descendência negra, ele sofrerá racismo, mesmo que exista uma escala de quem sofre mais racismo, isso não quer dizer que quem tem a pele um pouco mais clara não sofre.

A *youtuber* também expande o debate para abarcar asiáticos e como japoneses sofrem menos estigma que chineses. O conceito de identidade racial, segundo Gabi, ainda existe. Sobre mestiços e pardos, ela cita Beyoncé, Sheron Menezes e Preta Gil e como elas são vistas como negras. Ela acredita que algumas pessoas muito mestiças estão no “limbo” da identidade, como o jogador de futebol Neymar que apenas foi percebido como negro quando passou a viver fora do país. Colorismo é um braço do racismo e é necessário lutar contra o racismo para combater o colorismo, segundo Gabi. Ela se coloca no vídeo e detalha informações sobre a sua família, expondo que tem raízes tanto negras, quanto brancas, mas de acordo com ela, o que importa é como ela é vista, e ela é vista como uma pessoa preta.

A seguir ela discute como algumas pessoas têm um tom de pele mais escuro e ainda sim são brancas, isso porque têm ascendências que as tornam mestiças, ela cita e mostra imagens de Kim Kardashian para ilustrar o argumento. Na sequência, ela cita estatísticas do IBGE e os esforços da população negra, sobretudo na internet, para valorizar a negritude, a estética e a história negras e mostrar para as pessoas que elas não precisam ter vergonha de se identificarem como negras e assim, essas pessoas passam a ocupar outros lugares (também por conta das cotas raciais).

No contexto das pesquisas do IBGE, ela se indaga se todas as pessoas socialmente lidas como negras se sentem confortáveis para se declararem como pretas, e que, portanto, a junção de pretos e pardos representam a população negra no Brasil para efeitos de políticas públicas. Gabi relata que contou com a ajuda de Débora Medeiros, ativista negra, para lhe explicar o porquê de pretos e pardos formarem a totalidade da população negra brasileira.

Gabi faz uma crítica ao academicismo, que sempre soube que no Brasil há o racismo de marca, baseado em fenótipos e que os indivíduos sempre negaram sua negritude, mas a partir do momento em que surgiram as cotas raciais como uma “vantagem” para os negros, as pessoas

lidas como brancas começaram a reivindicar sua negritude como afrodescendentes, com isso Gabi critica o fato de que as cotas raciais então passaram a ter desvio de finalidade, sendo que foram criadas para obter uma reparação histórica que reflete no presente para mudar a visão social do grupo negro, que sempre esteve à margem da sociedade. Ela enfatiza que as cotas servem para pessoas negras com características negras se insiram com propriedade no meio social: universidades e empresas. A *youtuber* também pondera que hoje há comissões para avaliar a necessidade de cotas para cada pessoa. Ela também menciona uma tese sobre o tema, de Ronaldo Laurentino.

Gabi se pergunta quais outras vantagens sociais além de cotas, redes sociais e trabalhos artísticos os negros possuem em serem vistos ou se declararem como pessoas negras, isso porque a maior parte da população brasileira sofre diretamente as exclusões e os efeitos do racismo: falta de acesso à saúde, desemprego, falta de segurança, encarceramento em massa, a política de combate às drogas.

A *youtuber* mostra imagens de crianças assassinadas no Rio de Janeiro por conta da política de segurança pública e absolutamente todas as crianças eram pretas e pardas. Portanto, diz ela, a pessoa pode sempre reivindicar a miscigenação para obter vantagens sociais, mas no fim das contas é a marca que vai colocá-la no grupo marginalizado e uma maneira de perceber isso é em contraste com o outro grupo, o grupo branco.

Ao final do vídeo, ela pondera que os pretos têm muito a perder se apenas eles forem considerados negros, com a exclusão dos pardos, pois já se é difícil lutar por políticas públicas sendo maioria da população, se forem minoria numérica seria impossível. Ela critica o pensamento da democracia racial em pleno em 2020, enaltece os movimentos sociais negros e entende como necessário o debate sobre raça e o apagamento indígena para que não haja retrocesso. Para finalizar ela cita Sueli Carneiro e suas considerações sobre negros de pele escura e de pele clara e diz que como uma voz que conversa com grande parte da população negra, ela se sentiu no dever de levar essa discussão para seu canal, lembrando sempre que todos os elementos apontados por ela são de sua opinião própria.

Figura 11 – Frame do vídeo “Vamos falar sobre Livia Zaruty” do canal Gabi Oliveira



Fonte: YouTube. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qhIUmpBXPu>. Acesso em 15 dez. 2022.

Tabela 3 – Vídeo 2 do canal Gabi Oliveira: Por que pessoas negras estão clareando a pele?

Título do vídeo	Por que pessoas negras estão clareando a pele?
Link para o vídeo	https://www.youtube.com/watch?v=9PLKklQAfgE
Duração do vídeo	13 minutos e 24 segundos
Data do vídeo	06/08/2020
Número de visualizações	579.042
Número de curtidas (<i>likes</i>)	74.001
Número de comentários	4.970
Descrição do vídeo no YouTube	Oi, gente! Tudo bem com vocês? Eu sou Gabi Oliveira e no vídeo de hoje vim falar sobre a problemática da indústria dos cremes clareadores. Após assistir o documentário SKIN, decidi compartilhar algumas situações que vivi e que já me fizeram pensar que se eu fosse mais clara as coisas seriam mais simples. Essa é uma conversa sobre

	colorismo, racismo e construção de autoestima. Eu espero que gostem do vídeo.
Sinopse	Motivada pelo documentário “ <i>Skin</i> ”, Gabi Oliveira fala sobre os nocivos cremes clareadores de pele, sobre auto ódio e autoestima.
Questões raciais encontradas	Racismo, colorismo, tese do embranquecimento.

Fonte: Elaborado pela autora

O vídeo começa com um enxerto de um discurso com a atriz negra Lupita Nyong’o sobre clareamento de pele. Gabi está com cabelo mais curto, blusa amarela, brincos de argolas e aparece no centro da tela em meio a plantas, livros e quadros.

A *youtuber* menciona algumas celebridades estadunidenses negras que fazem clareamento de pele. Ela diz que acreditava que clarear a pele era apenas um recurso para celebridades e pessoas que trabalham no meio artístico, afirma saber por experiência pessoal que ser negra retinta é mais difícil quando se trabalha com entretenimento, ela relata que no começo do seu trabalho no YouTube e com publicidade ela viveu situações de racismo: com a maquiador que não sabia maquiar pele negra e que comparou sua cor com a cor de um telefone e com uma equipe de filmagem que não soube ajustar a iluminação para seu tom de pele e acabou cortando-a da publicidade. A *youtuber* diz que não costuma tratar de questões tão pessoas assim, porque são dolorosas. Mas ela diz que um documentário da Netflix recomendado muito pelos inscritos a fez lembrar dessas situações. O documentário se chama *Skin*, foi filmado na Nigéria e apresentado por Beverly Naya. Gabi diz que aprendeu nesse filme que a Nigéria vive um grande boom de clareamento de pele e que a maioria das nigerianas desejam clarear a pele, não só as celebridades, como ela pensava.

O clareamento é feito com cremes muito abrasivos, o documentário mostra a pele das pessoas descamando e machucadas após o uso. Gabi considera o procedimento uma mutilação e se indaga: por que as pessoas negras se submetem a um processo tão doloroso para se embranquecer?

Ela relata que o documentário desvenda algumas histórias de mulheres negras que se sentem na obrigação de clarear a pele porque não se consideram bonitas ou porque o companheiro prefere uma pele mais clara. Gabi afirma que pessoas de pele escura tendem a ser mais rejeitadas e cita o exemplo de vídeos virais de experimentos sociais com crianças negras

retintas que sempre falam que desejam ter a pele mais clara. O motivo disso, diz a *youtuber*, é o sofrimento com o racismo desde muito cedo, porque apesar de no Brasil não existir uma propagação de cremes clareadores, há uma narrativa histórica de que o que é preto ou negro é ruim e o que é branco é bom.

Gabi mostra-se muito preocupada com esse procedimento de clareamento de pele, pois no Brasil já houve políticas nesse sentido, ela cita e exibe na tela o quadro “A Redenção de Cam” para ilustrar a tese do embranquecimento. Gabi aponta que não apenas os cremes, mas também a maquiagem e os filtros de redes sociais e aplicativos de edição de imagem podem clarear a pele de pessoas negras. A ideia de que tudo de melhor advém do branco e tudo de pior advém do negro, segundo ela, alimenta a dor e a rejeição de ser negro. Mas a dor do “auto ódio” é ainda pior. A *youtuber* então menciona e exibe imagens do episódio de seu *podcast* (Afetos por Gabi Oliveira) em que trata sobre auto ódio.

Gabi diz que a jornada rumo a autovalorização negra é dolorosa, mas que vale a pena e é urgente, antes que o auto ódio leve as pessoas negras a buscarem soluções como cremes abrasivos clareadores. Ela ainda destaca que o racismo também leva ao sexismo, isso porque a maioria das pessoas negras que clareiam a pele são mulheres, em busca de uma beleza que agrade o olhar masculino. Ela diz que as mulheres devem se desvincular desses pensamentos e não se considerarem objetos.

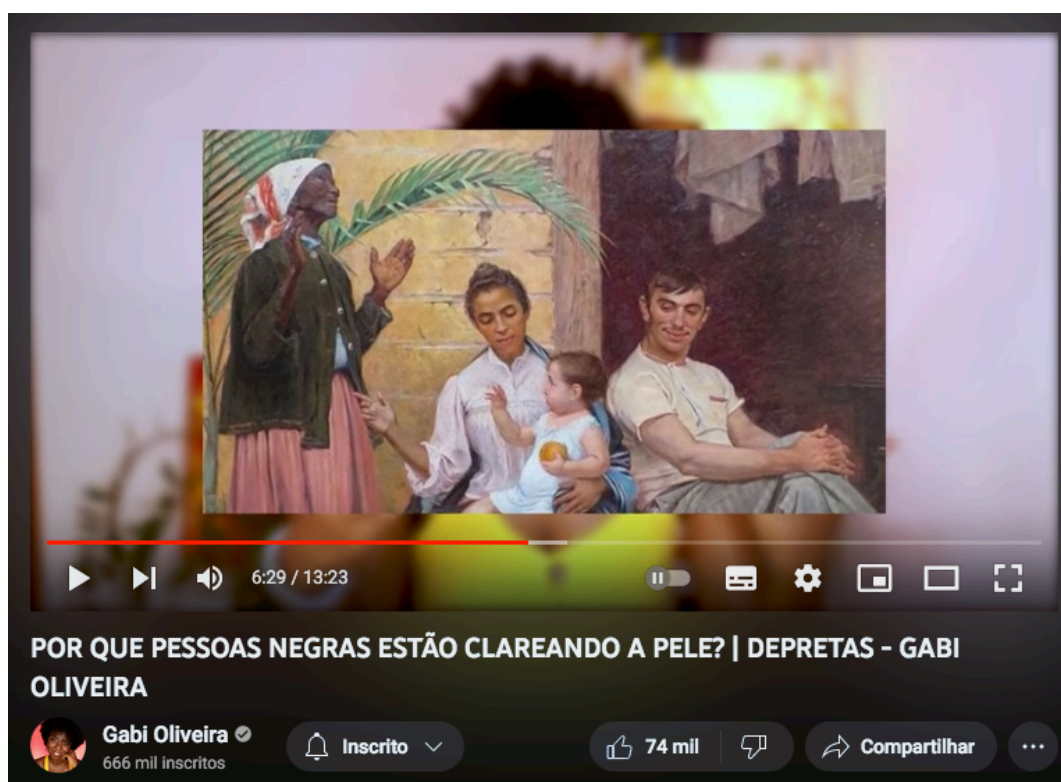
A *youtuber* diz que o que motivou o vídeo foi a recomendação do documentário para seus inscritos e para conscientizar as pessoas de que há uma estrutura de opressão que leva os indivíduos negros ao desejo de clarear a própria pele, ela convida seus inscritos a acolher os negros de pele escura para que eles não se sintam assim e a pressionar a indústria dos cosméticos a se posicionar contra esses cremes e a mídia a representar referenciais positivos de pessoas negras de pele escura.

Gabi diz que seu discurso não se pauta no conflito entre negros de pele escura e negros de pele clara, mas sim na luta contra o sistema que oprime os negros. Ela menciona um vídeo do canal “Papo de Preta” onde a *youtuber* Maristela diz que a branquitude sempre será a mais beneficiada, então não há porque existir conflitos entre negros de pele clara e negros de pele escura.

Ao final do vídeo, Gabi, num aceno às mulheres negras de pele escura que a assistem, diz que o que a motivou a continuar na indústria do entretenimento foi a noção de que ela estaria trilhando o caminho para outras mulheres como ela. Ela deixa a mensagem para que as pessoas

negras, em especial as mulheres, devem criar uma narrativa própria e se desvincularem da opinião dos outros sobre suas características físicas e intelectuais em prol da construção de autoestima e autovalorização. Gabi encerra o vídeo pedindo para seus inscritos comentarem na seção comentários do vídeo sobre o clareamento de pele e exibe mais um trecho do discurso de Lupita Nyong'o.

Figura 12 – Frame do vídeo “Por que pessoas negras estão clareando a pele?” do canal Gabi Oliveira



Fonte: YouTube. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9PLKklQAFgE>. Acesso em 15 dez. 2022.

Tabela 4 – Vídeo 3 do canal Gabi Oliveira: Conversas que importam

Título do vídeo	Conversas que importam
Link para o vídeo	https://www.youtube.com/watch?v=QtS3bcQ8lkw
Duração do vídeo	1 hora, 59 minutos e 10 segundos
Data do vídeo	12/06/2020
Número de visualizações	327.831
Número de curtidas (<i>likes</i>)	22.265

Número de comentários

1.345

Descrição do vídeo no YouTube

#ConversasQueImportam é uma iniciativa que busca promover discussões extremamente relevantes sobre um tópico que precisa da nossa total atenção: o racismo estrutural no Brasil. Gabi Oliveira, Yuri Marçal e Felipe Neto se juntam para mostrar que a luta contra o racismo e a violência não pode ser só das pessoas negras, mas de todos. E por isso, vão nos ajudar a entender mais sobre lugar de fala e lugar de escuta. Afinal, qual é o papel das pessoas não negras e aliadas nessa discussão? Yuri e Gabi vão trazer seus pontos de vista sobre temas como educação de crianças, racismo estrutural no Brasil e o impacto de ações antirracistas. Felipe Neto estará ouvindo, aprendendo e reforçando que pessoas brancas também precisam falar de racismo. Vamos usar os seus 38 milhões de inscritos para ajudar a potencializar essa conversa. A LIVE também contará com convidados especiais que participarão de algumas pautas e debates. Após o final da LIVE, o conteúdo ficará no canal da Gabi e do YouTube Brasil para todos que quiserem assistir de novo ou não tiveram a oportunidade de assistir ao vivo.

Sinopse

Gabi Oliveira, Felipe Neto e Yuri Marçal se reúnem para discutir sobre questões sociais e raciais. Os participantes compartilham suas experiências pessoais e perspectivas, buscando promover uma maior compreensão e sensibilização sobre esses assuntos. Ao final, os internautas são convidados a refletir sobre suas próprias crenças e

ações, incentivando a busca por uma sociedade mais justa e inclusiva.

Questões raciais encontradas

O debate promoveu uma reflexão profunda sobre as questões raciais no Brasil, destacando a necessidade de ação e comprometimento para promover mudanças reais e construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Fonte: Elaborado pela autora

“Conversas que importam” foi transmitido ao vivo durante o ápice da pandemia de coronavírus, em junho de 2020. O vídeo começa com um *card* explicativo sobre o teor do debate (fig. 11). Logo parecem Gabi Oliveira, Felipe Neto e a intérprete de libras. Gabi esclarece que a *live* é uma iniciativa do YouTube, que buscou reunir personalidades para debater assuntos importantes e o tema da conversa seria o racismo, seus efeitos e como combatê-lo, Gabi também explica a participação de Felipe Neto, um homem branco, num evento para discutir o racismo. Ela ressalta que o racismo é uma pauta que deve ser enfrentada por todos e que Felipe é um *youtuber* que tem um público expressivo na plataforma que com a participação dele essa conversa também poderia chegar a outras pessoas.

Felipe Neto expressa seu apoio ao projeto e reconhece seus próprios privilégios como homem branco, heterossexual e magro, destacando a importância de ouvir e aprender com diferentes perspectivas. Gabi e Felipe compartilham uma reflexão sobre como a equipe de produção sendo toda negra pode afetar a percepção do público em caso de erros técnicos, evidenciando os desafios enfrentados por pessoas negras em posições de destaque.

Yuri Marçal se junta ao debate, trazendo sua perspectiva como comediante negro, e ressalta a importância de abrir espaço para conversas difíceis e divertidas sobre questões raciais. Ele menciona um episódio de uma série que aborda o “peso da raça”, ilustrando como as pessoas brancas muitas vezes não compreendem o privilégio branco devido à falta de questionamento de sua própria realidade.

A importância de reconhecer os privilégios e desafios enfrentados por pessoas negras na sociedade é destacada, assim como a necessidade de promover a diversidade e inclusão em

todas as esferas da vida pública. Os participantes expressam sua disposição em continuar o diálogo e aprender uns com os outros.

Várias questões relacionadas à representatividade, racismo estrutural e o papel dos comediantes negros na mídia são abordados. Inicialmente, é discutido o baixo número de canais liderados por pessoas negras entre os 100 canais mais populares do YouTube brasileiro, destacando a falta de representatividade na plataforma. O racismo estrutural é mencionado como um fenômeno que permeia diversas instituições, afetando desde o conteúdo educacional até as contratações de profissionais.

O papel dos comediantes negros é ressaltado, com destaque para a dificuldade de encontrar espaço na mídia para temas que fogem da norma branca. Yuri, como comediante, destaca como muitas vezes é rotulado como um ativista negro que faz comédia, em vez de apenas um comediante. Ele compartilha experiências sobre a percepção do público em relação ao humor negro e como isso afeta sua carreira.

A discussão também aborda a noção de “racismo reverso” e como isso é desmentido através do sarcasmo e da crítica social nos trabalhos de Yuri. Felipe Neto elogia a capacidade do comediante de abordar questões sérias com humor, destacando a importância de sua abordagem na desconstrução de estereótipos e preconceitos. Além disso, é reconhecida a ausência da perspectiva indígena na discussão, ressaltando a importância de incluir todas as vozes marginalizadas na conversa sobre representatividade e racismo. O debate enfatiza a necessidade de ampliar a visibilidade e a diversidade de vozes na mídia e na sociedade, além de combater o racismo estrutural em todas as suas formas.

Em seguida, o evento aborda a comunicação na universidade, destacando a importância de agir além de pedir desculpas diante de situações de racismo. Há uma reflexão sobre a estrutura racista do Brasil, que historicamente marginalizou e violentou populações indígenas e negras. A equipe destaca a necessidade de promover projetos específicos para essas comunidades.

Um vídeo do professor Silvio de Almeida é compartilhado, abordando as mudanças nos movimentos de direitos civis nos Estados Unidos e a importância de reconhecer a luta por igualdade racial. O debate segue com uma discussão sobre o cansaço das pessoas negras em serem constantemente responsabilizadas pela instrução de pessoas brancas sobre o racismo. Também é mencionada a importância de não apenas reconhecer os privilégios, mas também assumir a responsabilidade de combater o racismo estrutural constantemente.

A armadilha de achar que a luta contra o racismo é encerrada após o reconhecimento dos privilégios e a necessidade contínua de se autoavaliar e evoluir como pessoa é ressaltada. É mencionado o incômodo causado pela atitude de “biscoito polícia racista”, onde pessoas brancas se colocam como salvadoras sem realmente agir para combater o racismo. Também é ressaltada a importância de identificar e estudar os processos históricos que levaram à libertação da escravidão, além de abrir espaço para diferentes vozes na discussão sobre questões raciais.

A discussão segue e aborda a pertinência das manifestações sobre questões raciais nas ruas durante a pandemia. Há uma compreensão equivocada de que o momento não é apropriado para protestos, especialmente quando se trata de uma pandemia global. No entanto, destaca-se que as manifestações são inevitáveis e necessárias, independentemente do apoio ou participação das pessoas brancas, pois a luta antirracista é conduzida principalmente pelas comunidades negras e afetadas.

Eles ressaltam que as manifestações não são apenas sobre conscientização das pessoas brancas, mas também sobre a conscientização das próprias comunidades negras no Brasil. Isso inclui o reconhecimento da importância de se lutar por mudanças e de se engajar ativamente na busca por igualdade racial. As manifestações são um reflexo do momento histórico e da necessidade de se confrontar o racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira.

Além disso, a desigualdade no impacto da pandemia sobre diferentes grupos étnicos é destacada, enfatizando que a população negra e indígena são as mais afetadas. Os apresentadores reforçam a importância de se discutir questões raciais durante a pandemia, pois a forma como a sociedade lida com a crise sanitária diz muito sobre suas prioridades e valores. A comparação é feita entre as medidas adotadas para proteger os grupos mais vulneráveis, como indígenas e negros, em contraste com a falta de ações efetivas para garantir sua segurança e bem-estar durante a pandemia.

O evento ainda destaca a necessidade de confrontar o racismo estrutural e de se engajar na luta por igualdade racial, mesmo durante a pandemia. Enfatiza-se a importância das manifestações como forma de expressar indignação e demandar mudanças, além de evidenciar a desigualdade no impacto da pandemia sobre diferentes grupos étnicos no Brasil.

Os *youtubers* discutem também a questão das manifestações e da violência policial, especialmente no contexto das manifestações antirracistas. Menciona-se a comparação entre as manifestações nos Estados Unidos e no Brasil, destacando como as manifestações no Brasil, muitas vezes iniciadas em resposta à violência policial, eram anteriormente vistas como

vandalismo, mas agora estão sendo mais reconhecidas como uma forma legítima de expressar indignação e demandar mudanças.

Yuri Marçal fala sobre os desafios enfrentados por humoristas negros no Brasil. Ele compara a situação com a dos Estados Unidos mencionando como humoristas negros como Dave Chappelle e Chris Rock conseguem abordar questões raciais em seu trabalho. Yuri destaca que, no Brasil, humoristas negros enfrentam uma resistência maior ao tentar discutir temas sociais e políticos em suas performances. Ele menciona como frequentemente é visto mais como um ativista que faz comédia do que como um comediante que aborda temas da sua realidade.

Gabi Oliveira então fala sobre a importância da representatividade. Ela menciona a foto de formatura de Thelminha, onde ela era a única pessoa negra em uma turma de dezenas de alunos de Medicina. Isso exemplifica a baixa presença de pessoas negras em cursos de alta competitividade e a necessidade de políticas de cotas para promover a inclusão. Gabi recomenda leituras e documentários que ajudam a entender melhor o racismo estrutural, como o livro "O que é Racismo Estrutural" de Silvio Luiz de Almeida e o documentário "A 13ª Emenda" disponível na Netflix. Ela também menciona a importância de seguir e apoiar criadores de conteúdo negros, como Raul Santiago, Renê Silva, Michele Passa, e os canais "Família Quilombo" e "Negritude Infinita".

O vídeo também aborda a recente doação do YouTube de 1 milhão de reais para organizações que lutam contra a desigualdade racial no Brasil, como a "Voz das Comunidades". Nataly Neri aparece em um vídeo destacando a interseccionalidade entre ser negra e LGBT, ressaltando a importância do mês do Orgulho LGBT e convidando os internautas a assistir à transmissão da Parada do Orgulho LGBT no canal Diva Depressão.

A importância de apoiar essas organizações e projetos, especialmente aqueles que lidam com questões como saúde mental na comunidade negra, é ressaltada. Destacam a urgência de reconhecer e enfrentar o genocídio negro e a violência policial, além de buscar formas de ajudar e apoiar essas comunidades, seja por meio de doações, apoio a organizações ou conscientização.

Abordam também a questão da voz e da representatividade, com referência ao "*Blackout Tuesday*" e à abertura de espaços nas redes sociais para que pessoas negras compartilhem suas histórias e experiências diretamente com o público. A importância de dar voz e espaço para as pessoas negras se expressarem é destacada como uma maneira de amplificar suas vozes e promover a conscientização sobre as questões raciais.

Os *youtubers* destacam a importância das manifestações, do apoio financeiro a organizações e projetos que lutam contra a desigualdade racial, e da abertura de espaços para que as pessoas negras compartilhem suas experiências. Essas são algumas das formas de enfrentar o racismo estrutural e promover a igualdade racial no Brasil.

Os debatedores abordam diversos aspectos relacionados à luta por direitos e igualdade, com ênfase na importância da representatividade e da conscientização sobre questões raciais. Os participantes ressaltam a relevância de utilizar espaços como as redes sociais para amplificar vozes e promover diálogos que contribuam para a compreensão do passado, a reflexão sobre o presente e a busca por mudanças no futuro.

Foram discutidos exemplos concretos de casos de racismo estrutural e desumanização, como o trágico incidente envolvendo o menino Miguel, em Pernambuco, e a necessidade de enfrentar atitudes racistas em diferentes contextos, inclusive na educação. Destacou-se a importância de pais brancos conversarem com seus filhos sobre racismo e incentivá-los a serem antirracistas, especialmente no ambiente escolar, onde crianças negras muitas vezes são desumanizadas e enfrentam discriminação.

A raiva foi mencionada como um sentimento legítimo diante das injustiças, mas também como um impulso para a mudança e a busca por justiça. Além disso, houve uma reflexão sobre a linguagem e o uso de termos carregados de significados históricos, como “empregada doméstica”, que podem perpetuar estereótipos e resquícios de racismo.

O debate também ressaltou a importância de instituições e organizações que lutam pela igualdade e justiça, como o Instituto Marielle Franco, e a necessidade de apoiar e contribuir com essas iniciativas.

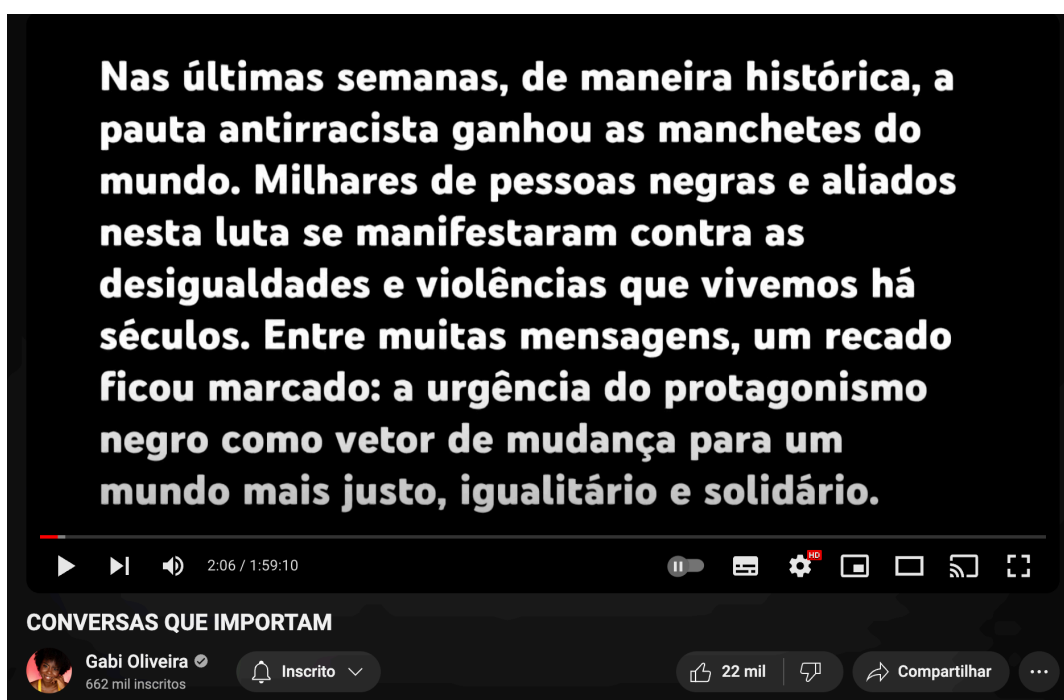
No encerramento do debate, foram expressos sentimentos de angústia diante da realidade racial brasileira, mas também de esperança ao perceber a disposição de muitas pessoas em ouvir e promover mudanças. Houve um desejo de que, no futuro, as injustiças e desigualdades raciais sejam apenas registros nos livros de história, ou até mesmo reduzidas ao máximo possível.

Thelminha, em seu vídeo, destaca a importância da educação como ferramenta de transformação e combate ao racismo, usando sua própria história de superação como exemplo. Ela reforça que a educação pode mudar vidas e criar um futuro melhor para as gerações seguintes.

O vídeo termina com um texto da ativista Angela Davis, lido por Gabi Oliveira, que reflete sobre a importância da luta contínua contra o racismo e a necessidade de ação constante. Gabi e Yuri agradecem a audiência e incentivam os internautas a continuarem se educando sobre questões raciais, seguindo criadores de conteúdo negros e participando ativamente na luta contra o racismo.

O debate foi considerado produtivo e enriquecedor, com um apelo para que essas conversas e debates sejam levados a diferentes públicos, especialmente no campo da educação, onde a conscientização sobre questões raciais é fundamental. Por fim, foi feito agradecimento à equipe organizadora e aos participantes pela oportunidade de compartilhar conhecimento e promover diálogos construtivos sobre essa importante temática.

Figura 13 – Frame do vídeo “Conversas que importam” do canal Gabi Oliveira



Fonte: YouTube. 2020. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=QtS3bcQ8lkw>. Acesso em 15 dez. 2022.

Tabela 5 – Vídeo 4 do canal Gabi Oliveira: Adoção 1 ano depois – Passo a passo

Título do vídeo	Adoção 1 ano depois – Passo a passo
Link para o vídeo	https://www.youtube.com/watch?v=KzQrhwtYVAI
Duração do vídeo	24 minutos e 34 segundos

Data do vídeo	11/09/2020
Número de visualizações	296.543
Número de curtidas (<i>likes</i>)	47.567
Número de comentários	1.635
Descrição do vídeo no YouTube	Oi, gente! Eu sou Gabi Oliveira e hoje vim compartilhar tudo sobre como anda meu processo de habilitação para adoção. Falei sobre o tempo que ainda falta, perfil que escolhi, custos e quanto tempo já demorou. Também dei dicas pra quem pensa em ser pai ou mãe por adoção. No canal do Quintal de Ana, vocês vão conseguir assistir várias palestras sobre o assunto. Espero que gostem do vídeo.
Sinopse	Gabi Oliveira compartilha sua jornada de um ano no processo de habilitação para adoção. Ela discute as etapas e desafios enfrentados, desde a decisão inicial até a documentação necessária e a contratação de um advogado.
Questões raciais encontradas	Adoção interracial, preconceito religioso-racial.

Fonte: Elaborado pela autora

Neste vídeo, Gabi Oliveira compartilha sua jornada de um ano no processo de habilitação para adoção. Ela começou explicando que decidiu adotar por seu desejo de ser mãe, independentemente da forma como a maternidade ocorreria. Esclareceu que é possível adotar como pessoa solteira e enfatizou a importância de ter uma rede de apoio.

Durante sua apresentação na vara da infância, Gabi aprendeu sobre a história da adoção no Brasil e os desafios enfrentados pelas crianças nos abrigos. Destacou que adoção não é um ato de caridade, mas uma escolha de formar uma família. Comentou sobre as dificuldades burocráticas do processo, enfatizando o foco no bem-estar das crianças.

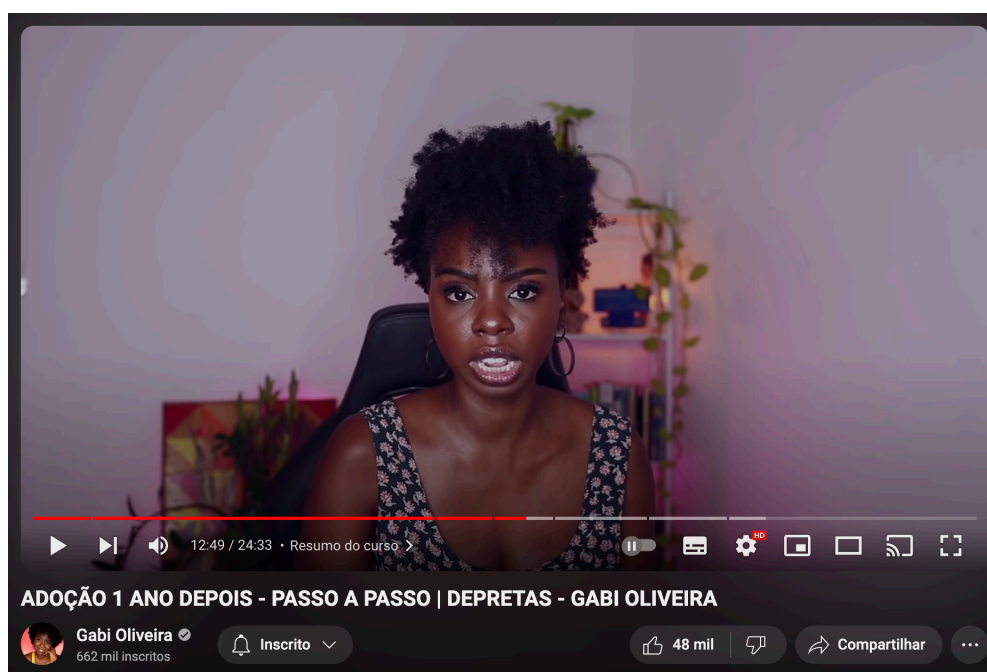
Gabi participou de um curso preparatório para adoção, que ampliou sua compreensão sobre o processo e a realidade das crianças em abrigos. Durante o curso, ela refletiu sobre a

importância de escolher um perfil de criança que se adapte à sua realidade e capacidade de cuidar.

A *youtuber* aborda a questão da raça e do racismo religioso durante o vídeo, destacando a importância de considerar esses aspectos no processo de adoção. Ela menciona um casal negro que, durante o curso preparatório, levantou a questão do possível preconceito religioso que poderiam enfrentar devido à sua religião de matriz africana. Esse questionamento abriu uma discussão no grupo sobre como lidar com o preconceito religioso durante o processo de adoção e como buscar apoio e orientação caso isso aconteça. Gabi ressalta a necessidade de conscientização e educação sobre questões raciais, bem como a importância de criar um ambiente acolhedor e inclusivo para todas as crianças, independentemente de sua raça ou religião.

Após o curso, Gabi reuniu a documentação necessária para dar entrada no processo de habilitação, incluindo certidões, comprovantes de renda, atestados de saúde e fotos da família. Ela explicou o processo de contratar um advogado para dar entrada no processo e os custos envolvidos. Ela espera que sua jornada inspire outras pessoas a considerar a adoção.

Figura 14 – Frame do vídeo “Adoção 1 ano depois – Passo a passo” do canal Gabi Oliveira



Fonte: YouTube. 2020. <https://www.youtube.com/watch?v=KzQrhwtYVAI>. Acesso em 15 dez. 2022.

Tabela 6 – Vídeo 5 do canal Gabi Oliveira: Cozinha e Fala: empadão de grão-de-bico, acolhimento dos sentimentos, vegetarianismo

Título do vídeo	Cozinha e Fala: empadão de grão-de-bico, acolhimento dos sentimentos, vegetarianismo
Língua para o vídeo	https://www.youtube.com/watch?v=JXxpNVPFAzk
Duração do vídeo	18 minutos e 59 segundos
Data do vídeo	29/05/2020
Número de visualizações	152.768
Número de curtidas (<i>likes</i>)	10.529
Número de comentários	635
Descrição do vídeo no YouTube	Oi, gente! Eu sou Gabi Oliveira e no vídeo de hoje vim fazer um cozinha e fala com receita de empadão de grão de bico vegano. O link do documentário "Salto Livre: o futuro das escolhas" https://www.youtube.com/watch?v=e3oDX-QVQm4&t=966s
Sinopse	Ao longo do vídeo, a youtuber compartilha dicas culinárias e incentiva os internautas a experimentarem a receita vegetariana, enquanto também os encoraja a refletirem sobre questões mais amplas relacionadas à alimentação, saúde emocional e justiça social.
Questões raciais encontradas	Desafios e mudanças na alimentação da população negra durante a pandemia, representação negra na alimentação vegana.

Fonte: Elaborado pela autora

O vídeo começa com Gabi explicando que vai tentar um novo formato chamado “cozinha e fala”. Ela menciona que é uma experiência nova para ela e pede que os internautas deixem um “*like*” se gostarem, para que ela possa fazer mais vídeos assim. Gabi introduz a receita que fará: um empadão de grão-de-bico na *air fryer*, sem ingredientes de origem animal. Ela detalha os ingredientes necessários para a receita, como farinha de trigo, farinha de arroz,

farinha de linhaça, cúrcuma, brócolis, cebola, inhame, tomate, pimentão, azeite e alho. Ela destaca a importância de temperar bem a massa e fala sobre sua experiência com diferentes temperos.

Gabi explica como preparou o grão-de-bico: deixou de molho por 4-5 horas, cozinhou na panela de pressão com cebola, alho, sal e cúrcuma por 35 minutos. Enquanto os ingredientes cozinham, ela compartilha reflexões pessoais e menciona um livro chamado “Agilidade Emocional” que conheceu através do canal da Flávia Calina. Gabi fala sobre a importância de acolher os sentimentos e de não categorizar emoções como boas ou ruins.

Durante o preparo da receita, Gabi menciona a pandemia várias vezes. Ela fala sobre a dificuldade de encontrar certos ingredientes frescos e explica que está comprando vegetais congelados por causa das restrições durante a quarentena. Ela reflete sobre como a pandemia tem sido um momento difícil para todos, afetando planos e causando preocupações, e destaca a importância de acolher os sentimentos durante esses tempos difíceis. Gabi também menciona que a situação atual torna ainda mais evidente como as escolhas das pessoas estão interconectadas.

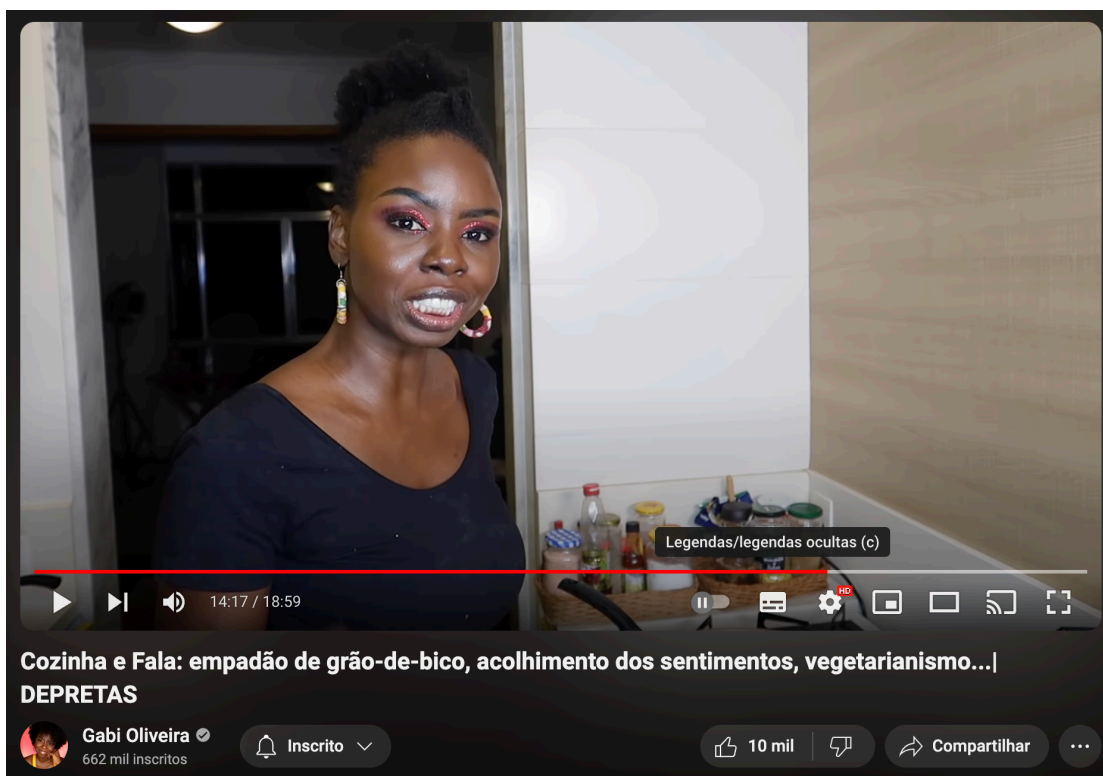
Gabi reflete sobre a escolha de ser vegetariana e vegana, destacando que muitos fatores sociais influenciam essas decisões. Ela menciona a importância de discutir novas formas de alimentação na comunidade negra e compartilha perfis de pessoas negras engajadas na causa vegana que ela segue. Gabi discute como conseguiu diversificar sua alimentação sem carne e a importância de falar sobre essas questões na comunidade negra.

Durante o preparo, Gabi corta e cozinha os ingredientes, compartilhando suas técnicas e dicas. Ela menciona que usa farinha de linhaça como substituto do ovo e compartilha o processo de misturar os ingredientes para a massa do empadão. Ela ajusta a consistência da massa com farinha e tempera para garantir um bom sabor.

Gabi fala sobre a importância de refletir sobre as escolhas e as influências sociais nas nossas decisões, recomendando um documentário chamado “Salto Livre: O Futuro das Escolhas”, disponível no canal GNT. Ela destaca que esse documentário aborda como fatores sociais e históricos influenciam nossas escolhas e a importância de pensar de forma coletiva.

Gabi conclui a preparação do empadão, mencionando que coloca na *air fryer* por 10 minutos a 180 graus, embora o ideal seja 20 minutos. Ela encerra o vídeo pedindo que os internautas deixem um comentário sobre como estão lidando com seus sentimentos, compartilhem se fizeram a receita e não esqueçam de conferir o documentário recomendado.

Figura 15 – Frame do vídeo “Cozinha e Fala: empadão de grão-de-bico, acolhimento dos sentimentos, vegetarianismo” do canal Gabi Oliveira



Fonte: YouTube. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JXxpNVPFAzk>. Acesso em 15 dez. 2022.

4.2.2 Diário de campo: “Papo de Preta” em 2020

Em 2020, o canal publicou 84 vídeos, que foram tabulados, em ordem crescente de número de visualizações: a tabela do apêndice B mostra os *links* para os vídeos de 2020 do canal, suas datas de publicação, seus títulos, bem como seus números⁹¹ de: visualizações, *likes* e comentários. A seguir serão expostos fichas, impressões e diário de campo dos 5 vídeos mais visualizados do canal em 2020, de acordo com o recorte feito na parte metodológica.

Tabela 7 – Vídeo 1 do canal Papo de Preta: Precisamos falar sobre Rayza Nicácio???

Título do vídeo	Precisamos falar sobre Rayza Nicácio??? - Papo de Preta
-----------------	---

⁹¹ Números finais para o desenvolvimento da pesquisa, coletados em 15 de dezembro de 2022.

Língua para o vídeo	https://www.youtube.com/watch?v=STh4LgMEg7Q
Duração do vídeo	12 minutos e 11 segundos
Data do vídeo	31/07/2020
Número de visualizações	281.794
Número de curtidas (<i>likes</i>)	44.251
Número de comentários	4.511
Descrição do vídeo no YouTube	<p>Coleção Papo de Preta e Chico Rei: https://chicorei.com/papo-de-preta Apoie o Papo de Preta na "vaquinha" online mensal: https://apoia.se/papodepreta Nos sigam em nossas redes: Facebook: https://www.facebook.com/canalpapodepreta Twitter: @RosaMaristela // @NatliaRomualdo Instagram: https://www.instagram.com/papodepreta/ Email do canal: canalpapodepreta@gmail.com Caixa Postal: 524/ Centro - Juiz de Fora. CEP: 36001-970</p>
Sinopse	Maristela Rosa discute como a <i>influencer</i> Rayza Nicácio é considerada negra apesar de ter a pele mais clara.
Questões raciais encontradas	Racismo estrutural, colorismo, rivalidade dentro da comunidade negra.

Fonte: Elaborado pela autora

O vídeo conta apenas com Maristela Rosa, ela é uma negra retinta e está no centro da tela, sentada num sofá, ela veste uma blusa colorida. Maristela faz uma introdução, diz que o tema da vez é o “afrobege”, a problemática *light skin*, vez que o assunto sempre ressurgiu na internet. Em seguida ela pede para que as pessoas se inscrevam, curtam, comentem e apoiem o canal. Maristela comenta sobre o debate de pessoas negras de pele clara não serem consideradas negras por alguns, sobre serem atacadas dentro da comunidade negra. Maristela diz que pessoas negras de pele clara não deixam de serem negras. Ela afirma que existem pessoas produzindo desinformação sobre isso e não levando em consideração o colorismo que existe no país. Falar

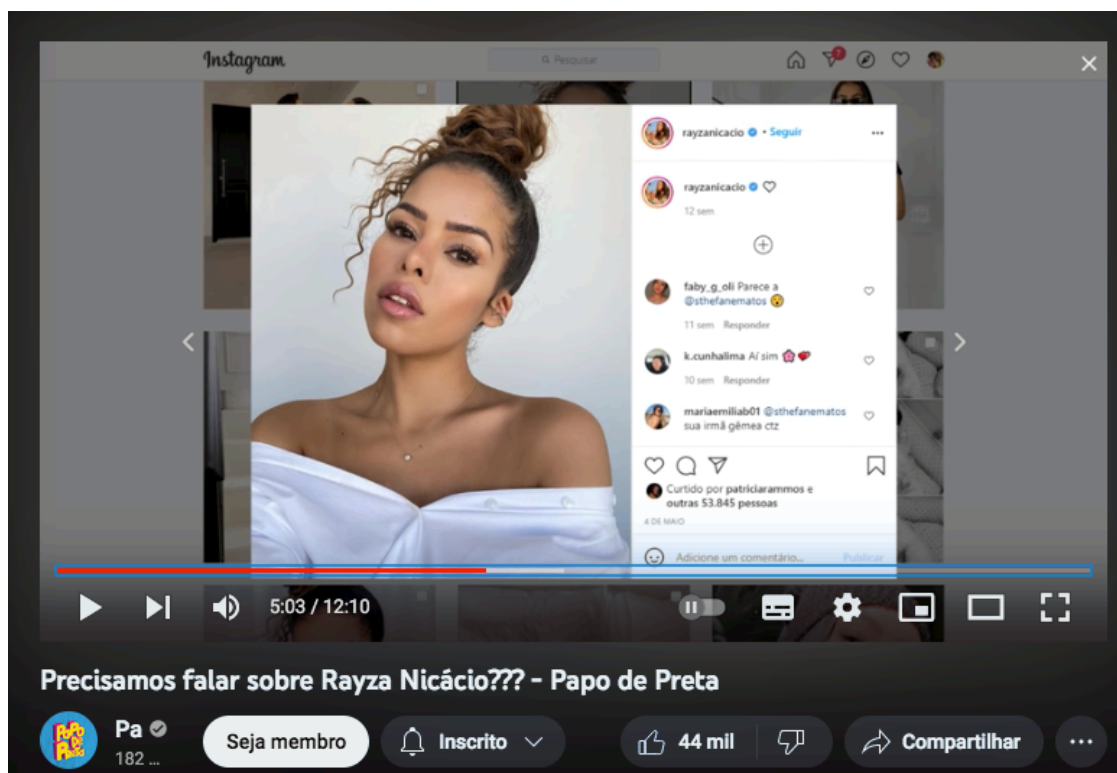
de colorismo, segundo ela, é falar de como a sociedade racista atua de forma a deliberadamente privar pessoas mais retintas de direitos; ela segue dizendo como a sociedade é racista, baseada na branquitude, onde pessoas brancas detêm os privilégios e estruturam as instituições, para que essas instituições privem pessoas retintas de seus direitos; quanto mais traços negroides esses indivíduos têm, mais privações enfrentam. Assim, de acordo com a *youtuber*, é mais difícil para essas pessoas conseguirem empregos, acessar a justiça (pois elas são lidas como mais violentas, agressivas, menos confiáveis).

Maristela afirma que pessoas negras de pele mais clara não deixam se sofrer racismo, mas que têm vantagens (não privilégios, pois apenas brancos têm privilégios) sobre as retintas. Em seguida, a interlocutora comenta sobre discussões dentro do canal, sobre pessoas negras atacando outras pessoas negras por causa do colorismo. E cita o caso que motivou o vídeo, o da *influencer* do instagram, Rayza Nicácio. Imagens de Rayza são exibidas, ela é uma mulher negra de pele clara, como entende Maristela.

A problemática envolvendo Rayza é a de que pessoas negras retintas não a consideram negra e ela participa de muitas publicidades como mulher negra. Maristela não vê problema nisso, pois entende que Rayza é uma mulher negra e está no seu direito de aceitar participar de propagandas como mulher negra.

A *youtuber* entende que o problema de fato reside nas marcas, agências e empresas de publicidade apenas querem contratar pessoas negras de pele clara, e apenas uma por vez, quando poderiam contratar várias e ainda por cima negras de pele escura, com cabelo crespo como o dela, mas não o fazem. Isso porque, de acordo com Maristela, a sociedade é racista e não consegue conceber negros retintos em lugares de destaque. É a mentalidade da racista da branquitude que não consegue conceber a beleza da pele escura, a beleza do nariz largo, a beleza do cabelo crespo, não consegue conceber uma campanha com mais de uma ou de duas mulheres negras ou de homens negros.

A *youtuber* assume um tom ácido e crítico e indaga ao seu público ao final do vídeo se não valeria mais a pena lutar pelo fortalecimento da comunidade negro do que estabelecer rivalidades entre pessoas negras e continuar perpetuando o racismo, racismo esse que foi instituído pelos brancos, bem como o colorismo. Maristela encerra o vídeo reiterando o pedido para que a audiência se inscreva no canal.



Fonte: YouTube. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=STh4LgMEg7Q>. Acesso em 15 dez. 2022.

Tabela 8 – Vídeo 2 do canal Papo de Preta: Filmes e novelas mais RACISTAS

Título do vídeo	Filmes e novelas mais RACISTAS
Link para o vídeo	https://www.youtube.com/watch?v=y3z7KYz60Js
Duração do vídeo	15 minutos e 9 segundos
Data do vídeo	13/05/2020
Número de visualizações	149.977
Número de curtidas (<i>likes</i>)	18.033
Número de comentários	2.871
Descrição do vídeo no YouTube	Coleção Papo de Preta e Chico Rei: https://chicorei.com/papo-de-preta Apoie o Papo de Preta na "vaquinha" online mensal : https://apoia.se/papodepreta Nos sigam em nossas redes: Facebook: https://www.facebook.com/canalpapodepreta

Twitter: @RosaMaristela // @NatliaRomualdo

Instagram:

<https://www.instagram.com/papodepreta/> / Email

do canal: canalpapodepreta@gmail.com Caixa

Postal: 524/ Centro - Juiz de Fora. CEP: 36001-970

Sinopse

Natália Romualdo faz um apanhado de produções midiáticas: filmes e novelas racistas e aponta os problemas e o racismo em cada uma delas.

Questões raciais encontradas

Racismo, estigma, estereótipos, violência simbólica.

Fonte: Elaborado pela autora

O vídeo é protagonizado apenas por Natália Romualdo, mulher negra retinta, ela tem o cabelo trançado, brincos e roupas coloridas e ocupa o centro do vídeo, num fundo branco. Natália começa o vídeo pedindo para os inscritos compartilharem o vídeo, pois ele é de utilidade pública e também para se inscreverem no canal. Ela então apresenta o tema do vídeo: filmes e novelas com cunho racista. Natália pede para que os inscritos deixem comentários no vídeo sobre outras produções racistas que conhecem e lembra que produções sem a presença de negros também podem ser racistas e revelam racismo estrutural.

O primeiro filme mencionado por ela é uma produção estadunidense de 1915: “O nascimento de uma nação”. Ela relata que o filme teve um enorme sucesso comercial, mas que posteriormente foi altamente criticado por retratar os afroamericanos interpretados por atores brancos com as caras pintadas de preto, como ininteligentes e sexualmente agressivos em relação às mulheres brancas e também por apresentar a “ku klux klan” cuja fundação original é dramatizada como uma força heroica. Natália se mostra chocada com o filme e continua dizendo que houve muitos protestos contra “O nascimento de uma nação” e o filme foi banido em várias cidades, mas acabou sendo um dos responsáveis pelo ressurgimento da “ku klux klan”. A *youtuber* recomenda que os inscritos procurem pesquisar sobre a “ku klux klan”, pois foi um grupo que perseguiu e assassinou pessoas negras.

Em seguida, Natália cita o filme “E o vento levou”, de 1939, também uma produção estadunidense, mas que retrata o período da segregação racial nos Estados Unidos e, de acordo com a *youtuber*, traz vários estereótipos negativos das pessoas negras e a escravidão é vista

comum. Ela diz que as pessoas banalizaram e normalizaram produções racistas, pois esse filme em especial é considerado um clássico.

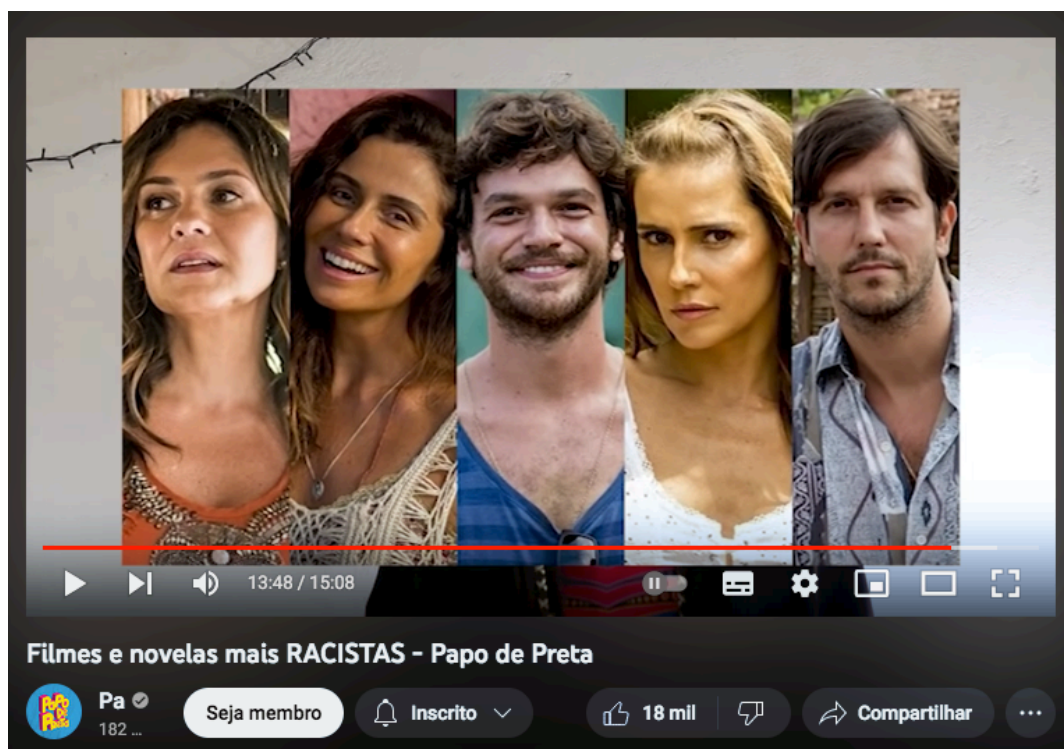
Sobre as produções brasileiras, Natália cita “A cabana do pai Tomás”, novela exibida pela Rede Globo nos anos de 1969 e 1970 e teve um ator branco de cara pintada de preto, interpretando um negro.

Em seguida, ela menciona outro filme estadunidense, de 2001, “Falcão negro em perigo” que retrata africanos de forma caricata, o filme foi criticado pelo Governo da Somália e ainda assim recebeu dois prêmios Oscar de cinema. Natália lembra que as pessoas negras não devem prestigiar esse tipo de produção.

Ela cita também a novela “Carrossel”, onde há apenas uma criança negra, que é constantemente humilhada, a *youtuber* afirma que se verifica racismo na novela e que é uma questão de classe e raça, porque a criança não é maltratada apenas porque é pobre, mas porque também é negra.

Voltando para produções nacionais, ela aponta que a novela da Rede Globo “O segundo sol”, produção ambientada na Bahia, mas que não contava com maioria negra no elenco, sendo que os protagonistas eram todos brancos. Natália termina com um desabafo de que acredita que não dá mais para essas produções continuarem sendo realizadas nos dias de hoje.

Figura 17 – Frame do vídeo “Filmes e novelas mais RACISTAS” do canal Papo de Preta



Fonte: YouTube. 2020. <https://www.youtube.com/watch?v=y3z7KYz60Js>. Acesso em 15 dez. 2022.

Tabela 9 – Vídeo 3 do canal Papo de Preta: Quem é Ludmilla?

Título do vídeo	Quem é Ludmilla?
Link para o vídeo	https://www.youtube.com/watch?v=K2MjZy4y7Ec
Duração do vídeo	12 minutos e 51 segundos
Data do vídeo	26/06/2020
Número de visualizações	131.573
Número de curtidas (<i>likes</i>)	7.403
Número de comentários	674
Descrição do vídeo no YouTube	<p>Quem é Ludmilla? #Ludmilla #Funk #MulherPreta</p> <p>____ Coleção Papo de Preta e Chico Rei: https://chicorei.com/papo-de-preta Apoie o Papo de Preta na "vaquinha" online mensal: https://apoia.se/papodepreta Nos sigam em nossas redes: Facebook: https://www.facebook.com/canalpapodepreta</p>

Twitter: @RosaMaristela // @NatliaRomualdo

Instagram:

<https://www.instagram.com/papodepreta/> Email do

canal: canalpapodepreta@gmail.com Caixa Postal:

524/ Centro - Juiz de Fora. CEP: 36001-970

Sinopse

Maristela Rosa detalha a ascensão da cantora Ludmilla na cena musical brasileira, destacando sua origem, sucessos, desafios e conquistas.

Questões raciais encontradas

Racismo na indústria musical, enaltecimento de mulheres pretas.

Fonte: Elaborado pela autora

O vídeo “Quem é Ludmilla?” apresenta uma análise detalhada da carreira e do impacto cultural da cantora brasileira Ludmilla. A apresentadora, Maristela Rosa, inicia abordando o contexto atual, onde o nome de Ludmilla é frequentemente mencionado em meio a polêmicas e discussões. Ela ressalta a importância de compreender quem Ludmilla realmente é, indo além das controvérsias.

Maristela começa contextualizando a origem de Ludmilla, nascida em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, em 24 de abril de 1995. Destaca sua ascensão na cena musical brasileira a partir de 2012, com a música “Fala Mal de Mim”, conhecida como “Não Olha pro Lado”, que a fez se destacar como MC Beyoncé.

O vídeo detalha a habilidade de Ludmilla como cantora e compositora, mencionando diversos sucessos que ela mesma escreveu, como “Verdinha”, “24 Horas por Dia” e “Boba Fui Eu”. Além disso, destaca sua versatilidade como multi-instrumentista, tocando violão e bateria.

Maristela aborda também os desafios enfrentados por Ludmilla na indústria musical, incluindo o racismo e a discriminação que ela sofreu por parte da mídia e do público. No entanto, ressalta suas conquistas e reconhecimentos, como prêmios no Domingão do Faustão e indicações ao Grammy Latino.

O vídeo enfatiza o sucesso de Ludmilla, com seus clipes acumulando centenas de milhões de visualizações no YouTube e sua presença nas redes sociais ultrapassando os 22

milhões de seguidores. Também destaca sua influência cultural, incluindo sua participação na abertura das Olimpíadas no Brasil e o recorde de público em seu bloco de carnaval.

Por fim, Maristela conclui reforçando a importância de reconhecer e enaltecer mulheres pretas como Ludmilla, destacando sua contribuição para a cultura e música brasileira. O vídeo encoraja os internautas a compartilharem esse conhecimento e a apoiarem Ludmilla em sua carreira.

Figura 18 – Frame do vídeo: “Quem é Ludmilla?”



Fonte: YouTube. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K2MjZy4y7Ec>. Acesso em 15 dez. 2022.

Tabela 10 – Vídeo 4 do canal Papo de Preta: Quem é Babu Santana?

Título do vídeo	Quem é Babu Santana?
Link para o vídeo	https://www.youtube.com/watch?v=1uInkIva0tk
Duração do vídeo	15 minutos e 28 segundos
Data do vídeo	11/03/2020
Número de visualizações	51.040

Número de curtidas (<i>likes</i>)	2.336
Número de comentários	300
Descrição do vídeo no YouTube	<p>O ator e cantor brasileiro Babu Santana é um dos participantes do Big Brother Brasil 2020. Muitos; porém; não conhecem sua trajetória de mais de 20 anos de carreira e mais de 40 filmes no currículo. Assim; viemos escurecer a pergunta: Quem é Babu Santana? #BBB20 #BabuSantana ___ Apoie o Papo de Preta na "vaquinha" online mensal: https://apoia.se/papodepreta Nos sigam em nossas redes: Facebook: https://www.facebook.com/canalpapodepreta Twitter: @RosaMaristela // @NatliaRomualdo Instagram: https://www.instagram.com/papodepreta/ Email do canal: canalpapodepreta@gmail.com Caixa Postal: 524/ Centro - Juiz de Fora. CEP: 36001-970</p>
Sinopse	<p>O vídeo “Quem é Babu Santana?” oferece uma análise detalhada da vida e da carreira do renomado artista brasileiro Babu Santana, destacando suas lutas e triunfos na indústria do entretenimento como homem negro.</p>
Questões raciais encontradas	Racismo estrutural, desigualdade de oportunidades.

Fonte: Elaborado pela autora

No vídeo “Quem é Babu Santana?”, Nathalia Romualdo e Maristela Rosa mergulham na vida e na trajetória do artista brasileiro Babu Santana. Começando com um breve relato do início de 2020, elas introduzem Babu como uma figura que vem ganhando destaque no Big Brother Brasil 20. Ao discutir a importância de entender quem é Babu Santana além de sua

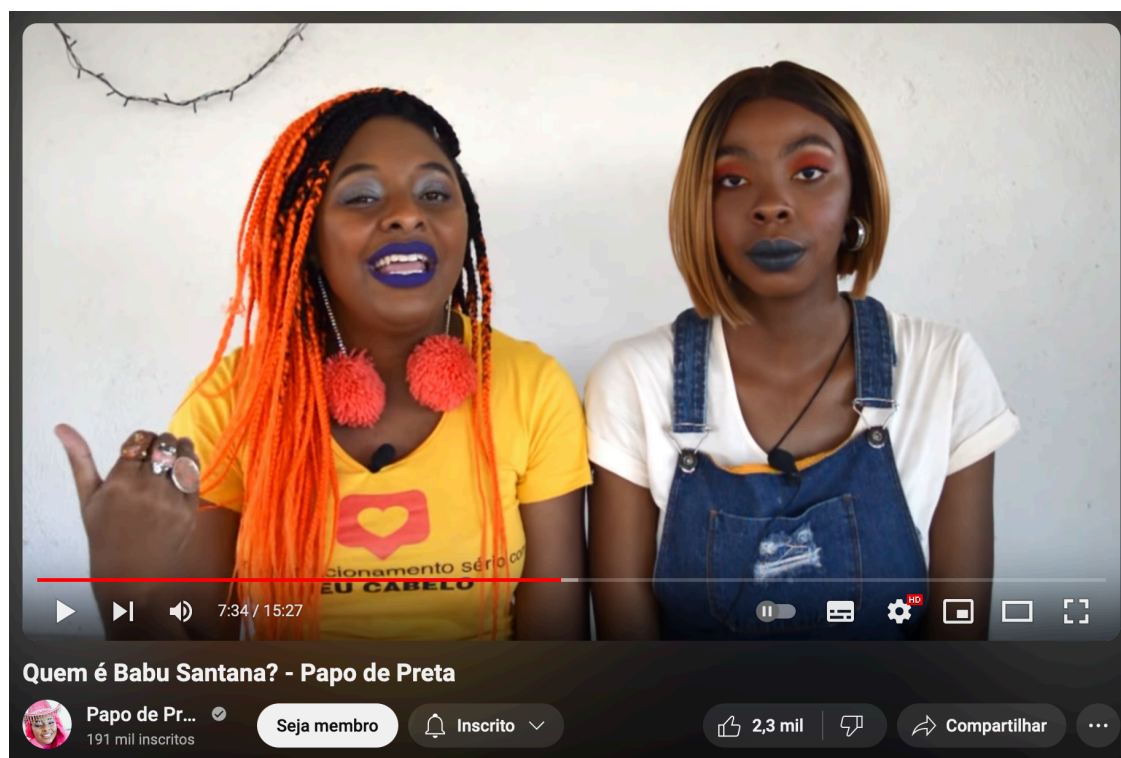
participação no reality show, elas revelam sua jornada desde os palcos do teatro até as telas de cinema e televisão.

Babu Santana, cujo nome verdadeiro é Alexandre da Silva Santana, emergiu do grupo de teatro Nós do Morro, conquistando reconhecimento nacional ao interpretar o lendário Tim Maia na cinebiografia homônima. O filme lhe rendeu dois prêmios Grande Otelo, o maior reconhecimento do cinema brasileiro. Originário do Morro do Vidigal, no Rio de Janeiro, Babu cresceu enfrentando desafios e desempenhando uma série de trabalhos desde uma idade jovem, incluindo vendas na praia de Ipanema e serviços diversos, como pedreiro e adrecista de escola de samba.

Apesar de sua notável carreira e talento, as apresentadoras relatam que Babu tem enfrentado dificuldades financeiras, com sua namorada revelando que muitos de seus projetos foram realizados sem remuneração. A situação econômica precária levou-o a aceitar o convite para o Big Brother Brasil, não com o intuito de buscar fama ou promoção pessoal, mas sim de garantir uma fonte de renda para sustentar sua família. Enquanto outros participantes entram no programa com agendas e estratégias bem definidas, Babu está lá por necessidade econômica, enfrentando as dificuldades da convivência na casa e lidando com a incerteza do futuro.

A discussão se estende para além da experiência individual de Babu, tocando em questões mais amplas de representatividade e oportunidades na indústria do entretenimento brasileira. As apresentadoras destacam como Babu, um homem negro e gordo, muitas vezes é relegado a papéis estereotipados ou secundários devido às barreiras impostas pelo racismo estrutural e a gordofobia. Enquanto artistas brancos e privilegiados continuam a receber oportunidades e reconhecimento, figuras como Babu lutam para encontrar espaço e valorização em uma indústria que muitas vezes os marginaliza.

Por fim, Nathália e Maristela expressam sua esperança de que Babu Santana possa encontrar sucesso no Big Brother Brasil e além, garantindo assim mais oportunidades para compartilhar seu talento e continuar a inspirar outros com sua resiliência e determinação. Eles encerram o episódio encorajando os internautas a aprender mais sobre a vida e a carreira de Babu, enquanto destacam a importância de apoiar e valorizar artistas marginalizados em uma sociedade que muitas vezes os ignora.



Fonte: YouTube. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1uInkIva0tk>. Acesso em 15 dez. 2022.

Tabela 11 – Vídeo 5 do canal Papo de Preta: Beyoncé ERROU em BLACK IS KING???

Título do vídeo	Beyoncé ERROU em BLACK IS KING???
Link para o vídeo	https://www.youtube.com/watch?v=rmWpiHppcXk
Duração do vídeo	24 minutos e 52 segundos
Data do vídeo	08/08/2020
Número de visualizações	48.327
Número de curtidas (<i>likes</i>)	7.252
Número de comentários	739
Descrição do vídeo no YouTube	<p>Coleção Papo de Preta e Chico Rei: https://chicorei.com/papo-de-preta Apoie o Papo de Preta na "vaquinha" online mensal: https://apoia.se/papodepreta Nos sigam em nossas redes: Facebook: https://www.facebook.com/canalpapodepreta</p>

Twitter: @RosaMaristela // @NatliaRomualdo

Instagram:

<https://www.instagram.com/papodepreta/> Email do

canal: canalpapodepreta@gmail.com Caixa Postal:

524/ Centro - Juiz de Fora. CEP: 36013-971

Sinopse

No vídeo "Beyoncé ERROU em BLACK IS KING???", Maristela Rosa discute a obra "*Black Is King*" de Beyoncé, elogiando sua representação positiva da cultura negra e africana.

Questões raciais encontradas

Identidade e pertencimento, representatividade negra.

Fonte: Elaborado pela autora

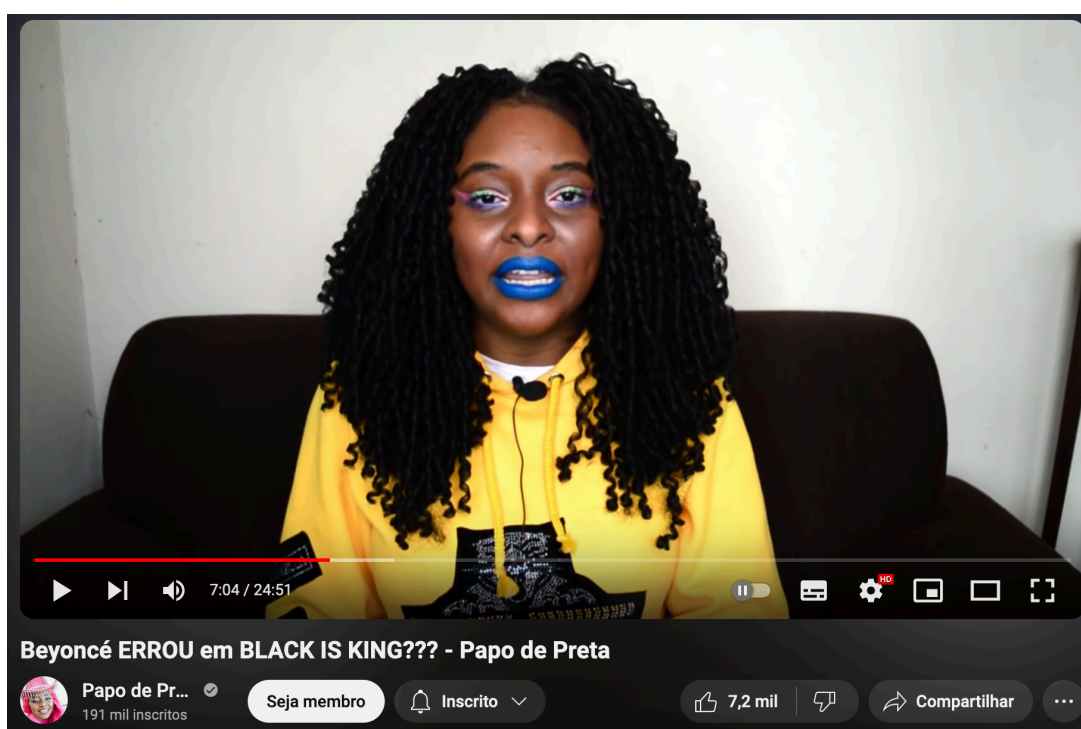
Maristela Rosa, vestida com cores vibrantes, começa o vídeo expressando entusiasmo pelo tema, pois gostaria muito de gravar o vídeo com Nathália, mas não puderam gravar juntas por causa da pandemia. Ela destaca, em seguida, a relevância e profundidade de "*Black Is King*", a mais recente obra de Beyoncé no cinema. Ela discute o histórico de Beyoncé como uma artista comprometida com questões raciais e sociais, preparando o terreno para a análise de "*Black Is King*" e contextualizando o álbum "*The Lion King: The Gift*" como inspiração para o filme.

A análise se aprofunda nos paralelos entre a jornada de Simba em "O Rei Leão" e a experiência da população negra, destacando como Beyoncé utiliza a narrativa do filme para transmitir mensagens de resiliência, identidade e pertencimento. Maristela aborda as críticas sobre a narrativa de "descendentes de reis e rainhas", discutindo os aspectos positivos e negativos dessa abordagem, e examina a ostentação presente no filme e sua relação com a ancestralidade e identidade negra.

Ela enfatiza a colaboração de diversos artistas negros na criação de "*Black Is King*", destacando a importância da representatividade e diversidade de vozes, e aponta como o filme é um esforço conjunto para celebrar e amplificar a cultura africana e a diáspora negra. Além disso, explora os elementos visuais, musicais e narrativos que celebram e homenageiam a cultura africana em suas diversas formas, ressaltando a importância de representações positivas e autênticas da diáspora africana na mídia *mainstream*.

Maristela conclui o vídeo convidando os internautas a refletirem sobre suas próprias interpretações e experiências com “*Black Is King*” e encoraja o diálogo e a troca de ideias sobre a obra e seu impacto na comunidade negra e na sociedade como um todo.

Figura 20 – Frame do vídeo: “Beyoncé ERROU em BLACK IS KING???”



Fonte: YouTube. 2020. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=rmWpiHppeXk>. Acesso em 15 dez. 2022.

4.3 Gráficos nuvem de palavras “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta”

Os gráficos a seguir foram gerados após transcrição dos vídeos por meio do *software* “Atlas.ti”, com foco na frequência a partir de três repetições de substantivos, verbos, adjetivos e advérbios, excluindo-se caracteres únicos e de conexão textual.

Gráfico 2 – Nuvem de palavras “Gabi Oliveira”

Ao comparar essa nuvem de palavras com as análises anteriores dos vídeos do canal, é possível identificar as principais temáticas e abordagens de Gabi Oliveira.

A presença destacada de termos como “pessoa”, “gente”, “negra”, “branca”, “pele”, “pessoas”, “negro”, “negras”, “racismo”, “população”, “crianças”, “mulher”, “questão” e “vídeo” indica que Gabi Oliveira aborda de maneira abrangente temas relacionados à identidade racial, racismo estrutural e colorismo. Esses tópicos são recorrentes em seus vídeos, onde Gabi explora como o racismo e o colorismo afetam a vida das pessoas negras no Brasil. Ela frequentemente discute como o racismo varia conforme o tom de pele, com pessoas de pele mais escura sofrendo mais discriminação e exclusão social.

A palavra “cotas” aparece na nuvem, refletindo as discussões de Gabi sobre políticas públicas e a importância das cotas raciais como medida de reparação histórica. Ela critica o uso oportunista das cotas por pessoas que não enfrentam o mesmo nível de discriminação que as pessoas negras retintas, defendendo que as cotas devem ser aplicadas a quem realmente sofre com a exclusão racial.

Outro tema relevante é a autoestima e a valorização da estética negra, evidenciado por termos como “cremes”, “clareamento”, “autoestima”, “valorização”, “orgulho” e “beleza”. Gabi critica o uso de produtos de clareamento de pele e outras formas de mutilação estética, promovendo a autovalorização entre pessoas negras e combatendo o auto ódio. Ela compartilha suas próprias experiências com racismo e desafios profissionais, proporcionando um relato autêntico e pessoal que fortalece sua conexão com o público.

A presença de palavras como “adoção”, “processos”, “documentação”, “advogado” e “curso” sugere que Gabi também discute questões relacionadas ao processo de adoção, destacando a importância de considerar questões de raça e preconceito religioso. Ela compartilha sua jornada no processo de habilitação para adoção, sublinhando a necessidade de um ambiente acolhedor e inclusivo para todas as crianças, independentemente de sua raça ou religião.

A nuvem de palavras também destaca o engajamento de Gabi com a comunidade, refletido em termos como “comentários”, “compartilhar”, “conversar”, “galera”, “live” e “plataforma”. Gabi convida seus internautas a refletirem e participarem das discussões, criando um espaço interativo onde a audiência pode se engajar ativamente.

Beyoncé	Média	Representatividade cultural
Racismo	Média	Discriminação racial
Músico	Média	Cultura e artes
História	Média	Análise crítica social
Inclusivo	Média	Inclusão e Diversidade
Criança	Média	Juventude e Desenvolvimento
Empoderamento	Média	Representatividade e Poder

Fonte: Elaborado pela autora

Analisando essa nuvem de palavras em conjunto com as análises previamente feitas dos vídeos do canal, é possível identificar alguns padrões e focos centrais de seus conteúdos.

As palavras mais frequentes como “pessoa”, “negro”, “gente”, “filmar”, “canal”, “música”, “Beyoncé”, “Ludmila”, “Babu”, “ator”, “artista”, “cultura”, “africano”, “ancestralidade”, “africanar”, “identidade”, “ancestral”, “beleza” e “orgulho” indicam uma ênfase na representatividade negra e na valorização da cultura negra. As *youtubers* frequentemente discutem figuras culturais importantes, destacando suas trajetórias e contribuições para a cultura brasileira, bem como os desafios enfrentados por esses artistas negros.

Além disso, termos como “racismo”, “racista”, “colorismo”, “branquitude” e “discriminação” sugerem uma discussão contínua sobre as diversas formas de racismo enfrentadas pela comunidade negra. O colorismo é um tema recorrente, como evidenciado pelas palavras “preto”, “branco”, “escuro” e “colorismo”. Maristela Rosa e Natália Romualdo discutem as divisões internas dentro da comunidade negra e as rivalidades causadas pelo colorismo, destacando a inclusão de negros de pele clara na luta contra o racismo.

A abordagem crítica e analítica do canal é evidenciada por palavras como “crítica”, “discussão”, “questão”, “análise”, “problemático”, “inclusão”, “importante”, “representar” e “genocídio”. O canal frequentemente aborda o racismo estrutural e suas manifestações na sociedade brasileira, incluindo a violência policial e o genocídio negro. Esse enfoque é visto nas análises de filmes e novelas com cunho racista e na crítica à novela “O Segundo Sol”.

Experiências pessoais e relatos autênticos são uma marca do canal, refletidas em termos como “contar”, “história”, “vida”, “experiência”, “pessoal”, “desafio”, “superar” e “trajetória”. As *youtubers* compartilham essas experiências para ilustrar pontos sobre racismo,

discriminação e a importância da autoestima e autovalorização entre pessoas negras, fortalecendo a conexão com seu público.

O engajamento da comunidade é um aspecto importante do canal, como indicado por palavras como “assistir”, “inscrever”, “compartilhar”, “comentar”, “participar”, “seguir” e “apoiar”. As *youtubers* incentivam a participação ativa da audiência, criando um senso de comunidade virtual que se apoia e se fortalece mutuamente.

Ademais, o estilo crítico e direto das *youtubers* é refletido nas palavras “crítica”, “análise”, “discutir” e “direto”, destacando a abordagem analítica das *youtubers* em relação às representações da mídia e às questões raciais. Maristela Rosa, em particular, adota um tom ácido e direto, apontando falhas e inconsistências nas representações da mídia.

4.4 Análise dos vídeos: aportes metodológicos e teóricos

A análise netnográfica desafia o pesquisador a perceber as comunidades virtuais como fenômenos culturais em profundidade, no sentido de entender sobre o que falam, como se sentem, que limitações experimentam, como se expressam e como veem a sociedade em que estão inseridos. A percepção dessas nuances se concretiza por meio do olhar do pesquisador, que deve estar amparado por aportes teóricos e técnicos.

Os vídeos abordam temas sensíveis a ambas as comunidades, retratam, por meio de depoimentos e relatos pessoais, as dores, estigmas e percalços que enfrentam cotidianamente por serem negras retintas. Um dos traços comuns a todos os vídeos analisados é a mobilização pela mudança, a crença inabalável de que suas falas inspiram autoestima e autovalorização pessoal da audiência.

As *youtubers* Gabi Oliveira, Maristela Rosa e Natália Romualdo, de acordo com a minha percepção, são mulheres negras conscientes de seu papel na plataforma como formadoras de opinião, mas conscientes também do seu papel no mundo acadêmico e no ativismo social. Elas revelam ter estudado bastante sobre negritude e a história negra no Brasil e no mundo. Citam colorismo, o mito da democracia racial (Freyre, 2003) e o criticam veementemente, assim como Guimarães (2012) e Souza (2021), racismo estrutural (Almeida, 2018 e Sodré, 2023) e o racismo tal qual como definido por Memmi (1982) e Guimarães (2012).

Gabi Oliveira frequentemente realiza críticas detalhadas a outros influenciadores e conteúdos da mídia. Um exemplo notável é a crítica ao canal de Livia Zaruty, onde ela discute a perpetuação de estereótipos negativos e a defesa do mito da democracia racial. A análise é profunda e embasada em exemplos históricos e pessoais, abordando como essas narrativas impactam negativamente a percepção e o tratamento das pessoas negras. Gabi explora o conceito de colorismo, importando discussões dos Estados Unidos para contextualizar a realidade brasileira. Ela destaca como o racismo varia conforme o tom de pele, com pessoas de pele mais escura sofrendo mais. Utiliza exemplos familiares e pessoais para ilustrar as dinâmicas do colorismo, destacando que, embora pessoas de pele clara também sofram racismo, a intensidade e a frequência podem variar.

Além disso, Gabi aborda como a identidade racial é percebida no Brasil, criticando o uso oportunista das cotas raciais por pessoas que não enfrentam o mesmo nível de discriminação que pessoas negras retintas. Ela defende que as cotas são uma medida de reparação histórica e devem ser aplicadas a quem realmente sofre com a exclusão racial. A youtuber enfatiza a importância da autoestima e da valorização da estética negra, combatendo o auto ódio e promovendo a autovalorização entre pessoas negras. Discute também o impacto de produtos de clareamento de pele e outras formas de mutilação estética, criticando a pressão para se adequar a padrões de beleza eurocêntricos.

Gabi também compartilha suas próprias experiências com racismo e desafios profissionais, proporcionando um relato autêntico e pessoal que fortalece sua conexão com o público. Exemplo disso é sua experiência com maquiagem e iluminação inadequadas no início de sua carreira no YouTube e na publicidade. Seus vídeos são bem organizados, com uma narrativa clara e lógica. Ela utiliza muitos exemplos e estatísticas para embasar seus argumentos. Gabi frequentemente fala sobre suas próprias vivências, tornando o conteúdo mais acessível e pessoal. Gabi convida seus internautas a refletirem e participarem das discussões, criando um espaço interativo.

No canal “Papo de Preta”, a representatividade na mídia é um tema recorrente. O canal analisa a representação de pessoas negras em filmes, novelas e outras produções culturais, destacando estereótipos negativos e a falta de representatividade. Exemplo disso é a crítica à novela “O Segundo Sol”, que, apesar de ser ambientada na Bahia, tinha um elenco majoritariamente branco. Maristela Rosa aborda o colorismo, defendendo a inclusão de negros de pele clara na luta contra o racismo e criticando a desinformação e rivalidades dentro da

comunidade negra. Discutem a problemática de figuras como Rayza Nicácio, uma influenciadora negra de pele clara, que enfrenta críticas por sua representatividade.

O canal também faz análises detalhadas de figuras culturais negras, como Ludmilla e Babu Santana, discutindo suas trajetórias, desafios e contribuições para a cultura brasileira. Estas análises destacam as barreiras enfrentadas por artistas negros e como eles superam essas dificuldades. “Papó de Preta” frequentemente aborda o racismo estrutural e suas manifestações na sociedade brasileira, incluindo violência policial e genocídio negro. A discussão é ampliada para a representatividade e inclusão em várias esferas da vida pública, como universidades e empresas. Tal como Gabi, o canal promove a valorização da estética e cultura negra, incentivando a autoaceitação e o orgulho racial. Enfatizam a importância de representações positivas e autênticas da diáspora africana na mídia.

O estilo do canal “Papó de Preta” pode ser mais crítico e direto, especialmente nos vídeos que Maristela Rosa apresenta, ela não hesita em apontar falhas e inconsistências nas representações da mídia. Os vídeos fazem análises detalhadas e contextualizadas das figuras culturais e produções midiáticas, fornecendo um panorama abrangente das questões abordadas. As *youtubers* incentivam a participação ativa da audiência, pedindo comentários, inscrições e compartilhamentos, criando uma comunidade engajada.

Igualmente, pude perceber que os dois canais retratam verdadeiras comunidades virtuais que formam laços de confiança que se mantêm (Costa, 2005). Isso é evidenciado pelo conteúdo íntimo (a respeito de seus corpos, estigmas sofridos, performances laborais subavaliadas, relacionamentos) compartilhado pelas *youtubers*, depoimentos que chocam, emocionam e fazem pensar, mas requerem a contrapartida da confiança; minha impressão como pesquisadora é de que esses relatos, por mais que provoquem dor, são ferramentas de luta contra-hegemônica (Sodré, 2005), de autodefinição (Collins, 2016) e afirmação da subjetividade negra de acordo com que ensina Stuart Hall (2003).

Elas têm orgulho dos canais que construíram e demonstram acolhimento aos membros, sendo esses canais verdadeiros lugares seguros, como preceitua Collins (2019b). No mesmo sentido, os canais não deixam de ser comunidades virtuais, uma vez que ocupam o ciberespaço em processo mútuo de cooperação e troca (Lévy, 1999), em torno de discussões sobre políticas públicas e denúncias sociais de forma reticular, a envolver todo um ecossistema de ações individuais, sistêmicas, institucionais e políticas em interconexão (Di Felice, 2013).

As *youtubers* consideram-se minorias segundo o que prescreve Rocha (1996, p. 285): “qualificação jurídica e grupos contemplados ou aceitos com um menor cabedal de direitos” e nos moldes indicados por Muniz Sodré (2005): falam sobre inferioridade, vulnerabilidade, identidades em transformação, luta contra-hegemônica, militância, responsabilidade social e estratégias discursivas para inspirar e fortalecer suas comunidades.

No entanto, pude notar, no conjunto de vídeos analisados, que há rupturas e preconceitos dentro da própria comunidade negra quanto aos negros que têm a pele mais clara, o chamado colorismo. Isso acontece em ambos canais em resposta a outras influencers: no vídeo sobre Livia Zaruty no canal “Gabi Oliveira” e no vídeo sobre Rayza Nicácio no canal “Papo de Preta”.

O fato de a sociedade brasileira tratar com “menos preconceito” os negros de pele mais clara, conforme discutem Glenn (2019) e Nogueira (2006), é articulado extensivamente pelos dois canais. Pude observar que todos os vídeos deixam transparecer o sofrimento que impõem os estigmas sociais. Há menções explícitas aos estigmas e estereótipos; e como os atributos negativos atribuídos aos negros causam sua marginalização pela sociedade e denotam inferioridade, tal qual afirmam Goffman (2004) e Lippmann (2008).

A reprovação de que trata Goffman (2004) é descrita nos vídeos nos relatos que envolvem relações de trabalho marcadas pelo racismo institucional, além da sensação limitada de ascensão negra, que encontra barreiras quase intransponíveis enraizadas no preconceito e desigualdade de relações sociais. É o que Gabi Oliveira narra ao descrever suas experiências profissionais no ramo artístico. Os estigmas percebidos por elas nesses vídeos também perpassam pelos seus corpos e feições.

Como afirma Gomes (2019), a desvalorização das características físicas dos indivíduos negros impacta diretamente na construção de suas identidades; segundo minhas impressões, para as *youtubers*, o corpo negro e a pele negra não se adequam às expectativas da sociedade, então, estão sujeitos a serem ignorados e marginalizados, pois “quanto mais preta é a cor da pele e mais crespo é o cabelo, mais as pessoas que possuem tais características são desvalorizadas e ensinadas a desvalorizar, não só esteticamente, mas também enquanto seres humanos” (Gomes, 2019, p. 19).

Os estereótipos são capazes de perturbar a ordem social e causar prejuízos à autoestima. Os danos sofridos por essas comunidades pelos estigmas que carregam têm fundamento na violência simbólica de Bourdieu (2004), em que as experiências culturais e cognitivas percebidas como desabonadoras tornam-se parte das relações em sociedade (até mesmo para os

membros de grupos minoritários) e integram as práticas socialmente aceitáveis de comportamentos e relacionamentos interpessoais.

Os aspectos identitários que conectam as vozes ouvidas nos vídeos de ambos canais são nítidos, são colocados à prova no convívio social e na exposição pública, para que possam ser reconhecidas pelo Outro, numa relação de alteridade, pois

A relação entre sujeitos tem a diferença como marca constitutiva e que se traduz em diversidade e pluralidade, elementos que não adjetivam a relação, mas que se constituem em substantividade mobilizadora e formatadora do ser sujeito” (Carbonari, 2007, p. 177).

As análises dos gráficos de nuvem de palavras dos vídeos dos canais “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta” confirmam as análises anteriores sobre a ênfase na representatividade negra, discussões sobre racismo e colorismo, e a valorização da cultura negra. Gabi Oliveira utiliza sua plataforma para compartilhar experiências pessoais, realizar análises críticas e engajar ativamente sua comunidade, abordando questões complexas e sensíveis de forma didática e acessível, promovendo a autoestima e autovalorização entre pessoas negras e criticando as estruturas racistas da sociedade. Da mesma forma, as *youtubers* Maristela Rosa e Natália Romualdo, do canal “Papo de Preta”, utilizam suas plataformas para compartilhar experiências pessoais, realizar análises críticas de figuras culturais e produções midiáticas, e engajar ativamente sua comunidade. Elas também promovem a autoestima e autovalorização entre pessoas negras, enquanto criticam as estruturas racistas da sociedade.

Minhas impressões são de que os vídeos fazem denúncias sociais por meio de depoimentos e diálogos fundamentados em suas identidades, sem deixar de fortalecer e enaltecer sua audiência. Sob o respaldo da netnografia, pude perceber que ao assistir todos os vídeos dos dois canais e os acompanhar por quatro anos, minha percepção sobre a comunidade negra se aprofundou, percebo que hoje posso compreender suas lutas de forma mais concreta.

4.5 Análise de conteúdo

A Análise de Conteúdo é uma técnica de análise de comunicações que foi consolidada nos Estados Unidos na primeira metade do século XX e teve seu impulso durante a Segunda

Guerra Mundial, quando parte das pesquisas com este método foram usadas pelo governo americano com o objetivo de identificar propaganda subversiva (Fonseca Júnior, 2010).

A AC permite compreender o significado além do conteúdo escrito ou dito e é definida por Bardin (2011) como um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas para descrever o conteúdo de mensagens, obtendo indicadores que permitam inferir conhecimento sobre as condições de produção e recepção dessas mensagens.

A metodologia da AC pode ser empregada tanto em sede de pesquisas qualitativas, quanto quantitativas e requer uma leitura atenta do material a ser analisado. Ela é amplamente utilizada em diversas áreas, incluindo sociologia, ciências da comunicação e psicologia, e pode ser aplicada a domínios linguísticos (escritos ou orais), icônicos (sinais, grafismos, filmes, fotografias, imagens, etc) ou a outros códigos semióticos (tudo o que não é linguístico, mas pode ser portador de significações (Bardin, 2011).

De acordo com Bardin (2011), a Análise de Conteúdo é composta por cinco etapas: a organização da análise, a codificação, a categorização, a inferência e o tratamento informático.

A primeira etapa, a organização da análise, é composta pela por três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. É importante ressaltar que a pré-análise, ainda segundo Bardin (2011), consiste em passos importantes para garantir a clareza, objetividade e confiabilidade dos resultados. São três as missões da pré-análise: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (Bardin, 2011, p. 124).

A primeira atividade da pré-análise é estabelecer contato com os documentos por meio de uma “leitura flutuante” para escolher o tema e o referencial teórico. Em seguida, o *corpus* é definido. A escolha dos documentos deve seguir as regras: da exaustividade, que reza que uma vez definido o *corpus*, todos os elementos relativos a esse conjunto de documentos deve ser levado em consideração para a análise; da representatividade, que diz respeito à possibilidade de realizar a AC dentro de uma amostra que representa o universo do *corpus*; da homogeneidade, que explicita que os documentos selecionados devem ser homogêneos, ou seja, devem obedecer aos critérios pré-selecionados e por último, a regra da pertinência, que preconiza a adequação dos documentos retidos aos objetivos da análise (Bardin, 2011).

Depois, é feita a formulação das hipóteses e objetivos. Por fim, há a referenciação dos índices e os indicadores são elaborados para a interpretação, a partir das hipóteses definidas. Nessa parte, os resultados brutos são analisados e transformados em informações significativas

e válidas, que podem requerer análises estatísticas. A partir da elaboração dos indicadores o analista pode executar um pré-teste de análise. Por último há a preparação do material, ou seja, a organização do material em tabelas ou fichas e mesmo em *softwares*. (Bardin, 2011).

Depois da organização da análise, parte-se para a segunda etapa da AC de Bardin (2011), a codificação. Essa etapa é realizada a partir da seleção de unidades de análise, que são frases, palavras ou conjuntos de palavras que representam os significados relevantes do material, é o tratamento do material:

Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices (Bardin, 2011, p. 133).

A partir disso, o analista aplica as categorias e subcategorias previamente definidas, classificando o material de acordo com elas. Fonseca Júnior (2010) destaca que a codificação é importante para agrupar e organizar o material coletado, tornando mais fácil sua análise. Além disso, permite a identificação de padrões e tendências nos dados, o que é fundamental para a interpretação dos resultados.

Já a categorização é uma operação de classificação de elementos por diferenciação e reagrupamento, de acordo com critérios previamente definidos, como semântico, sintático, léxico ou expressivo. A categorização é composta de duas etapas: inventário e classificação. O inventário consiste em identificar os elementos, enquanto a classificação consiste em agrupar os elementos de acordo com suas características semelhantes.

De acordo com Bardin (2011), os princípios da categorização na análise de conteúdo incluem exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade, e produtividade. A exclusão mútua significa que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão, ou seja, cada item deve ser categorizado apenas uma vez. A homogeneidade requer que um único princípio de classificação deve governar a organização das categorias, o que garante consistência e coesão ao sistema. A pertinência indica que o sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação, de forma a responder às questões e objetivos da análise. A objetividade e a fidelidade sugerem que as diferentes partes de um mesmo material devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises, garantindo a precisão e a confiabilidade dos resultados. Por fim, a produtividade é o princípio que garante

que o conjunto de categorias deve fornecer resultados férteis, permitindo a inferência de novos dados e hipóteses a partir dos resultados obtidos.

A quarta etapa da AC é a da inferência. A inferência na análise de conteúdo se refere ao processo de extração de informações adicionais (implícitas) a partir de uma mensagem. A AC pode se concentrar em diferentes aspectos da mensagem, como o emissor, o receptor, a mensagem em si e o canal de comunicação. O objetivo é fornecer uma compreensão mais profunda da mensagem e das intenções do emissor.

Por derradeiro, Bardin (2011) aborda o uso do computador como possível etapa da análise de conteúdo. O uso de *softwares* na AC pode amparar o analista na análise estatística, classificação, reorganização e transformação de dados, sendo útil também em estudos e descobertas, permitindo ter uma visão geral de grandes quantidades de material de análise (Fonseca Júnior, 2010).

4.5.1 Etapas de análise

Para a melhor organização e visualização da análise, as etapas foram descritas conforme a tabela abaixo:

Tabela 14 – Etapas da Análise de Conteúdo dos comentários de vídeos dos canais “Gabi Oliveira e “Papo de Preta”

Pré-análise	Escolha do documento	Comentários produzidos por pessoas negras em vídeos dos canais “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta” hospedados no YouTube.
	Técnicas	Observação e documentação virtual.
	Período de análise	Data da publicação de cada um dos 10 vídeos.
	Formulação dos objetivos e hipóteses	O – Identificar como interagem as pessoas negras que comentam nos vídeos segundo os quesitos: laços comunitários e identidade.

		H1 – Os comentários funcionam como alicerce de sustentação do engajamento coletivo e de consciência racial;
		H2 – Os marcadores de identidade revelam coesão de comunidade e identificação com temas raciais.
	Indicadores: termos e frases	“dor”, “racismo”, “humilhação”, “estigma” e “baixa autoestima”, “fenótipo”, “pardo” “colorismo”, “movimento negro”, “estereótipo”, “pele”, “rosto”, “corpo”, “discriminação”, “preconceito”, “orgulho”, “resistência”, “eu me identifico”, “isso acontece comigo também”, “isso me representa”, “comunidade”, “união” e “solidariedade”.
Exploração do material: Codificação	Unidade de registro	O tema.
	Categorização	Semântica.
Inferências e interpretações	Reflexões a partir das teorias sobre identidade, laços comunitários, racismo, colorismo, estigma e estereótipos	Compreensão de como a interação dos comentários com os vídeos deixa transparecer aspectos identitários de coesão de grupo.
	Subjetividade e percepção da pesquisadora	

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Bardin (2011)

Na análise de conteúdo dos comentários dos vídeos dos canais “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta”, o processo é composto por diversas etapas que visam aprofundar a compreensão das identidades e dos laços comunitários em jogo nesses espaços digitais.

Na pré-análise, a escolha dos documentos – os comentários – é determinante. Esses comentários são o reflexo das percepções, opiniões e reações dos internautas aos conteúdos dos vídeos. Utilizando técnicas como observação, documentação virtual e o software de análise qualitativa de dados “Atlas.ti” é possível coletar e organizar esse material de forma sistemática. Além disso, o período de análise, determinado pela data de publicação de cada vídeo, permite contextualizar os comentários dentro do tempo e espaço em que foram produzidos.

A formulação dos objetivos e hipóteses orienta o foco da análise, ajudando a direcionar a investigação para aspectos específicos. No caso dessa análise, o objetivo é compreender como as pessoas interagem nos comentários, especialmente em relação aos relatos identitários e aos laços comunitários. As hipóteses, por sua vez, levantam questões sobre o papel dos comentários no fortalecimento de laços comunitários e na conscientização identitária racial.

Os indicadores guiam a análise propriamente dita. Ao analisar os comentários identitários e os laços comunitários presentes nos vídeos selecionados, é possível identificar padrões, tendências e nuances nas interações dos usuários por meio dos termos e frases indicados na tabela.

Na exploração do material, os comentários são tratados como unidades de análise, sendo categorizados semanticamente, isso possibilita uma compreensão mais profunda das diferentes perspectivas e temas identitários e laços comunitários abordados pelos internautas nos comentários. Assim, as categorias que foram criadas na tentativa de responder à pergunta de pesquisa são: “relatos identitários” e “fortalecimento de laços comunitários”. A categoria de relatos identitários foi subdividida em: “autoafirmação”, “baixa autoestima”, “colorismo” e “identificação”.

As inferências e interpretações são fundamentadas nos aportes teóricos tratados nos capítulos anteriores, como aquelas relacionadas ao racismo, identidade, laços comunitários, colorismo, negritude, cultura da participação, redes sociais, estigma e estereótipos. Essas teorias fornecem um arcabouço conceitual sólido para analisar e interpretar os dados coletados, permitindo uma compreensão mais abrangente das interações identitárias presentes nos comentários.

Por fim, a subjetividade e percepção da pesquisadora desempenham um papel importante ao longo de todo o processo. Elas podem enriquecer a análise com *insights* pessoais, reflexões contextuais e perspectivas adicionais, contribuindo para uma compreensão mais rica e completa do fenômeno em estudo.

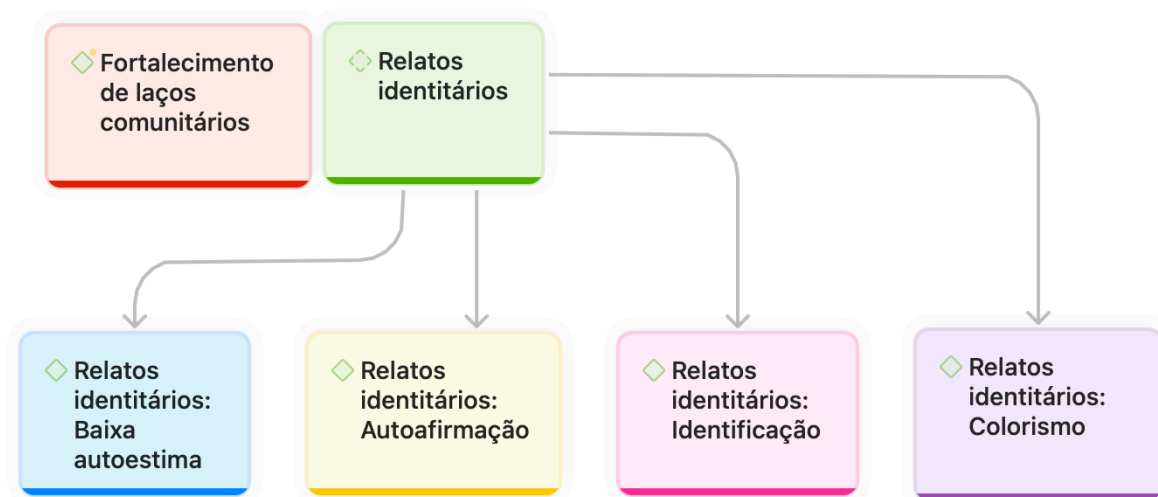
Essas etapas combinadas fornecem uma estrutura sólida para a análise de conteúdo dos comentários dos vídeos dos canais “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta”, possibilitando uma compreensão aprofundada das dinâmicas de interação e identidade presentes nessas comunidades virtuais.

4.5.2 Análise do *corpus*

Para entender se as comunidades virtuais de pessoas negras no YouTube funcionam como microcosmos de fortalecimento de identidade para indivíduos negros que postam comentários nos vídeos, foi necessário analisar o conteúdo desses comentários e compreender como as manifestações identitárias ocorrem nos vídeos selecionados.

Para a pesquisa, os comentários foram classificados em duas grandes categorias: “relatos identitários” e “fortalecimento de laços comunitários”. A categoria de relatos identitários foi subdividida em quatro subcategorias: “baixa autoestima”, “colorismo”, “autoafirmação” e “identificação”, conforme ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Categorias de análise



Fonte: Elaborado pela autora

Como mencionado no capítulo anterior, foram analisados 10 vídeos que, ao final da coleta de dados em dezembro de 2022, contavam com 32.718 comentários. Desta forma, esta

pesquisa procurou trabalhar com uma amostra representativa dos comentários, considerando para análise os comentários do dia da postagem de cada vídeo. Isso se deve ao fato de que os inscritos nos canais recebem notificações⁹² sobre novos vídeos, resultando em um volume maior de comentários no dia do envio dos vídeos à plataforma. Assim, o *corpus* final para esta análise compreende 2.630 comentários, sendo 2.078 do canal “Gabi Oliveira” e 552 do canal “Papo de Preta”.

Da análise total, foram categorizados 176 comentários: 66 na categoria de “Fortalecimento de laços comunitários”, e 110 na categoria de “Relatos identitários”. A tabela a seguir mostra a quantidade de comentários organizados por vídeo e em cada categoria e apresenta o total geral.

Tabela 15 – Distribuição de categorias entre os vídeos de “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta”

	● ◆ Fortalecimento de laços comunitários 66	● ◆ Relatos identitários 110	Totais
1 Vídeo 1 - Gabi Oliveira 59	24	32	56
2 Vídeo 2 - Gabi Oliveira 84	24	58	82
3 Vídeo 3 - Gabi Oliveira 7	5	2	7
4 Vídeo 4 - Gabi Oliveira 1		1	1
5 Vídeo 5 - Gabi Oliveira 3	1	2	3
6 Vídeo 1 - Papo de Preta 17	8	9	17
7 Vídeo 2 - Papo de Preta 2	1	1	2
8 Vídeo 3 - Papo de Preta 1	1		1
9 Vídeo 4 - Papo de Preta 0			0
10 Vídeo 5 - Papo de Preta 7	2	5	7
Totais	66	110	176

Fonte: Elaborado pela autora

Dentro de “relatos identitários”, 5 comentários foram classificados na subcategoria de “identificação”, 25 na subcategoria de “baixa autoestima”, 33 na subcategoria de “colorismo”, e 47 na subcategoria de “autoafirmação”, conforme ilustra o gráfico a seguir:

⁹² “As notificações informam sobre novos vídeos, compartilham atualizações das suas inscrições e também conteúdo que pode interessar a você. Vamos enviar e-mails e avisos personalizados nos dispositivos móveis ou notificações na caixa de entrada no seu computador ou dispositivo móvel. Depois de se inscrever, você vai receber notificações personalizadas com os destaques do canal automaticamente. As notificações da caixa de entrada são organizadas por hora, deixando as mais recentes em cima” Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/3382248?sjid=17157965577856242564-SA>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

Gráfico 5 – Número absoluto de comentários por categoria



Fonte: Elaborado pela autora

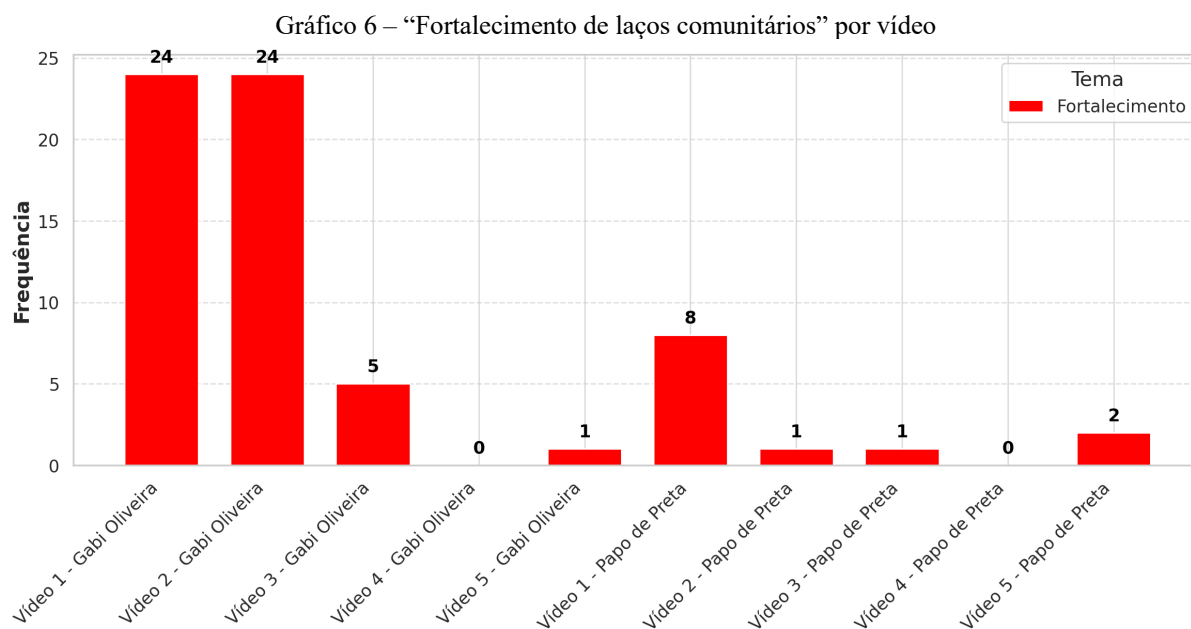
Destaca-se que os 2.454 comentários que não estão inseridos em categorias foram analisados um a um e não têm relação com o problema de pesquisa proposto, portanto não são apresentados como resultado da pesquisa.

A seguir serão apresentadas as categorias e subcategorias em detalhes. Para cada vídeo serão exibidas amostras dos comentários: para os vídeos com cinco ou mais comentários, serão exibidas três amostras, para as categorias com três ou menos comentários, uma amostra e para os vídeos com um comentário, uma amostra.

4.5.2.1 Categorização: fortalecimento de laços comunitários

Nesta categoria, foram compilados comentários que abordam o fortalecimento de laços comunitários negros. Isso inclui incentivos, marcas de resistência e discursos sobre feminismo

negro, visando aferir a coesão das comunidades. Foram categorizados 66 comentários ao longo dos 10 vídeos aqui analisados, conforme demonstra o gráfico a seguir:



Fonte: Elaborado pela autora

Os dois primeiros vídeos do canal “Gabi Oliveira” se destacam com o maior número de ocorrências, 24 cada um, indicando um forte foco nesse tema. Os comentários a seguir são amostras que reforçam a ideia de resistência coletiva e coesão comunitária.

Em comentários do vídeo 1, que trata sobre as declarações polêmicas de Livia Zaruty, internautas afirmam:

O movimento negro deve se unir, e não se atacar. Porque atacados já somos diariamente pela sociedade que nos exclui quanto mais negros somos.

A gente precisa contra-argumentar esses discursos que enfraquecem o movimento negro, sim! Parabéns, Gabi! Vamos levar isso pra 2020 e não deixar que falas como a da Livia sejam ditas, relevadas e não debatidas. Um beijo.

Mulheres negras unidas, chega de críticas na nossa raça.

No vídeo 2, sobre pessoas negras e clareamento de pele, internautas disseram:

Gabi, você é maravilhosa e fico muito feliz de acompanhá-la há muito tempo e a maneira como seu discurso e prática são alinhados. Eu olho para esse vídeo e me dói demais saber de todas essas violências que você passou e passa, ver sua voz embargada e saber que representa a voz de tantas. Buscar compromissos, pactos, novos rumos é fundamental e sua voz ecoa na minha cabeça todos os dias me indicando como posso tentar fortalecer esse futuro melhor possível. Muito obrigada por sua generosidade e afeto.

É muito importante falar sobre isso, apesar de não ser algo tão comum e propagado no Brasil o que temos que fazer é justamente prevenir que isso aconteça e isso é um trabalho psicológico e de fortalecimento. Ter pessoas de pele escura cada vez mais em evidência com certeza faz muita diferença e tbm faz muita falta.

Lembrei daquele vídeo da menina chorando assistindo Black is King da Beyoncé, dizendo “É tudo tão bonito”. Tudo isso contribui muito em mudar a cabeça das pessoas que cresceram ouvindo dizer que eram feias por causa da cor da pele delas. É muito bom ligar a TV e ver a Iza, entrar no metrô e ver um monte de campanha da Salon Line com mulheres negras de cabelo cacheado e crespo. É muito bom ver artistas como a Beyoncé enaltecendo a beleza negra em todos seus trabalhos recentes (vejam Black Is King e vejam o clipe de Brown Skin Girl) e ver artistas negras mais novas entregando excelência artística e ganhando notoriedade (Chloe e Halle, Normani, etc). Enfim, obrigado pelo vídeo, tenho certeza que vai impactar alguma pessoa negra de uma maneira muito importante. Você faz um ótimo trabalho aqui e com seu podcast. Tá brilhando nesse vídeo de tão linda! Obrigado, Gabi.

Os outros vídeos de Gabi Oliveira têm significativamente menos menções, com o vídeo 3, a transmissão ao vivo com outros *youtubers* negras, tendo 5 menções:

Também sou YouTuber negra, e como produtora de conteúdo, vocês não tem noção do tanto que me ajudaram com esta conversa. Tudo tem um começo, e eu vou continuar tentando com o meu canal. Obrigada por compartilharem tantos conhecimentos. 🙌🏾🙌🏾🙌🏾

eu acho q muitos professores tinham q reproduzir esses videos em escolas para o aluno ver o q passa pelo nosso mundo.

Tinha me interessado em assistir o documentário ao ler a Sinopse, agora mais ainda. Obrigada Gabi por sempre trazer temas tão relevantes, que precisam ser olhados, discutidos. Que nos levam a refletir e querer agir para transformá-los.

O vídeo 4, sobre processo de adoção, não têm menções nesta categoria e o vídeo 5, em que Gabi ensina uma receita, apenas 1 menção:

Eu te acompanho a um tempo, e as vezes fico reflexiva acerca dos números de seguidores, eu não tenho dúvidas que vc conquistou esses seguidores um por um, e não tem milhão que explique esse processo. Quem produz conteúdo fundamentado e de forma honesta tende a ter um crescimento mais demorado, ainda mais se tratando de YouTubers negras.

Entre os vídeos de “Papo de Preta”, o vídeo 1 tem o maior número de menções, 8, os vídeos 2 e 3 contam 1 menção cada e vídeo 5 com 2 menções. O vídeo 4 não tem menções nesta categoria. O vídeo 1, que aborda a polêmica com a também *youtuber*, Rayza Nicácio, inclui os seguintes comentários:

Galera, se liga nisso... não vamos nos dividir mais, porém vamos ser assertivos em nossa causa!

Essa atitude acaba enfraquecendo a causa, desarticulando o grupo que é maioria no Brasil. Ou seja, nas publicidades, na política, nos cargos de chefia temos que estampar essa realidade. ❤️👏👏👏👏👏

Também quero ver mulheres negras falando de cabelo, roupa e decoração porque isso também faz parte da minha vida.

O comentário do vídeo 2, sobre filmes e novelas racistas é o seguinte:

a maioria desses historiadores é... branco, e então já viu o que eles vão achar mais importante, né? Falando nisso, como precisamos de mais historiadores, críticos e cineastas negros, especialmente no Brasil, onde a população é 54% negra mas o nosso cinema não reflete essa realidade nem de longe.

O comentário desta categoria no vídeo 3, que trata sobre a cantora Ludmilla, é:

Vídeo muito necessário, vale lembrar que além de mulher negra Lud também é lgbt e periférica ...um exemplo de resistência. Abraços meninas ❤️👊

Segue a amostra do vídeo 5, que discute o filme “*Black is King*”:

A mitologia africana é linda, saber que os orixás são tão parecidos com a gente, que erraram e acertaram nos traz uma tranquilidade de que não somos marcados pelo pecado e desfaz a dicotomia do bem e mal.

Os comentários nos vídeos de “Gabi Oliveira” dão uma maior ênfase ao fortalecimento da comunidade negra nos seus vídeos 1 e 2, enquanto os comentários nos vídeos de “Papo de Preta”, embora também abordem o tema, o fazem de forma menos consistente em comparação.

As amostras de comentários ilustram como os internautas se engajam com o conteúdo dos vídeos, refletindo temas de união, resistência, representação e valorização cultural. Elas demonstram a importância de discutir e celebrar a diversidade dentro da comunidade negra, em aceno ao fortalecimento da negritude.

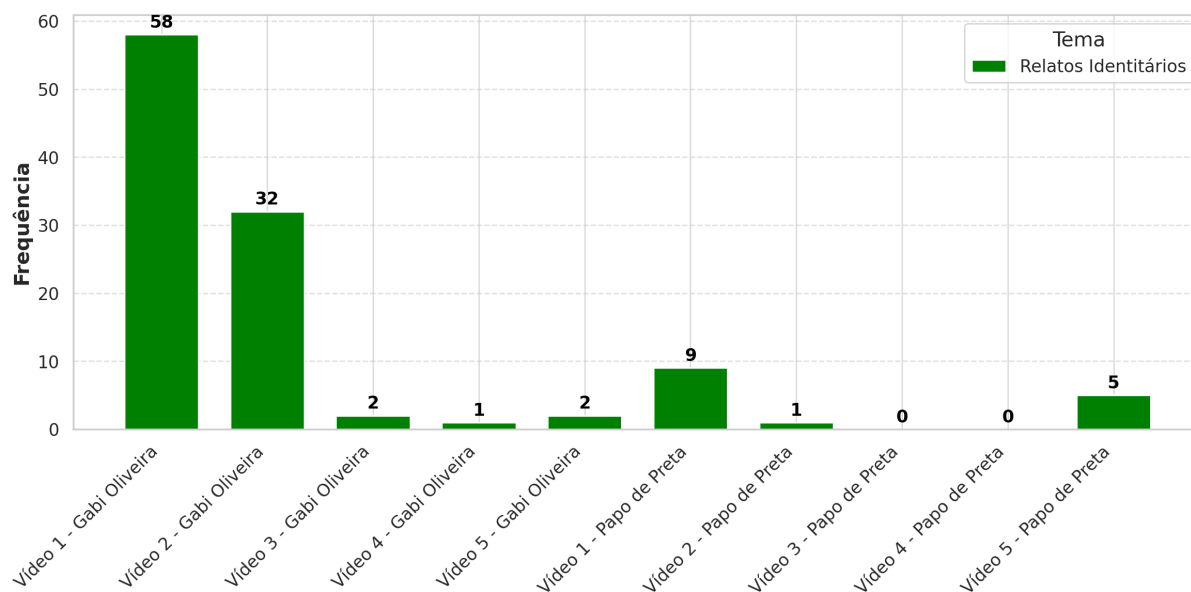
4.5.2.2 Categorização: relatos identitários

Para esta categoria, foram selecionados comentários que revelam trajetórias identitárias pessoais dos internautas negros dos vídeos. Esses relatos incluem experiências íntimas, como vivências de racismo, preconceito, dores, estigmas sofridos, questões de colorismo e manifestações de autoafirmação.

Devido à diversidade dos relatos, eles foram divididos em quatro subcategorias: “baixa autoestima”, “colorismo”, “autoafirmação” e “identificação”.

A categoria “relatos identitários”, em diferentes vídeos de “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta” alcançou 110 ocorrências, conforme ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico 7 – “Relatos identitários” por vídeo



Fonte: Elaborado pela autora

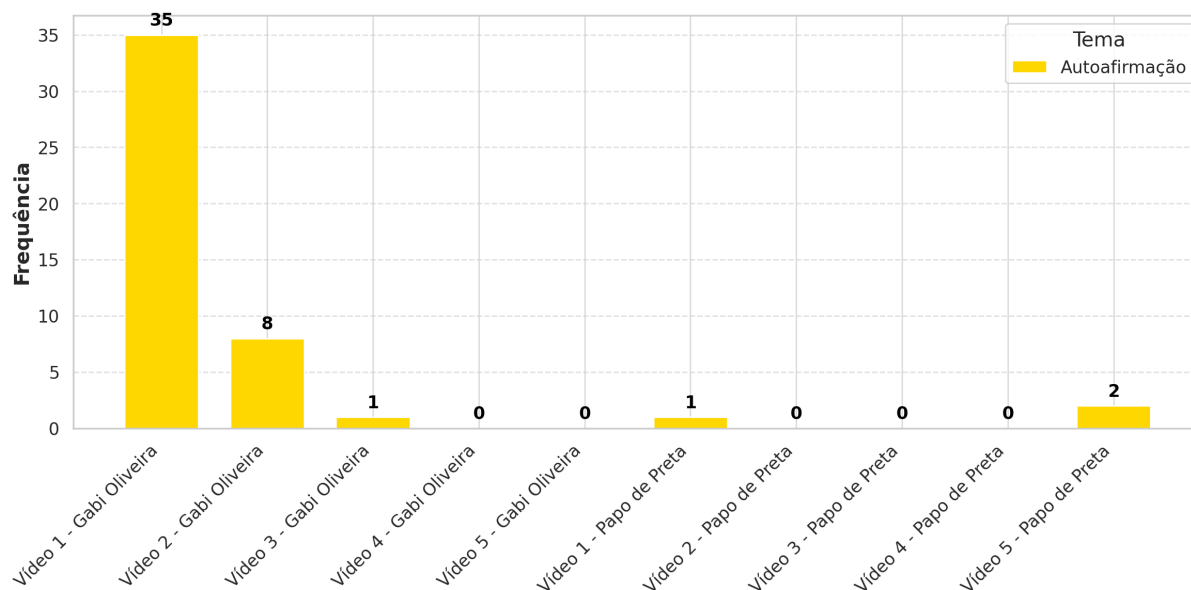
Os vídeos 1 e 2 de “Gabi Oliveira” têm as maiores quantidades de menções, com 32 e 58 respectivamente, indicando um foco significativo neste tema. Os outros vídeos de “Gabi Oliveira” têm um número muito menor de ocorrências, com o vídeo 3 tendo 2 ocorrências, o vídeo 4 apenas 1 ocorrência e o vídeo 5 com 2.

Entre os vídeos de “Papo de Preta”, o vídeo 1 tem o maior número de ocorrências, com 9, seguido pelo vídeo 5 com 5 ocorrências. Os vídeos 2, 3 e 4 têm muito menos ocorrências, com o vídeo 2 tendo 1 ocorrência e os vídeos 3 e 4 não tendo ocorrências nesta categoria. A seguir serão apresentadas as subcategorias estabelecidas para esta categoria.

4.5.2.2.1 Autoafirmação

A subcategoria “autoafirmação” engloba comentários que expressam orgulho em ser negro/negra, identificações categóricas como preto/preta ou pardo/parda e descrição de fenótipos pessoais. São 47 ocorrências distribuídas pelos vídeos analisados, de acordo com o gráfico que se segue:

Gráfico 8 – “Autoafirmação” por vídeo



Fonte: Elaborado pela autora

O vídeo 2 de “Gabi Oliveira” tem o maior número de menções, com 35. O vídeo 1 de “Gabi Oliveira” também apresenta uma quantidade considerável de menções, com 8. Os outros vídeos de Gabi têm um número muito menor de menções, com o vídeo 3 tendo 1 menção e os vídeos 4 e 5 não tendo menções.

Entre os vídeos de “Papo de Preta”, o vídeo 5 tem 2 menções e o vídeo 1 tem uma menção. Os vídeos 2, 3 e 4 não têm ocorrências. Esses dados sugerem que “Gabi Oliveira” ensaja a autoafirmação de maneira mais intensa em seu vídeo 2, enquanto “Papo de Preta” tem uma abordagem que instigou comentários menos frequente sobre o tema.

Para ilustrar tais dados, seguem amostras de comentários. No vídeo 1 de “Gabi Oliveira”, os internautas mencionam:

Sempre me declarei negra, porem confesso que na adolescência tinha um pouco de vergonha da pele retinta, que hoje tenho orgulho, graças a Deus!

Quando finalmente tive orgulho do meu cabelo e traços negros, me deparei com vídeos da Lívia e passei a me sentir mal pois achei q estava exaltando uma negritude errada, apenas por não ter a pele escura. Nunca neguei os “privilégios” por ter um tom de pele mais claro, mas sei que nunca vou ter a mesma aceitação que pessoas brancas, por causa dos meus traços negros. Quero poder reivindicar a minha realidade com muito cuidado e consciência sem precisar passar por cima de ninguém. Te assistir nesse vídeo foi muito gratificante, vc é muito maravilhosa, uma lindeusa. Obrigada de coração!

Tenho 41 anos sempre me identifiquei como preta, fui fazer o cartão de vacina do meu filho falei cor negra/preta a atendente colocou cor parda, pensa em uma raiva.

No vídeo 2 de Gabi, os comentários incluem:

Quando adolescência já ouvi que seria mais bonita se fosse negra “tipo americana” (pele mais clara e traços finos). Hoje amo minha cor e meus traços. Amei o vídeo 🥰❤

Eu tenho 14 anos, e SEMPRE que vou comprar algum creme para cuidar da minha pele sempre tem o “Clareia a pele” lá...deus! Eu passo é longe. Sei o quanto isso é importante e quantas histórias minha pele tem, Vamo se amar meu povo!!!! Ah, me recomendem creme q não machuque a pele pfv.

Na minha adolescência nunca fui ensinada a me amar por ser negra. Sempre estava com a auto estima lá embaixo. Nunca tinha coragem de demonstrar quando gostava de um garoto por medo da rejeição. E quando alguém se interessava por mim, nunca me sentia a altura, se ele fosse branco. Chorava e me sentia a mais feia do grupo de amigas. Na fase adulta usei progressiva para me sentir bonita e ter o cabelo dos sonhos. Tudo ilusão. Hoje abandonei tudo isso. Aprendi a me amar. Quero que a sociedade. Se f**a. Quem quiser gostar de mim, tem que me aceitar pelo que sou, não pela minha aparência. Adeus progressiva. Aprendi a olhar no espelho todo dia e me elogiar. Levanta a auto estima de qualquer uma. Olho minha cor, meus cabelos crespos e me apaixono por mim todos os dias. Isso faz toda a diferença. Sou casada, e meu marido me apoiou na minha transição capilar. Se não apoiasse, faria do mesmo jeito pq fiz por mim.

No vídeo 3 de Gabi Oliveira, um comentário diz:

minha pele negra e forte.

Para o canal “Papo de Preta”, no vídeo 1, o comentário é o seguinte:

Eu sou preta retinta, e vejo como importante esse assunto!

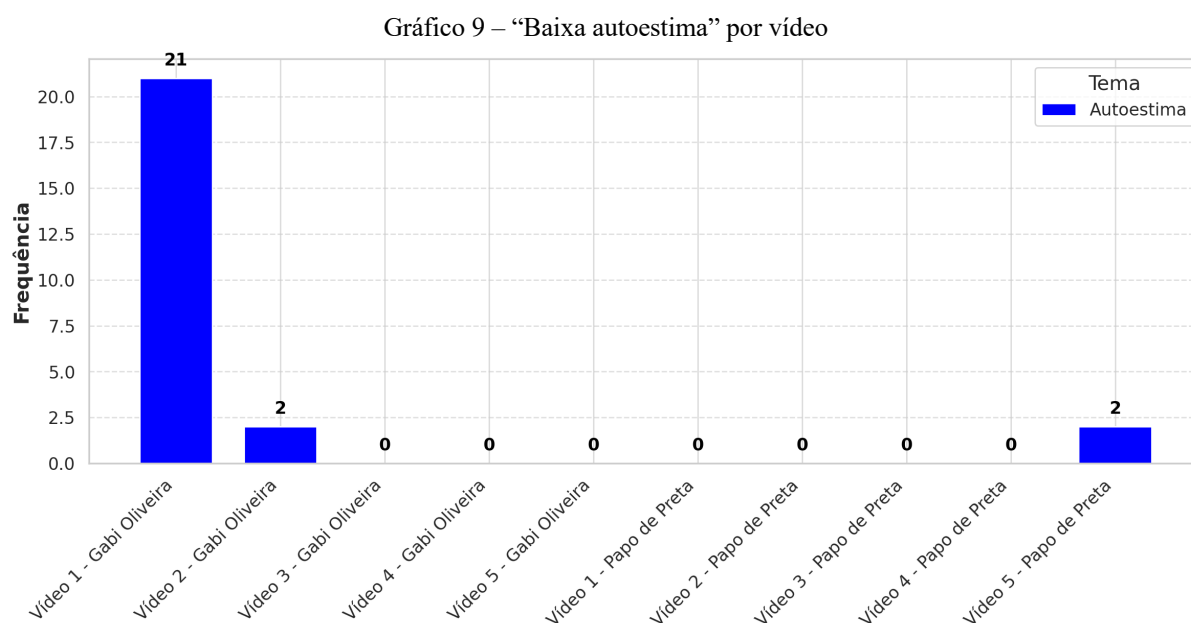
No vídeo 5, outro internauta diz:

eu adoro essas intrusões de outros gênero e com sonoridade trazida dos países africanos. Do The Gift umas das coisas que mais me tocou foi a menção aos orixás, eu sou de umbanda então ver divindades de nações africanas sendo mencionadas foi muito tocante, é como ela diz no filme, o que é negro/preto é associado ao demônio.

As amostras de comentários ilustram como os internautas percebem e se engajam ao redor autoafirmação de suas identidades nos vídeos dos dois canais.

4.5.2.2.2 Baixa autoestima

A subcategoria “baixa autoestima” é composta por comentários que partilham relatos de baixa autoestima e de angústias relacionadas à cor da pele negra. Esses comentários refletem as experiências pessoais dos internautas com a discriminação e o racismo e a internalização de estereótipos negativos que afetam sua percepção de si mesmos. São 25 comentários no total, de acordo com o gráfico a seguir:



Fonte: Elaborado pela autora

O vídeo 2 de Gabi tem o maior número de ocorrências, com 21, indicando que este vídeo gerou muitas discussões sobre baixa autoestima e angústias relacionadas à cor da pele negra. O vídeo 1 de Gabi também apresenta algumas menções, com 2 comentários. Os outros vídeos de Gabi Oliveira (vídeos 3, 4 e 5) não têm menções nesta subcategoria.

Nos vídeos de “Papo de Preta”, apenas o vídeo 5 tem menções, com 2 comentários, enquanto os vídeos 1, 2, 3 e 4 não têm menções.

A amostra do vídeo 1 de “Gabi Oliveira” traz o seguinte comentário:

Eu sempre soube que era negra mas quando me chamavam de morena eu gostava, soava como um elogio.

Já o vídeo 2 de Gabi tem os comentários a seguir como amostras:

vou dar o meu relato: mesmo sendo negra de pele clara, ainda sim quando tinha meus 14, 15 anos procurava em sites asiáticos cremes clareadores de pele. acredito que fazia isso para ser mais aceita pelas pessoas da minha escola, e por meninos que eu gostava que a época eu estudava em escola particular, então essa elite me fazia sentir mal comigo. também foi o período que eu mais fiz escova no meu cabelo, só nunca fiz progressiva, pq só quem tem dermatite seborreica, sabe o quão prejudicial a química no couro cabeludo pode ser.

Triste isso, nossa cor e tão bonita, eu tenho que confessar que eu tenho uma dificuldade em ter auto estima, tenho até auto estima, mas sei lá. Eu sempre tiro foto mais nunca acho legal, mais nunca me submeteria usar esse creme pra embranquecer minha pele. Eu na adolescência eu confesso que queria ser branco igual aqueles meninos Tumblr e até me esfregava de bucha pra tentar ficar claro, era horrível isso.

Bom, eu cresci em uma família não afrocentrada, as crianças com as quais eu brincava eram, na sua maioria, brancas. Essa realidade foi extremamente violenta para a minha formação quanto criança negra. Entre desejos, desde muito novo, de ser comparado com as crianças de pele clara, eu comecei a usar produtos clareadores de pele. Hoje a cor do meu rosto é totalmente diferente da cor do resto do corpo e eu sinto muito arrependimento por tudo isso, embora tenha consciência de que foi resultado do racismo que sofria quando menor. O racismo é cruel demais com crianças negras. Enquanto eu usava esses produtos, meu círculo de “amizade” continuava normal, até que eu resolvi parar de utilizá-los. Desde que parei, já perdi uns cinco “amigos” por atitudes racistas. Ouvi, algumas vezes, que esse não era meu tom de pele e que eu parecia sujo. O RACISMO É CRUEL DEMAIS COM AS CRIANÇAS, E TODAS AS PESSOAS, NEGRAS!

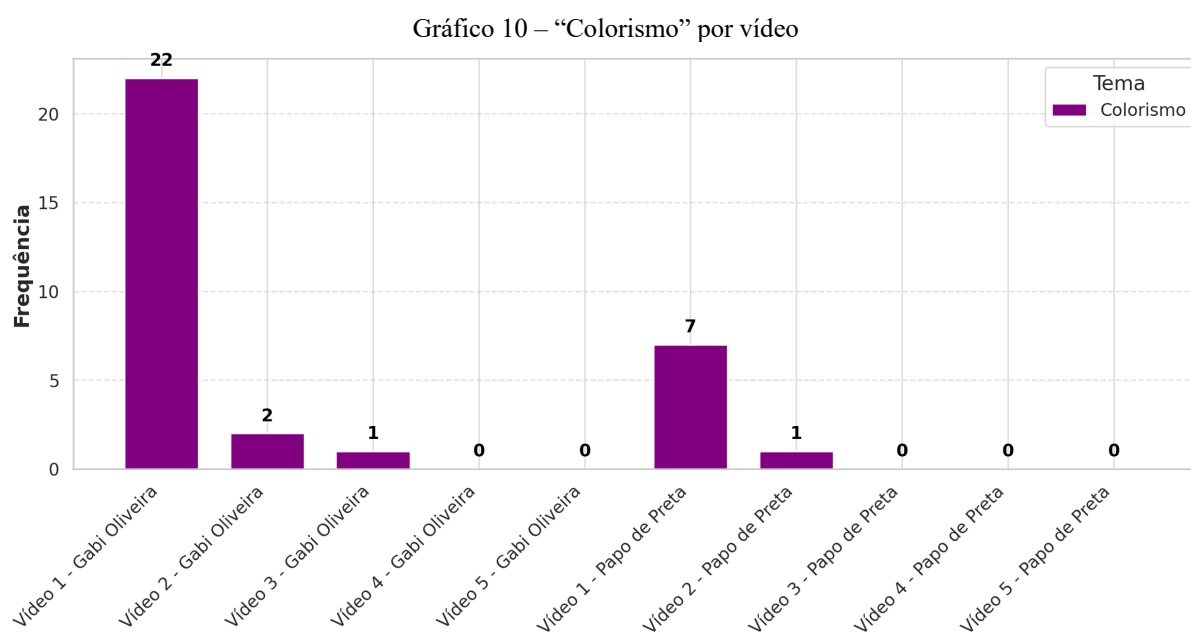
O vídeo 5 de “Papo de Preta” conta com uma amostra de comentário:

Duas partes me pegaram forte na emoção: quando aparece o discurso do Mufasa dizendo que os reis do passado estão olhando por Simba, ao mesmo tempo que a obra diz que todos nós somos reis e rainhas, eu não consegui não pensar em todas as vidas negras que o racismo nos tirou... Foi tão doloroso e poderoso ao mesmo tempo 😞. E em Brown Skin Girl, quando ela canta pra Kelly “You are Beautiful”, pareceu que ela tava cantando pra cada uma de nós, o nó na garganta ficou do tamanho de uma bola de tênis kkkk chorei horrores.

Em linhas gerais, esses comentários destacam as nuances da autoidentificação e os desafios enfrentados ao navegar entre percepções externas e autoaceitação.

4.5.2.2.3 Colorismo

A subcategoria “colorismo” explora os comentários sobre as diferenças entre pessoas negras de pele clara (pardas) e pessoas negras de pele retinta e como isso pode provocar preconceito dentro da própria comunidade negra. São 33 comentários categorizados nesta subcategoria, de acordo com o gráfico a seguir:



Fonte: Elaborado pela autora

O vídeo 1 do canal “Gabi Oliveira” tem o maior número de menções, com 22, indicando que este vídeo gerou muitas discussões sobre colorismo. São comentários representativos:

um negro que já sabia que era negro desde quando ia pro colégio e sofria racismo, desde quando ia ao supermercado e mesmo sendo criança ele era perseguido pelos segurança, isso é saber que é negro de verdade, diferente de uma blogueira que se “descobriu negra” e tem o avô muito muito muito branco “mas visivelmente negro”.

Comigo é extremamente complicado. Eu sou descendente de indígenas (bolivianos), negros e brancos e eu sou real o resultado da mistura disso tudo. Eu não consigo saber o que eu sou, porque quando to entre brancos eles não me tratam como igual mas negros me chamam de afrobege e coisa desse tipo (que é uma merda) então eu só me chamo de mestiça mesmo, tem gente que não vai ser alguma coisa definida. Só sei que pelo resto da minha vida vão me julgar por ter a pele marrom, mesmo que clara.

Eu entendo, mas muitas pessoas do movimento negro mesmo fazem eu sentir vergonha de me assumir como negra porque tudo que eu vou ouvir é deboche. Mesmo que eu sempre deixe claro que tenho sim privilégios sendo mais clara. É difícil, sabe?

O vídeo 2 de Gabi também apresenta algumas menções, com 2 comentários, enquanto o vídeo 3 tem 1 menção. Nos vídeos 2 e 3, há seguintes os relatos, respectivamente:

Mesmo nao tendo a mesma realidade pela razão do colorismo, amo o modo como vc fala e leva seu conteúdo, reflexões e história com tanta leveza e força MUITO INCRÍVEL. PARABÉNS

Sou pardo(o mais excluído)

Os vídeos 4 e 5 de Gabi Oliveira não têm menções nesta subcategoria.

Nos vídeos de “Papo de Preta”, o vídeo 1 tem 7 ocorrências, sendo o mais discutido do canal sobre o tema do colorismo. São amostras das ocorrências:

Isso q vc disse é o cerne da questão. Eu já fui diversas vezes destrutada e retirada do grupo dos negros, só porque eu não tinha a pele escura. 🙄

uma coisa que eu e outros negros de pele clara sentimos é um receio de afirmarmos a nossa negritude online, porque os comentários maldosos aparecem sempre, por mais que a gente saiba que não somos brancos e que não nos vêem como tal, a gente se afasta do debate, da auto identificação, por medo de receber ódio, por causa da postura dos negrometros.

Toda minha família é negra mas minha vó materna é branca, eu fiquei misturada e todos os meus traços são negros, já me disseram que a causa não era minha, isso me deixa triste... não ser nenhuma coisa e nem outra... Ainda estou aprendendo muita coisa e esse canal tem me ajudado

O vídeo 2 do canal “Papo de Preta” conta com 1 menção, enquanto os vídeos 3, 4 e 5 não têm menções. O comentário categorizado do vídeo 2 é o seguinte:

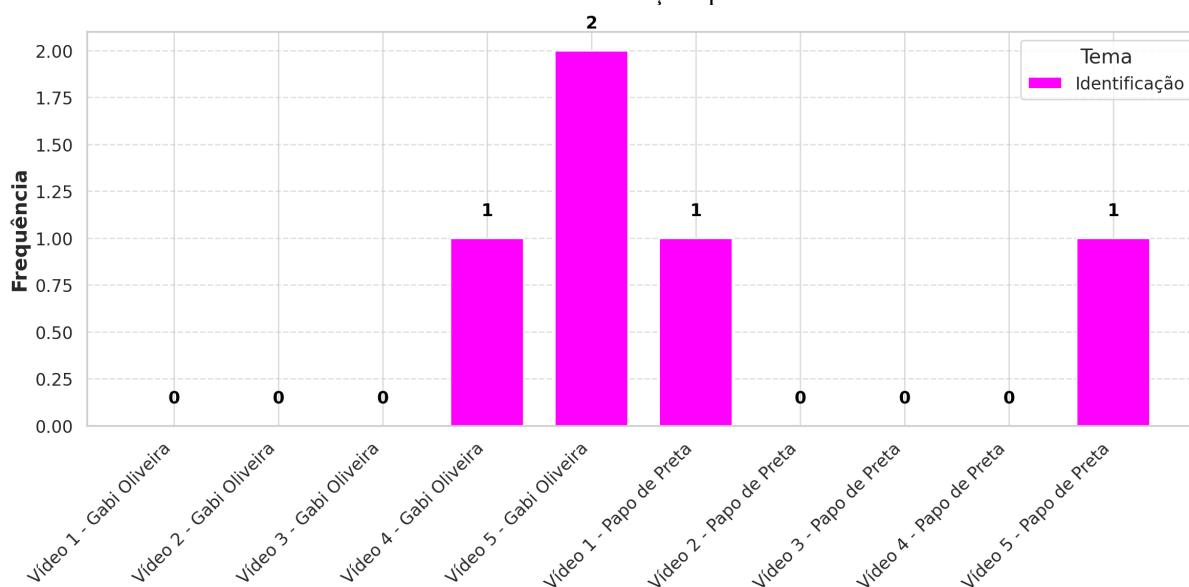
Ultimamente não consigo assistir mais nada. Sou parda, não me sinto representada. Novela da Globo nem parece Brasil.

Os dados mostram que a comunidade virtual “Gabi Oliveira” aborda questões de colorismo de maneira significativa em seu vídeo 1, o que indica que o conteúdo desse vídeo ressoou com os internautas que enfrentam esses desafios. Da mesma forma, o vídeo 1 do canal “Papo de Preta” também trata do tema de forma impactante, gerando várias discussões. A presença de menos menções nos outros vídeos de ambos os canais indica que esses vídeos não abordaram o tema do colorismo com a mesma intensidade para capturar a atenção do público sobre essa questão específica.

4.5.2.2.4 Identificação

Esta subcategoria reúne os relatos pessoais de identificação dos internautas com argumentos específicos levantados pelas *youtubers*. As narrativas incluem desejo de adotar filhos, medo do contato social na pandemia, veganismo e a simples manifestação de apoio por os canais tratarem de temas que geram identificação. São 5 comentários em apenas 4 dos 10 vídeos analisados, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11 – “Identificação” por vídeo



Fonte: Elaborado pela autora

O vídeo 5 de “Gabi Oliveira” tem o maior número de menções: 2 ocorrências. O vídeo 4 de Gabi tem 1 comentário, enquanto os vídeos 1, 2 e 3 não têm menções nesta subcategoria. São amostras dos vídeos 4 e 5, respectivamente:

Ai Gabi, você é tão maravilhosa! Tb penso em me tornar mãe através de um processo de adoção e tb sou solteira e negra. Amei o vídeo pq esclareceu muitas questões pra mim. Não vejo a hora de você encontrar seus filhos e ter vídeos falando sobre ser mãe solo negra adotante (não sei se esse é o nome oficial!). haha Segunda-feira irei até a vara aqui da minha cidade!

Gabi, você tocou nesse assunto de conscientização de nós pretos com relação a alimentação e que existe outras formas de conseguir a proteína. E é fato, existem diversas formas. Infelizmente nossa cultura, desde cedo, nos passa informações de que o ser humano além de estar no topo da cadeia alimentar, precisa da proteína animal para sobreviver.

Entre os vídeos de Papo de Preta, os vídeos 1 e 5 têm 1 menção cada, enquanto os vídeos 2, 3 e 4 não têm menções. As amostras dos vídeos 1 e 5 são, respectivamente:

Eu sempre venho neste canal para conhecer a opinião de vocês. Me identifico demais, serenidade e foco no que é realmente a nossa luta. Por isso que eu apoio!

Estava vendo seus vídeos, me identifico, tem me ajudando muito.

A amostra dos comentários da subcategoria “identificação” revela que os vídeos de “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta” proporcionam aos internautas um espaço de validação de suas experiências pessoais.

4.5.3 Inferências e interpretações

Após a apresentação das categorias de análise, gráficos e amostras de comentários, é necessário concluir as etapas da análise de conteúdo. Para isso, serão apresentadas inferências e interpretações dos comentários à luz dos aportes teóricos debatidos ao longo da tese.

Os comentários da categoria “fortalecimento de laços comunitários” enfatizam a importância da unidade dentro da comunidade negra, refletindo um desejo de coesão e solidariedade frente às adversidades e exclusões impostas pela sociedade. A ideia de que a comunidade deve se unir em vez de se atacar internamente está alinhada com essa categoria.

A discussão de questões relacionadas à negritude e prevenção de discriminação é enfatizada nos comentários, sugerindo que trazer pessoas negras para a evidência e dar visibilidade a essas questões fortalece a comunidade. A representação positiva da negritude na mídia e seu impacto na autoestima e percepção de valor dentro da comunidade negra também são destacadas. A visibilidade de figuras negras em posições de destaque é reconhecida como fundamental para mudar percepções negativas e fortalecer a identidade comunitária. Esse aspecto dos laços comunitários destaca a importância de uma narrativa compartilhada e a solidariedade que se constrói ao redor de figuras que simbolizam orgulho negro.

Os comentários evidenciam o impacto positivo das transmissões ao vivo com outros *youtubers* negros, destacando a troca de conhecimentos e o apoio mútuo como fatores de coesão comunitária. A sugestão de levar os vídeos para as escolas indica um desejo de ampliar o alcance das discussões sobre a negritude, promovendo educação e conscientização sobre as realidades vividas pela comunidade negra, reforçando a ideia de resistência coletiva através da disseminação do conhecimento e da conscientização.

Os comentários da categoria “fortalecimento de laços comunitários” enfatizam também a importância da unidade e da assertividade na defesa da causa negra, refletindo um desejo de integração frente às adversidades. Além disso, destacam como atitudes polarizadas podem enfraquecer a causa negra ao desarticular a comunidade, sugerindo a necessidade de visibilidade e reconhecimento da realidade do país.

Já a análise dos comentários da categoria “relatos identitários” mostra como as narrativas pessoais são fundamentais na construção da identidade individual. Dubar (2006) enfatiza que a identidade pessoal é formada através da integração de experiências diversas em uma narrativa coerente, e os relatos identitários refletem exatamente esse processo. Os indivíduos utilizam suas histórias para construir uma identidade para si, enquanto buscam reconhecimento e validação na identidade para os outros dentro da comunidade.

Na subcategoria “autoafirmação”, é possível perceber manifestações categóricas de identidade, frustração diante da tentativa de apagamento da identidade, superação de estereótipos negativos e a aceitação dos próprios traços, celebrando a identidade negra, rejeição de produtos que promovem o clareamento da pele, reafirmando o orgulho pela cor da pele, incentivo ao amor-próprio dentro da comunidade, narrativas de autoaceitação e amor-próprio, rejeição aos padrões de beleza eurocêntricos e celebração da representação e inclusão de elementos da cultura africana, expressando orgulho e conexão com a herança cultural africana.

Goffman (2004), em seu trabalho sobre estigma, descreve como certos atributos são profundamente depreciativos e desqualificam os indivíduos da aceitação plena pela sociedade. O autor argumenta que o estigma é uma relação entre um atributo e um estereótipo, que pode desvalorizar a identidade de uma pessoa.

Os estigmas são frequentemente associados a características visíveis, como a cor da pele, que podem levar à discriminação e à marginalização. Os relatos de autoafirmação refletem a resistência contra esses estigmas associados à identidade negra. A rejeição de produtos que promovem o clareamento da pele e a celebração da identidade negra são formas de desafiar os estereótipos negativos que desvalorizam as características físicas das pessoas negras. Como Goffman (2004) observa, o estigma é uma forma de desqualificação social, e a autoafirmação é uma resposta direta que visa reverter essa desqualificação e promover o orgulho pela própria identidade.

Em “baixa autoestima”, os comentários revelam relatos de jovens que, apesar de serem negras de pele clara, procuravam ser mais aceitas. Outros relatos incluem experiências de

internalização de racismo e a cruel pressão para conformar-se a padrões de beleza eurocêntricos. Esses relatos ilustram como o estigma pode levar a uma baixa autoestima e ao sofrimento emocional, conforme discutido por Goffman (2004). As narrativas pessoais de superação desses desafios são fundamentais para a construção de uma identidade forte e resiliente, conforme Dubar (2006).

Os comentários representativos da subcategoria “colorismo” incluem experiências pessoais de racismo desde a infância que ajudam a formar a identidade racial, processo de autodescoberta de indivíduos com antecedentes familiares racialmente mistos, desafios de pessoas com múltiplas ascendências (indígena, negra e branca) que se sentem deslocadas tanto entre brancos quanto entre negros, sentimentos de vergonha e deboche enfrentados por negros de pele mais clara dentro do próprio movimento negro, sentimentos de exclusão e invisibilidade enfrentados por pessoas que se identificam como pardas no contexto do colorismo e a sensação de não pertencimento exacerbada pela falta de representação de pessoas pardas na mídia.

Os relatos sobre colorismo e preconceito destacam a complexidade do estigma dentro da própria comunidade negra. Comentários que revelam a vergonha de ser mais claro ou a sensação de exclusão vivida por pardos mostram como os estereótipos e o colorismo criam divisões e reforçam hierarquias dentro da comunidade. Esses relatos refletem a interação entre identidade para si e identidade para os outros, conforme Dubar (2006), e como os estigmas e estereótipos moldam essas identidades. A percepção de ser estigmatizado tanto pela sociedade em geral quanto por membros da própria comunidade revela a profundidade do impacto dos estereótipos raciais.

Os comentários inseridos na subcategoria “identificação” mostram como encontrar espaços de apoio e reconhecimento pode ajudar a mitigar o impacto do estigma. Os comentários indicam que os internautas consideram os vídeos de “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta” espaços seguros onde podem ver suas próprias histórias refletidas, fortalecendo sua identidade pessoal e promovendo um senso de pertencimento, o que é importante para combater o estigma e os estereótipos negativos, oferecendo suporte emocional e inspiração para ações positivas. Esse processo de identificação e apoio mútuo fortalece a construção de uma identidade coesa e positiva, conforme descrito por Dubar (2006).

Lippmann (2008) argumenta que os estereótipos são imagens mentais distorcidas que simplificam e categorizam a realidade de forma prejudicial. Eles são frequentemente baseados em concepções culturais e não em experiências pessoais. Esses estereótipos podem levar à formação de estigmas, conforme descrito por Goffman (2004), e impactar negativamente a

identidade pessoal dos indivíduos. No contexto dos relatos identitários, a rejeição dos padrões de beleza eurocêntricos e a celebração da cultura africana são formas de desafiar e subverter esses estereótipos.

Os relatos ordenados nas subcategorias de “autoafirmação”, “baixa autoestima”, “colorismo” e “identificação” mostram como a construção da identidade pessoal é um processo contínuo e reflexivo, influenciado por experiências pessoais e pelo reconhecimento social. Através dessas narrativas, os indivíduos articulam e dão sentido às suas vidas, fortalecendo sua identidade pessoal e promovendo um senso de pertencimento dentro da comunidade negra.

O compartilhamento de histórias e experiências fortalece os laços sociais e a coesão das comunidades virtuais. De acordo com Jenkins (2013, 2014), a recirculação de conteúdo nas mídias sociais representa um processo de participação ativa, onde as contribuições dos indivíduos são percebidas como valiosas dentro do seu círculo social. Este fenômeno é visível na forma como os usuários interagem com os vídeos, criando uma cultura de participação e reforçando as interações por meio da troca de comentários e histórias pessoais.

A participação ativa dos usuários nas redes sociais é fundamental para a construção e manutenção dessas comunidades. Através de comentários, *likes* e compartilhamentos, os indivíduos expressam suas opiniões e experiências, contribuindo para a formação de identidades. As interações online são uma extensão das redes sociais que existem na vida concreta dos indivíduos, mostrando como a comunicação mediada por computador pode fortalecer os laços sociais existentes e criar novos laços baseados em interesses comuns e experiências compartilhadas.

Os comentários dos vídeos analisados revelam essas diferentes trajetórias identitárias, demonstrando como a negritude é vivenciada de formas diversas pelos internautas. Fanon (2008) argumenta que a construção das subjetividades negras envolve a percepção dos mecanismos de opressão impostos pela sociedade. Isso é refletido nos relatos de discriminação e resistência presentes nos comentários, evidenciando a importância da autodefinição e da resistência coletiva. Os comentários sobre a dificuldade de aceitação tanto entre brancos quanto entre negros (colorismo) mostram como essas construções discursivas impactam a vida dos indivíduos, criando barreiras de pertencimento baseadas em categorias raciais.

Da mesma forma, os comentários que celebram a identidade negra e rejeitam os produtos de clareamento da pele são exemplos de como as mulheres negras estão se redefinindo e resistindo às imagens negativas que a sociedade impõe sobre elas.

Em conclusão, com a análise dos comentários nos vídeos de “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta” é possível compreender a complexidade das experiências vividas pela comunidade negra, destacando essas comunidades como espaços seguros em prol do fortalecimento da identidade negra, resistência contra o racismo e promoção de laços comunitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese investigou vídeos produzidos por criadoras negras no YouTube, analisando como esses conteúdos contribuem para o fortalecimento da identidade e dos laços comunitários entre internautas negros. Este estudo se insere em um contexto histórico no qual as redes sociais emergem como espaços de luta contra-hegemônica, refletindo e amplificando os movimentos e pautas sociais contemporâneos, no sentido de consolidar mudanças. A análise abarcou tanto o conteúdo dos vídeos quanto as interações manifestadas nos comentários, com o intuito de compreender como essas dinâmicas fomentam o fortalecimento de identidades e conexões intracomunitárias. Assim, esta pesquisa não apenas explorou as narrativas de resistência e valorização da negritude, mas também investigou as práticas de engajamento e apoio mútuo que emergiram dessas interações.

Após pesquisa exploratória os canais selecionados foram: “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta”. E, por critérios contextuais e de popularidade, foram selecionados os cinco vídeos mais acessados de 2020 de cada canal.

A tese buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: “De que modo os vídeos produzidos por criadoras negras no YouTube impactam o fortalecimento da identidade e dos laços comunitários de seus internautas negros?”. Para tal, foi conduzida uma investigação que buscou referenciais teóricos e metodológicos em diálogo com o tema, adotando uma perspectiva interdisciplinar.

No primeiro capítulo, foram estabelecidos os fundamentos teóricos relativos à percepção do Outro: direitos humanos, estigma e estereótipo, racismo, alteridade, racismo estrutural, a população negra como minoria e a luta contra-hegemônica. O segundo capítulo examinou o ecossistema digital, com ênfase em comunidades virtuais, no YouTube e suas *affordances* e na problemática da participação. O terceiro capítulo articulou as ideias dos capítulos anteriores, discutindo identidade, laços comunitários, feminismo negro, movimentos sociais negros e net-ativismo. Por fim, o quarto capítulo, de caráter metodológico, apresentou as análises dos vídeos (utilizando a metodologia da netnografia) e dos comentários (através da análise de conteúdo).

Até este ponto, foi traçado um panorama do percurso teórico-metodológico empreendido. A partir de agora, serão apresentadas as conclusões gerais da tese, fundamentadas nas análises e teorias discutidas.

Os vídeos analisados destacam temas importantes para as comunidades negras, utilizando depoimentos e relatos pessoais para ilustrar as dificuldades diárias enfrentadas por mulheres negras de pele retinta.

Gabi Oliveira, Maristela Rosa e Natália Romualdo são mulheres negras que reconhecem e exercem ativamente seu papel na plataforma, assim como em contextos acadêmicos e de ativismo social. Com profundo conhecimento sobre negritude e história negra, elas frequentemente recorrem a autores como Freyre (2003), Guimarães (2012) e Souza (2021) para analisar e criticar o mito da democracia racial, além de utilizar as reflexões de Almeida (2018) para abordar as dinâmicas do racismo estrutural.

Os conteúdos de Gabi Oliveira são didáticos e organizados, ela sempre convida o internauta a refletir sobre os temas tratados e participar do fórum dos comentários. Nos cinco vídeos analisados ela abordou discordâncias com Livia Zaruty, cremes clareadores e autoestima, participou de uma *live* organizada pelo YouTube sobre o momento da pandemia e dos movimentos sociais negros, falou sobre o processo de adoção de seus dois filhos e ensinou uma receita enquanto tratava de acolhimento de sentimentos. Os temas são variados e pertinentes ao lapso temporal escolhido e às questões raciais identitárias.

Já os conteúdos do canal “Papo de Preta” têm uma abordagem mais crítica, quase sempre em fluxo de consciência, mas também promovendo engajamento com a audiência. Nos vídeos analisados ela discute a controvérsia de Rayza Nicácio (ter pele mais clara e ser criticada por pessoas negras retintas), denuncia novelas racistas, discute a carreira da cantora Ludmilla, a falta de oportunidades de Babu Santana como ator negro e analisa a obra da cantora Beyoncé. O canal trata de questões como racismo estrutural e violência policial, promovendo a valorização da estética e cultura negra. Os temas são variados e se concentram na representatividade negra na cultura popular e não há menção à ascensão dos movimentos sociais.

O traço temático em comum entre os canais é que as *youtubers* frequentemente fazem críticas a outros influenciadores e conteúdos midiáticos, como no caso de Livia Zaruty e Rayza Nicácio, discutindo colorismo e cisões dentro do YouTube Negro. Elas exploram o conceito de colorismo, contextualizando-o na realidade brasileira e usando exemplos pessoais e familiares. Elas revelam a complexidade do estigma dentro da própria comunidade negra, mostrando divisões e hierarquias baseadas na cor da pele (Oliveira, 2021). As relações de alteridade e a busca por reconhecimento pelo Outro também são aspectos que conectam as vozes nos vídeos.

Nesse sentido, a crítica ao colorismo e à desigualdade racial interna na comunidade negra, como discutido nos vídeos, é essencial para a coesão comunitária. Os vídeos abordam a complexidade das experiências de racismo e discriminação, destacando a necessidade de uma luta conjunta e solidária contra todas as formas de discriminação racial. Ao abordar esses temas, como colorismo e a utilização oportunista de cotas raciais, os vídeos promovem uma compreensão mais abrangente das dinâmicas raciais e incentivam uma solidariedade mais profunda e inclusiva dentro da comunidade negra

Ambos os canais constituem verdadeiras comunidades virtuais que criam laços de confiança, conforme observado por Costa (2005). Os relatos compartilhados, por mais dolorosos que sejam, são ferramentas de luta contra-hegemônica (Sodré, 2005) e de afirmação da subjetividade negra (Collins, 2016). Esses canais são vistos como espaços seguros (Collins, 2019b) que promovem acolhimento e valorização num processo de cooperação e troca (Lévy, 1999), discutindo políticas públicas e denúncias sociais de forma interconectada no ecossistema digital (Di Felice, 2013).

A participação ativa dos internautas, através de comentários, *likes* e compartilhamentos, é fundamental para a construção e manutenção dessas comunidades virtuais. Temas como representatividade, racismo, colorismo e autoestima se destacam como focos centrais, refletindo a ênfase das *youtubers* na valorização da identidade negra e nas críticas às estruturas racistas.

As *youtubers* se consideram minorias, discutindo temas de vulnerabilidade, identidade em transformação, militância, ativismo e responsabilidade social, conforme descrito por Rocha (1996) e Sodré (2005). A análise demonstrou que os vídeos funcionam como espaços de construção identitária, resistência e valorização da negritude, além de promoverem laços comunitários. Isso corrobora as ideias de Hall (2003), que vê a identidade negra como um conjunto de diferenças históricas e experiências vividas. Essas identidades são continuamente construídas, negociadas e afirmadas.

As análises dos vídeos confirmam a ênfase na representatividade negra, discussões sobre racismo, dores, estigmas e também sobre a valorização da cultura negra. Gabi Oliveira e o canal “Papo de Preta” utilizam suas plataformas para compartilhar experiências pessoais, realizar análises críticas e engajar suas comunidades, promovendo a autoestima e criticando as práticas discriminatórias da sociedade.

Os desafios profissionais, amorosos e as relações interpessoais relatadas pelas *youtubers* escancaram a desvalorização das características físicas negras, o que impacta na construção das identidades (Gomes, 2019). Os estigmas a que se refere Goffman (2004) e a violência simbólica de Bourdieu (2004), perturbam a ordem social e prejudicam a autoestima. As relações de alteridade e a busca por reconhecimento pelo Outro são aspectos identitários que conectam as vozes ouvidas nos vídeos.

Conforme a inteligência de Lévy (1999), a análise revelou que as comunidades virtuais formadas em torno desses vídeos são fenômenos culturais densos, elas oferecem um espaço seguro onde a identidade negra pode ser celebrada e fortalecida. Elas também funcionam como verdadeiras comunidades de apoio, onde os membros podem compartilhar experiências e buscar solidariedade. Esse suporte mútuo é essencial para a resistência contra-hegemônica e a afirmação da subjetividade negra, conforme discutido por Collins (2016) e Hall (2003).

A pesquisa netnográfica revelou que os vídeos não apenas denunciam injustiças sociais, mas também fortalecem e valorizam a audiência. Acompanhar esses canais ao longo desta pesquisa proporcionou uma compreensão mais profunda das lutas da comunidade negra.

A nuvem de palavras dos vídeos do canal "Gabi Oliveira" revela temas como identidade racial, racismo estrutural, colorismo, autoestima e valorização da estética negra. Termos como "pessoas", "negra", "racismo", "pele", "mulher", "criança", "família" e "educação" indicam uma abordagem abrangente de questões sociais e raciais. Gabi Oliveira frequentemente discute como o racismo varia conforme o tom de pele, com pessoas de pele mais escura sofrendo mais discriminação e exclusão social. A presença de palavras como "cotas" reflete as discussões sobre políticas públicas e a importância das cotas raciais como medida de reparação histórica.

A nuvem de palavras dos vídeos do canal "Papo de Preta" reflete temas como representatividade negra, cultura e artes, racismo estrutural, colorismo e empoderamento. Termos como "pessoa", "negro", "falar", "vídeo", "músico", "história", "inclusivo" e "empoderamento" indicam uma ênfase na valorização da cultura negra e na discussão de figuras culturais importantes. As *youtubers* Maristela Rosa e Natália Romualdo frequentemente abordam o racismo estrutural e suas manifestações na sociedade brasileira, incluindo a violência policial e o genocídio negro. A abordagem crítica e analítica do canal é evidenciada por palavras como "crítica", "discussão" e "análise".

Já a análise de conteúdo teve como objetivo explorar especificamente como as comunidades funcionam como espaços de fortalecimento de laços comunitários e de identidade

para os indivíduos negros que comentam nos vídeos. Para alcançar esse objetivo, foi necessário analisar o conteúdo dos comentários e entender como ocorrem as manifestações nos vídeos selecionados.

Os comentários foram divididos em duas categorias principais: “relatos de identidade” e “fortalecimento de laços comunitários”. A categoria de relatos de identidade foi subdividida em quatro subcategorias: “baixa autoestima”, “colorismo”, “autoafirmação” e “identificação”. A análise desses comentários ajudou a entender como os indivíduos expressam sua identidade e como as interações nas comunidades virtuais formam laços e podem impactar a autoestima e o reconhecimento identitário.

A coleta de dados envolveu a análise de 10 vídeos que, até dezembro de 2022, contavam com 32.718 comentários. A pesquisa utilizou uma amostra representativa desses comentários, considerando aqueles postados no dia da publicação de cada vídeo, já que os inscritos nos canais recebem notificações sobre novos vídeos, resultando em um volume maior de comentários no dia da postagem. O *corpus* final para análise incluiu 2.630 comentários, sendo 2.078 do canal “Gabi Oliveira” e 552 do canal “Papo de Preta”.

Dos comentários analisados, 176 foram categorizados: 66 na categoria de fortalecimento de laços comunitários e 110 na categoria de relatos identitários. Dentro da categoria de “relatos identitários”, 5 comentários foram classificados na subcategoria de “identificação”, 25 na subcategoria de “baixa autoestima”, 33 na subcategoria de “colorismo” e 47 na subcategoria de “autoafirmação”. Os 2.454 comentários restantes foram analisados individualmente e não se encaixaram nas categorias propostas e, portanto, não foram apresentados como resultados da pesquisa.

A análise de conteúdo dos comentários evidencia a importância da unidade dentro da comunidade negra, refletindo um desejo de coesão e solidariedade frente às adversidades impostas pela sociedade. Comentários na categoria “fortalecimento de laços comunitários” destacam que a visibilidade de figuras negras em posições de destaque é fundamental para mudar percepções negativas e fortalecer a identidade comunitária. A visibilidade positiva na mídia impacta diretamente a autoestima e a percepção de valor dentro da comunidade negra.

As ideias de Primo (2007) e Recuero (2009) sobre as redes sociais destacam que a interação entre atores e suas conexões é central para entender as dinâmicas das comunidades virtuais. Mesmo que esses laços sejam desenvolvidos no ciberespaço, eles se estendem para a vida concreta dos indivíduos, fortalecendo os laços sociais existentes e criando novos laços

baseados em interesses comuns e experiências compartilhadas. Jenkins (2013, 2014) ressalta que a redistribuição de conteúdo no contexto das mídias sociais representa um processo de participação ativa, no qual as contribuições individuais são valorizadas, isso é perceptível na forma como os usuários interagem com os vídeos de “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta”, criando uma cultura de participação própria tendo como base relatos de suas vidas.

Nesta esteira, Dubar (2006) enfatiza que a identidade pessoal é formada através da integração de diversas experiências em uma narrativa coerente. Os relatos identitários nos comentários dos vídeos refletem exatamente esse processo, onde indivíduos utilizam suas histórias para construir uma identidade para si, buscando reconhecimento e validação dentro da comunidade.

A subcategoria “autoafirmação” mostra manifestações categóricas de identidade, como a frustração diante da tentativa de apagamento da identidade e a superação de estereótipos negativos. A celebração da identidade negra e a rejeição de padrões de beleza eurocêntricos são evidências claras de resistência contra estigmas e promoção do orgulho pela própria identidade.

Goffman (2004) argumenta que o estigma é uma relação entre um atributo e um estereótipo que pode desvalorizar a identidade de uma pessoa. Os comentários analisados refletem a resistência contra esses estigmas associados à identidade negra. A rejeição de produtos que promovem o clareamento da pele e a celebração da identidade negra são formas de desafiar os estereótipos negativos que desvalorizam as características físicas das pessoas negras. Como Goffman (2004) observa, o estigma é uma forma de desqualificação social, e a autoafirmação é uma resposta direta que visa reverter essa desqualificação. Os comentários sobre baixa autoestima encontram eco nas narrativas pessoais das *youtubers*, enquanto discussões sobre colorismo refletem as análises críticas apresentadas nos vídeos.

Lippmann (2008) discute como os estereótipos são imagens mentais distorcidas que simplificam a realidade de maneira prejudicial. Esses estereótipos podem levar à formação de estigmas, impactando negativamente a identidade pessoal dos indivíduos. No contexto dos relatos identitários, a rejeição dos padrões de beleza eurocêntricos e a celebração da cultura africana são formas de desafiar e subverter esses estereótipos. Comentários na subcategoria “identificação” mostram como encontrar espaços de apoio e reconhecimento pode ajudar a mitigar o impacto do estigma, fortalecendo a identidade pessoal e promovendo um senso de pertencimento dentro da comunidade negra. Ademais, a referência à voz das *youtubers* como representação da voz de muitos outros incentiva as interações mútuas entre os sujeitos (Primo, 2007).

Além disso, os comentários sobre colorismo destacam a complexidade do estigma dentro da própria comunidade negra. Relatos de exclusão vivida por pessoas de pele mais clara mostram como os estereótipos e o colorismo criam divisões e reforçam hierarquias dentro da comunidade. Esses relatos refletem a interação entre identidade para si e identidade para os outros, conforme Dubar (2006), e como os estigmas e estereótipos moldam essas identidades. A percepção de ser estigmatizado tanto pela sociedade em geral quanto por membros da própria comunidade revela a profundidade do impacto dos estereótipos raciais.

Diversas teorias ajudam a compreender a profundidade desses achados. Hall (2003, 2015) vê a identidade negra como um conjunto de diferenças históricas e experiências vividas, e a raça como uma construção discursiva usada para justificar desigualdades sociais. bell hooks (1995) argumenta que as mulheres negras são frequentemente objetificadas e estereotipadas, sendo vistas como corpos sem mente. Os relatos de rejeição aos padrões de beleza eurocêntricos e a celebração da cultura africana nos comentários refletem uma resistência contra essa objetificação. No entanto, os comentários de mulheres negras que abordam a baixa autoestima em razão de seus corpos confirmam o que hooks (1995) ressalta.

O conceito de interseccionalidade desenvolvido por Crenshaw (2002) mostra como as diferentes formas de discriminação interagem para criar desafios únicos. As experiências relatadas nos comentários dos vídeos analisados refletem essa complexidade, demonstrando como o racismo e o sexismo se combinam para impactar a vida das mulheres negras. A abordagem interseccional é essencial para compreender plenamente as dinâmicas de poder e opressão que afetam a comunidade negra.

Hall (2005) propõe três entendimentos distintos do conceito de identidade: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. A concepção iluminista de um ser autossuficiente e autônomo não reflete as complexidades do mundo moderno, onde as identidades se formam e se transformam por meio das relações sociais e dos contextos em constante mudança. Os vídeos de criadoras negras no YouTube exemplificam o sujeito pós-moderno, que possui múltiplas identidades, muitas vezes contraditórias, formadas e transformadas continuamente pelas representações culturais.

Taylor (1994) argumenta que a modernidade permitiu que os seres humanos traçassem seu caminho para a autorrealização, seguindo um ideal de autenticidade. Ele destaca a importância do reconhecimento na construção da identidade, afirmando que o não-reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora. Os vídeos proporcionam um espaço onde as

identidades negras podem ser reconhecidas e valorizadas, ajudando a combater os danos causados pela falta de reconhecimento adequado.

Primo (2007), Recuero (2009) e Costa (2005) discutem a sociabilidade virtual e a importância das redes sociais como espaços de apoio e fortalecimento da identidade comunitária. Fanon (2008) fala sobre a construção das subjetividades negras e resistência coletiva, enfatizando a importância da autodefinição e da resistência contra os mecanismos de opressão impostos pela sociedade. Collins (2019) e Sodré (2023) tratam do racismo estrutural e paraestrutural, e das “imagens de controle” que perpetuam discriminação e estigmas sutis, mostrando como essas dinâmicas operam dentro e fora da comunidade negra.

As teorias de identidade e reconhecimento de Taylor (1994, 2000) permitem compreender a complexidade das experiências vividas pela comunidade negra e a importância de espaços de representação e apoio nas redes sociais. A análise dos comentários dos vídeos revela como esses conteúdos ressoam profundamente com as experiências e preocupações dos internautas, destacando a importância da participação ativa dos usuários nas redes sociais para a construção e manutenção dessas comunidades.

Os vídeos analisados também desempenham um papel crucial no net-ativismo, uma forma de ativismo digital que transcende a dicotomia online/offline. O net-ativismo promove uma sinergia entre ambos, com interações que se estendem para além do ciberespaço e se conectam com diversas geografias físicas. Essa abordagem é enfatizada por Di Felice (2013), que ressalta a importância de um engajamento social holístico e dinâmico dentro do ecossistema digital.

Castells (2012) argumenta que as redes sociais e a comunicação horizontal desempenham um papel central na era digital, oferecendo uma plataforma autônoma e reprogramável que permite a organização e a mobilização de forma descentralizada e participativa. Os movimentos sociais em rede, como o *Black Lives Matter*, exemplificam essa espécie de movimento caracterizada pela interatividade e ausência de hierarquias rígidas.

Além disso, Tufekci (2017) observa que a ação política online, muitas vezes menosprezada como “slacktivism”, pode ser poderosa e influente, dependendo do contexto. A ação simbólica online pode influenciar a cultura e promover mudanças sociais ao longo do tempo.

Os canais “Gabi Oliveira” e “Papo de Preta” vão além do entretenimento e da autoexpressão, se tornando ferramentas de conscientização e mobilização. Ao compartilhar

suas experiências e conhecimentos, as *youtubers* criam um espaço seguro e acolhedor para a comunidade negra, onde a troca de histórias pessoais e a discussão de questões centrais para a negritude fortalecem a coesão comunitária. A visibilidade de questões relacionadas à negritude, o reconhecimento da importância da representatividade na mídia e a troca de conhecimentos entre os membros da comunidade são elementos chave para a coesão e fortalecimento da comunidade negra. As interações mostram que o YouTube é um sistema cultural e palco de arenas de luta e resistência.

No entanto, embora o YouTube ofereça oportunidades inéditas de produção e circulação de conteúdo, ele também reproduz hierarquias que favorecem vozes brancas e discursos universalizantes em detrimento das narrativas interseccionais de mulheres negras (Viana & Carrera, 2019). Essa realidade ressalta a necessidade de uma reflexão crítica sobre o papel das plataformas digitais na perpetuação das desigualdades sociais, além de políticas que promovam maior equidade no ambiente digital.

O ciberativismo, enquanto ferramenta de mobilização e resistência, tem desempenhado um papel crucial na luta por justiça social, racial e de gênero. Nesse contexto, as mulheres negras *youtubers* se apropriam do espaço digital para romper com o silenciamento histórico, subverter estereótipos e reivindicar seus direitos. Essa atuação reforça a luta por direitos humanos ao colocar em evidência as múltiplas opressões enfrentadas por essas mulheres, articulando demandas interseccionais que incluem o direito à liberdade de expressão, à igualdade, à dignidade e ao reconhecimento de suas identidades.

Além disso, o ciberativismo potencializa a articulação dos direitos humanos ao trazer visibilidade para pautas frequentemente ignoradas pelos meios de comunicação tradicionais. As mulheres negras, ao ocuparem o espaço digital, tornam-se protagonistas de suas narrativas, rompendo com as “imagens de controle” descritas por Collins (2019a). Essa estratégia amplia o alcance das discussões sobre direitos humanos, conectando a luta por igualdade de gênero e racial à construção de um mundo mais justo e inclusivo. Portanto, a participação ativa das mulheres negras no YouTube emerge como uma extensão da luta histórica por direitos humanos, utilizando o “espaço seguro digital” para fortalecer as redes de resistência.

Em conclusão, os vídeos produzidos por criadoras negras no YouTube têm um impacto profundo no fortalecimento da identidade e dos laços comunitários entre internautas negros. Em um momento histórico marcado pela ascensão dos movimentos sociais e por manifestações antirracistas, essas produções se tornam ferramentas poderosas de resistência e transformação, confirmando a hipótese desta pesquisa.

Os vídeos e os comentários analisados não apenas oferecem representações positivas da negritude, mas também promovem autoafirmação, fortalecem a autoestima e desafiam estereótipos arraigados. Além disso, funcionam como espaços de apoio e solidariedade, onde internautas encontram inspiração e força para lidar com os desafios diários. Mais do que um reflexo das experiências vividas pela comunidade negra, essas produções se consolidam como agentes de mudança, educando, conectando e motivando as pessoas a reafirmarem suas identidades e a resistirem coletivamente às opressões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro) [online]. 2008, v. 21, n. 41, pp. 5-20. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-21862008000100001>>. Acesso em 13 novembro 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018.

ANTOUN, Henrique. A Web 2.0 e o futuro da sociedade cibercultural. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 8., 2008, Natal. **Anais...** Natal: ENPC, 2008.

BABACI-VICTOR, Lydia; VICTOR, Jean-Christophe. **Révolution digitale: transformer la menace en opportunités: 10 tendances clés et plus de 50 exemples pour éviter de se faire ubériser**. Editions Eyrolles, 2017.

BARBALHO, Alexandre. Cultura minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: BARBALHO, Alexandre e PAIVA, Raquel (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo, Paulus, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Z. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BENEVIDES, M.V. Direitos humanos: desafios para o século XXI. In: SILVEIRA, R. M. G. *et al.* (Orgs.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 335-350.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2019.

BLATTMANN, U; SILVA, F.C.C. **Colaboração e interação na Web 2.0**. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/pcbcb/index.php/pcbcb/article/view/846>>. Acesso em: 15 abril de 2021.

BONILLA-SILVA, Eduardo. **Racism Without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2013.

BOSI, Eclea. **A opinião e o estereótipo**. Contexto. São Paulo: Hucitec, n.2. mar. 1977.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. RJ: Bertrand Brasil, 2004.

BRAGA, Adriana. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNIrevista**, vol. 1, n° 3, julho 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://tinyurl.com/27c6f524>. Acesso em: 9 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 1.390, de 3 de julho de 1951**. Proíbe a discriminação racial em estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 jul. 1951. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1390.htm. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL DE FATO. Movimentos e especialistas apontam racismo na condução do caso Miguel. Disponível em: <https://tinyurl.com/4vx8xwxk>. Acesso em 05 de jan. 2022.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a revolução digital**: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube**: online video and participatory culture. 2 ed. Cambridge, UK; Medford, MA: Polity Press, 2018.

CARBONARI, P. C. Sujeitos de direitos humanos: questões abertas e em construção. In: SILVEIRA, R. M. G. et. al. (Orgs.). **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, set. 2014.

CARDOSO, Marcos Antônio. **O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: Reflexões sobre Internet, negócios e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. *In*: CASTELLS, M.; CARDOSO, G (Orgs). **A sociedade em rede do conhecimento à Ação Política**. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Tradução de Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6081>. Acesso em: 12 dez. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019a.

COLLINS, Patricia Hill. Pensamento feminista negro: o poder da autodefinição. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**, Rio de Janeiro: Bazar do tempo, pp: 271 – 312, 2019b.

CONTRA ESTEREÓTIPOS. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/gabi-de-pretas-faz-conteudo-para-humanizar-mulheres-negras-na-internet/#page1>. Acesso em 8 de agosto de 2022.

CORTINA, Adela. **Ciudadanos del mundo: hacia una teoría de la ciudadanía**. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. 2005, v. 9, n. 17 pp. 235-248. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832005000200003>>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

COSTA, S. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CRENSHAW, Kimberlé. Documentos para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis: 2002.

DARDASHTI, Abigail Lapin. Abdias do Nascimento in New York: Migration, Resistance, and Transnational Black Art, 1968–70. **MODOS Journal of Art History**. Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 471–493, jan. 2022. Disponível: <https://tinyurl.com/2x6sjn64>. Acesso: 13 set. 2024.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEPESTRE, René. **Bonjour et adieu à la négritude**. Paris: Robert Laffont, 1980.

DESCARTES, René. **Discourse on the Method**; and, *Meditations on First Philosophy*, (ed. D. Weissman, trans. E. S. Haldane & G. R. T. Ross). New Haven: Yale University Press. 1996 (1937).

DI FELICE, Massimo. As redes e as dimensões tecnocolaborativas do social. In: CARRASCOZA, João Anzanello; ROCHA, Rose de Melo (Org.). **Consumo midiático e culturas da convergência**. São Paulo: Miró Editorial, 2011, p. 100-128.

DI FELICE, Massimo. **Os muros da pólis caíram: bem-vindos à cidadania digital!** Entrevista especial com Massimo Di Felice. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/611900-os-muros-da-polis-cairam-bem-vindos-a-cidadania-digital-entrevista-especial-com-massimo-di-felice>. Acesso em 04 jul. 2021.

DI FELICE, Massimo. **Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar**. São Paulo: Annablume, 2009.

DI FELICE, Massimo. Redes sociais digitais, epistemologias reticulares e a crise do antropomorfismo social. **Revista USP**, n. 92, p. 6-19, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34877>. Acesso em: 4 jan. 2022.

DI FELICE, Massimo. Net-ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Manaus, AM p.1-15, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1960-1.pdf>. Acesso em 07 de agosto de 2021.

DIGITAL 2022: JULY GLOBAL STATSHOT REPORT. Disponível em <https://datareportal.com/reports/digital-2022-july-global-statshot>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

DIGITAL METHODS INITIATIVE. 2021 Disponível em: <https://tools.digitalmethods.net/netvizz/youtube/index.php>. Acesso em 05 de jan. de 2021.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Revista Tempo. 2007.

DOUZINAS, Costas. **O fim dos direitos humanos**. Trad. Luzia Araújo. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades**: a interpretação de uma mutação. Tradução de Catarina Matos. 1. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

EL PAÍS. Caso Marielle Franco: o dia seguinte ao assassinato que comoveu o Brasil, contado minuto a minuto. El País Brasil, 15 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/politica/1521099073_371994.html. Acesso em: 26 out. 2023.

ELHAJJI, M. Comunicação, Cultura e Novas Formas de Conflituosidade. **Sphera Pública**, (4),37-52. 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29700403>. Acesso em 13 de agosto de 2020.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Renato de Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOMENTANDO O DEBATE RACIAL NO YOUTUBE. 2017. Disponível em: https://brasil.googleblog.com/2016/11/fomentando-o-debate-racial-no-youtube_14.html. Acesso em 03 de janeiro de 2022.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. *In*: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. Edição. São Paulo, Atlas, 2010.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

GARZA, A. **The Purpose of Power**: How We Come Together When We Fall Apart. New York: One World, 2020.

GAVER, W. Technology affordances. In: **Proceedings of the SIGCHI conference on Human factors in computing systems**, ACM, pp. 79–84. 1991.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GIBSON, James J. **The Ecological Approach to Visual Perception**. Boston: Houghton Mifflin. 1979.

GIBSON, William. **Neuromancer**. São Paulo: Aleph, 2008.

GLENN, Evelyn Nakano. **Shades of Difference: Why Skin Color Matters**. California: Stanford University Press, 2009.

GOFFMAN, Erwin. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Mathias Lambert (Trad.). Rio de Janeiro: LTC. Ed. Digitalizada, 2004.

GOFFMAN, Erwin. **The presentation of self in everyday life**. EUA, Anchor Books Edition, 1959. Trad. Bras. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 13 ed. 2005.

GOLDMAN, Márcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, Vol. X (1) 2006, pp.161-173.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal n ° 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39 - 62.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**. Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**. v. 33, n. 120, p. 727–744, jul. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/>. Acesso em: 26 maio 2023.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

GOMES, Wilson da Silva; DOURADO, Tatiana. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 33-45, nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/19846924.2019v16n233/41754>. Acesso em: 22 jun. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOOGLE. Gerenciar notificações do YouTube. Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/3382248?sjid=17157965577856242564-SA>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

GOOGLE. YouTube Shorts. Disponível em: https://www.youtube.com/intl/pt-BR_ALL/creators/shorts/. Acesso em: 19 mar. 2021.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com raça em sociologia. **Educação e Pesquisa**. Vol. 29 n° 1 São Paulo jan/jun., 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais** Trad. Adelaine La Guardiã Resende. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **Raça, O Significante Flutuante**. Liv Sovik (tradução) em colaboração com Katia Santos. Z Cultural, Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Ano VIII, 2, 2015.

HAMILTON, Charles V.; TURE, Kwame. **Black Power: The Politics of Liberation in America**. New York: Vintage Books, 1992.

HAROON, Muhammad; CHHABRA, Anshuman; LIU, Xin; MOHAPATRA, Prasant; SHAFIQ, Zubair; WOJCIESZAK, Magdalena. **YouTube, The Great Radicalizer?** Auditing and Mitigating Ideological Biases in YouTube Recommendations. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.48550/arXiv.2203.10666>. Acesso em 22 de abril de 2022.

HEFFERNAN, Virginia. **Uploading the Avant-Garde**. The New York Times Magazine. Ed. 03 de setembro de 2009.

HENKIN, Louis. **The rights of man today**. New York: Columbia University Press, 1988.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad: Luis Repa. São Paulo: Ed.34, 2003.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 23 junho 2022.

IBGE. **Pesquisa Desigualdades por Cor e Raça no Brasil**: <<https://bit.ly/ibgenegros>> Acesso em 27 de novembro de 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=34949&t=resultados>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

JENKINS, Henry; Ito, M.; boyd, d. **Participatory cultures in a networked age**. Cambridge, UK: Polity, 2015.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

JENKINS, Henry. **Fans, bloggers, and gamers: exploring participatory culture**. New York: New York University Press, 2006.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Spreadable media: creating value and meaning in a networked culture**. New York: New York University Press, 2013.

JENKINS, Henry; Quentin Tarantino's Star Wars?: Digital Cinema, Media Convergence, and Participatory Culture. In: DURHAM, M. G.; KELLNER, D. M. **Media and cultural studies: keywords**. Orxford: Blackwell Publishing, 2006.

JORNALISTAS DISCUTEM EMPODERAMENTO E RACISMO NO CANAL 'PAPO DE PRETA'. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2016/11/jornalistas-discutem-empoderamento-e-racismo-no-canal-papo-depreta.html?utm_source=pocket_reader. Acesso em 8 de agosto de 2022.

KEEN, Andrew. **O Culto do Amador: como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

KHAN-CULLORS, Patrisse; BANDELE, Asha. **When they call you a terrorist: a Black Lives Matter memoir**. Nova York: St. Martin's Press, 2018.

KOZINETS, Robert V. **Netnography: Doing ethnographic research online**. London: SAGE, 2010.

KOZINETS, Robert V. **Netnography: Redefined**, London: SAGE, 2015.

KOZINETS, Robert V. On Netnography: Initial Reflections on Consumer Research Investigations of Cyberculture, in NA - **Advances in Consumer Research**. Volume 25, eds. Joseph W. Alba & J. Wesley Hutchinson, Provo, UT: Association for Consumer Research, Pages: 366-371, 1998.

KYNCL, Robert; PEYVAN, Maany. **Streampunks: O YouTube e os rebeldes que estão transformando as mídias**. Tradução de Claudia Gerpe Duarte – 1 ed. Rio de Janeiro: Best Business, 2019.

LANGE, P.G. Publicly Private and Privately Public: Social Networking on YouTube. **Journal of Computer-Mediated Communication**, 13: 361-380. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00400.x>. Acesso em 22 de agosto de 2021.

LEFF, Enrique. **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental**. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/download/3515/2519>. Acesso em 22 de janeiro de 2021.

LÉVINAS, Emmanuel. **Le temps et l'autre**, Paris, PUF, 2004 (Conférences de 1946/47 - Collège Philosophique).

LÉVINAS, Emmanuel. **Alterity and transcendence**. New York: Columbia University Press, 1999.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalité et infini**. Paris: Livre de Poche, 1990.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34 Letras, 1999.

LEWIS, Rebecca. **Alternative Influence Broadcasting the Reactionary Right on YouTube**. Data & Society, 2018.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Tradução Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MACHADO, Caio; DOURADO, Daniel; SANTOS, João Guilherme dos; SANTOS, Nina. **Ciência contaminada: analisando o contágio de desinformação sobre coronavírus via YouTube**. Disponível em: https://laut.org.br/ciencia-contaminada.pdf?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=cincia_contaminada. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

MAINIERI, Tiago. Caminhos para uma outra comunicação: em busca da identidade. COUTINHO, Eduardo e MAINIERI, Tiago (org.) **Falas da história: comunicação alternativa e identidade cultural**. Vol.1 Goiânia: FIC/UFG, 2013.

MAIO, Marcos Chor. Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil dos Anos 40 e 50". In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n o 41, outubro/1999, pp. 141-58.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Abril cultural, 2ª Ed., 1978.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MEMMI, Albert. **L'homme dominé** (le noir, le colonisé, le prolétaire, le juif, la femme, le domestique, le racisme). Paris: Gallimard, 1968.

MEMMI, Albert. **Le racisme**. Gallimard, Paris, 1982.

MEAD, George Herbert. **Mind, Self, and Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

MORTE DE HOMEM NEGRO EM SUPERMERCADO NO RS: VEJA REPERCUSSÃO. <<https://tinyurl.com/mry5rtma>>. Acesso em 5 de jan. 2022.

MPR NEWS. The killing of George Floyd: What we know. MPR News, 2020. Disponível em: <https://www.mprnews.org/story/2020/05/29/the-killing-of-george-floyd-what-we-know>. Acesso em 05 de jan. 2022.

MOROZOV, E. **The brave new world of slacktivism**. Foreign Policy. 2009. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2009/05/19/the-brave-new-world-of-slacktivism/>. Acesso em 09 out 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. S. Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual**: Possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador: Editora Devires, 2017.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2006.

NORMAN, Don A. **The Psychology of Everyday Things**. New York: Basic Books. 1988.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. 1. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, F. R.; MAZIERO, R. C.; ARAÚJO, L. S. de. UM ESTUDO SOBRE A WEB 3.0: evolução, conceitos, princípios, benefícios e impactos. **Revista Interface Tecnológica**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 60–71, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/5n7w9zax>. Acesso em: 31 jan. 2023.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em 04 de julho de 2020.

O'REILLY, Tim. **What is Web 2.0: Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software**. O'Reilly Publishing, 2005.

O'RIORDAN, Sheila; FELLER, Joseph; NAGLE, Tadhg. 2012. **Exploring the Affordances of Social Network Sites: An Analysis of Three Networks**. Disponível em: <http://aisel.aisnet.org/ecis2012/177>. Acesso em 13 de abril de 2022.

PAIVA, Raquel. Mídia e política de minorias. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

PARK, Robert. “Introdução à 1ª. Edição americana”, Donald Pierson, **Branços e Pretos na Bahia**, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1971, pp. 79-86.

PEREIRA, Marcos Emanuel. **Psicologia social dos estereótipos**. São Paulo: E.P.U., 2002.

PIERSON, Donald. **Branços e Pretos na Bahia**, São Paulo, Cia. Editora Nacional. 1971.

PIETROBRUNO, Sheenagh. **YouTube and the social archiving of intangible heritage**, *New Media and Society*, vol. 15, nº 8, p. 1259–1276, 2013.

PINHEIRO, Lena Vânia R. **Comunidades científicas e infra-estrutura tecnológica no Brasil para uso de recursos eletrônicos de comunicação e informação na pesquisa**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 62-73, set. /dez. 2003.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada da branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria. A. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RHEINGOLD, Howard. **A comunidade virtual**. Lisboa: Gradiva, 1996.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. Ação afirmativa: o conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica. *In: Revista de Informação Legislativa*. n.º 33, 1996.

RUIZ, Castor M. M. B. **As encruzilhadas do humanismo**. A subjetividade e a alteridade ante os dilemas do poder ético. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

RUIZ, Castor M. M. B. Emmanuel Lévinas, Alteridade & Alteridades – Questões da Modernidade e a Modernidade em Questão. **Alteridade e ética**: obra comemorativa dos 100 anos de nascimento de Emmanuel Lévinas/Ricardo Timm de Souza, André Brayner de Farias, Marcelo Fabri. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

SÁNCHEZ RUBIO, David. Derechos humanos (vaciados), constitucionalismo (oligárquico y de los negocios) y democracia (sín demócratas) em el mundo contemporáneo. **Revista da Faculdade de Direito da FMP**, v. 13, n.2, p. 105-140, 2018.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço**. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombo**: modos e significados. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Movimento negro e crise brasileira**. Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SCHAUB, Jean-Frédéric. **Race is about Politics**: Lessons from History (Pour une histoire politique de la race, Paris, Seuil, 2015, trad. Lara Vergnaud), Princeton: Princeton University Press, 2019.

SCHAUN, Ângela. Inclusão cultural e mídia: um olhar. *In: BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (Orgs.)*. **Comunicação e Cultura das Minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SHIRKY, Clay. **Here comes everybody**: the power of organizing without organizations. Penguin Books, 2008.

SIBILIA, Paula. **O Show do Eu** – A Intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SILVA, P. V. B.; ROSEMBERG. F. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. *In: DIJK, T. V.* **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: UNESCO-Editora Contexto, 2008.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. *In: BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (Orgs.)*. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Editora Vozes. 2002.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

STRANGELOVE, Michael. **Watching YouTube**: Extraordinary videos by ordinary people. Toronto: University of Toronto Press, 2010.

SUSSMAN, R. W. **The Myth of Race**: the Troubling Persistence of an Unscientific Idea, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2014.

TUFEKCI, Zeynep. **Twitter and tear gas**: the power and fragility of networked protest. Yale University Press, 2017.

UOL. Rio tem manifestação contra violência policial após morte de João Pedro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/05/31/rio-tem-manifestacao-contra-violencia-policial-apos-morte-de-joao-pedro.htm>. Acesso em 05 de jan. 2022.

VASCONCELLOS-SILVA, Paulo; ARAUJO-JORGE, Tania. Análise de conteúdo por meio de nuvem de palavras de postagens em comunidades virtuais: novas perspectivas e resultados preliminares. In: **CIAIQ** v. 1: Atas - Investigação Qualitativa em Educação/Investigación Cualitativa en Educación. 2019.

VIANA, Géssica de Castro Silva; CARRERA, Fernanda Ariane Silva. A (in)visibilidade da mulher negra youtuber. In: **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 707-724, out./dez. 2019. Disponível em: <http://www.reciis.icict.fiocruz.br>. Acesso em: 10 de set. 2024.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe, 2017.

WEEKS, Jeffrey. **Making Sexual History**. Cambridge: Polity Press, 2000.

WELLMAN, Barry; RAINIE, Lee. **Networked**: the new social operating system. MIT Press, 2012.

WRIGHT, Johanna. Updates on our efforts to make YouTube a more inclusive platform. YouTube Blog, 03 dezembro 2020. Disponível em: <https://blog.youtube/news-and-events/make-youtube-more-inclusive-platform/>. Acesso em: 08 setembro 2023.

YOUTUBE.COM TRÁFEGO E ENGAJAMENTO. Disponível em: <https://www.similarweb.com/pt/website/youtube.com/#traffic>. Acesso em 22 de agosto de 2022.

YOUTUBE. Políticas contra a desinformação, 2022. Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/10834785?hl=pt-BR> Acesso em: 13 de agosto de 2022.

YOUTUBE. Ana Paula Xongani, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCy1qQtNZ2xxv6YE24jLZRFA>. Acesso em: 06 set. 2020.

YOUTUBE. Gabi Oliveira, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/GabiDePretas>. Acesso em: Acesso em 15 dez. 2022.

YOUTUBE. Muro Pequeno, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/MuroPequeno>. Acesso em: 06 set. 2020.

YOUTUBE. PH Cortês. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/Phcortesmotta1>. Acesso em: 06 set. 2020.

YOUTUBE. Papo de Preta, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/PapodePreta>. Acesso em: 06 set. 2020.

YOUTUBE. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qhIUmpnBXPU>. Acesso em: 06 set. 2020.

YOUTUBE. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9PLKklQAfgE>. Acesso em: 06 set. 2020.

YOUTUBE. 2020. <https://www.youtube.com/watch?v=KzQrhwtYVAI>. Acesso em: 06 set. 2020.

YOUTUBE. 2020. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=QtS3bcQ8lkw>. Acesso em: 06 set. 2020.

YOUTUBE. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JXxpNVPFAzk>. Acesso em: 06 set. 2020.

YOUTUBE. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=STh4LgMEg7Q>. Acesso em: 06 set. 2020.

YOUTUBE. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y3z7KYz60Js>. Acesso em: 06 set. 2020.

YOUTUBE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K2MjZy4y7Ec>. Acesso em: 06 set. 2020.

YOUTUBE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1uInkIva0tk>. Acesso em: 06 set. 2020.

YOUTUBE. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=rmWpiHppcXk>. Acesso em: 06 set. 2020.

YOUTUBE. YouTube transmite hoje sexta edição do YouTube Black, 100% online. 2020. Disponível em: <https://blog.youtube/intl/pt-br/news-and-events/youtube-transmite-hoje-sexta-edicao-do-youtube-black-100-online/>. Acesso em 03 de janeiro de 2022.

YOUTUBE. Expanding community on YouTube, 2017. <https://youtube-creators.googleblog.com/2017/11/expanding-community-on-youtube.html>. Acesso em 22 de agosto de 2022.

YOUTUBE. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/37d6y33e>. Acesso em 19 mar 2022.

YOUTUBE. 2022. Disponível em: <https://tinyurl.com/4pptka6k>. Acesso em 19 de março 2022.

YOUTUBE. EULA. Disponível em: <https://www.youtube.com/static?template=terms>. Acesso em: 5 de janeiro de 2022.

YOUTUBE. API, 2022. Disponível em: <https://developers.google.com/youtube/v3/>. Acesso em: 13 de setembro de 2022.

YOUTUBE. Bringing YouTube Shorts to the U.S. 2021. Disponível em: <https://blog.youtube/news-and-events/youtube-shorts-united-states/>. Acesso em: 19 de março de 2021.

YOUTUBE. An update to dislikes on YouTube. 2021. Disponível em: <https://blog.youtube/news-and-events/update-to-youtube/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

YOUTUBE LOGOS. WIKIA. 2021. Disponível em: <http://logos.wikia.com/wiki/YouTube>. Acesso em: 30 de julho de 2021.

APÊNDICE A – Tabela dos vídeos de 2020 do canal “Gabi Oliveira”⁹³

URL do vídeo	Data da publicação	Título do vídeo	Duração do vídeo	Nº de visualizações	Nº de likes	Nº de comentários
qhIU mnpB XPU	2020-01-20 19:15:01	VAMOS FALAR SOBRE LIVIA ZARUTY DEPRETAS	PT47M45S	984.910	131.540	15.038
9PLK klQAf gE	2020-08-06 20:00:01	POR QUE PESSOAS NEGRAS ESTÃO CLAREANDO A PELE? DEPRETAS - GABI OLIVEIRA	PT13M24S	579.042	74.001	4.970
QtS3b cQ8lk w	2020-06-12 00:07:59	CONVERSAS QUE IMPORTAM	PT1H59M11S	327.831	22.265	1.345
KzQrh wtYV AI	2020-09-11 20:00:01	ADOÇÃO 1 ANO DEPOIS - PASSO A PASSO DEPRETAS - GABI OLIVEIRA	PT24M34S	296.543	47.567	1.635
JXxp NVPF Azk	2020-05-29 14:00:08	Cozinha e Fala: empadão de grão- de-bico, acolhimento dos sentimentos, vegetarianismo... DEPRETAS	PT18M59S	152.768	10.529	635
dvO7c 76526 o	2020-03-01 13:00:15	TOUR PELO APARTAMENT O NOVO VAZIO (E A DIFICULDADE DE ALUGAR UM APE SENDO NEGRA) DEPRETAS	PT23M17S	101.860	14.969	978

⁹³ Todos os números refletem os dados finais para o desenvolvimento da pesquisa e foram coletados em 15 de dezembro de 2022.

oucK Gt7i4 BE	2020-10-16 20:00:07	PIORES E MELHORES COMPRAS DA QUARENTENA DEPRETAS - GABI OLIVEIRA	PT25M11S	88.982	15.238	1.110
B9qD FXp1 dvs	2020-04-08 00:00:02	VIDA E HISTÓRIA DE MADAM C. J. WALKER - REVELAÇÕES E PITACOS SOBRE A SÉRIE DEPRETAS	PT20M10S	84.821	13.928	742
ZHFb EB2U tyQ	2020-02-14 23:38:20	O LIMITE DA TRAIÇÃO E RELAÇÕES QUE NOS FAZEM MAL PAPO DEPRETAS	PT18M43S	80.743	11.435	565
rYkI M5tH 7Pw	2020-09-04 20:00:10	COZINHA E FALA: E O CASO FLORDELIS, HEIN?! E AINDA RECEITA DE MOQUECA VEGANA!	PT17M53S	77.305	13.236	769
wTnS Mw4 NtXA	2020-07-09 18:55:14	QUER COMEÇAR A ORGANIZAR SUA VIDA FINANCEIRA? NATH FINANÇAS TE AJUDA!! - GABI OLIVEIRA	PT27M18S	71.852	12.183	448
gl57A MyC QPg	2020-05-07 14:02:23	EU JÁ DESISTI! E VOCÊS? PAPO DEPRETAS - GABI OLIVEIRA	PT19M26S	69.260	14.372	1.229
Q8VJ Sem5 phE	2020-03-30 23:07:20	PASSAR FOME OU SER CONTAMINAD O PELO	PT28M55S	68.873	13.410	1.174

		CORONAVÍRUS ?? QUE ISSO??				
JU1hk 0yYN CY	2020-08-13 20:00:01	MAQUIA E FALA: VOU TRABALHAR PARA O FELIPE NETO? DEPRETAS - GABI OLIVEIRA	PT14M14S	60.556	11.855	473
BxXV Z66W G4M	2020-09-17 21:30:00	EU TENHO UMA NOVIDADE PRA CONTAR PRA VOCÊS!!!	PT2M25S	48.190	18.063	2.332
FcpP8 g_LOr U	2020-09-24 19:45:00	TUDO SOBRE O SEDA BY GABI - #SEDABYGABI	PT14M46S	44.862	10.167	1.082
cv3LB OMe V0s	2020-11-06 20:00:09	MAQUIA E FALA: BANALIZAÇÃO DAS CIRURGIAS, LINHA NIINA SECRETS E MÊS DA PACIÊNCIA NEGRA DEPRETAS	PT22M32S	43.707	8.992	641
_jMM xPMB dGo	2020-05-10 23:15:02	FAXINA E FALA - TESTE DE MOP e ASPIRADOR, CONVERSAS e FALTA DE HABILIDADE	PT20M6S	42.614	5.457	421
- MGE HuOG 9Hg	2020-10-10 15:15:00	POR QUE THIS IS US É A MELHOR SÉRIE? DEPRETAS - GABI OLIVEIRA	PT12M6S	37.332	7.171	730
2LXP nyiRs gs	2020-06-20 20:00:01	E A CARÊNCIA NA QUARENTENA? COMO ANDA O PROCESSO DE ADOÇÃO?	PT26M4S	35.873	7.613	517

		GABI OLIVEIRA - DEPRETAS				
om6fe DqoV RU	2020-06-29 17:00:25	AS FAKE NEWS ESTÃO TENTANDO ATRAPALHAR O #BLACKLIVES MATTER - GABI OLIVEIRA	PT12M20S	35.653	7.654	322
bByB nhY-- 3s	2020-05-24 22:45:01	LIVRO E DOCUMENTÁRIO SOBRE MICHELLE OBAMA - 6 LIÇÕES PARA VIDA PAPO DEPRETAS - GABI OLIVEIRA	PT25M46S	31.408	6.101	343
1wk3 K2HP sa0	2020-08-20 23:32:17	O DIA QUE TENTEI COLOCAR UM PAPEL DE PAREDE - VLOG Gabi Oliveira Depretas	PT18M15S	30.496	6.871	569
jIK7_ Ai_gH g	2020-05-31 14:15:02	Sangue e Água - Um dramalhão adolescente pra chamar de nosso DEPRETAS	PT11M40S	29.782	6.996	538
hTbA 6V1v GMM	2020-09-08 20:00:06	MINHA MÃE RECEBEU A NOTÍCIA QUE EU TINHA MORRIDO!	PT15M5S	28.236	5.275	203
DSDh - SyEqI s	2020-07-05 19:00:02	COZINHA E FALA: BOLINHO DE GRÃO-DE-BICO (VEGANO) COM QUINOA E PURÊ DE INHAME DEPRETAS	PT14M3S	27.725	6.090	339

M3ly w9dW hH8	2020-09-15 20:45:00	O PRESIDENTE ME ACUSOU DE ESCREVER UMA FAKE NEWS	PT20M21S	25.000	5.087	252
128ml vxS-tc	2020-08-18 21:30:01	A LUTA DE UMA MÃE CONTRA AS FAKE NEWS Gabi Oliveira - DePretas	PT17M36S	24.791	7.340	542
6oNs0 HRQ G2U	2020-01-30 14:45:00	MAKE FÁCIL E NATURAL EM 10 MINUTOS DEPRETAS MAQUIAGEM PELE NEGRA	PT16M3S	21.973	3.966	293
TrtxK _tsl5g	2020-08-25 19:45:01	LUTAMOS PARA DEFENDER O LEGADO DA MINHA IRMÃ Gabi Oliveira - DePretas	PT14M54S	16.767	3.884	215
RmU CDfx RyqM	2020-03-31 15:52:32	Cuidando da nossa saúde mental #FiqueEmCasa e Cuide-se #Comigo	PT43M4S	12.765	741	39
AZTo TglY YMg	2020-04-07 15:50:58	A importância das atividades físicas durante a quarentena #FiqueEmCasa e Cuide-se #Comigo	PT48M46S	3.592	373	17

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE B – Tabela dos vídeos de 2020 do canal “Papo de Preta”⁹⁴

URL do vídeo	Data de publicação	Título do vídeo	Duração do vídeo	Nº de visualizações	Nº de likes	Nº de comentários
STh4LgMEg7Q	2020-07-31	Precisamos falar sobre Rayza Nicácio??? - Papo de Preta	PT12M11S	281.794	44.251	4.511
y3z7KYz60Js	2020-05-13	Filmes e novelas mais RACISTAS - Papo de Preta	PT15M9S	149.977	18.033	2.871
K2MjZy4y7Ec	2020-06-26	Quem é Ludmilla? - Papo de Preta	PT12M51S	131.573	7.403	674
1uInkIva0tk	2020-03-11	Quem é Babu Santana? - Papo de Preta	PT15M28S	51.040	2.336	300
rmWpiHppcXk	2020-08-08	Beyoncé ERROU em BLACK IS KING??? - Papo de Preta	PT24M52S	48.327	7.252	739
eElcgb1b_ak	2020-08-19	Os FILMES MAIS RACISTAS DA DISNEY - Papo de Preta	PT16M30S	47.858	8.353	964
Yw-iMpYGLxw	2020-12-18 T23:00:19Z	Precisamos conversar sobre Sthefane Matos e sua cirurgia plástica que deu errado - Papo de Preta	PT16M51S	37.023	5.448	749
mEDKb7Vm4EU	2020-07-01 T23:00:10Z	Programas RACISTAS que você já assistiu - Papo de Preta	PT11M13S	36.017	5.779	871

⁹⁴ Todos os números refletem os dados finais para o desenvolvimento da pesquisa e foram coletados em 15 de dezembro de 2022.

x0u2Sf C85D w	2020-05-27 T23:00:13Z	Denunciando PRODUTOS e MARCAS RACISTAS - Papó de Preta	PT13M41S	34.063	5.269	369
yFAV wR9kS HI	2020-08-21	Sephora ERRA ao lançar FENTY BEAUTY no Brasil!!! - Papó de Preta	PT22M34S	33.467	5.665	541
eKXOe 1VrsW 0	2020-05-08	Thelma X Marcela BBB20 E O FEMINISMO RACISTA - Papó de Preta	PT13M26S	28.268	4.861	388
daJvCf ep0vU	2020-10-09	Descobri que sou EUROPEIA?? ? - Papó de Preta	PT12M7S	28.090	4.121	567
1MeVg DGsW vA	2020-07-17	Fui parar em um INSTAGRAM DE FOFOCA e os comentários foram HORRÍVEIS! - Papó de Preta	PT14M47S	27.569	5.618	836
Ckf0K xrCQ0 4	2020-10-07	FIZ UM EXAME DE DNA DE ANCESTRAL IDADE! - Papó de Preta	PT13M33S	27.494	4.059	527
_su5P DFvnX g	2020-04-25	O ÓDIO contra Thelma é contra TODAS NÓS! #AnálisePreta - Papó de Preta	PT21M18S	23.875	3.746	408
fgiOtX a2VGc	2020-04-03	Thelma e amizade no BBB20 - Papó de Preta	PT12M1S	23.008	3.761	474
PePFY Zvj_N M	2020-07-15	Os PIORES protagonistas MASCULINO	PT14M36S	22.353	4.223	799

		S das novelas - Papo de Preta				
CJpk2 Mv80 Vo	2020-07-25	O posicionament o político de Beyoncé através dos anos - Papo de Preta	PT35M43S	20.995	3.699	396
ZRY6_ F3avd8	2020-06-12	10 COISAS QUE TODA PESSOA PRETA DEVERIA SABER! - Papo de Preta	PT15M50S	19.842	4.040	733
fmYG S9hHT mk	2020-08-28	Por que NÃO ACEITAM Lewis Hamilton??? - Papo de Preta	PT21M47S	18.791	3.300	735
OFtcqb LmFIw	2020-06-05	JUSTIÇA POR MIGUEL!!! - Papo de Preta	PT12M40S	18.224	3.187	364
WDe5a ReCs8 g	2020-05-01	A LIVE SERTANEJA TEM QUE ACABAR! - Papo de Preta	PT11M40S	16.393	3.037	419
KyGD FdZ- Lls	2020-09-11	Coisas que brancos só fazem na ficção - Papo de Preta	PT11M3S	16.193	3.409	577
O3i1zi NcaOg	2020-08-05	Piores protagonistas das séries (COM SPOILERS) - Papo de Preta	PT13M45S	14.069	2.658	310
wvZTd T0tmfs	2020-09-09	MEDOS REAIS QUE MULHERES NEGRAS TEM - Papo de Preta	PT11M56S	13.944	2.819	519
#NOM E?	2020-04-10	BEM VINDA AO CHOQUE DE	PT12M23S	13.616	2.045	250

		REALIDADE! !! - Papo de Preta				
cAh_N lhAnY E	2020-06-10	RACISMO na TECNOLOGI A - Papo de Preta	PT13M27S	12.124	2.035	225
uliEDq o-NcU	2020-05-16	REPRESENT ATIVIDADE NÃO MUDA NADA! - Papo de Preta	PT36M24S	11.845	1.881	182
REBok R6St0 w	2020-08-26	NÃO GOSTEI de BLACK IS KING? - Papo de Preta	PT11M59S	11.266	2.069	249
VkRp0 Wze9c o	2020-08-14	Os PIORES PROTAGONI STAS MASCULINO S das Novelas (Parte 2) - Papo de Preta	PT13M53S	11.261	2.147	386
KxmTI rsxig4	2020-11-06	ZUMBI TINHA ESCRAVOS?? ? - Papo de Preta	PT22M56S	10.173	1.991	257
YRqb_ w0Lkb g	2020-05-06	A Vida e a História de Madam CJ Walker e o COLORISMO - Papo de Preta	PT14M12S	10.142	1.708	106
Zji2joZ 8tFg	2020-12-04	Lidi e Jojo deveriam ser amigas? - Papo de Preta	PT10M45S	10.093	2.062	384
thIuJ- i5WRk	2020-10-28	RACISMO na LITERATUR A - Papo de Preta	PT14M35S	9.509	1.821	361
2vV8Y TDqLI Y	2020-10-02	Coisas que PRETOS só fazem na FICÇÃO - Papo de Preta	PT11M48S	9.465	2.109	401
EJQT3 2PCh1 w	2020-07-29	O que podemos aprender com	PT11M51S	9.145	2.066	162

		Beyoncé? - Papó de Preta				
qqMI- draoVo	2020-12-02	FUI FAZER UM PENTEADO NO SALÃO E RELAXARA M MEU CABELO - Papó de Preta	PT18M34S	9.028	1.573	163
AIrX_ 03DcK o	2020-06-24	POR QUE PESSOAS LGBT+ INCOMODA M? - Papó de Preta	PT12M47S	8.870	1.908	201
oopfJS 3kDFQ	2020-07-03	TV Brasileira e o ANTI RACISMO DE TELÃO!!! - Papó de Preta	PT14M56S	8.674	2.301	312
wAAIq e3jD8c	2020-11-11	COMO FICAM AS PESSOAS NEGRAS? - Papó de Preta	PT11M2S	8.616	1.728	186
WJuC_ SCdNv g	2020-04-15	NÃO DIGA ISSO PARA PESSOAS CRESPAS!!! - Papó de Preta	PT10M7S	8.504	1.542	161
elbHk Qbpkk g	2020-10-16	Magazine Luiza e algoritmo racista: Precisamos conversar sobre MERITOCRA CIA - Papó de Preta	PT18M33S	8.389	1.870	244
Fix_yq jWN7 U	2020-04-29	Babu Santana: herói ou vilão do BBB 20? - Papó de Preta	PT10M39S	8.335	1.332	306
Re0Kt GIAhA s	2020-11-04	OS PIORES EMBUSTES DA DISNEY - Papó de Preta	PT13M43S	8.020	1.683	241

Ecti1M Qljis	2020-06-17	NÃO GOSTEI de Sangue e Água; Michelle Obama; Malcolm X? - Papo de Preta	PT13M49S	7.995	1.648	195
rXGk0 rNgXm I	2020-11-27	Atacar o Carrefour é vandalismo! - Papo de Preta	PT14M36S	7.883	1.900	387
VesWi Lv8Re U	2020-07-08	A MILITÂNCIA MATA? Quem Matou Malcolm X? (COM SPOILER) - Papo de Preta	PT13M56S	7.337	1.428	122
k3YPz yFvf6o	2020-09-17	Sobre NEYMAR E ÂNGELO ASSUMPÇÃO - Papo de Preta	PT21M19S	7.224	1.420	363
HX18 GzR55 8E	2020-12-16	OS PIORES FILMES DE 2020 - Papo de Preta	PT13M11S	7.077	1.521	272
xgUrTf uNnks	2020-03-18	Corona Vírus; Thelma e Babu no BBB20 E Mais - #PretasNotícia s - Papo de Preta	PT28M39S	6.884	1.131	76
a9V1e CW6d Tg	2020-06-03	Produtos INVENTADO S por PESSOAS NEGRAS - Papo de Preta	PT13M8S	6.655	1.638	210
Jyb35Z MVijs	2020-04-22	NUNCA FAÇA ISSO QUANDO ESTIVER NA EUROPA!!! - Papo de Preta	PT12M6S	6.502	1.147	152
Pif0b2l 9I4Y	2020-10-14	Sobre a polêmica do Magazine	PT14M4S	6.431	1.193	181

		Luiza e BILIONÁRIO S NEGROS - Papo de Preta				
yl9Qp UtLNts	2020-07-10	JÁ PASSOU A ÉPOCA DE SE FALAR EM RACISMO NO BRASIL? - Papo de Preta	PT7M57S	6.018	1.538	192
td25Rk Hv85I	2020-05-29	Mentiras X Liberdade de Expressão - Papo de Preta	PT10M41S	6.016	1.392	126
WQAd FSmQ xrI	2020-09-23	OS PIORES CLOSES ERRADOS dos vilões das novelas - Papo de Preta	PT10M24S	5.794	1.042	239
- 0SHU0 XhOC 8	2020-09-30	DIFICULDADES COM O CANAL? (#Pretas Respondem - Especial 5 anos) - Papo de Preta	PT15M12S	5.488	1.341	206
Q8gGa K1bay A	2020-09-25	A pandemia afetou nossa amizade! - #PretasRespondem - Papo de Preta	PT17M46S	5.310	1.246	169
CQrm5 qntYY Q	2020-09-02	OBRIGADA POR TUDO; CHADWICK BOSEMAN!! - Papo de Preta	PT8M40S	5.308	1.556	205
HM4xI OgssW w	2020-04-08	TESTE DE VACINA CONTRA CORONAVÍRUS NA ÁFRICA e muito mais! - #PretasNoticias - Papo de Preta	PT13M25S	5.220	913	122

cZDOu IJXs_A	2020-10-31	A NOVELA PRETA que a gente pediu tanto JÁ EXISTE! #PretasIndica m - Papo de Preta	PT20M27S	4.833	944	195
4c1kEi ij83k	2020-03-20	NÃO É ESMOLA! - Papo de Preta	PT12M28S	4.829	869	58
csiGJ4 MTluY	2020-11-18	O QUE É PRIVILÉGIO? - Papo de Preta	PT16M8S	4.768	972	131
9C16r O0PqK k	2020-11-20	Sobre Racismo velado; nem tão velado assim: Li Jeremias Pele - #PretasIndica m - Papo de Preta	PT12M45S	4.436	1.028	131
06cWa J0svw8	2020-09-04	VOÇÊ PRECISA FICAR OFF LINE!!! #PretasIndica m - Papo de Preta	PT15M47S	4.364	996	136
862qTf Yn-vk	2020-09-18	"Eu não sei de onde eu venho!" - Papo de Preta	PT13M30S	4.291	786	131
IsRFfe 3z-Do	2020-03-25	Natália FOI À EUROPA! - Papo de Preta	PT20M2S	4.196	707	157
k9XuT 38- Mxg	2020-08-12	3 ALIADOS MUITO PODEROSOS DO CABELO CRESPO - Papo de Preta	PT9M10S	3.987	895	125
X7Oto bbHtLI	2020-10-21	Os MELHORES FILMES AFRICANOS (SEM SPOILERS) - Papo de Preta	PT17M16S	3.975	643	129

B5k9to 42ggM	2020-10-23	QUEM DISSE QUE NÃO É PRA VOCÊ??? - Papo de Preta	PT19M3S	3.904	921	179
ZNSjZ 2nFNm 4	2020-07-22	Mulheres negras INVENTORA S e INSPIRADOR AS - Papo de Preta	PT11M33S	3.901	968	104
B5A9C gtOOO w	2020-11-13	Quem foi Mussum??? - Papo de Preta	PT20M19S	3.837	853	196
ze7yrq ObGFI	2020-12-11	Você PRECISA conhecer a história de Carolina Maria de Jesus! #PretasIndica m - Papo de Preta	PT16M8S	3.710	570	92
XY8W _93Cjz Q	2020-12-25	Tenho algo MUITO IMPORTANT E pra contar!!! (Não é clickbait) - Papo de Preta	PT18M24S	3.666	770	185
Gz4Zy VqZD QA	2020-04-18	O QUE FAZER DEPOIS DA QUARENTEN A??? - Papo de Preta	PT10M7S	3.196	619	126
NWZJ do_AA jw	2020-12-09	Sobre The Weeknd e o Grammy e melhores filmes de 2020 - Papo de Preta	PT14M31S	2.662	568	79
fb_WQ Lp1Or Q	2020-03-28	Viagem aos Estados Unidos VLOG - Papo de Preta	PT15M28S	2.639	366	45
2doQB _oaPA E	2020-05-20	Primer de 100 REAIS e outras	PT10M49S	2.583	402	80

		"comprinhas" da Europa - Papo de Preta				
84gk3F DDkb8	2020-04-01	7 produções PRETAS pra maratonar na QUARENTEN A! - Papo de Preta	PT9M15S	2.539	604	51
wgKm MEPv T5s	2020-06-19	Resenha "Da 5 Bloods" (Destacamento Bloods) #PretasIndica m - Papo de Preta	PT17M2S	2.494	467	76
xZN- lzdBR YI	2020-12-30	OS MELHORES MOMENTOS DE 2020! - Papo de Preta	PT14M36S	2.456	559	76
qnL6F cfIB-o	2020-03-14	A MELHOR DAS NOVIDADES! !! - Papo de Preta	PT8M48S	2.409	544	75
rXW5t 9tcw68	2020-12-23	2020 FOI UM LIXO?? O QUE APRENDI NESSE ANO? - Papo de Preta	PT11M43S	2.306	453	61
3e7MQ KFK43 U	2020-11-25	COMO VIAJAR SOZINHA GASTANDO POUCO (sendo mulher negra) - Papo de Preta	PT15M47S	2.102	445	93

Fonte: Elaborado pela autora